

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO**

**CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL  
Faculdade de Educação da UFMG**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG:  
Análise de uma política (1996-2010)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Educação**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG:  
Análise de uma política (1996-2010)**

**Sandro Coelho Costa**

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação/UFMG  
2010

**Sandro Coelho Costa**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG:  
Análise de uma política (1996-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Sub-linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Educação: concepção, implementação e avaliação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Maria Fraga Vieira

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação/UFMG

2010

COSTA, Sandro Coelho,

**A Educação Infantil no Município de Contagem-MG: análise de uma política (1996-2010).** Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2010.251p.

Dissertação (mestrado) UFMG. FAE

1. Educação Infantil, Políticas Públicas; Políticas Municipais.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação intitulada: A Educação Infantil no município de Contagem-MG: Análise de uma política (1996-2010), de autoria do aluno Sandro Coelho Costa, avaliada pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

---

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Maria Fraga Vieira – Orientadora – UFMG*

---

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Correia Baptista – UFMG*

---

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel de Oliveira e Silva - UFMG*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia, por acreditar no meu entusiasmo, pelo respeito ao meu processo de trabalho, pelas portas abertas.

À minha família, que soube fazer da distância geográfica um ínfimo aspecto, transformando as saudades e ausências em incentivos, por meio do carinho e atenção que me motivaram quase que diariamente. (Mãe, Pai, amo vocês!).

À minha irmã preferida, Sonali, seu esposo Danilo, ao meu querido sobrinho Artur e à minha querida sobrinha Ana Luíza que tem me oportunizado a vivência de ser pai(drinho).

Aos demais professores da Pós-graduação em Educação da FaE, em especial aos da linha de pesquisa *Políticas Públicas de Educação: concepção, implementação e avaliação*.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dalila Oliveira, pela amizade, atenção e carinho com que brinda a todos os alunos e pela oportunidade de integrar o GESTRADO.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gracinha Bregunci, pela disponibilidade e carinho.

Aos professores das disciplinas cursadas, pela seleção dos textos e por subsidiarem a unicidade necessária para a construção da discussão que permeia este estudo.

Ao meu grande amigo Alexandre, pelas palavras de incentivo.

Ao Joel pela compreensão e ajuda nos momentos mais difíceis.

Ao pessoal da Secretaria de Educação de Contagem e do Núcleo Regional de Educação Industrial, pela convivência, pelas oportunidades de me fazer uma pessoa melhor.

Aos amigos e companheiros que integram ou integraram a equipe de Educação Infantil da Secretaria de Educação de Contagem, pela oportunidade de discutir as políticas do município, pelo aprendizado sobre as especificidades das crianças de zero a seis anos, sem os quais, com certeza, eu não chegaria às conclusões que cheguei neste estudo. Em especial à Rosalba, pela flexibilidade e compreensão.

Aos amigos e amigas dos demais Núcleos Regionais de Educação, que contribuíram na gestão pública educacional em Contagem.

Aos amigos e amigas da FaE, em especial Vánubia, Sandra, Juliana, Lana, Lourdinha, Laisa, Luis Fernando, Maurício, Simone, José Alves, Eline e Jerry.

Aos amigos e parentes de Congonhas e Entre Rios de Minas, que souberam compreender as ausências.

À Rosângela, Wesley e Ronaldo, pelos momentos de distração e constantes incentivos.

À Hasla, por acreditar e me fazer acreditar que seria possível e por viabilizar parte desta pesquisa.

Aos amigos do NEPEI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Educação Infantil), pelas ideias e valiosas discussões.

À Darci, pela ajuda na organização deste trabalho, pela correção, normalização e diagramação.

À Geisa pela leitura criteriosa nas versões preliminares.

À Alice Gontijo, militante e gestora pública, pelo carinho e pelas valiosas contribuições.

Aos amigos do GESTRADO (Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente).

Aos professores, professoras, equipe pedagógica e administrativa, enfim, às equipes que trabalham na Educação Infantil de Contagem.

Aos entrevistados, pela disponibilidade em participar.

A toda a equipe da Secretaria da Pós-Graduação da FaE-UFMG.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboram na realização deste trabalho.

*Às crianças, razão de ser desta investigação...*



## RESUMO

O presente estudo tem como objeto o processo de formulação de políticas públicas de Educação Infantil do município de Contagem-MG, no período de 1996-2010. Realizamos uma retrospectiva do atendimento a crianças em instituições coletivas de educação e cuidado, tomando como marco o ano de 1979, quando registramos as primeiras organizações das creches e pré-escolas. Investigamos a implementação do direito à educação da criança de zero até seis anos, nos últimos 14 anos. Buscamos conhecer e analisar as estratégias, os princípios, as concepções e as ações propostas pelo poder público municipal para o atendimento à Educação Infantil no referido município. Quanto aos instrumentos metodológicos, utilizamos, no estudo empírico, a entrevista semiestruturada e a análise documental, destacando a relevância dos dados estatísticos. Como referência teórica, utilizamos a abordagem sociológica, a partir da qual identificamos os atores sociais e o contexto cultural no qual as políticas foram construídas, pois, de acordo com as concepções mais atuais de infância e dos papéis dos diversos atores (Estado, família e sociedade), essas políticas se modificaram ao longo dos anos. Nessa perspectiva, destacamos os pressupostos de trabalho presentes em VIEIRA (2006). Paralelamente, integramos aos nossos referenciais as contribuições da *abordagem do ciclo de políticas*, formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por seus colaboradores (Bowe, Ball e Gold, 1992; Ball, 1994) para analisar a trajetória de políticas sociais e educacionais. Essas teorias contribuíram para a nossa análise da constituição das políticas de Educação Infantil no município de Contagem, evidenciando as concepções, os objetivos e os atores sociais nas etapas de formulação dessas políticas e de produção dos textos referentes a elas. Utilizamos, nesta pesquisa, os estudos sobre políticas públicas embasados nos seguintes autores: Easton (1970); Campbell (2002), Kingdon (2006); Muller e Surel (2002); Ball (1994); Ball, Bowe; Ball; Gold (1992) e Mainardes (2006). Evidenciamos os seguintes aspectos nas políticas que compreendem o período analisado: a) 1996 a 2002, após a promulgação da LDBEN, percebemos alguns impactos dessa legislação, mais dirigidos às políticas de formação dos profissionais que atuavam em creches e pré-escolas do município; b) de 2003 a 2004 observamos as primeiras ações no interior da Secretaria de Educação no sentido de realizar a transição dos convênios das creches, até então sob o gerenciamento da assistência social; c) a partir de 2005, com a entrada de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na arena política, registramos o desenho de um novo cenário para as políticas de Educação Infantil de Contagem: aumentam os investimentos financeiros e pedagógicos, bem como acontecem os primeiros registros de atendimento público a crianças de zero a três anos em instituições de educação no município.

**Palavras-chave:** políticas, Educação Infantil, políticas públicas, políticas municipais

## ABSTRACT

The research has the main point to formulate the process of political public childish education in the Contagem-MG municipal, during the period of 1996-2010. We conducted a retrospective of children's care in institutions of collective care and education, taking as a guide the year 1979, the year that we recorded the first organizations of daycare and preschools. We investigate the implementation of the right to education from a child of zero years old until six, in the last 14 years. We look for know and analyse the strategy, the principals, the conceptions and the proposal from the municipality public power to attend childhood education in that city. Regarding the methodologist instruments, we use in the empirical study the semi structured interview and documental analysis, highlighting the importance of statistical data. As theoretical framework we use a sociological approach, we identify the social actors and in what cultural context the policy was build, because, regarding the present childhood reality and the action of diferents actor (State, family and society) these politics can change during the year. Regarding this perspective, we highlight the working assumptions present in VIEIRA (2006). In parallel, we integrate in our references the contributions of "policy cycle approach," formulated by the English sociologist Stephen Ball and his colleagues (Bowe, Ball and Gold, 1992; Ball, 1994) to analyze the trajectory of social and educational policies. These theories have helped in our analysis of the establishment of policies for early childhood education in Contagem, highlighting the concepts, goals and social actors in the formulation and production of the texts. Used in this research study of public policy, grounded in the following authors: Easton (1970), Campbell (2002), Kingdon (2006), Muller and Surel (2002); English Ball (1994), Ball, Bowe, Ball, Gold (1992); Mainardes (2006). We demonstrated the following aspects of policies that understand the following analysis period: a) 1996 to 2002, after the enactment of LDBEN, we check some impacts of this legislation, policies directed to the training of professionals who worked in nurseries and preschools in the municipality; b) 2003 to 2004, we observed the first actions within the Department of Education regarding the transition of the covenants of nursery, until then under the management of Social Services; c) from 2005, with the entrance of the party of the Workers (PT) in the government, we register the design of a new scenario for early childhood education policies in Contagem: had an increased of financial investment, teaching, and as the first record of public service to children from zero to three years in educational institutions in the municipality.

**Keywords:** policy, early childhood education, public policy, municipal policies.

## LISTA DE SIGLAS

AACC - Associação de Apoio à Creche Comunitária Casa da vovó  
ACBI - Associação Comunitária do Bairro Industrial  
ACIC – Associação Comercial Industrial de Contagem  
AMEPPE - Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Englert  
BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A  
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais  
CEI – Centro de Educação Infantil  
CEE/MG – Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CICI-MG - Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais  
CINCO – Centro Industrial de Contagem  
CIEMG – Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais  
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CUCO – Companhia de Urbanização de Contagem  
DER – Departamento de Estradas e Rodagem  
DOC – Diário Oficial de Contagem  
EAD – Educação à Distância  
COEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
FAMUC – Fundação de Assistência Médica e Urgência de Contagem  
FUNEC – Fundação de Ensino de Contagem  
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IES – Instituição de Ensino Superior.  
MEC – Ministério da Educação  
MLPCC – Movimento de Luta Pró-Creches de Contagem  
NAP – Núcleo de Apoio pedagógico  
NRE – Núcleo Regional de Educação  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
SEDUC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI - Serviço Social da Indústria  
SEST - Serviço Social de Transporte  
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNOPAR – Universidade Norte do Paraná  
UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
TRANSCON – Empresa de Transportes de Contagem

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - VERSÕES SOBRE A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	45
QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS POLÍTICOS QUE OCUPARAM O CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG NO PERÍODO DE 1996 A 2010 E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	63
QUADRO 3 – RELAÇÃO DE VEREADORES ELEITOS EM 2008 E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	64
QUADRO 4 – EQUIPARAÇÃO SALARIAL ENTRE PEBI E PEBII.....	73
QUADRO 5 – INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM 2009 .....	76
QUADRO 6 – MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL (1996-2002) .....	128
QUADRO 7 - MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL (2003-2010) .....	169
QUADRO 8 – PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CONTAGEM ..	174
QUADRO 9 – LOCALIZAÇÃO DOS CEMEI APROVADOS NO OP DE 2009 ....	179
TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB: UM COMPARATIVO ENTRE O BRASIL E CONTAGEM.....	74
TABELA 2 – PER CAPITA VIGENTE EM CONTAGEM EM 2004 E 2005 .....	155
TABELA 3 - PER CAPITA VIGENTE EM CONTAGEM EM 2006 .....	155
TABELA 4 - PER CAPITA VIGENTE EM BELO HORIZONTE EM 2006 .....	156
TABELA 5 - DADOS COMPARATIVOS DOS VALORES REPASSADOS PELA PREFEITURA DE CONTAGEM X VALORES REQUERIDOS PELO MLPCC .....	158
TABELA 6 - DADOS COMPARATIVOS DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL NAS REDES MUNICIPAL E CONVENIADA EM 2007 .....	158
TABELA 7 – REAJUSTE DA PER CAPITA EM CONTAGEM EM 2008.....	160
TABELA 8 – PROPOSTA APROVADA DE AUMENTO DA PER CAPITA.....	161
TABELA 9 - REAJUSTE DA PER CAPITA EM CONTAGEM EM 2009 .....	162

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FÁBRICAS DO PARQUE INDUSTRIAL - DÉCADA DE 1940 .....	48
FIGURA 2 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001.....	51
FIGURA 3 – MAPA DA DIVISÃO REGIONAL DE CONTAGEM-MG – 2001.....	52
FIGURA 4 – TORRES DA ANTIGA FÁBRICA DE CIMENTO ITAÚ .....	56
FIGURA 5 – IGREJA MATRIZ DE SÃO GONÇALO .....	56
FIGURA 6 – FAIXA ANUNCIANDO A INAUGURAÇÃO DO PRIMEIRO CEMEI EM 2007.....	183
FIGURA 7 - VISTA PARCIAL DO PÁTIO INTERNO DO CEMEI ICAIVERA .....	183
FIGURA 8 - VISTA PARCIAL DO CEMEI PEROBAS .....	184
FIGURA 9 – BERÇÁRIO DO CEMEI ICAIVERA .....	184
FIGURA 10 – VISÃO PARCIAL DO CEMEI BOM JESUS .....	185
FIGURA 11 - PERSPECTIVA FRONTAL DE UMA UNIDADE DO PROINFÂNCIA .....	186
FIGURA 12 – ÓRGÃOS COMPONENTES DA CÂMARA INTERSETORIAL .....	199

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS POR REDE DE ENSINO EM 2009	69
GRÁFICO 2 - MATRÍCULA POR REDE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2009 .....	75
GRÁFICO 3 - MATRÍCULAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL POR REDE DE ENSINO, EM 2009 .....	80
GRÁFICO 4 - MATRÍCULAS PARA O ENSINO MÉDIO, POR REDE DE ENSINO, EM 2009 .....	83
GRÁFICO 5 - RECURSOS REPASSADOS PELA PREFEITURA DE CONTAGEM À REDE CONVENIADA (2004-2009) .....	163

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2 CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>31</b>
2.1 As Políticas Públicas .....	31
2.2 Sobre o Sistema Político e o Fluxo das Políticas .....	36
2.3 A Abordagem Sociológica e o Ciclo de Políticas Públicas .....	37
2.4 Interesses, Influências no Jogo Político .....	41
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG</b> .....	<b>44</b>
3.1 Aspectos Históricos.....	44
3.2 Aspectos Culturais .....	55
3.3 Contexto Político .....	58
3.4 A Construção do Atendimento Educacional no Município: principais tendências e características .....	66
3.5 Educação Infantil .....	75
3.6 Ensino Fundamental .....	79
3.7 Ensino Médio.....	82
3.7.1 Educação Profissional.....	84
<b>4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM CONTAGEM</b> .....	<b>89</b>
4.1 Creches Comunitárias e Pré-escolas de Contagem (1979-1996): a implementação desses atendimentos .....	90
4.1.1 Instituições coletivas de educação e cuidado: para quê? Para quem?.. .....	91
4.1.2 As lideranças e os processos políticos que fomentaram as primeiras creches comunitárias no município de Contagem .....	93
4.1.3 Os movimentos sociais, organizações não governamentais e universidade: atores importantes na articulação da política de educação da criança de zero a seis anos de Contagem.....	103
4.1.4 Algumas características dos primeiros atendimentos a Pré-escolar organizados pela rede municipal. ....	109
4.2 A Nova LDBEN e a Educação Infantil no Contexto das Políticas Públicas de Contagem (1997- 2002) .....	114



4.2.1 Legalmente, a creche é Educação Infantil e atribuição dos municípios: o que mudou? .....	115
4.2.2 (In)consistências na política de convênio .....	118
4.2.3 Organização da SEDUC em relação às assessorias pedagógicas e formações nas unidades de Educação Infantil.....	121
4.2.4 A configuração do atendimento na rede pública .....	127
4.3 Política de Educação Infantil em Contagem (2003-2010): perspectivas da contemporaneidade.....	134
4.3.1 Políticas de financiamento para a Educação infantil: alguns aspectos do FUNDEB .....	135
4.3.2 Relação do poder público com as Creches, política de convênio e suas ambiguidades .....	142
4.3.3 Recursos financeiros para a rede conveniada: como é calculada a verba repassada? .....	151
4.3.4 Terceirização da alimentação na rede conveniada (2006-2008): outro ponto de tensionamento .....	165
4.3.5 Reestruturação da rede pública de Educação Infantil, implantação: do cargo Assistente de Creche, dos Centros Municipais de Educação Infantil e do Comitê Intersetorial Regional .....	167
4.3.6 Profissionalização da Educação Infantil: implantação do cargo Assistente de Creche .....	170
4.3.7 CEMEI: novo padrão de construção, novas perspectivas para a Educação Infantil .....	176
4.3.8 Quem atender? A difícil decisão da política implantada por meio do Comitê Intersetorial Regional (CIR) .....	188
4.3.9 As configurações da equipe técnica específica da SEDUC e os documentos oficiais da política.....	191
4.3.10 Governo Marília Campos (2005 -2010) e suas implicações na Arena Política .....	195
<b>5 NOTAS CONCLUSIVAS E APONTAMENTOS PARA NOVOS ESTUDOS .....</b>	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>226</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a implementação do direito à educação da criança de zero até seis anos no município de Contagem-MG, no período de 1996 a 2010. Esse direito foi proclamado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), legislação que responsabiliza prioritariamente o município pela oferta da Educação Infantil.

A opção por realizar esta análise 14 anos após a promulgação da LDBEN se deve ao fato de já haver informação suficiente para avaliar as significativas mudanças que ocorreram na Educação Infantil de Contagem-MG em função das demandas e dos interesses da população.

O início do incremento da oferta de atendimento educacional às crianças no município data de fins dos anos 1970, com a criação das creches comunitárias e a implantação de programas de educação pré-escolar nos moldes difundidos pelo Programa Nacional de Educação Pré-escolar (MEC/MOBRAL), entre 1981 e 1985 (VIEIRA, 1986). Filgueiras (1986), na pesquisa intitulada *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do bairro Industrial* informa que, a partir de março de 1979, as mulheres se reuniram semanalmente, durante um ano, no Clube de Mães<sup>1</sup> e promoveram atividades para a arrecadação dos recursos necessários à implantação da creche no bairro Industrial, conseguindo que a creche *Criança Feliz* iniciasse seu funcionamento em 16 de junho de 1980.

Conforme Filgueiras (1986), a área da assistência social tem um lugar de destaque na história das políticas de oferta de Educação Infantil. Inicialmente, esse serviço esteve organizado nos moldes da assistência por meio de convênios, com a LBA e, mais tarde (a partir de 1986), com a prefeitura.

O trabalho na creche “Criança Feliz” era, até junho de 1986, voluntário. Após alguns anos de reivindicação do Movimento Pró-

---

<sup>1</sup> “Em sua maioria eram donas de casa que não trabalhavam fora e aquelas que o faziam era como diaristas ou lavavam roupas na sua própria casa. Atuavam na igreja em níveis diferenciados, nos períodos disponíveis. A articulação das suas reuniões (de mulheres) com outras atividades no bairro era acentuada.” (FILGUEIRAS, 1986, p. 300-301)

Creche, a prefeitura de Contagem firmou, naquele mês, convênio com as creches comunitárias no município, atendendo a vários itens, inclusive recursos para pessoal. No entanto, a prefeitura se recusou a assumir a contratação, apenas repassando às creches recursos para que elas decidam o montante a ser destinado, em forma de gratificação, aos que nela trabalham (FILGUEIRAS, 1986, p. 321).

A partir desse trecho, inferimos que a política de conveniamento no município é histórica e que o investimento direto na política de Educação Infantil - principalmente no que diz respeito às crianças de zero a três anos - é recente.

Diversos foram os motivos que me instigaram a propor este estudo da política pública de Educação Infantil do município de Contagem. Entre eles está o fato de a Educação Infantil ter se tornado, de acordo com a legislação que regulamenta o direito à educação no Brasil, prioridade dos municípios. A LDBEN/1996, em seu título IV (Da organização da Educação Nacional), explicita as competências relativas aos entes federativos, reconhecendo a Educação Infantil como etapa de ensino integrada à estrutura formal da educação nacional (arts. 11 e 18) e primeira etapa da educação básica (art. 29), ofertada em creches para crianças de até 3 anos e em pré-escolas para crianças de 4 até 6 anos de idade. Concordamos com Cury (1997) quando ele salienta que “em uma sociedade onde os setores populares são precocemente empurrados para ganhar a vida, o início da escolarização pela pré-escola pode representar um ganho democrático”. (p. 115). Cury (1997) fez essa afirmativa em uma análise sobre a LDBEN, interpretada por ele como uma reforma educacional sancionada pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, que tinha Paulo Renato Souza como ministro da Educação.

Assim, decorridos 14 anos da promulgação da LDBEN, nós nos perguntamos: como o município de Contagem se organizou para cumprir a referida legislação?

De acordo com o inciso V do artigo 11 dessa lei, os municípios, ainda que devam oferecer, prioritariamente, o ensino fundamental incumbir-se-ão de oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, podendo atuar em outros níveis de ensino somente quando as necessidades de sua área de competência estiverem atendidas plenamente e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A prioridade atribuída ao ensino fundamental na referida lei e a indefinição de fonte de financiamento para a Educação Infantil e ensino médio evidenciam uma política específica, que municipalizou o ensino fundamental, implicando diretamente

os municípios na universalização do ensino obrigatório (inicialmente de oito anos e hoje nove anos<sup>2</sup>).

A análise das políticas municipais no período proposto pode desencadear estudos futuros, além de fornecer subsídios para as políticas a serem implementadas pela administração municipal de Contagem na nova conjuntura que se abriu com a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB<sup>3</sup> - Lei nº 11.494/2007). O FUNDEB substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado em 1996 e que atendia somente ao ensino fundamental. O novo fundo abrange o financiamento de toda a educação básica (da creche ao ensino médio) e está em vigor desde janeiro de 2007, devendo se estender até 2021.

Desde 2005, a prefeitura municipal de Contagem, sob a gestão de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mantém seu foco nas políticas sociais, estabelecendo como uma das prioridades da gestão o atendimento à criança pequena, o que já causou um impacto significativo na organização e na oferta de Educação Infantil no município.

Outra justificativa para a realização deste estudo é a insuficiência de estudos históricos sobre a Educação Infantil em Contagem, sendo as documentações e informações esparsas e de difícil localização, demandando trabalhos de pesquisas que requerem tempo e organização (CONTAGEM, 2007a).

Foram levantados poucos estudos sobre a história e a política de Contagem e nenhuma pesquisa sobre a Educação Infantil. Após realização de levantamento no sistema central de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Centro de Referência do Educador de Contagem-MG (CRE), encontramos as dissertações de mestrado de Filgueiras (1986) e de Costa (1997) - pesquisas realizadas no campo educacional - e também as de Soares (2006) e de Henriques (1996) - ambas desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (CEDEPLAR). Estes

---

<sup>2</sup> No dia 06/02/2006 o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.274 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos.

<sup>3</sup> Para saber mais consultar o texto de Cesar Callegari, intitulado FUNDEB: Educação e Pacto Federativo publicado no livro Dez anos de LDBEN: Contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil, organizado por RESCIA, A. P. O. et al. 2007. 107-110 p.

trabalhos compõem nossas referências e contribuíram para a compreensão histórica da política educacional no município.

Na biblioteca municipal de Contagem Dr. Edson Diniz, encontramos estudos mais recentes organizados por Calvo (2007) e Barbosa (2008), pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG), cujo objeto são os bens materiais e imateriais de Contagem, bem como as praças do município.

Além dos motivos citados, a escolha do tema desta dissertação sofreu influência da minha trajetória profissional, que pode ser assim contextualizada: desde a conclusão do curso de licenciatura em Geografia, em 2003, lecionei em escolas públicas de educação básica localizadas nas periferias das cidades de Belo Horizonte, Sabará, Contagem, e Ibitité<sup>4</sup>, nas quais presenciei muitas realidades parecidas e até piores do que a vivenciada por mim, que sou filho de família pobre. Tal fato despertou em mim o interesse em pesquisar alguns aspectos das condições de vida e de cidadania das camadas populares.

Em 2006, participei de um processo seletivo interno da rede municipal de educação de Contagem que tinha como objetivo compor o quadro técnico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDUC). Selecionado, passei a compor a equipe de gestores municipais da região Industrial, trabalhando, desde então, no Núcleo Regional de Educação (NRE). Atualmente, exerço a função de assessor pedagógico, atuando em instituições que ofertam a Educação Infantil.

O interesse e o meu crescente envolvimento com o objeto de pesquisa foi suscitado, a partir da minha participação em um curso de formação oferecido no início das minhas atividades na SEDUC. Na ocasião, a então Secretária Adjunta de Educação e Cultura, Claudia Ocelli, apresentou os dados sobre a oferta de Educação Infantil no município, enfatizando que não havia quase nenhum atendimento público na faixa etária de zero a três anos, que havia poucas vagas disponibilizadas a crianças de quatro a seis anos e que a rede pública não chegava a atender nem 10 % do público potencial para a Educação Infantil.

Assim, foi o desejo de investigar a realidade, ajudando a construí-la ou reconstruí-la numa perspectiva democratizante que me instigou a pesquisar Contagem. Tal escolha vai ao encontro das teorias de Minayo (1994), para quem a relação de envolvimento do(a) pesquisador(a) com seu objeto, é algo fundamental e

---

<sup>4</sup> Junto com mais trinta municípios integram a RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG.

intrínseco à pesquisa social. Para essa autora, a pesquisa é um movimento simultâneo de indagações e construção da realidade, na medida em que vincula pensamento e ação, problema intelectual e problema da vida prática, resultados de uma determinada inserção no real.

Como consequência da primeira característica, é necessário dizer que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido ao seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são do que estruturas objetivadas [...] (MINAYO, 1994, p. 14).

Assim sendo, fui me confrontando, no decorrer das minhas atividades na SEDUC, com ambiguidades no contexto da gestão municipal e com lacunas na política de atendimento à criança que necessitavam ser pesquisadas e compreendidas.

E foi neste contexto que minha orientadora e eu, construímos a questão central que deu origem a esta pesquisa: analisar a constituição das políticas de Educação Infantil no município de Contagem, evidenciando as concepções, os objetivos e os atores nas etapas de formulação dessas políticas e de produção de textos referentes a ela (legislações, documentos, discursos, entre outros)

A compreensão dessas etapas contribuirá com o entendimento das condições políticas sob as quais vêm sendo formuladas e implementadas políticas públicas de Educação Infantil no referido município após a promulgação da LDBEN. Ainda que a proposta deste estudo seja pesquisar o período de 1996 a 2010, as informações apresentadas estarão vinculadas a períodos anteriores.

Buscamos investigar se a política implementada está pautada nos direitos da criança. Para tal, desdobramos essa questão central nos seguintes objetivos específicos:

- Conhecer e analisar as concepções, os objetivos dos atores envolvidos na formulação e implementação das políticas públicas de Educação Infantil no município de Contagem no período de 1996 a 2010;
- Identificar as estruturas técnico-administrativas envolvidas nas políticas e programas de Educação Infantil;

- Analisar, por meio da organização de informações estatísticas, o atendimento atual à criança de zero até seis anos;
- Explicitar as concepções sobre o papel do poder público e das famílias que influenciaram as políticas de Educação Infantil desenvolvidas no município ao longo do período estudado;
- Identificar os principais focos de tensão política na formulação e implementação do atendimento à criança de zero até seis anos.

Apresentamos ainda algumas questões orientadoras desta pesquisa: Quais “modelos” de oferta foram implementados pela ação dos movimentos sociais e do Poder Público municipal? Qual foi o papel dos Governos Federal e Estadual nesse processo? Quais foram os papéis desempenhados pelos movimentos sociais, pelos especialistas/pesquisadores e pela sociedade? Como a política compreende as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade?

Com intuito de atingir a totalidade dos objetivos propostos, realizamos, inicialmente, um balanço da bibliografia sobre políticas municipais de Educação Infantil pós-LDBEN (livros, periódicos, dissertações e teses). Concluída essa etapa, iniciamos a sistematização dos principais resultados, relacionando-os com a situação do município de Contagem. Isso tornou possível situar este trabalho no contexto da produção sobre o tema no Brasil, dimensionando lacunas e dando visibilidade a novas abordagens teóricas e metodológicas.

As fontes privilegiadas desta pesquisa foram constituídas, de um lado, pela legislação, por documentos oficiais e por estatísticas oficiais de oferta de Educação Infantil, e, de outro, por depoimentos de atores importantes na formulação e implementação das ações e políticas.

Estudos históricos de Kuhlmann Jr (2008), Vieira (1986) e Kramer (1982) mostram que a Educação Infantil, organizada em creches, escolas maternais, jardins de infância e classes de pré-escola, se vincularam a uma variedade de empreendimentos das áreas social, educacional e de saúde. Apesar de reconhecer o protagonismo que a assistência social assumiu no atendimento à criança pequena, este trabalho vai centrar sua atenção nas ações originadas do poder público municipal, por meio da SEDUC.

Dentre as diversas razões que justificam tal foco, destacamos a maior facilidade de acesso aos dados na área educacional do que na assistência social. O

município não conta com banco de dados organizado, o que dificultou a busca por documentos, registros de fatos e dados de anos anteriores ligados à assistência social. Foi preciso recorrer à realização de entrevistas, levantando a memória dos atores sociais que contribuíram para a construção da política nessa área.

A seguir, descrevemos como realizamos tais procedimentos:

a) Pesquisa documental: Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), órgão da prefeitura responsável pela gerência de convênios com creches até 2006, não encontramos documentos que contivessem dados sobre os convênios nos governos pesquisados. Por isso, a maior parte dos dados foram retirados das entrevistas realizadas com os atores participantes.

Conforme explicitamos, um número considerável de dados foi fornecido pela SEDUC, principalmente pelas Diretorias: I) de Funcionamento Escolar, responsável pela matrícula e arquivo de dados referentes ao atendimento realizado na rede municipal de ensino; II) de Educação Infantil, responsável pela articulação das políticas de atendimento à educação das crianças com idade até seis anos; III) de Gestão dos Trabalhadores, responsável pela contratação, nomeação e toda a movimentação de pessoal na rede municipal de educação; IV) Financeira, responsável pelos repasses de recursos e demais orientações quanto à movimentação financeira das instituições, realizadas por meio dos caixas escolares.

A Secretaria de Administração (SEAD) nos encaminhou para outros setores da prefeitura, como Planejamento, Comunicação, Procuradoria, Patrimônio, que seriam responsáveis pelos documentos que necessitávamos. Então, notamos que os documentos se encontravam dispersos e que o acesso a eles exigiria um trabalho minucioso de pesquisa nos arquivos de cada setor, o que foi inviável em função do prazo estabelecido no cronograma que orientou nossas ações. No entanto, levantamos, na Coordenadoria de Consultoria Técnica, o nome dos(as) prefeitos(as) da cidade e, na Procuradoria municipal os atos de nomeação dos Secretários de Educação e Desenvolvimento Social que ocuparam os cargos no período pesquisado.

Na Câmara Municipal, conseguimos algumas legislações referentes à educação; o acesso, para estudo e análise, dos planos plurianuais relativos ao período de 2006 a 2009 e de 2010 a 2013; as propostas orçamentárias dos anos 2003, 2004, 2005, 2006 e 2010 e, também, a prestação de contas do exercício de



2004. A análise desses documentos possibilitou a identificação de atores que participaram na formulação da política, assim como as projeções dos governos para a política de Educação Infantil. A partir daí, realizamos algumas inferências sobre o lugar ocupado por essa etapa da educação básica na política de educação do município.

Na sequência, ainda na pesquisa documental, visitamos os seguintes espaços de Contagem: Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, Centro de Referência do Educador, Ministério Público, Movimento de Luta Pró-Creches e Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC), Núcleos Regionais de Educação e Instituições de Educação Infantil públicas e particulares (comunitárias, filantrópicas ou confessionais) conveniadas com o poder público.

Os esforços na procura de documentos nesses espaços resultaram em um número significativo de informações que nos permitiram realizar as análises contidas nesta dissertação. Abaixo, relacionamos alguns documentos que compõem a nossa base de dados:

- Legislação (Lei Orgânica Municipal e, ainda, resoluções, portarias e ofícios da SEDUC);
- Documentos oficiais, planos, orçamentos, anais de reuniões e de conferências municipais;
- Folders, panfletos e outros materiais de divulgação;
- Arquivos pessoais dos entrevistados;
- Materiais da campanha política para prefeito, principalmente os divulgados nas eleições de 2008.

b) Dados estatísticos - As fontes principais dessas informações foram os arquivos e dados repassados pelas Diretorias da SEDUC, os dados do Censo Escolar Anual (disponível no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC)<sup>5</sup>, os dos censos populacionais e os da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, sendo os dois últimos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

c) Entrevistas - Semi-estruturadas e reflexivas, realizadas com representantes dos movimentos de creches, integrantes do quadro técnico dos órgãos públicos,

---

<sup>5</sup> [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

dirigentes que atuam ou atuaram na implementação de políticas direcionadas à criança e políticos, todos componentes do complexo quadro de atores sociais que contribuíram para a política de Educação Infantil do município.

Para facilitar a compreensão do entrevistado e a posterior análise dos dados, elaboramos perguntas simples e diretas, as quais solicitavam aos entrevistados que falassem sobre as ações desenvolvidas, sobre os referenciais usados para definir escolhas, sobre as dificuldades e tensões observadas, sobre como interpretam sua atuação e o contexto (geral e específico do município) em que atuaram. Além disso, solicitamos que falassem, a partir de suas experiências e conhecimentos, sobre aspectos históricos da Educação Infantil no município.

Antes de iniciar os processos propriamente ditos, contextualizamos para o entrevistado o objeto da pesquisa, bem como os procedimentos que se seguiriam, solicitando, inclusive, autorização para gravar a entrevista<sup>6</sup>. Explicamos sobre o caráter voluntário da participação, apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), único para todos os entrevistados. Nesse termo estava descrito, resumidamente, o conteúdo da pesquisa e disponibilizado, caso o entrevistado necessitasse, os contatos da professora orientadora da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP). Elaboramos um roteiro para auxiliar na condução da entrevista e atingir os objetivos pretendidos. Além de contribuir para a organização do pesquisador, antes e após a pesquisa, esse roteiro, de forma indireta, auxilia o entrevistado a fornecer informação mais precisas. Assim, o roteiro serviu para organizar a entrevista, facilitando a interação dos atores, além de apresentar, para o entrevistado, alguns conceitos imprescindíveis para os fins desejados. É importante ressaltar que realizamos uma entrevista piloto para testar o roteiro e para verificar a viabilidade das questões estabelecidas e a necessidade ou não de incluir novas questões, o que nos levou a acrescentar duas perguntas.

Uma limitação com que nos deparamos no desenvolvimento da entrevista foi a possibilidade de influência do entrevistador no discurso do entrevistado e nos seus processos de raciocínio e memorização. Evitando possíveis interferências, estivemos atentos à linguagem utilizada pelo entrevistador, adequando-a, não raras vezes, ao sujeito que concedia a entrevista.

---

<sup>6</sup> Dos quatorze entrevistados, somente um não autorizou a gravação.

O fato de o pesquisador trabalhar no município há algum tempo e prestar assessoria as instituições de Educação Infantil na região Industrial/Riacho facilitou o contato com os primeiros atores entrevistados. A partir dessas entrevistas, fomos solicitando nomes de outros atores que contribuíram no desenvolvimento das políticas de Educação Infantil em Contagem. Realizamos treze entrevistas, que foram devidamente gravadas e transcritas. Além disso, anotamos exaustivamente durante as conversas com os atores e com os funcionários dos setores onde realizamos a pesquisa documental.

Participaram das entrevistas sujeitos que assumiram diversas funções na trajetória política do município: líderes comunitários, militantes de movimentos sociais, dirigentes de instituições de Educação Infantil, pedagogos (as) que atuaram ou atuam na Educação Infantil, pessoas que integram ou integraram o corpo técnico da SEDUC e da Secretaria de Desenvolvimento Social, o atual secretário de educação, a prefeita de Contagem e um vereador. Para chegarmos a esse quantitativo de treze entrevistas, convidamos cerca de vinte sujeitos, mas alguns não puderam conceder a entrevista por motivos pessoais. Como critério inicial para selecionar os atores, consideramos o envolvimento deles com a política de Educação Infantil do município nos últimos 14 anos.

A entrevista com as Senhoras Ruth Gonzaga de Jesus e Eva Joana Brás, fundadoras da creche Criança Feliz, foi gentilmente cedida por Alice Magda Gontijo Coelho, que a realizou na época em que trabalhava como assessora pedagógica da Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Englert (AMEPPE), vinculada à Fundação Fé e Alegria do Brasil.

Para analisar os dados, realizamos uma categorização dos diferentes conteúdos das entrevistas para identificar informações recorrentes, além de frases ou palavras, presentes no discurso dos diversos atores sociais entrevistados, que traduzissem as concepções e ideologias que permearam decisões importantes dentro da política de Educação Infantil. Também foi levada em consideração a subjetividade envolvida no processo de coleta de dados (Szymanski, 2002).

Procurando melhorar o planejamento e adequar a pesquisa ao tempo disponível, agregamos informações sobre períodos anteriores, pontuando, com base em fontes secundárias e entrevistas, alguns elementos para uma retrospectiva das políticas na área.

Acreditamos que pesquisas como esta fundamentam e subsidiam o processo de formulação e implementação de políticas públicas na área educacional, o que pode trazer contribuições para a construção de novas perspectivas para a Educação Infantil, beneficiando tanto os dirigentes municipais como os movimentos sociais.

Ainda que tenhamos conseguido suscitar muitas questões, o tempo serviu de obstáculo e limitou as possibilidades oferecidas no contato com a literatura da Ciência Política e do campo educacional. Desses campos, utilizamos estudos e releituras com influência americana, francesa e Inglesa, realizando uma interface com os dados levantados em campo. Por isso, o alcance dos resultados poderia ser mais abrangente se o pesquisador contasse com mais tempo e disponibilidade, uma vez que, durante a maior parte do desenvolvimento da pesquisa, ele conciliou o trabalho docente nas redes municipal de Contagem e estadual de Minas Gerais com o rigor e disponibilidade que a metodologia de pesquisa exige.

Outro ponto que gostaríamos de salientar se refere ao tempo de duração da pesquisa, dois anos e meio divididos entre: a) embasamento teórico necessário, adquirido nas disciplinas cursadas e b) as etapas que envolveram a coleta de dados em campo e sua análise. Dessa forma, os dois anos e seis meses disponíveis não foram suficientes para responder à complexidade das questões propostas. Portanto, obter mais informações sobre a Educação Infantil em Contagem exigiria maior investimento em pesquisa

Estávamos realizando a pesquisa conforme previsto em cronograma, mas fomos obrigados a readequar o tempo aos objetivos propostos quando nos deparamos com o fato de que a maioria das informações levantadas se concentram na área educacional. Assim, fica uma lacuna, possível foco de pesquisa futura, que é a busca por informações sobre o legado deixado pelas políticas referendadas na assistência social, já que boa parte das instituições de Educação Infantil de Contagem esteve, até 2007, ligada a essa área da administração municipal.

No que se refere à vinculação acadêmica, esta pesquisa se constituiu no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Educação Infantil (NEPEI)<sup>7</sup> e no Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO)<sup>8</sup> (dos quais participamos desde 2008) e vinculou-se aos estudos desenvolvidos

---

<sup>7</sup> Para conhecer mais o grupo consultar [www.fae.ufmg.br/nepei](http://www.fae.ufmg.br/nepei)

<sup>8</sup> Para conhecer mais consultar [www.fae.ufmg.br/gestrado](http://www.fae.ufmg.br/gestrado)

nesses grupos. Salientamos que as experiências socializadas nesses espaços foram de suma importância para o aprofundamento do pesquisador, na medida em que a temática da Educação Infantil foi discutida a partir de outras pesquisas e olhares, além de oportunizarem a reflexão sobre as condições do trabalho docente na Educação Infantil.

Diante dessas indicações, o presente estudo se circunscreve no campo científico da educação e tem como objetivo amplo estudar as políticas públicas de Educação Infantil no contexto do município de Contagem, com vistas a compreender as dinâmicas das políticas de Educação Infantil existentes no município no período de 1996 a 2010.

Para tanto, esta dissertação foi estruturada em quatro partes, sendo a primeira esta introdução ao estudo realizado, na qual foram evidenciados os objetivos, as justificativas e os procedimentos utilizados ao longo da investigação.

Na segunda parte, intitulada, *Contribuições para Análise de Política Pública*, procuramos discutir alguns conceitos importantes e apontar aspectos das políticas públicas, evidenciando suas tendências e principais características. Após, discutimos sobre os sistemas políticos, sobre o fluxo das políticas e, por fim, sobre a abordagem sociológica e o ciclo de políticas públicas que subsidiaram nossa análise.

No terceiro tópico - *Caracterização do município de Contagem-MG* - buscamos contextualizar o município, evidenciando sua origem, sua organização demográfica e analisando aspectos dos processos de urbanização e industrialização. Nos preocupamos, especialmente, em realizar um histórico da política municipal, apontando os prefeitos, partidos, sucessores, vereadores, com o objetivo de compreender a arena política que serviu de “pano de fundo” para a articulação dos atores, bem como as regras que vigoraram no jogo político municipal em cada momento histórico.

Iniciamos a quarta parte - *Políticas de atendimento educacional à infância em Contagem* realizando um histórico das políticas de cuidado e educação que estiveram presentes no contexto municipal no período de 1979 a 1996, identificando as contribuições dos movimentos sociais e da Constituição Federal de 1988, que se constituíram em marcos para a Educação Infantil antes da promulgação da LDBEN em 1996. Realizado o histórico, partimos para o relato da construção das políticas,

das estratégias dos governos após a LDBEN e elencamos, então, nossa primeira categoria de análise, que engloba os anos de 1996 a 2002. Como segunda categoria, elencamos o período de 2003 a 2010, evidenciando as principais tensões, conflitos, bem como os atores envolvidos nas políticas públicas de Educação Infantil da cidade. Nos preocupamos, também, em descrever as características do atendimento que vem sendo realizado e as principais tendências. Por último, apresentamos nossas notas conclusivas.

## 2 CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Buscamos explicitar neste capítulo alguns conceitos que julgamos fundamentais para a compreensão do que vem a ser política pública, bem como sua compreensão nos diferentes estudos que subsidiaram nossa análise. Dessa forma foi necessário investigar na ciência política e no campo educacional estudos, contribuições teóricas que subsidiassem as análises de políticas públicas.

Além de compreender como funcionam os processos políticos, os sistemas políticos, também recorremos a análise sociológica sugerida por Vieira (2006) que nos auxiliou na identificação dos atores envolvidos na arena política. Paralelo aos pressupostos sociológicos, explicitamos no texto as duas etapas do ciclo de políticas que encontramos em (1994); Ball, Bowe; Ball; Gold (1992); Mainardes (2006).

A partir desses estudos aliados ao levantamento realizado sobre a política municipal apontamos interesses, as regras do jogo político que estiveram em evidência na arena política, no período pesquisado (1996-2010).

### 2.1 As Políticas Públicas

Concordamos com Muller e Surel (2002) quando eles dissertam sobre a dificuldade de se definir o termo políticas públicas devido ao seu caráter polissêmico. O processo se torna mais simples para os autores de língua inglesa, uma vez que eles dispõem de termos para designar o que, em francês e português, se encontra sob a noção de política.

Para os ingleses, existem três termos distintos, a saber: *polity* (compreende a esfera política), *politics* (atividade política) e *policies* (a ação pública). Muller e Surel (2002) definem e diferenciam essas três palavras:

[...] A primeira faz a distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluida, variar segundo os lugares e as épocas; a segunda designa a atividade política em geral ( a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário, as diversas formas de mobilização...); a terceira acepção, enfim, designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos (MULLER e SUREL, 2002, p. 11)

O objeto desta pesquisa são as *policies*, políticas públicas de Educação Infantil, mas para compreendê-las é necessário também considerar os processos que as originaram, ou seja, as *politics* e *polity's*.

Grosso modo, podemos definir política como uma forma de resolução de conflitos inerentes a uma organização social. Rua (1997) aponta que, outra forma de resolver os conflitos seria pela barbárie ou coerção pura e simples, diferente do jogo político que envolve, além da coerção, diversos outros fatores e conceitos que permeiam a esfera política, como *arenas, agenda, atores, instituições, legados, poder, autoridade*, entre outros que formam os sistemas políticos.

Utilizamos as abordagens histórica e sociológica, buscando realizar uma análise das interações que envolveram atores e instituições, em determinados contextos e arenas nos quais se deram os jogos que levaram às políticas de Educação Infantil ou à ausência delas no município.

Um problema, antes de se tornar objeto de política pública, passa por diversas etapas, constituindo o que se denomina processo decisório. Sobre os problemas e suas políticas públicas, perguntamo-nos: quando os interesses particulares se tornam públicos? Como as burocracias viabilizam as políticas? Uma vez que tanto o problema como sua solução são construídos histórica e socialmente, nossas abordagens não poderiam ser outras senão a histórica e a sociológica.

O processo político se desenrola em um jogo no qual as regras ou as instituições políticas determinam os comportamentos dos atores. Os atores em conjunto, cada um com sua crença, entram em ação na arena política e, quando conseguem chegar a um consenso ou constituir maioria, o resultado é a política pública. Sem descarta a possibilidade das políticas estarem determinadas por força de uma minoria que detém maior parcela de poder.

Dessa forma, as políticas públicas podem ser concebidas como sistema de crenças, ou seja, um conjunto de prioridades que são valorizadas. Os atores, carregados de valores, propõem ações para problemas que acreditam ser, prioritariamente, objeto de políticas públicas para a sociedade e para si como cidadãos. Nesse sentido, as ideias modelam as políticas públicas, uma vez que aquilo no que os atores acreditam pode ser tão importante quanto aquilo que eles querem, sendo necessário explorar a relação entre ideias e interesses (CAMPBELL, 2002).



As políticas públicas (*policies*) envolvem atividade política (*politics*) e, para Easton (1970), elas resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e, freqüentemente, de *withinputs*, demandas originadas no interior do próprio sistema político.

Para melhor exemplificar, os *inputs* e os *withinputs* expressam demandas e suporte. As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene, controle de produtos alimentícios e previdência social. O suporte ou apoio nem sempre está diretamente vinculado a cada demanda ou política específica. Geralmente, está direcionado para o sistema político ou para a classe governante. Em seus estudos sobre as políticas públicas, Ruz (1997) cita o seguinte exemplo de suporte:

Exemplo de suporte ou apoio são a obediência e o cumprimento de leis e regulamentos; atos de participação política, como o simples ato de votar e apoiar um partido político, o respeito à autoridade dos governantes e aos símbolos nacionais; a disposição para pagar tributos e para prestar serviços, como por exemplo o serviço militar, etc. Mas podem ser também atos mais fortes, como o envolvimento na implementação de determinados programas governamentais, a participação em manifestações públicas, etc. (RUZ, 1997, p. 2)

Assim, de maneira bastante simplificada, podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam os apoios necessários.

O atendimento da demanda, em si, deveria ser gerador de apoios, mas isso nem sempre ocorre (ou ocorre apenas parcialmente). É tentando atender às demandas que se desenvolvem os "procedimentos formais e informais de resolução pacífica de conflitos" (EASTON, 1970, p. 82) que caracterizam a política.

Não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas apenas esclarecer alguns termos que foram utilizados no decorrer deste estudo para analisar as políticas públicas do município em questão.

Utilizamos o conceito *Arena Política* para nos referir aos espaços que fomentam os processos políticos, conflitos, debates e disputas. A entrada de atores

novos na arena ou a mudança de comportamento de algum ator modifica o andamento de determinada política. As arenas são espaços de debates/ação e estão sujeitas à influência de princípios morais, entre outros.

A arena se forma a partir da formulação do conflito e da necessidade de implementar políticas públicas. Dessa forma, se cada processo decisório constitui sua própria arena, nos perguntamos: Quais atores estiveram presentes no debate da política em questão? Quais assuntos passaram pela arena e entraram nas agendas?

A agenda política é formada por um conjunto de ações políticas que foram selecionadas entre outras que também aguardam por iniciativas do poder executivo, o que envolve disputas, ajustes e acomodações vivenciados na arena. As questões que entram na pauta dos decisores e legisladores dependem de constrangimentos, pois são fruto de interesses e ideias de um coletivo ou indivíduo e, geralmente, são influenciadas, entre outros, pelo apoio popular de militantes de partidos e por sujeitos coletivos como os movimentos sociais, por exemplo.

Assim, algum segmento social identifica um problema e o incorpora em sua agenda. Uma política pública surge quando se identifica um problema e existe um reconhecimento que ele precisa de solução. Esse problema e a suposta solução dele é resultado da interação dos atores na arena.

Os atores são agentes que detêm formação com base em princípios institucionais, ou seja, suas escolhas são balizadas por instituições políticas.<sup>9</sup> Os *atores políticos* desenvolvem ações que visam resolver pacificamente os conflitos.

Dessa forma, as políticas públicas são geradas nesses ambientes institucionais e, na maioria das vezes, os atores jogam de acordo com as regras. O crucial nessa reflexão é compreender que os atores só escolhem determinadas políticas devido à demanda que se faz mais clara naquele momento. A abordagem da escolha racional dos atores foi utilizada partindo do princípio de que eles possuem recursos diferenciados e refletem e agem a partir dos recursos disponíveis no momento.

Uma característica importante das políticas públicas é o *legado*, pois as instituições são historicamente construídas. Os atores interagem no tempo e no espaço, e as posturas de políticos e burocratas contribuem para elucidar os trajetos

---

<sup>9</sup> Ao nos referirmos a instituições políticas, o termo “políticas” será utilizado para reforçar o caráter da análise deste estudo, pois toda instituição tem origem sociológica, tendo, portanto, um cunho político.

da política de Educação Infantil no município. Buscamos compreender esses processos e o porquê de determinadas escolhas no período pesquisado.

Além de atores individuais e instituições, observamos, nesse dinâmico processo político, a presença de atores coletivos, como os movimentos sociais (atores porque atuaram como protagonistas nos processos que envolvem a escolha pública). O movimento de Mulheres, por exemplo, foi um importante aliado da política de Educação Infantil e, posteriormente, após o início do funcionamento das creches, influenciou a criação do Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC).

Partindo de estudos sobre a creche e os movimentos sociais e adaptando as ideias de Gohn (1987), Veiga (2001) faz a seguinte reflexão sobre os movimentos sociais e nos fornece características desse ator coletivo importante na política do município:

Os movimentos sociais urbanos não são homogêneos comportando projetos político-ideológicos e culturais diferenciados segundo a articulação de forças que contêm seja com o Estado, com a Igreja ou com as facções e partidos políticos. Os movimentos sociais se constituem nas relações que estabelecem com estas instituições, as quais por sua vez vão modificando sua atuação a partir da relação com estes novos atores (VEIGA, 2001, p. 17)

Esses movimentos se articulam a partir de lideranças que são empoderadas<sup>10</sup> por uma coletividade para, em seu nome, reivindicar seus direitos junto ao poder público. A política está imersa em uma esfera de distribuição de poder e autoridade que são objeto de conquista plena de poucos.

Determinados cargos atribuem autoridade a quem os detém, como é o caso do Prefeito em uma cidade, que exerce tal atividade devido ao voto do povo e o cargo o legitima e autoriza a decidir pelo coletivo. O poder atribuído ao cargo máximo do poder executivo em um município autoriza o prefeito a coordenar a execução de políticas que envolvem a distribuição dos recursos que circulam naquela esfera de governo. E o controle de recursos e dinheiro na sociedade capitalista está diretamente relacionado ao poder.

Esse agente, responsável pelas decisões em nome de um coletivo, tenta corresponder às expectativas da coletividade que delegou o cargo a ele. Easton

---

<sup>10</sup> Esta palavra é um neologismo do termo “empowerment”, muito encontrado na tradução de textos da língua inglesa e frequentemente usado no Brasil em discursos de militantes ligados a movimentos sociais que defendem os direitos das minorias.

(1970) concebe a *autoridade* como a qualidade politicamente crucial de um status numa estrutura social e o *poder* como a instrumentalidade básica para o desempenho efetivo nessa posição.

Todos os membros de uma coletividade possuem poder; o simples poder do voto é uma forma de exercer uma autoridade. Porém, nosso objetivo maior não é tentar verificar quem possui poder (pois concordamos com Easton (1970) quando ele afirma que, em uma coletividade, todos são munidos de poder em maior ou menor intensidade), mas refletir sobre quem deteve ou detém mais ou menos poder na implementação de políticas públicas de educação.

## **2.2 Sobre o Sistema Político e o Fluxo das Políticas**

Cada sistema político é originado e ao mesmo tempo dá origem a determinada sociedade; alguns estudos apontam que, para os diversos sistemas políticos que se desenvolvem no âmbito de cada organização social, existe um sistema político com características adequadas àquela realidade em especial.

O sistema é formado por diversas unidades políticas, que se articulam para decidir de quem será o poder de decisões na organização da qual fazem parte. As instituições políticas visam regular a disputa pelo poder político e o seu respectivo exercício, o que inclui o relacionamento entre aqueles que o detêm (a autoridade) e os demais membros da sociedade (o povo).

O sistema político controla o sistema técnico<sup>11</sup> e, por isso, optamos, no decorrer desta pesquisa, por ouvir tanto os políticos quanto os técnicos envolvidos nos processos de implementação das políticas de Educação Infantil no município nos últimos anos.

Todo sistema possui normas que permeiam os seus subsistemas, tendo, no poder e na influência<sup>12</sup>, mecanismos de mediação dos processos sociais. Isso talvez explique muitas decisões que são tomadas visando interesses particulares e não os da coletividade.

---

<sup>11</sup> Sistema técnico é utilizado no mesmo sentido de burocracias em Marx Weber, porém aqui se separa a burocracia do sistema político.

<sup>12</sup> Easton (1970) se apropriando do conceito de influência desenvolvido por Talcott Parsons a concebe como um meio generalizado de interação social que circula entre as unidades sociais no contexto da persuasão.

O corpo eleitoral não é apenas um grupo de interesse, mas um genuíno segmento do sistema político total, pois através do voto os cidadãos se veem representados em um único cargo do poder executivo para toda a coletividade. E o legislativo? No caso de um município, os vereadores representam interesses diversificados? A que interesses eles servem? Do todo? Ou do segmento que o apóia?

Na tentativa de responder a essas e outras perguntas, recorreremos a estudos de políticas encontrados nas literaturas: americana - Easton (1970); Campbell (2002), Kingdon (2006) -; francesa - Muller e Surel (2002) e Vieira (2006) -; inglesa - Ball (1994), Bowe; Ball; Gold (1992), Mainardes (2006). As leituras desses e de outros estudiosos das políticas trouxeram elementos que instigaram novas perguntas e estimularam o aprofundamento do tema.

Com o intuito de estabelecer um modelo de estágios e problematizar os processos que envolvem as políticas públicas, Kingdon (2006) toma como base as seguintes questões: Como as questões se tornam problema? Como questões ganham a atenção de formuladores de políticas? Como agendas são estabelecidas? Porque ideias têm seu tempo?

Concebemos que os fluxos políticos e os problemas determinam a formação de agendas. Porém, os processos políticos que determinam os fluxos acontecem em contexto específico e são dependentes da rede política estabelecida. As convicções, valores e ideais são fundamentais no processo de formação de políticas. Assim, concordamos com Menicucci e Brasil (2005) quando elas afirmam que “o fato de que algumas questões (e não outras) passem a ser objeto de decisões e ações públicas são algo que precisa ser explicado em cada situação específica” (p. 2).

### **2.3 A Abordagem Sociológica e o Ciclo de Políticas Públicas**

Ao enfatizar a abordagem sociológica, destacada neste estudo, é nosso interesse identificar os atores sociais e o contexto cultural no qual as políticas são construídas, pois, de acordo com as concepções presentes de infância e dos papéis dos diversos atores (Estado, família e sociedade), essas políticas variam ao longo dos anos.

Serão utilizados neste estudo os pressupostos de trabalho presentes em VIEIRA (2006):

- Os contextos sociopolíticos e econômicos influenciam e condicionam a produção das políticas públicas;
- As políticas educativas e as políticas para a infância fazem parte da política social e integram o contexto de construção do espaço público, no qual as escolhas fundamentais são sustentadas pelas relações Estado-economia-estrutura social e pelas concepções de infância que dominam as decisões políticas num determinado momento;
- As políticas de educação e cuidado da criança pequena têm um fundamento cultural. Assim, o papel do Estado não é independente das representações relativas à infância, à família ou à mulher na sociedade;
- As concepções sobre a infância mudam em relação ao tempo (dimensão diacrônica) e em relação às sociedades (dimensão sincrônica). Assim, a infância é uma construção histórica e social;
- As políticas públicas são também construções sociais;
- Os usos sociais das instituições educativas para a criança pequena e o crescimento da frequência são diferentes e desiguais segundo as classes e segmentos sociais, sexo, etnia, idade e região/local de habitação das crianças.

Paralelamente, integramos nos nossos referenciais as contribuições da *abordagem do ciclo de políticas*, formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores (Bowe, Ball e Gold, 1992; Ball, 1994) e utilizada em diferentes países como um referencial para analisar a trajetória de políticas sociais e educacionais.

Essa teoria sugere a atuação de redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo político, as quais formam o primeiro contexto, o de influência. Os textos são fruto de múltiplas influências e agendas; sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política, constituindo o segundo contexto: o da política como texto e discurso. O último contexto é o de estratégia política, que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política pesquisada.

Esses três contextos definem a ciclo de políticas, o que sugere a interdependência entre eles e uma dialética, ainda que eles “não possuam uma

dimensão temporal ou seqüencial e não são etapas lineares” (MAINARDES, 2006 p. 4). Mais tarde, foram anexados mais dois contextos: o da prática e o dos resultados/efeitos. Esse ciclo contínuo de influências, produção de textos e prática é permeado o tempo todo por disputas e embates, realizados pelos diversos atores sociais.

Nesta pesquisa, foram levadas em conta, para análise de trajetória de políticas ou programas educacionais com base nos contextos do ciclo de políticas, algumas questões adaptadas do conjunto de questões norteadoras sugeridas em Mainardes (2006): contexto de influência e contexto da produção de texto. Não abordaremos questões pertinentes aos contextos da prática, dos resultados/efeitos e de estratégia política, o que nos permite selecionar as seguintes questões essenciais aos dois contextos focalizados:

### **Contexto da influência**

- 1 Quais são as influências e tendências presentes na política investigada? Por que a política emergiu?
- 2 Há influências globais/internacionais? Há influências nacionais e locais? Como elas se relacionam?
- 3 Como o discurso da política foi constituído no decorrer do tempo? É possível traçar a genealogia completa do discurso da política?
- 4 No desenvolvimento do discurso da política é possível observar a configuração de diferentes versões da política (versões conservadoras, progressistas, etc.)?
- 5 Qual origem das influências globais e internacionais? (World Bank, organismos multilaterais, movimentos internacionais de restauração conservadora, de renovação ou resistência)?
- 6 Quem são as elites políticas e que interesses elas representam?
- 7 Que outros grupos exerceram ou tentaram exercer influência?
- 8 Quais são os interesses e grupos de interesse mais poderosos?

## Contexto da produção de texto

- 1 Quando se iniciou a construção do texto da política?
- 2 Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Quais os grupos excluídos? Houve espaço para participação ativa dos profissionais envolvidos na construção dos textos?
- 3 Como o texto (ou textos) da política foi (foram) construído(s)? Quais as vozes “presentes” e “ausentes”?
- 4 Houve a intenção de buscar consensos na construção do texto (escrito ou não)? Como eles foram atingidos?
- 5 Quais são os discursos predominantes e as ideias-chave do texto? Que intenções, valores e propósitos eles representam?
- 6 É possível identificar interesses e opções não explicitados (ocultos) no texto?
- 7 Há no texto da política influências de agendas globais, internacionais ou nacionais; de autores estrangeiros ou de compromissos partidários?
- 8 Como é a linguagem do texto? É possível identificar o estilo do texto (writerly, readerly<sup>13</sup>, a combinação de ambos os estilos)?
- 9 Há inconsistências, contradições e ambigüidades no texto?
- 10 Quem são os destinatários (leitores) do texto?
- 11 Além do texto ou textos principais, houve a produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes)?
- 12 Os textos são acessíveis e compreensíveis?

A utilização do ciclo de políticas pressupõe os procedimentos para coleta de dados discriminados na introdução desta dissertação e que exigem uma postura ética do pesquisador em relação ao tema investigado, com o exame dos fatores macro e micro e as interações entre eles. Esses são alguns pontos observados a partir do referencial teórico escolhido, mas o pesquisador precisa interrogar as

---

<sup>13</sup> Esses são dois estilos de textos considerados por Roland Barthes, sendo writerly (escrevível) convida o leitor a ser co-autor do texto e readerly (prescritivo) limita o envolvimento do leitor.



teorias e ser capaz de reconhecer possíveis fragilidades e lacunas nesses referenciais.

## 2.4 Interesses, Influências no Jogo Político

Na análise sociológica proposta neste estudo, partimos do pressuposto que os atores, nas arenas que envolvem as decisões e as diversas ações do poder público municipal, estiveram, algumas vezes, influenciados por *ideologias dominantes*<sup>14</sup> formadas em seus respectivos partidos políticos ou grupo social.

No mercado político, grupos organizados privados intermediam partidos e eleitores imbuídos de suas ideologias e interesses. A política e seus processos podem ser considerados como parte de um jogo, com regras, estratégias e, no final, um vencedor, aquele que foi capaz de atingir seus objetivos. Esse jogo pode ser interpretado como uma sequência de delegações que definem complexa rede de relações de agentes e patrocinadores. Essa é uma relação entre dois indivíduos (ou grupos de indivíduos), um dos quais – *o patrocinador* – beneficia-se quando o outro – *o agente* – desempenha uma tarefa. De acordo com Monteiro (2007), o agente detém alguma capacidade especializada que o patrocinador não possui, não obstante o patrocinador poder beneficiar-se substancialmente da atuação do agente; por outro lado, o agente pouco tem a perder empreendendo tal ação e, ademais, o patrocinador pode remunerá-lo por essa atuação.

As dificuldades nessa relação – genericamente, problemas de agência – começam quando o patrocinador não observa diretamente o nível de esforço empregado pelo agente no desempenho da tarefa. No ambiente de governo representativo, o grau de tolerância do patrocinador relativamente ao agente tende a ser maior do que na democracia direta (plebiscitos e referendos), quando os eleitores, eles próprios, assumem funções legislativas.

Um governo é composto por um grupo de pessoas que formam uma coalizão para governar. Por isso não devemos compreendê-lo como aquele que toma decisões separadamente dos cidadãos individuais em geral. O governo, em uma

---

<sup>14</sup> Charaudeau (2006 p. 192), se apropriando do conceito de Ideologia de Marx, define que, por meio de discursos de representação, os indivíduos se reconheceriam como pertencentes a um grupo-classe por um jogo de identificação e de exclusão. Desse modo, construiriam para si próprios uma “consciência social” que seria alienada pelos discursos dominantes que provêm de diversos setores.

democracia de Estado capitalista, não está restrito à provisão de benefícios indivisíveis.

O comportamento racional dos agentes que participaram das políticas do município esteve fortemente vinculado às eleições, o que os levava a escolhas mais comprometidas com seu próprio futuro político e seu prestígio do que com o bem comum. Assim, é compreensível que os políticos avaliem e optem pelo caminho que demandará menos recursos e maior retorno no jogo político. Se uma política trará maior prestígio e exigir menos recursos, com certeza estará no topo da agenda dos decisores. Observamos que as escolhas dos governantes convergem para uma mesma característica: são aquelas que exigem menor investimento de recursos com maior prestígio político (MONTEIRO, 2007). Quais as escolhas feitas? O que levou os governantes a fazerem tais escolhas ao invés de outras? Que lugar a Educação Infantil tem ocupado nas agendas?

Esse comportamento racional dos agentes é que permite propor as análises que se seguem, pois, se acreditássemos que as escolhas são realizadas de forma aleatória dentro de um sistema político, seria perda de tempo qualquer tentativa de explicar os comportamentos de cada ator envolvido. De acordo com Downs (1999), as ações humanas só podem ser previstas - ou as relações entre elas analisadas - se formarem algum padrão. Sendo assim, buscamos identificar um ordenamento no comportamento dos agentes na formulação e implementação das políticas (ou até na ausência delas) no município de Contagem.

Buscamos compreender, por meio dos estudos da infância organizados por Sarmiento & Gouvea (2008), a retórica histórica da categoria social do tipo geracional *infância*, que, segundo esses autores, se transforma de acordo com as peculiaridades do grupo social à qual pertence. Dessa forma, esses autores sugerem tratarmos o conceito no plural - *infâncias*<sup>15</sup>-, devido às diversas infâncias que variam no tempo e no espaço e às múltiplas articulações com as diversas esferas, categorias e estruturas da sociedade.

As concepções e tendências influenciam as decisões governamentais nas diferentes esferas de governo. As crianças não votam, ou seja, qual será o retorno

---

<sup>15</sup> “Vem-se buscando apreender a infância numa perspectiva relacional, no diálogo com a diferenciação histórica das outras classes de idade... o que denominamos como infância hoje difere do sentido produzido noutros contextos históricos, nomeando classes de idades distintas” (SARMENTO & GOUVEA, 2008, p. 98).

imediatamente para aumentar o prestígio do político? O primeiro grupo social que levantou essa bandeira e se mobilizou no sentido de alcançar o reconhecimento desse tipo geracional foi o das mulheres<sup>16</sup>, que necessitavam ser liberadas da obrigação de cuidar sozinha da criança pequena e de educá-la. Inicialmente, para trabalhar nas indústrias, elas lutaram por esse direito, conseguindo alguns avanços, apesar de a maioria delas, ainda hoje, receber salários inferiores àqueles pagos aos homens, no desempenho da mesma função. Landy (1993) nos alerta para o fato de que, para a maioria das pessoas, a cidadania não é um processo natural. De acordo com o autor, a democracia e a cidadania exigem adesão, disciplina e empenho. Foi isso que se verificou no movimento das mulheres para a conquista ou o reconhecimento de alguns de seus direitos.

Em nossa sociedade, é recorrente o hábito de se responsabilizar quase que exclusivamente as mães pela educação da criança pequena (é cultural). A teoria do jogo político contribuirá para a reflexão sobre os papéis sociais historicamente assumidos pelas mulheres e pelas crianças nas sociedades. De acordo com os pressupostos dessa teoria, os grupos mais organizados, com maior renda e mais aceitação no mercado de trabalho são mais favorecidos e essas características os legitimam a participar de forma mais efetiva na democracia. Muitas vezes, os políticos “vendem” políticas públicas a grupos organizados privados, em busca de apoio (de votos e recursos materiais).

Outro aspecto importante a se considerar é que os políticos querem se estabilizar no poder e, por isso, optam por regras pré-acordadas. No processo de elaboração de uma política, prevalecem as escolhas majoritárias, ou seja, a decisão gerencial dos formuladores de política. A continuidade das políticas que já estão sendo executadas em determinada instância de governo pode ser, em certo grau, prejudicial, porque a população vê nelas um benefício já garantido e não percebe que essas políticas limitam as decisões dos dirigentes quanto a outras escolhas que poderiam beneficiar parcelas mais vulneráveis da população, como, por exemplo, no que diz respeito ao atendimento à Educação Infantil.

---

<sup>16</sup> Filgueiras (1986) em sua pesquisa *práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do bairro industrial* retrata muito bem os percursos das mulheres no mundo da política e do trabalho.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG**

Neste capítulo iremos realizar um histórico do município, explicitando as ambiguidades que marcaram sua história, inicialmente observadas pela existência de variadas versões históricas que visam explicar a origem do povoado que mais tarde viria a ser Contagem. Um diferencial observado, que difere a então pacata Contagem das demais cidades interioranas de Minas Gerais reside na implantação na década de 1940 do Distrito Industrial, tal fato interfere no processo de ocupação urbana do município, suscitando nesse a vocação industrial.

Por se tratar de uma análise de política educacional, buscamos resgatar também a história política do município, seus coronéis, bem como as peculiaridades que marcaram a vida política de Contagem. Tais peculiaridades refletiram diretamente na educação, visto que as políticas educacionais se encontram no bojo das negociações, sofreram influências da *politicagem* que marcou o período da formulação de políticas públicas em Contagem.

Dessa forma realizamos também um panorama dos serviços educacionais oferecidos no município desde a implantação pelo governo do Estado da primeira instituição educacional pública do município, o Grupo Escolar “Sabino Barroso” criado em 1914, até os dias atuais. Realizamos uma caracterização atual dos seguintes atendimentos, mantidos pelo poder público no município: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.

A elucidação de tais aspectos foi imprescindível para subsidiar nossas análises em relação às escolhas políticas que pautaram a formulação de políticas no município, bem como para a identificação dos atores que estiveram na arena política de Contagem.

#### **3.1 Aspectos Históricos**

De acordo com Fonseca (1978), coexistem diferentes versões históricas sobre a origem do povoado que depois se tornou a cidade de Contagem. A primeira, de 1921, relata a existência de uma família com o sobrenome “abóboras” e foi publicada na revista “Minas em Foco”, pelo vigário Joaquim Martins em parceria com o secretário municipal, Sr. Acylino Diniz Moreira. Existe outra versão onde a quantidade da leguminosa abóbora seria a responsável pela origem do nome do

Ribeirão existente nessas terras e também do arraial. No entanto, essas versões foram contestadas por ausência de documentação que registre os fatos relatados (CONTAGEM, 2009).

Fragoso Filho (1979: 22) cita quatro autores que divergem entre si quanto à data de fundação, quanto aos fundadores e quanto ao primeiro nome do sítio. O autor apresenta o seguinte quadro sinótico:

**QUADRO 1 – VERSÕES SOBRE A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO**

<b>AUTOR</b>	<b>DATA</b>	<b>FUNDADORES</b>	<b>PRIMEIRO NOME</b>
Domingos José da Silva Diniz	+ ou - 1700	Sebastião Correia Domingos Pereira	Posto Fiscal das Contagens
IBGE	Final do séc. XVII	Betim Paes Leme e Companheiros	Abóboras
Ariovaldo Diniz	+ ou - 1725	Sebastião Correia	Sesmaria ou Fazenda das Abóboras
Geraldo Fonseca	Posto Fiscal 1701 Povoado 1716	Não houve povoamento espontâneo em terras de domínio público	Registro e Contagem das Abóboras

**Fonte:** Adaptado de Fragoso Filho (1979, p. 23)

Diante dessas e outras possíveis explicações, nos filiamos à versão relatada por Fonseca (1978), pois, segundo o autor, ela é referendada em documentos e, além disso, encontramos o mesmo relato nos estudos realizados por Costa (1997).

Fonseca (1978), na unidade 3 de seu livro, apresenta a trajetória do povoado até ele se tornar a cidade que conhecemos por Contagem. De acordo com esse autor, os viajantes/descobridores, visando abastecer os trabalhadores da mineração (principal atividade econômica do que viria a ser a Capitania das Minas Gerais), foram implantando pequenas roças e pontos de povoação no percurso entre o interior da colônia e o litoral. É nesse contexto que se origina o município de Contagem, nos primeiros anos do século XVIII.

É também no século XVIII que Minas Gerais se transforma em referência para a economia brasileira, se tornando centro econômico da colônia. Como

conseqüência, o povoamento intensificou e a situação se tornava cada vez mais instável, devido à grande circulação de mercadorias e pessoas.

Para controlar mais efetivamente a região mineradora e a Comarca do Rio das Velhas, que já contava com dezenas de Registros, a Coroa Portuguesa implantou o Registro das Abóboras, posto fiscal que deu origem ao município (CONTAGEM, 2009). Em relação à origem do povoado, Fonseca (1978) esclarece que as primeiras entradas no Registro das Abóboras datam de agosto de 1716 e explica:

Como acontecia em todos os pontos que ofereciam boas oportunidades de lucro, em torno do registro das Abóboras, desde 1716, um aglomerado humano dos mais diversificados tipos foi dando vida à povoação. Senhores de escravos, proprietários de datas minerais à procura de braços e do gado para alimentação; patrulheiros; funcionários do registro; delatores de transvios; religiosos sem eira nem beira; mulheres da vida, atraídas pelo dinheiro fácil; taberneiros; desocupados; e, vadios. Nas redondezas ainda afazendavam-se os que encontravam faixas realengas, devolutas (FONSECA, 1978, p. 51).

O registro foi desativado em 1759 e o arraial originado com a implantação dele não se expandiu como núcleo urbano. Paralelamente a essa ocupação, ocorreu a povoação de *San Gonçalo da Contagem das Abóboras*, onde foi construído, no ano de 1725, a capela em devoção a São Gonçalo do Amarante, padroeiro do município, o que constituiu o núcleo original de ocupação da sede municipal.

Campos e Anastasia (1991) remetem às atividades agropastoril e comerciais do arraial de São Gonçalo da Contagem, que permitiram que o povoado apresentasse relativa estabilidade econômico-financeira ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nessa época, foram encontrados registros de engenhos de cana, plantações de mandioca, milho, criação de gado, além de escravos que, de acordo com as autoras, eram a riqueza maior de São Gonçalo da Contagem, com a existência de matrizes para a reprodução.

Como em qualquer cidade interiorana da época, Contagem teve um desenvolvimento tímido até conhecer sua vocação industrial, descoberta após trinta anos de realidade agrícola. Até então, o município possuía uma extensa zona rural, com exceção do aglomerado urbano que hoje pertence à Sede do município.

A industrialização da economia brasileira em meados da década de 1950 provocou o crescimento de várias cidades. Com objetivo de melhorar o desempenho

da economia, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), apoiada pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi a orientadora fundamental desse processo. Além do fato de a economia alcançar um novo patamar onde predominavam os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, também os sistemas de transportes viário se modernizavam, promovendo a articulação entre diversas regiões do país (DINIZ, 1981).

[...] Mais tarde, os esforços das elites mineiras no sentido de industrializar Minas Gerais, tomam vulto e assumem a forma de um projeto político com a criação do distrito industrial no município de Contagem, conforme o decreto lei nº 778 de 20 de março de 1941. A proximidade com os locais produtores de matéria prima e consumidores de produtos industrializados, a facilidade no escoamento da produção e obtenção de mão de obra, “a preservação da paisagem urbana e residencial de Belo Horizonte”, dentre outras, foram às razões que motivaram a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio a escolher o município de Contagem para assumir a vanguarda do processo de modernização da economia<sup>17</sup> (CAMPOS e ANASTASIA, 1991, p. 125-126)

Assim, a Cidade Industrial<sup>18</sup> foi estrategicamente planejada, sendo considerados, na ocasião de sua implantação, aspectos políticos e econômicos. De acordo com Fragoso Filho (1979), Contagem “era o único município junto à capital que oferecia condições, principalmente em termos de proximidade e possibilidade de possuir energia barata para um rápido processo de industrialização a baixo custo” (p. 5). A criação do distrito nessa área foi fundamental para ligar definitivamente Contagem a Belo Horizonte e se constitui, ainda hoje, em uma área difícil de determinar o pertencimento a uma ou outra cidade, pois abrange tanto o município de Contagem como o de Belo Horizonte. Em sua pesquisa, o referido autor justifica o fato de tratar a área como se ela pertencesse às duas cidades, afirmando que “no passado como no presente e provavelmente no futuro, Belo Horizonte e Contagem caminharam, caminham e caminharão juntas, vivendo os mesmos problemas e exercendo funções complementares.” (p.17).

---

<sup>17</sup> Grifos do autor.

<sup>18</sup> Decreto-Lei n. 778, de 20 de março de 1941, onde o governo de Minas declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de aproximadamente 270 hectares na localidade, distante 9 km da capital.

Além dessa área, ainda existem outros vetores urbanos que se desenvolvem em áreas limítrofes com os municípios de Betim e Esmeraldas<sup>19</sup>. Essa característica foi e é um complicador na implantação de políticas públicas. Na tentativa de solucionar essa e outras situações, foi criada, em 06 de fevereiro de 1975, a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (GRANBEL), que nasceu para ser fórum de debates e decisões políticas capazes de manter a unidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de representar seus interesses comuns.

### FIGURA 1 – FÁBRICAS DO PARQUE INDUSTRIAL - DÉCADA DE 1940



Fonte: Jornal Folha de Contagem on line

Quando o Distrito Industrial de Contagem foi inaugurado, apresentava diversos problemas, como a falta de água e luz elétrica, mas isso não serviu de obstáculo para os empresários que acreditaram no potencial da cidade devido à sua localização estratégica no Estado de Minas Gerais.

Portanto, o crescimento populacional de Contagem foi motivado pelo surgimento do Parque Industrial na década de 1940. No dia 21 de março de 1944 foi inaugurada a primeira fábrica do recém criado Distrito Industrial *Coronel Juventino Dias*. Desde então, o município tem sido foco de imigrações constituídas de pessoas vindas de diversas partes do país e do interior do Estado; a maior parte atraída por oportunidades de emprego nas indústrias instaladas na região (HENRIQUES, 1996). “A migração intensa de mão-de-obra do interior mineiro para a indústria de

---

<sup>19</sup> Principalmente os bairros que compõem a região de Nova Contagem, atribuímos tal desenvolvimento a proximidade das empresas REGAP – Refinaria Gabriel Passos (1968) e Fiat Automóveis (1976) em Betim. Outro fator considerável é a distância da Sede, o que atraiu parcela da população carente, inclusive houve uma política de distribuição de lotes nessa região.



Contagem tem promovido um crescimento sem precedentes da mancha urbana do município, estendendo-se até os limites territoriais da cidade” (CONTAGEM, 2009, p. 11). A avaliação realizada por Fragoso Filho (1979) sobre a concentração demográfica de Contagem é de que ela foi “a princípio tímida, e por ultimo, incontrolável” (p. 5). O autor realizou um levantamento sobre a taxa de crescimento populacional da cidade, apontando que

[...] o recenseamento de 1920, atribuía ao município de Contagem uma população de 4.299 habitantes. O censo de 1970 conferiu a contagem a cifra de 111.235 habitantes e a estimativa de 1978 era de 259.836 habitantes. Assim sendo, no período de duas gerações o município teve um aumento absoluto de 255.537 e relativo de 594,4%. Uma das maiores, senão a maior taxa de crescimento do país (FRAGOSO FILHO, 1979, p. 40).

Essa população veio em busca de melhores condições de vida e serviu também de mão de obra para as atividades industriais, mas, não tendo onde morar, se instalou em espaços não ocupados ou abandonados por empresas no entorno do Distrito Industrial, formando algumas Vilas. Aglomerados como as Vilas São Paulo, Itaú, Frigo Diniz, Vaquinha e Barraginha se encontram nos limites da área industrial e, neles, a população, ainda hoje, divide o espaço com caminhões e trabalhadores das indústrias.

Essas más condições de moradia trouxeram muitos problemas, como a catástrofe de repercussão mundial causada pelos deslizamentos de terra e soterramentos de barracos ocorridos na Vila Barraginha, principalmente em 1992, quando morreram 36 moradores e 150 barracos ficaram cobertos de lama.

FRAGOSO FILHO (1979) afirma que, com a concentração espacial exagerada da indústria, as empresas unicamente usufruem do desenvolvimento econômico proporcionado pela implantação de um polo industrial, ao passo que “as deseconomias” (os congestionamentos ocasionados por essa concentração) são suportadas pelo conjunto da sociedade, em particular pelas classes mais pobres (p. 3).

É nesse contexto de expansão populacional e industrial que o município foi adquirindo as características atuais, principalmente a partir de 1960, com o crescimento econômico provocado pela imigração intensa do interior do Estado para a capital, Belo Horizonte, e seu entorno. Assim, começam a se formar duas

concentrações urbanas: uma em torno da sede do município e outra na Cidade Industrial. As regiões formadas pelos bairros Eldorado e Petrolândia, por exemplo, foram se configurando a partir de loteamentos destinados aos primeiros trabalhadores da indústria. Já as regiões denominadas Ressaca e Nacional são oriundas da divisão de fazendas que foram integrando a malha urbana do município, enquanto a região de Nova Contagem é referendada por abranger a Represa de Vargem das Flores, que revela, em sua maior parte, uma ocupação prejudicial ao meio ambiente (CONTAGEM, 2009).

Contagem ficou conhecida também pela greve de 1968, considerado o primeiro grande movimento operário contra a política econômica de arrocho salarial da ditadura, mobilizando 16 mil dos cerca de 21 mil trabalhadores da indústria da região na época. As organizações sindicais encontravam campo fértil no município para seu desenvolvimento, pois o parque industrial recém inaugurado funcionava como importante reduto de operários que necessitavam de organização, o que os movimentos sociais ofereciam.

Portanto, a história do município vai se confundindo com a história da *industrialização*<sup>20</sup> e com a história das entidades e movimentos ligados a essa atividade. Em 1983, é inaugurada a Associação Comercial e Industrial de Contagem (ACIC), cuja história remonta ao ano de 1973, quando um grupo de empresários se reuniu no cinema da cidade para eleger o presidente da recém criada entidade.

Anterior a essa entidade, já existiam organizações que se incubiam de tal atividade, como o antigo Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais (CICI-MG), idealizado no ano de 1955 e mais tarde substituído pelo Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG). Essa entidade tinha como proposta modernizar o setor e sua missão passa a ser a promoção do crescimento sustentado das empresas de Minas Gerais, influenciando a viabilização das condições sócio-econômicas locais e o desenvolvendo lideranças empresariais. Tinha como crenças e valores a ética e coerência; excelência; simplicidade e agilidade; cordialidade; valorização de lideranças e responsabilidade social.

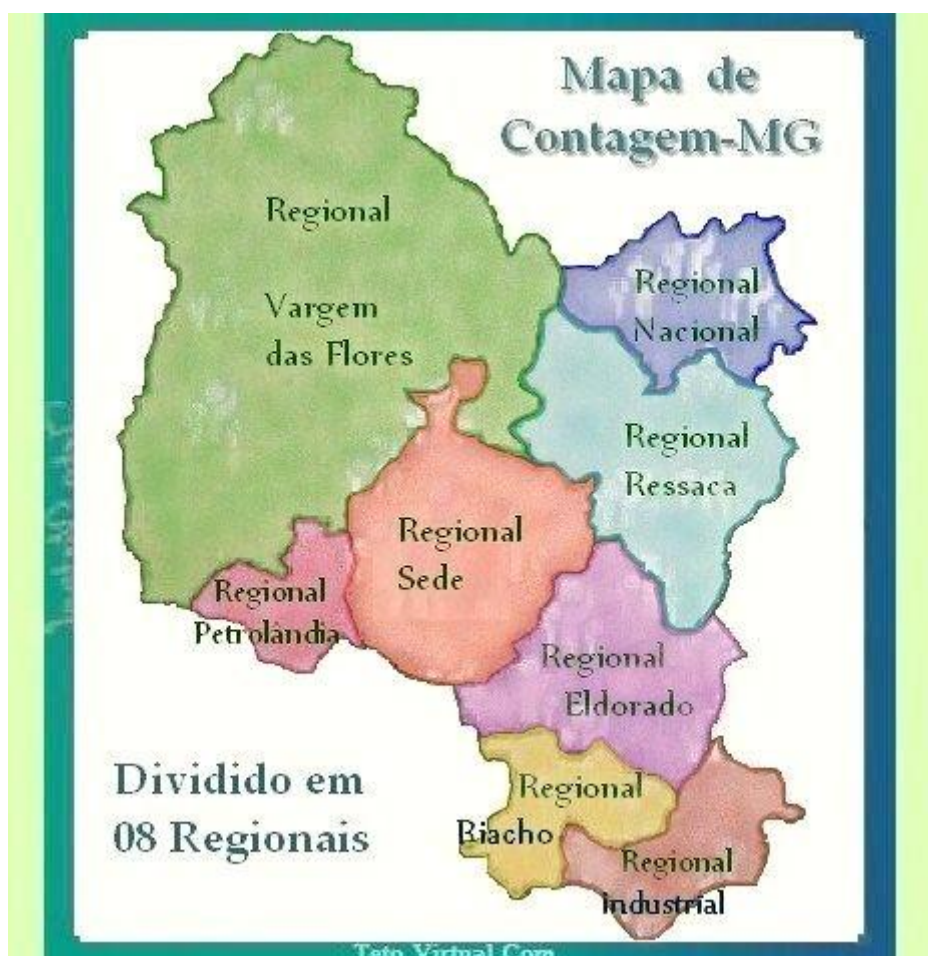
De acordo com as dados fornecidos por Contagem (2009), por volta de 1966 a Cidade Industrial se encontrava esgotada, com cerca de 105 indústrias instaladas.

---

<sup>20</sup> Fragoso Filho (1979, p. 8) compreende a industrialização como concentração geográfica de unidades industriais produtoras, capazes de gerar fenômenos urbano-sociais transformadores da realidade comunitária.



**FIGURA 3 – MAPA DA DIVISÃO REGIONAL DE CONTAGEM-MG**



Fonte: [www.tetovirtual.com](http://www.tetovirtual.com)

O acesso ao município é realizado por significativo sistema viário, formado por rodovias estaduais e federais, como as BR 262, 381 e 040, as MG 050 e 060, o Anel Rodoviário de Belo Horizonte e a Via Urbana Leste/Oeste (Via Expressa). Mesmo com esse número significativo de rodovias, entrecortadas por ruas e avenidas, o alto fluxo de veículos provoca muitos engarrafamentos, principalmente na Av. Amazonas, na altura da Praça Antônio Mourão Guimarães, mais conhecida como Praça da Cemig (CONTAGEM, 2009a).

Além dos transportes rodoviários, o município conta com a Rede Ferroviária Centro Atlântico, que possibilita transporte rápido de mercadorias com um custo mais baixo, além de possibilitar o escoamento marítimo. Dessa forma, Contagem conta com um sistema viário que garante sua integração interna e a articulação com os demais centros urbanos do país.

De acordo com dados disponibilizados em Contagem (2009), circulam na cidade mais de 100 linhas de ônibus, administradas pelas seguintes empresas: a) Autarquia municipal de Trânsito e Transporte de Contagem (TRANSCON), regida pela Prefeitura Municipal de Contagem, cuida do transporte dentro do município de Contagem; b) Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A (BHTRANS), de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; c) Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG).

Levando em consideração que a maior parte das pessoas que compõem o movimento pendular<sup>21</sup> para a Capital são oriundos de Contagem e que grande parte dos funcionários do Distrito Industrial não residem no município, podemos concordar com Henrique (1996), pois essa movimentação intensifica a utilização de transporte na região.

Muitas famílias optam por morar na RMBH simplesmente por não terem condições financeiras para residir na Capital, onde o custo da moradia é mais elevado. Por isso, muitas pessoas trabalham em Belo Horizonte mas residem em Contagem e se deslocam durante o dia para exercerem suas atividades remuneratórias, voltando ao final do dia para dormir. As cidades que desempenham essa função são as denominadas “cidades dormitórios” e isso pode ser observado no dia a dia da Estação de metrô Eldorado, onde o fluxo intenso no início da manhã e no final do dia são testemunhos de tal movimentação pendular a que referimos. Segundo Oliveira e Gonçalves (2004), aproximadamente 25% das pessoas domiciliadas em Contagem exercem atividade fora do município.

Além do setor de serviços, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A (Ceara Minas)<sup>22</sup> contribui de forma significativa para a economia do município. Hoje é o mais diversificado centro nesses moldes do país, ocupando o terceiro lugar nacional em vendas de hortigranjeiros<sup>23</sup>.

Nos anos de 1990 e início dos anos 2000, o crescimento do município foi acelerado por importantes centros comerciais, como a implantação do primeiro

---

<sup>21</sup> Para saber mais sobre esse movimento na RMBH consultar as pesquisas: CAMARGOS, E. de O. *Movimentos migratórios e pendulares na RMBH: “o caso de Betim no final do século XX”* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2006. & SOARES, M. R. M. *Migração intrametropolitana e movimentos pendulares na região metropolitana de Belo Horizonte “o caso município de Contagem 1991 a 2000.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2006.

<sup>22</sup> É uma empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e foi inaugurada em 28 de fevereiro de 1974, passando por uma expansão em 1984.

<sup>23</sup> [www.ceasaminas.com.br](http://www.ceasaminas.com.br)

shopping da cidade - o Big Shopping - e a construção de um centro comercial no terreno que antes pertencia à Companhia de Cimento Portland Itaú. Esse centro comercial atrai consumidores de toda a região, pois nele estão instalados outro shopping, um hipermercado especializado no comércio varejista e atacadista, um clube de compras e uma loja de materiais de construção reconhecida no ramo (CONTAGEM, 2009).

Apesar das mudanças de aptidão econômica da cidade, a indústria ainda é responsável por parcela significativa do PIB municipal, tanto que atualmente estão em operação em Contagem seis distritos industriais: CINCO; CINCOÃO; CINQUINHO; Distrito Industrial Coronel Juventino Dias; Áreas industriais do bairro Inconfidentes e Riacho das Pedras, além de se encontrar em implantação o Distrito Industrial Dr. Hélio Pentagna Guimarães, com áreas disponíveis para grandes empreendimentos industriais (Contagem, 2009),

Porém, ressaltamos que, de acordo com a análise realizada por Henriques (1996, p. 61), Contagem vem perdendo espaço quanto à implantação de indústrias em decorrência dos maiores benefícios oferecidos pelo governo de Betim.

Apesar do grande desenvolvimento industrial e do setor de serviços, grande parte da população de Contagem vive em situação de vulnerabilidade social, o que não condiz com a posição do município em termos de arrecadação. Ocupa o terceiro lugar no ranking de arrecadação dos municípios mineiros, perdendo somente para Belo Horizonte e Betim, que ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares.

Portanto, é no contexto de implantação e expansão da indústria mineira e do conseqüente aumento da população que se intensifica a demanda por Educação Infantil no município, implantada, inicialmente, pela iniciativa privada e comunitária. Essa demanda coincide com os direitos constitucionais e com o exercício pleno de cidadania, porém, o que se observa nas cidades são, em muitos aspectos, ausências de políticas públicas que possibilitem às pessoas o exercício da cidadania. Concordamos com Santos Jr. (2006) quando ele, em seu artigo sobre a Cidadania e a questão urbana no Brasil, anuncia a seguinte hipótese: “se a cidade é o lugar por excelência do exercício da cidadania, veremos que esta é reiteradamente negada à maioria, condenando grandes parcelas da população à pobreza.” (p. 14). Então, fica a questão: Por que a prosperidade na vida econômica do município não se traduziu

em melhores condições de vida da população? Quais foram as prioridades de investimentos definidas pelas administrações municipais no período?

### **3.2 Aspectos Culturais**

Outro aspecto a ser destacado em relação à caracterização do município é o seu patrimônio histórico, compreendido como o reflexo deixado por seu povo ao longo dos anos. Os registros deixados por povos anteriores são verdadeiros legados que contribuem para a compreensão dos acontecimentos em determinado momento na história do município e como essa história influencia a cidade hoje. A identidade de um povo é perpetuada por meio de seus bens patrimoniais e no caso de Contagem essas referências são essencialmente de ordem imaterial<sup>24</sup>.

Em 2009, Contagem publicou um Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural elaborado com base em trabalho de metodologia do inventário do Acervo Patrimonial e Cultural de Contagem. Para esse levantamento, uma equipe constituída por arquitetos e historiadores realizou trabalhos de campo usando dinâmica que parte de conhecimento prévio da história local. Dentre os bens culturais e patrimoniais levantados, destacam-se: a Comunidade dos Arturos; As chaminés da antiga Cia de cimento Portland Itaú<sup>25</sup> e a Igreja Matriz de São Gonçalo<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> O Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" foi um dos vencedores do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2008. O programa visa garantir a identidade dos moradores com a cidade de Contagem e dentre as suas ações destacamos a eleição de mascotes entre alunos das escolas públicas do município. (SABIN, 2008).

<sup>25</sup> As chaminés foram tombadas pelo patrimônio histórico do município por meio do Decreto 10.186 de 17/6/99.

<sup>26</sup> Igreja Matriz de São Gonçalo tombada pelo patrimônio histórico do município por meio do Decreto 10.466 de 2/5/2000.

**Figura 4 – TORRES DA ANTIGA FÁBRICA DE CIMENTO ITAÚ**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 5 – IGREJA MATRIZ DE SÃO GONÇALO**



Fonte: Arquivo pessoal



Conforme já explicitado na história de formação do povoado, os negros fazem parte da matriz étnica do município e estiveram presentes desde o início da implantação do arraial de São Gonçalo da Contagem. Uma das atividades econômicas iniciais do município foi à comercialização de escravos que, entre outras mercadorias, serviam de suporte à mineração, atividade desenvolvida em Minas e que alavancou a economia na Colônia nos séculos XVIII e XIX.

O fato de contar com uma população economicamente ativa vinculada à criação de gado, à agricultura e ao comércio, permitiu a fixação de um grande número de escravos na região. Com eles permaneceram as tradições dos antepassados, que lutaram e resistiram às devassas do sistema escravista (CONTAGEM, 2009, p. 17).

Dessa forma, era permitido aos negros incluírem nas Irmandades e Confrarias<sup>27</sup> as celebrações de devoção à Nossa Senhora do Rosário e aos santos negros, além de alguns rituais africanos, como a coroação de reis e rainhas e a utilização de instrumentos de percussão. Por meio desses rituais os negros reviviam os hábitos culturais de seu povo, constituindo assim o patrimônio cultural do arraial e da colônia, pois a cultura é um legado histórico que é passado de geração para geração. O congado é uma das expressões de resistência do povo negro que ainda persiste no município. Dentre as comunidades existentes, destacamos a Comunidade Negra dos Arturos, “considerada uma das mais importantes e tradicionais de Minas Gerais e do país” (CONTAGEM, 2009, p. 18).

De acordo com registros históricos, o primeiro estatuto dessa comunidade data de 1868. Idealizada e originada pelo Sr. Arthur Camilo Silvério e de sua esposa Carmelinda Maria Silva, eles primeiros da família, dos quais se originaram seus descendentes, os Arturos. O nome marca a ancestralidade de filhos, netos, bisnetos e tetranetos e a família se mantém unida pela raiz inicial, resistindo e preservando significativas tradições da cultura africana, como as festas religiosas nas quais ressalta-se a singularidade dessa comunidade, também intitulada filhos do Rosário (CONTAGEM, 2009).

Contagem ainda abriga outras comunidades importantes e, por isso, possui diversas manifestações culturais e religiosas influenciadas por matrizes africanas,

---

<sup>27</sup> A organização social era realizada por meio das Confrarias, Irmandades e Ordens Terceiras. Essas organizações refletiam as diferenças e tensões existentes na sociedade.

como os demais grupos de congado, o tradicional encontro anual da folia de reis, terreiros de umbanda e candomblé, além de grupos de Capoeira<sup>28</sup>. Entre as diversas etnias que contribuem com o patrimônio imaterial do município, destaca-se a Comunidade Cigana, que se instalou no Bairro Inconfidentes por volta da década de 1960.

### 3.3 Contexto político

A política do município de Contagem tem sua trajetória marcada por politicagens, coronelismos, nepotismos, favoritismos e apadrinhamentos. Desde sua fundação, a política de Contagem foi marcada por esses e outros fatores típicos do jogo político vivenciado no Brasil. Inicialmente, a maior influência política era a dos proprietários de fazendas e coronéis, que assumiram cargos importantes na política do município. Essa história está registrada nas ruas, praças e equipamentos públicos da cidade que receberam os nomes de alguns deles.

A poucos homens coube a liderança política contagense nos anos provinciais. Dentre eles ressaltamos Manoel Alves de Macedo Brochado, Padre Antônio de Souza Camargos, Capitão José Cândido Dias Diniz, Pedro de Alcântara Diniz Moreira, Dr. Cassiano Nunes Moreira (FONSECA, 1978, p. 68).

Durante duzentos anos (de 1701 a 1901) o povoado esteve vinculado à Comarca de Sabará e de 1901 a 1911 integrou o município de Santa Quitéria, hoje Esmeraldas. Contagem foi emancipada no dia 30 de agosto de 1911<sup>29</sup>, mas só teve seu primeiro prefeito nomeado em 1º de junho de 1912, após eleições realizadas em 31 de março, quando foi instalada a Câmara Municipal. Na época, a mesma pessoa presidia o legislativo e o executivo. Inicia-se, assim, um período em que o município ficou aos mandos de coronéis que se revezaram no poder até 1938.

Portanto, em 1912 inicia-se o período que denominamos dos coronéis com a posse do então presidente da Câmara, o Sr. Coronel Antônio Augusto Teixeira, que

---

<sup>28</sup> Para saber mais sobre a localização de tais manifestações consultar o roteiro afro-cultural de Contagem, p. 22 do Atlas Escolar: Histórico, Geográfico e Cultural, 2009.

<sup>29</sup> A Lei n. 556, de 30 de agosto de 1911, criou vários municípios, entre eles Contagem.

assume pela primeira vez o cargo denominado naquela época de presidente do município; permaneceu no comando até 7 de junho de 1924.

De 1924 a 1929 quem administra o município é o Coronel Francisco Firmo de Mattos, que tenta deixar o cargo por diversas vezes e só consegue se desligar da prefeitura em 1929, quando pediu licença com afastamento voluntário e se recusou a retornar para o cargo.

De abril de 1929 até novembro de 1930 assumiu o cargo o Coronel Antônio Benjamim Camargos, já que com a Revolução de 1930 é mudado o sistema municipal e o Estado o nomeia como o primeiro prefeito da cidade. Ele governa até 1932, quando foi substituído por Paulo Penna Ribas, caracterizado por Fonseca (1978) como “misterioso”, pois pouco se sabe sobre esse administrador que renunciou meses depois, não deixando pistas de seu paradeiro.

Em 1933, no mês de janeiro, o Sr. Manuel Mattos Pinho administra o município interinamente, porém seu mandato durou só aquele mês. De 1933 a 1938 assume o Sr. José da Rocha Cunha, que administrou até o município ser rebaixado, por Decreto-Lei do governo federal, para a condição de distrito de Betim, o que retira a autonomia do município<sup>30</sup>.

Nos anos de 1938 a 1948 Contagem permanece anexada a Betim. Fonseca (1978) evidencia a revolta do povo contagense:

O decreto-lei de 1938, que passou Contagem para o Município de Betim, representou uma bandeira de luta para a reconquista dos direitos postergados pela proposta da ditadura em Minas Gerais. Foi com pensamentos voltados para as poucas, porém preciosas conquistas que eles fizeram palmo a palmo, até a revolução de 1930, que as forças vivas do município se rearticularam em 1948, reinstalando a municipalidade contagense (FONSECA, 1978, p. 299).

O município foi reemancipado em 1º de janeiro de 1949. Atendendo ao artigo 170 da Constituição Estadual, o governador Milton Campos expediu, aos vinte um dias do mês de janeiro de 1948, ato nomeando os membros da comissão

---

<sup>30</sup> Existem duas explicações baseadas em tradição oral que justificam tal ato político. A primeira diz o seguinte: Benedito Valladares, presidente de Minas, a caminho de Betim, passa por Contagem e nenhuma autoridade esteve na Estação Ferroviária para recebê-lo. Como punição, Contagem perde sua condição de município e passa a ser distrito de Betim. Outra explicação é que, com a escolha da região para a instalação da Cidade Industrial, a perda de autonomia político-administrativa de Contagem faria com que as terras a serem desapropriadas perdessem o valor real, beneficiando as finanças do Estado. (Contagem, (2009, p.23).

encarregada de elaborar o anteprojeto de lei que fixaria a nova divisão administrativa e judiciária de Minas Gerais.

A comissão, que passou a ser conhecida como CEDAJ (Comissão Estadual de Divisão Administrativa e Judiciária), determinou como requisitos básicos exigidos para pleitear a criação de município: ter no território 200 casas no mínimo, renda municipal mínima de 100.000 cruzeiros/ano e 10.000 habitantes no mínimo. Em sua petição, Contagem apontou 305 moradias, 10.063 habitantes e renda de CR\$217.989,00 (CONTAGEM, 2009, p. 24).

Inicialmente, o município foi administrado por intendente nomeado pelo governador durante sessenta dias para iniciar os serviços públicos locais. Então, o governo de Contagem foi confiado ao intendente Waldemar Diniz, que organizou a primeira eleição no município, realizada no dia 08 de maio do mesmo ano. Assim, toma posse em 20 de maio de 1949 o Sr. Luiz da Cunha, contagense, filiado à UDN, primeiro prefeito eleito pelo povo com 461 votos, que administrou a cidade até 1953.

De 1953 até 1955 Evaristo Belém (PSD) foi quem governou o município; de 1955 a 1959 o médico João Mattos Costa foi o prefeito e, de 1959 a 1963, o Sr. Gentil Diniz assume o referido cargo. Entre 1963 e 1967, assume o belo-horizontino Sr. Sebastião Camargos (PR), que se tornou conhecido pela expansão do abastecimento de água e luz no município. De 1967 a 1971 é eleito Francisco Firmo Mattos Filho, “o Chicão”, que já tinha sido por duas vezes vice-prefeito e que foi responsável pela implantação do CINCO.

De 1971 a 1973, Sebastião Camargos retorna à prefeitura e é o primeiro na história a ser reeleito. Em 1973, Newton Cardoso é eleito pela primeira vez, permanecendo no cargo até 1978.

Um balanço dos três primeiros anos da administração Newton Cardoso, de 1975, informa que foi implantada uma nova fase governamental, no Município, em moldes de administração empresarial. Assim, criou-se uma companhia de economia mista, a Cia. Urbanizadora de Contagem – CUCO – encarregada de promover todas as obras públicas; criou a FUNEC – Fundação de Ensino de Contagem -, e a FAMUC – Fundação de Assistência Médica e de Urgência de Contagem -; fez a reforma tributária e novo Cadastro Técnico Municipal; descentralizou as Secretarias, adaptando-as à realidade urbana (FONSECA, 1978, p. 327).

Nesse período, Contagem cresceu muito, o que contribuiu para que, em 1978, o vice-prefeito, Sr. José Luiz de Souza, fosse eleito para o cargo de prefeito, permanecendo até 1983, quando deixou a prefeitura para disputar o cargo de deputado estadual. Seu vice, o Sr. João Batista Brandão Lima, permaneceu no cargo por nove meses. Entre 1984 e 1986, Newton Cardoso governa pela segunda vez o município e deixa o cargo para participar das eleições ao governo de Minas Gerais; seu vice, o Sr. Guido Fonseca, assume a prefeitura e governa até 15 de março de 1989.

De março de 1989 a 1992 o então deputado estadual Sr. Ademir Lucas governa a cidade, realizando principalmente benefícios viários e de saneamento, além de implantar o Ensino Médio gratuito, por meio da Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC). Altamir José Ferreira governa de 1993 até 1997, quando Newton Cardoso assume pela terceira vez o executivo do município. Porém, dessa vez permaneceu só até 2 de abril de 1998, quando deixou a prefeitura para compor, juntamente com o ex-presidente da República Itamar Franco, uma chapa ao governo de Minas Gerais. Tendo sido eleito vice-governador, seu vice-prefeito, Sr. Paulo Augusto Pinto de Mattos, governa até 2000.

Em 2001, o deputado federal Sr. Ademir Lucas (PSDB) assume a prefeitura pela segunda vez, ficando no cargo até o término do seu mandato em 2004. Nas eleições de 2004, Contagem elegeu Marília Campos (PT), a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe do executivo municipal. Seu primeiro mandato terminou em 2008, mas ela concorreu às eleições e se tornou a(o) primeira(o) prefeita(o) a ser reconduzida(o) a um segundo mandato consecutivo. Ao término desta pesquisa, em 2010, já são transcorridos dois anos do segundo mandato, que tem previsão de término em 2012.

Percebemos, então, que a cidade foi vitrine política no Estado e no país, pois diversas vezes seus prefeitos interromperam seus mandatos para concorrer a postos mais altos em outras esferas de governo: estadual e federal. Uma constatação é o revezamento de famílias à frente do poder público municipal, o que pode ser corroborado pelos sobrenomes dos prefeitos e seus vices. Outro ponto que destacamos é a quantidade de mandatos interrompidos, o que foi resolvido, na maioria das vezes com o vice terminando o mandato já em curso.

Concluimos que, por trinta anos, os governantes mantiveram entre si certa linha política, o que os permitiu eleger sucessivamente seu vices e retomarem o governo municipal nas eleições disputadas. Fonseca (1978) esclarece:

Deixando a prefeitura, Newton Cardoso passa a integrar a equipe administrativa de José Luiz de Souza, como diretor presidente da CUCO. Seu período administrativo naquela autarquia, da qual se retirou a fim de pleitear uma cadeira na Câmara Federal, mereceu diploma do Grupo Visão, como uma das entidades que, no gênero, mais cresceram em Minas. [...] “O que pudemos realizar em Contagem, de 1973 a 1976 – fala Newton Cardoso -, só foi possível graças a uma equipe integrada, dinâmica, montada conforme a sistemática de trabalho que vinha das últimas administrações. Mesmo com uma arrecadação de Cr\$ 20.911.958,00, passando a administração com uma previsão que beirava a 200 milhões, tive no meu sucessor, Prefeito José Luiz de Souza, um continuador ativo do desenvolvimento contagense, um administrador plenamente capacitado a outro período de fecunda administração”. (p. 329).

O mesmo autor ainda complementa:

A administração José Luiz de Souza, como todas as últimas de Contagem, e bem assim as futuras, prima pela continuidade. A nova mentalidade administrativa nacional, deixando para trás o arcaico e condenável sistema do prefeito que entra não dar prosseguimento às obras de seu antecessor, marca as últimas administrações contagenses. Em Contagem, não se encontram obras inacabadas, de administrações passadas. A continuidade administrativa, assim, é altamente benéfica para a comunidade. (FONSECA, 1978, p. 331).

Costa (1997) avalia que a política municipal, mesmo após a cidade estar emancipada e em processo de industrialização, continuou presa às tradições oligárquicas e ao clientelismo político, afirmados nas práticas populistas dos prefeitos e administradores municipais. A autora ainda argumenta a esse respeito que:

É o que se observa nas passagens de “pai-para-filho” e de “prefeito-para-vice” do poder municipal e na vinculação da administração municipal ao capital moderno onde as principais obras empregam o dinheiro público em benefício dos setores privados (COSTA, 1997, p. 67).

E ainda:

As práticas de favorecimento aos grandes industriais e os mecanismos utilizados para ampliação e sustentação das atividades econômicas evidenciam que, para esta nova geração de políticos de fachada moderna, não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores. Este processo produz uma “rede de fidelidades” que obstaculiza o reconhecimento dos recursos “públicos” (COSTA, 2007, p. 68).

Concordamos com a autora quando ela se refere à produção de uma “rede de fidelidades”, pois percebemos, ao longo das entrevistas, nas falas dos atores, que a existência de compromissos políticos assumidos anteriormente impediu a alocação de recursos públicos nas demandas levantadas pela população.

No cenário político do município, de acordo com o recorte histórico pesquisado, serão foco da pesquisa as seguintes administrações:

**QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS POLÍTICOS QUE OCUPARAM O CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG NO PERÍODO DE 1996 A 2010 E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Período	Prefeito (a)	Partido Político
1996	Altamir José Ferreira	PSDB
1997-1998	Newton Cardoso	PMDB
1998-2000	Paulo Augusto Pinto de Mattos	PMDB
2001-2004	Ademir Lucas Gomes	PSDB
2005-2008	Marília Campos	PT
<b>2009-</b>	Marília Campos	PT

**Fonte:** Organizado pelo autor a partir de dados disponibilizados pela Coordenadoria de consultoria técnica da Prefeitura Municipal de Contagem-MG.

Ressaltamos que o ano final do período pesquisado (2010) constitui um marco importante, pois decorreram dois anos da implantação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), política que incluiu a Educação Infantil na estrutura de financiamento da Educação Básica. Além disso, é o primeiro governo do PT e são dois anos da segunda gestão da prefeita Marília Campos, primeira mulher a administrar o município.

Além do poder executivo, o legislativo desempenhou papel significativo na história das políticas públicas do município, atuando de forma peculiar nas políticas educacionais, foco deste estudo. Apresentaremos o quadro com a configuração atual da Câmara Municipal:

### QUADRO 3 – RELAÇÃO DE VEREADORES ELEITOS EM 2008 E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS POLÍTICOS

<b>Nome</b>	<b>Partido</b>
1) Acácio Macedo	PPS
2) Adenir José Bravo	PTN
3) Alessandro Henrique Ferreira	PPS
4) Alex Chiodi	PP
5) Arnaldo de Olveira	PTB
6) Avair Salvador	PSB
7) Ciro Wellington de Campos	PSDB
8) Gil Antônio Diniz	PMDB
9) Gustavo Gibson	PT
10) Irineu Inácio da Silva	PSDC
11) Ivayr Soalheiro	PSB
12) Jerson Braga	PPS
13) João Bosco Cândia	PMN
14) José Roberto Diniz	PC do B
15) Kawlpter Prates Bocchino	PT
16) Obenino Marques da Silva	PT
17) Ravilson Lopes	PP
18) Ricardo Faria	PV
19) Rogério Braz de Almeida	PSB
20) Silvio Braz da Silva	PSDB
21) William Vieira Batista	DEM

**Fonte:** Câmara Municipal de Contagem.

A Câmara Municipal atuou de forma singular, se envolvendo diretamente na execução das políticas em Contagem. Houve um período na rede municipal de educação em que cada vereador era responsável por “tutelar” algumas escolas da sua região, decidindo os nomes que ocupariam vagas disponibilizadas para as crianças e para a contratação de funcionários que a prefeitura deveria realizar em determinada escola. Dessa forma, as vagas para freqüentação e trabalho no equipamento público viravam, nas mãos dos políticos do município, “barganha de



troca” para as eleições. Na análise realizada por Costa (1997), tal prática “possibilitava a manutenção destes grupos políticos no poder” (p.79).

Em relação a esse período, Marília Campos, atual prefeita comenta:

Eu acho que os vereadores vêm avançando, o comportamento que se tinha no passado não é o mesmo que se tem agora, na medida em que a cidade vai sendo uma cidade mais cidadã. A relação com o executivo, o legislativo muda. Antes os vereadores distribuíam benefícios, que hoje são transformados em políticas públicas. Não se distribui mais benefícios, hoje formula políticas públicas. Então o papel dos vereadores mudou, muito mais representar o interesse da comunidade do que de fazer pela comunidade como era no passado. A cidade mudou, o legislativo mudou também, a Câmara foi renovada e eu acho importante a participação institucional da Câmara nos Conselhos, porque é uma forma deles interagirem com a sociedade civil organizada, com o executivo também e todo tensionamento que existe é muito importante que a Câmara tenha um posicionamento e ocupe bem este lugar, eu acho que é importante a Câmara participar dos Conselhos e acho que ela tem avançado (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

As posturas mencionadas por nós e corroboradas pela entrevistada se encerraram também por força de um ator social que tem sido propositivo nas políticas públicas do município, o poder judiciário. Nesse caso, o poder judiciário atuou por meio de intervenção do ministério público, que exigiu a moralização do serviço público no município através de realização de concurso público para o preenchimento das vagas na administração municipal. Uma das atuações do ministério público foi publicada no jornal Folha de Contagem<sup>31</sup>, edição 443, que noticiou que o promotor Sr. Mário Antônio Conceição esteve na FUNEC para comunicar, oficialmente, que a entidade cumpriu integralmente o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em 2004 com o Ministério Público.

Na mesma edição, ainda foi divulgado que atualmente a FUNEC possui 585 servidores nomeados e 380 em exercício, todos dentro da legalidade e por meio de um processo transparente, inclusive com a publicação de todas as nomeações no Diário Oficial do Município. Isso foi conseguido com dois concursos públicos (um em 2005 e outro em 2006), que só foram realizados após a aprovação dos cargos pela Câmara Municipal.

---

<sup>31</sup><http://www.folhadecontagem.com.br/site/modules.php?name=News&file=article&sid=2750>

A rede municipal de ensino também esteve sob intervenção do Ministério Público e assinou o mesmo Termo, ficando obrigada a realizar concurso público e nomear trabalhadores efetivos para todas as vagas existentes. Assim, a prefeitura só realiza contratos para as vagas aparentes, casos de substituição de licenças.

### **3.4 A Construção do Atendimento Educacional no Município: principais tendências e características**

Assim como fizemos na área política, buscamos dados históricos sobre os serviços educacionais visando construir a trajetória dessa política social nos diferentes momentos dos governos municipais e comparando com a situação atual.

Fonseca (1978) realiza um levantamento histórico e aponta a existência de ensino no arraial antes mesmo de ele conquistar foros de município. Na época, os mestres eram enviados pela Delegacia de Ensino localizada na capital Ouro Preto. E foi após ser emancipada pela primeira vez que a cidade conquista seu primeiro e importante melhoramento, o Grupo Escolar “Sabino Barroso”, criado pelo Decreto nº 4.092, de 13 de janeiro de 1914<sup>32</sup>. O autor ainda declara que “desde sua abertura, o Grupo Escolar “Sabino Barroso” – crisálida do ensino moderno em Contagem – é distinguido entre os melhores do Estado.” (p.249).

Fragoso Filho (1979, p. 5) verificou que, em 1976, havia um déficit no município de cerca de 7.305 vagas para o ensino de primeiro grau<sup>33</sup>, avaliando que, das 20 unidades de ensino de primeiro grau estaduais existentes no município, 40% estavam em condições precárias.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a partir da reemancipação do município pela Lei nº 7 de 29/04/1949 foram criadas as primeiras escolas municipais (Retiro, Boa Vista e Bernardo Monteiro) e também o cargo de professor da prefeitura. Em 30/12/1952, por meio da Lei 109, o município autoriza, pela primeira vez, a compra de equipamentos para as escolas municipais, que já somavam seis em funcionamento. Isso aconteceu há somente três anos do início da oferta dos serviços pelo município, o que demonstra o rápido crescimento da demanda decorrente das intensas migrações para o município. Até 1960, apenas oito escolas

---

<sup>32</sup> De acordo com Fonseca (1978), esse foi o 152º Grupo Escolar criado no Estado, com 316 alunos matriculados.

<sup>33</sup> O equivalente, hoje, ao ensino fundamental.

foram criadas no município; somadas às já existentes, perfaziam até então um total de 17 estabelecimentos (FRAGOSO FILHO. 1979, p. 55).

Fragoso Filho avalia a situação educacional do município em 1979 como “crítica, transformando-se num desafio à capacidade de seus administradores e educadores” (FRAGOSO FILHO. 1979, p. 59) e afirma que

Este desafio possui fundamentalmente, dois aspectos básicos: a) o aspecto quantitativo: é a necessidade de dar a toda a população escolarizável o acesso à educação; b) aspecto qualitativo: ou seja, necessidade de adequar esta educação à vocação sócio econômica do município (FRAGOSO FILHO, 1979, p. 59).

Segundo Fonseca (1978), de 1914 a 1979 o poder público municipal construiu vinte e duas escolas em Contagem e, além do Grupo Escolar Sabino Barroso, o governo estadual instalou mais vinte e duas instituições. Assim, o município contava, ao final desse período, com 45 instituições públicas de ensino que ofereciam a etapa que hoje denominamos Ensino Fundamental.

Em seu 30º ano de reemancipação, Contagem conta com 22 escolas de ensino municipal, 23 congêneres estaduais e 18 particulares. O número de alunos, nas citadas escolas, conforme dados da 2ª Delegacia do Ensino, soma 23.159, distribuídos em 643 classes (FONSECA, 1978, p. 253).

Devido às peculiaridades de uma cidade industrial, já explicitadas, a demanda por educação e outros serviços sociais cresceram de forma vertiginosa. Diva Viana Alvarenga Duarte, uma das entrevistadas, que atua na educação em Contagem desde 1984, explica assim o aumento da demanda no município:

Meu modo de ver é assim, vieram muitas pessoas e muitas demandas também. Tiveram que refazer a cidade toda, bairro em Contagem pipocava para tudo em que é lado. Asfalto para tudo em que é lado. Construção de escola olha aqui pra você ver de 1990 para 2008 são dezoito anos. E neste período houve um crescimento aproximado de 150% de escolas de ensino fundamental, pois em 1990 eram somente 25 e hoje são quase 100 no município. E ainda não estou considerando os Polos de Educação Infantil, imagina isso para um município (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Nesse relato fica evidente o impacto desse aumento repentino da população nas políticas sociais, principalmente na educação, que precisou ampliar sua rede de

atendimento em cerca de cento e cinquenta por cento de 1998 a 2008, conforme dados da entrevistada.

Além do aumento vertiginoso da população, o município também enfrenta dificuldades em relação às áreas limítrofes com outros municípios da região metropolitana. As famílias que moram em outros municípios às vezes procuram atendimento educacional em Contagem.

Conforme levantamento realizado na Diretoria de Funcionamento Escolar da SEDUC, o atendimento público à educação básica no município, atualmente, é realizado: a) na rede municipal, que conta 117 estabelecimentos, sendo 71 escolas municipais, 15 anexos, 17 Centros Municipais de Educação Infantil, oito EDUCARTE e seis espaços alternativos; b) na rede estadual, em trinta e seis escolas; c) em trinta e dois Centros de Educação Infantil conveniados com a prefeitura. Esses estabelecimentos estão organizados em seis Núcleos Regionais de Educação (NRE) distribuídos no município.

Nas escolas municipais da rede são ofertados ensino fundamental regular, o ensino fundamental noturno, educação de jovens e adultos e algumas escolas atendem turmas de Educação Infantil. Os anexos são instituições de Educação Infantil que ainda não possuem independência total em relação à escola de ensino fundamental da qual fazem parte, possuem a mesma direção e dependência financeira, pois sua verba é depositada na conta corrente da caixa escolar da escola de ensino fundamental. Já Os Centros Municipais de Educação Infantil são instituições exclusivas de atendimento à Educação Infantil, possuindo direção e caixa escolar específicos. Os EDUCARTE são equipamentos dedicados ao atendimento integral e são freqüentados pelas crianças no contra turno da escola regular.

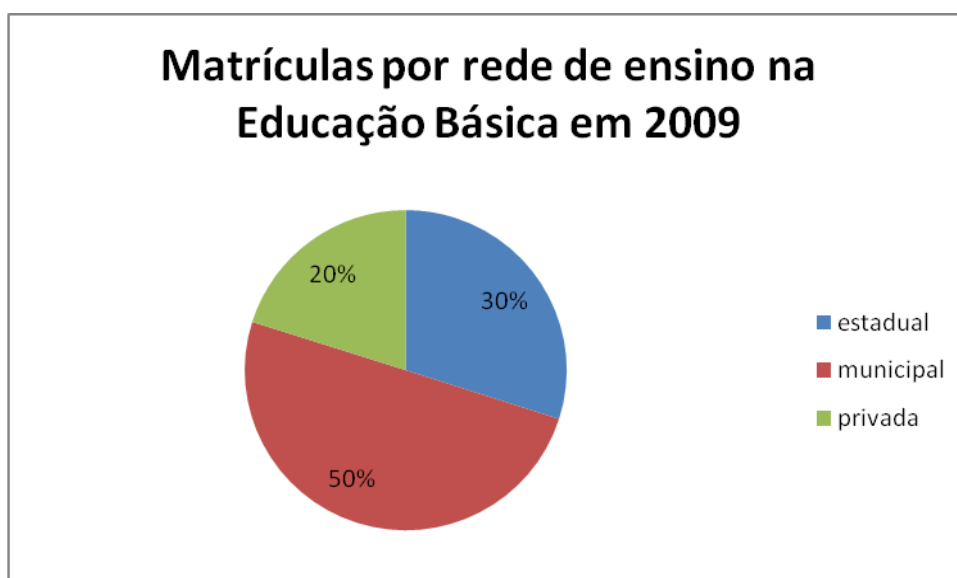
Nas escolas estaduais são ofertados o ensino fundamental e ensino médio. Além do ensino regular, existe o atendimento na modalidade de educação de jovens e adultos em estabelecimentos denominados CESEC.

De acordo com dados do Censo Escolar, o atendimento no município contabilizou, em 2009, um total de 142.817 matrículas na educação básica, sendo 42.774 efetivadas na rede estadual, 71.352 na rede municipal e 28.721 na rede de ensino privada. (INEP, 2010). Essas matrículas estão distribuídas entre as etapas da educação básica (Educação Infantil, ensino fundamental e ensino médio) e na

modalidade educação de jovens e adultos; estão somados a esses números o atendimento a estudantes com deficiência.

Em levantamento no setor denominado Gestão de Trabalhadores<sup>34</sup>, da SEDUC, encontramos o registro de cerca de 2001 Professores de Educação Básica nível I (PEBI), 1640 Professores de Educação Básica nível II (PEBII) e 371 pedagogos(as), distribuídos nos 117 estabelecimentos educacionais da rede.

### GRÁFICO 1 – NÚMERO DE MATRÍCULAS POR REDE DE ENSINO, EM 2009



Fonte: INEP

Essa ampliação do atendimento da educação básica e o fato de algumas empresas desenvolverem programas educacionais para seus trabalhadores contribuíram para a redução do índice de analfabetismo no município. A partir dos dados fornecidos pelo Censo Demográfico do IBGE (2000), o Ministério da Educação divulgou as seguintes taxas de analfabetismo<sup>35</sup> para Contagem: a) 1,60 para a população de 10 a 15 anos e 5,60 para a população de 15 anos ou mais (INEP, 2010). Porém, somente 10,4% dos trabalhadores possuem o nível superior

<sup>34</sup> Setor responsável por contratação, nomeação, enfim toda movimentação e folha de pagamento da Secretaria de Educação.

<sup>35</sup> Para efeito dos cálculos o IBGE (2010) considera analfabeta a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece e a taxa de analfabetismo é a percentagem das pessoas analfabetas em um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

completo, de acordo com dados de Contagem (2009), havendo por isso uma deficiência de mão de obra qualificada.

De acordo com estudo histórico realizado por Fonseca (1978), o município iniciou a oferta do ensino superior por meio do Seminário São José, cujo prédio serviu, mais tarde, de sede para a Escola de Engenharia e hoje abriga a Prefeitura Municipal.

Hoje extinto, o Seminário São José constituiu a primeira grande conquista contagemense, quanto ao ensino superior. Mesmo a Escola de Engenharia da FUMEC, o mais importante estabelecimento de ensino em Contagem, possivelmente não seria concretizada sem o acervo que adquiriu dos Padres Carmelitas, representado pelo prédio, mobiliário e outras peças do ex-seminário (FONSECA, 1978, p. 250).

Na campanha eleitoral de 2008, o candidato ao cargo de prefeito, Ademir Lucas (PSDB), divulgou sua intenção de instalar uma Faculdade Municipal em Contagem, enquanto a então candidata do PT, Marília Campos, principal opositora de Ademir, se comprometeu a instalar uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que, além dos tradicionais cursos técnicos, ofereceria também o curso superior em áreas tecnológicas.

Até o momento da conclusão desta pesquisa, não constatamos a existência no município de atendimento à educação superior pública gratuita mantido por nenhuma das esferas de governo. Existem, e não é de hoje, um número significativo de instituições privadas que ofertam o ensino superior, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação organizados em cursos presenciais, semi-presenciais e a distância (EAD).

Em consulta ao INEP (2010)<sup>36</sup>, encontramos as seguintes Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que funcionam no município (na modalidade presencial ou a distância): Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Faculdade Pitágoras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), Faculdade Senac Minas (FSM), Faculdade Una de Contagem, Centro Universitário de Maringá (CEUMAR/CESUMAR), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FATEC Salvador), Faculdade de Tecnologia (INED), Universidade Castelo Branco (UCB), Universidade Paulista (UNIP).

---

<sup>36</sup> <http://emec.mec.gov.br/>

A rede particular de atendimento no município conta com um diferencial: o significativo número de instituições pertencentes ao Sistema S<sup>37</sup>. Isso pode ser constatado pela quantidade de entidades que encontramos em levantamento realizado em campo: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Como a modalidade que nos interessa neste estudo é a Educação Infantil, apresentaremos agora um levantamento da quantidade de matrículas efetuadas nas instituições privadas, confirmando que a maioria do atendimento da Educação Infantil é feito nessas instituições. No Censo Escolar realizado em 2009 foram registradas 696 matrículas em creches da prefeitura e 3.550 na rede privada; na pré-escola foram 4.474 na rede pública e 6.603 em instituições particulares.

É importante ressaltar que a LDBEN classifica as escolas privadas em quatro categorias: particulares, confessionais, filantrópicas e comunitárias. As três últimas podem receber recursos públicos, desde que comprovem ter finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. Assim, a Lei não incorporou o conceito de serviço público não estatal, o chamado “terceiro setor”. Dessa forma, “instituições sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas) são enquadradas na mesma categoria que as particulares, que se caracterizam, muitas vezes, como empresas.” (SOUZA, et al, apud RESCIA et al, 2007, p. 53).

Os dados de atendimento do município à Educação Infantil demonstram a preponderância da oferta privada sobre a pública. A maior parte da população da cidade se encontra em áreas de vulnerabilidade social e são as mais prejudicadas com o atendimento público deficiente. Ainda de acordo com dados do INEP, de um total de 251 estabelecimentos que oferecem a Educação Infantil em Contagem, 228 são privados (particulares, comunitários, filantrópicos e confessionais)<sup>38</sup> e parte deles sem a devida regulamentação (INEP, 2005).

---

<sup>37</sup> A maioria das entidades que compõem o sistema e suas fontes de financiamento remontam à década de 1940 e foram reafirmadas na Constituição Federal que em seu artigo 149, que autoriza somente a União a instituir contribuições, no caso do sistema S, tem origem nas contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

<sup>38</sup> Destes, trinta e duas são denominadas creches conveniadas (termo utilizado para denominar as instituições comunitárias, filantrópicas, ONG's que assinam um convênio com a Prefeitura, onde o poder público e instituição cumprem acordos determinados no termo firmado entre as partes).

O poder executivo de Contagem realizou na rede municipal duas conferências acerca das políticas públicas de educação, uma em 2005<sup>39</sup> e outra em 2007<sup>40</sup>, ambas com o objetivo de verificar o desenvolvimento dessa política no âmbito municipal. Alguns avanços significativos foram garantidos na 1ª Conferência realizada, como a reafirmação do 1º ciclo do ensino fundamental como o Ciclo da Alfabetização e a conseqüente implantação do Núcleo de Alfabetização e Letramento (NALC)<sup>41</sup>.

Em relação à valorização dos trabalhadores em Educação, o diálogo com o governo do PT iniciou-se em 2005, quando, por meio do Decreto 164, de 22 de agosto de 2005, foi constituída uma comissão especial para implementar o plano de carreira e remuneração do Quadro dos Servidores da Educação. Em 2007, a prefeitura encaminhou à Câmara Municipal um projeto de Lei que instituía o plano de carreira para todos os servidores da prefeitura, mas os trabalhadores, por meio dos sindicatos (principalmente o dos trabalhadores da educação) se posicionaram contrários ao projeto em trâmite na Câmara. Diante de tal impasse, a Câmara Municipal abriu uma consulta aos trabalhadores em relação ao plano para verificar a aceitação dele perante o funcionalismo. A grande maioria votou contrária à proposta, alegando que ela implicava em perda de benefícios da categoria.

Após essa tentativa frustrada, o poder executivo retira o projeto da Câmara e o funcionalismo público continuou esperando por um plano de carreira que os valorize, mas sem perda de direitos já adquiridos em anos anteriores e sem perdas para os servidores que ingressarem na rede futuramente. Essa ansiedade foi corroborada pelas propostas realizadas na 1ª e 2ª conferências municipais de educação, na qual várias escolas propuseram a implantação do plano de cargos e salários e a equiparação salarial entre PEB1 e PEB2.

Tal equiparação foi concedida pela prefeitura e os PEB1 que atuam na Educação Infantil (crianças de 4 e 5 anos) e nas séries iniciais do Ensino fundamental) passaram a receber os mesmos vencimentos que os PEBII que atuam nos anos finais do ensino fundamental. De acordo com um informativo da

---

<sup>39</sup> Conferência convocada pelo Decreto nº 181, de 02 de setembro de 2005 e realizada nos dias 28, 29 e 30 de outubro do mesmo ano.

<sup>40</sup> Conferência convocada pelo Decreto nº 766 de 20 de setembro de 2007 e realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro do mesmo ano.

<sup>41</sup> Para compor a equipe de professores/assessores que compõem o núcleo foi realizado em 2006 o mesmo procedimento adotado em 2005 visando compor a equipe da SEDUC, um processo seletivo envolvendo os professores efetivos da rede municipal de educação.



prefeitura<sup>42</sup>, está prevista para 2011 a equiparação do salário-base dos professores da rede municipal ao dos professores da FUNEC.

#### QUADRO 4 - EQUIPARAÇÃO SALARIAL ENTRE PEBI e PEBII

Salário dos professores na educação (sem os quinquênios)				
	Jornada	Salário Bruto Maio/2005	Salário Bruto Maio/2010	%
Professor PEB I Habilitado (1ª a 4ª séries)	22 horas semanais	R\$609,00	R\$1.322, 99	118,5%
Professor PEBII (5ª a 8ª séries)	22 horas semanais	R\$704,26	R\$1.322,99	89%

Fonte: CONTAGEM, 2010b, nº 23 de junho, 2010.

Em 2009, o debate sobre o plano foi retomado pelo executivo do município, que dessa vez se propôs a discutir o plano da educação separado dos demais. Durante o longo processo de discussão, que incluiu a realização de debates regionalizados com a prefeitura, o projeto inicial foi sendo reformulado para, em maio de 2010, ser enviado à Câmara Municipal. Aprovado pelos vereadores e sancionado pelo executivo, o plano de carreira e remuneração do Quadro dos Servidores da Educação em breve será implementado, atendendo a determinação do artigo 67 da LDBEN.

Outro fato importante para o município decorreu da autorização dada pela Constituição de 1988 e regulamentada pela LDBEN de 1996 para os municípios implantarem seu Sistema Municipal de Educação, o que garante a independência deles em relação ao Sistema Estadual de Educação para legislar, desde que respeitados os princípios legais, matérias educacionais em seu território.

Assim, Contagem tornou-se recentemente, por meio da Lei 4.203 de 18/12/2008, um sistema de ensino independente, depois de permanecer por vinte anos (desde a constituição de 1988 até 2008) integrado ao Sistema Estadual. Nesse contexto, o Conselho Municipal de Educação de Contagem foi um importante ator social. Na ausência do Sistema, legislou e concedeu autorização de funcionamento

<sup>42</sup> CONTAGEM, P. M. de. *Informativo da Prefeitura de Contagem*, nº 23, de junho de 2010.

para as instituições de Educação Infantil públicas e privadas, que, segundo o art. 18 da LDBEN, compreendem o sistema municipal de educação.

Franco et al (2007) nos alerta para o recente desafio da qualidade que está colocado no Plano do Desenvolvimento da Educação (PDE), divulgado pelo MEC que, por meio da Prova Brasil, produz indicadores para os municípios brasileiros. Assim, o INEP utiliza dados dessa avaliação com os disponibilizados pelas escolas no Censo Escolar para produzir o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim, “[...] o princípio básico do IDEB é o de que a qualidade da educação pressupõe que o aluno aprenda e passe de ano.” (p. 991).

O IDEB tem provocado, nos municípios e nos estados que atendem mais ao ensino fundamental, a necessidade de fomentar, junto às escolas, políticas públicas para o trabalho com esses dois indicadores: a aprendizagem dos estudantes e a manutenção de um fluxo regular, sem repetição de etapas e anos, visando que o estudante conclua o ensino fundamental dentro dos nove anos previstos para sua duração.

**TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB UM COMPARATIVO ENTRE O BRASIL E CONTAGEM**

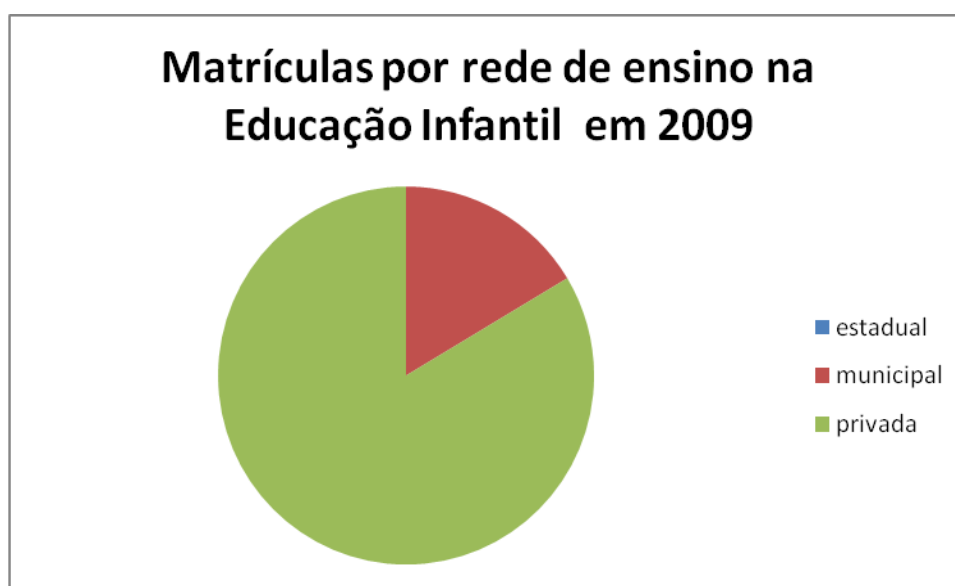
		Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
		2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
Brasil	<b>Total</b>	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
	<b>Rede Pública</b>	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
	<b>Rede Federal</b>	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7,0
	<b>Rede Estadual</b>	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3,0	3,2	3,1	4,9
	<b>Rede Municipal</b>	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3,0	4,8
	<b>Rede Privada</b>	5,9	6,0	6,0	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3	5,6	5,6	5,6	7,0
<b>Rede Estadual de Minas Gerais</b>		4,9	4,9	5,0	6,8	3,6	3,7	3,6	5,6	3,4	3,5	3,5	5,3
<b>Rede Estadual no Município</b>		4,6	4,9	4,7	6,7	3,7	3,8	3,7	5,7				
<b>Rede Municipal de Contagem</b>		4,7	4,4	4,7	6,7	3,7	4,3	3,7	5,7				

Fonte: www.inep.gov.br

### 3.5 Educação Infantil

O público alvo da Educação Infantil são as crianças de zero até seis anos de idade e atualmente existem no município setenta e duas instituições públicas/conveniadas que ofertam esse atendimento. Dessas, quarenta e uma são públicas e trinta e uma são instituições filantrópicas ou confessionais que mantêm convênio com a prefeitura.

**GRÁFICO 2 – MATRÍCULA POR REDE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM 2009**



Fonte: INEP

De acordo com dados do Censo Escolar realizado em 2009, foram matriculadas cerca de 5.170 crianças na rede municipal de Educação Infantil, sendo 696 em creches e 4.474 na pré-escola. Em relação ao total de matrículas efetivadas pelo município em 2009, a Educação Infantil representou ínfimos 7,2%. De acordo com dados fornecidos pela Diretoria de Educação Infantil (DEI), da SEDUC, essas crianças foram atendidas em 41 Instituições, conforme especificado no quadro 4.

## QUADRO 5 – INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM 2009

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE UNIDADES
CEMEI	07
Polos de Educação Infantil*	09
Polos com atendimento de Educação Infantil e Ens. Fundamental	06
Anexos	05
Escolas de Ens. Fundamental com turmas de Ed. Infantil	14
Total	41
* Em janeiro de 2010 os Polos que atendiam exclusivamente a Educação Infantil foram renomeados CEMEI, por meio da Lei nº 4.320, de 04 de janeiro de 2010.	

**Fonte:** Quadro organizado pelo autor a partir de dados fornecidos pela DEI/SEDUC.

O Sr. Adão Barbosa, da Diretoria Financeira da SEDUC, esclarece, no fragmento de entrevista abaixo, que parte das instituições conveniadas não informa corretamente os dados do Censo Escolar, o que acarreta diminuição do valor repassado pela União, por meio do FUNDEB ao município:

O cálculo do FUNDEB é feito de acordo com o número proporcional de alunos do município. As próprias entidades, e eu tenho cobrado da Dolores, o governo federal repassa as verbas com base nas informações prestadas no censo escolar. Atendemos hoje quase quatro mil crianças, três mil e setecentas crianças, dessas apenas mil e pouco foram cadastradas no censo. Pois na hora de fazer o censo elas fazem de forma errada e não é falta do setor de funcionamento escolar cobrar. Eles fazem e não é registrado lá. Às vezes se cadastram como entidade privada, outra como comunitária, outra como filantrópica, cada uma com uma denominação na hora de registrar lá. E aí o MEC não reconhece e não repassa o recurso. Aí acaba ficando penalizada nesse sentido aí. Como elas falham na hora de fazer o censo, o município fica penalizado e não recebe o recurso a que teria direito. E o município pega o recurso do tesouro municipal para realizar o repasse, dinheiro esse que poderia ser investido em outras demandas da população, em infraestrutura para a cidade, como saneamento básico, por exemplo, tenho que gastar com a educação. Sendo que o governo federal poderia estar repassando, se eles, a própria creche realizasse o censo de forma correta. E eles não fazem isso (Barbosa, Adão, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Assim, conforme descrito no relato do diretor financeiro da SEDUC, os dados de matrículas informados no Censo Escolar podem conter algumas distorções, principalmente os dados relativos às instituições conveniadas com a prefeitura, que

declaram maior dificuldade no preenchimento das estatísticas solicitadas no formulário que compõe o banco de dados do INEP.

Estimativas do IBGE apontaram, no ano de 2007, cerca de 63.687 crianças com idade até seis anos, o que correspondeu à população potencial da Educação Infantil em Contagem naquele ano. E o Censo Escolar, realizado em 2009, dois anos depois, contabilizou um total de 15.323 crianças atendidas em creches e pré-escolas públicas e privadas do município, o que corresponde a 24,6% da população potencial. Ou seja, o município não chega a atender nem 25% das crianças de 0 até seis anos em estabelecimentos educacionais.

A política municipal recomenda, por meio de suas legislações e documentos, o tratamento integral dos vários aspectos do desenvolvimento infantil, evidenciando a indissociabilidade do educar e do cuidar. Esse princípio tem respaldo legal, pois a LDBEN define que essa etapa da Educação Básica “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 29).

Ainda segundo a LDBEN, art. 18, incisos I e II, todas as instituições de Educação Infantil localizadas no município, tanto as públicas quanto as privadas, integram o Sistema Municipal e são regulamentadas por normas definidas pelo Conselho Municipal de Educação. Na ausência do sistema municipal, ficam condicionadas a seguir as normas do Conselho Estadual de Educação, pertencendo, assim, ao Sistema Estadual de Ensino.

Conforme explicitado anteriormente, o município aprovou a legislação que implanta e organiza seu Sistema de Ensino no final de 2008, mas anteriormente já contava com um Conselho Municipal de Educação atuante. Esse Conselho, atuando por delegação do CEE/MG organizou a Educação Infantil de Contagem por meio da Resolução nº 11 de 04/07/2002, que alterou a legislação anterior (a Resolução nº10/1999). De acordo com informações da Diretoria de Educação Infantil (DEI) da SEDUC e do Conselho Municipal de Educação de Contagem, a Resolução nº 11 se encontra em processo de reformulação.

Quando questionado sobre a representação da Câmara Municipal no Conselho Municipal de Educação, o vereador entrevistado cita um exemplo da atuação do Conselho na Educação Infantil:

Atualmente é o professor Irineu. Eu estive lá um longo período mais ou menos. Acho o Conselho uma coisa muito importante sabe? Tanto na parte de projeto quando de fiscalização. Porque já tivemos que fiscalizar escolas principalmente as infantis. Tem pessoas bem intencionadas e tem pessoas que não querem seguir a legislação educacional. Tem entidades que não queriam se adaptar o Conselho ia dava prazo, você tem que trocar esse banheiro, nós fomos visitar um que esse aí nós tivemos que chegar ao extremo de pedir a suspensão do convênio da Educação, pois essa instituição tinha um convênio na Educação e outro na Assistência Social. Tivemos que pedir a suspensão até que eles aceitassem. Era um absurdo, no dia em que fomos visitar a pia da cozinha estava quebrada e menino lá. Tinha escada e não tinha corrimão, tinham pedras espalhadas em um pequeno espaço que denominavam pátio, tinha um pedaço de ferro solto. Quando fomos visitar eles se negaram a abrir, falamos que era do Conselho e mesmo assim não abriam. Tivemos que ir lá três dias, mas fomos e resolvemos (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

A Resolução nº 11 de 2002, em seu art. 1º, parágrafo 1º, prevê que o município deve organizar plano de universalização para a Educação Infantil, o que não ocorreu. O mais viável na redação nesse parágrafo seria a utilização do termo “ampliação” ao invés de universalização, uma vez que, de acordo com a LDBEN, as famílias têm a opção de confiar ou não a educação de suas crianças pequenas às instituições coletivas. Além dessa boa intenção, a legislação estabelece, entre outros benefícios que contribuem para a organização da política de Educação Infantil, a quantidade de crianças por turmas e exige das Instituições uma proposta pedagógica que assegure três princípios:

princípios éticos de autonomia da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício de criticidade, do respeito à democracia; princípios estéticos e culturais da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade das manifestações artísticas e culturais (CMEC, 2002).

Essa Resolução também orienta para que a avaliação nessa etapa educacional não tenha caráter de promoção, mas seja realizada visando ao acompanhamento do desenvolvimento da criança. (art. 5º, parágrafo único). Assim, o Conselho Municipal, por meio dessa legislação, analisa a regularidade e a situação das Instituições de Educação Infantil de Contagem, autorizando ou não o

funcionamento delas. Antes de o município ter seu próprio Sistema, o Conselho Municipal enviava a autorização ao Conselho Estadual para que ela fosse publicada.

Além dessa legislação, nos deparamos na pesquisa com documentos significativos que orientam a Educação Infantil no município, como os *Referenciais para construção da proposta curricular da Educação Infantil*, de 2004; o *Caderno da Educação Infantil: construindo o projeto político-pedagógico*, de 2007 e a revista *Trilhas da Infância*. De acordo com depoimentos dos entrevistados, todos esses documentos foram construídos coletivamente pelos profissionais da Educação Infantil da rede municipal pública e conveniada. Ao término desta pesquisa ainda estava em processo de construção um documento que propõe orientar as instituições em relação à elaboração de suas respectivas propostas curriculares.

### **3.6 Ensino Fundamental**

A demanda regular para o atendimento nessa etapa da educação básica, a única obrigatória, compreende as crianças com seis anos completados até de 31 de março do ano em que ingressam no ensino fundamental, indo até 14 anos para aqueles que completarem a etapa em idade regular. A LDBEN, acrescida de suas alterações, indica que essa etapa tenha a duração mínima de nove anos e 14 anos seria a idade indicada para o término dos estudos obrigatórios. Porém, essa idade pode ser ampliada no caso de retenções, reprovações ou outras adversidades que podem ocorrer no percurso educacional do(a) estudante.

Segundo Franco et al (2007), o ensino fundamental foi universalizado no Brasil desde a década de 1990 e passa por avaliações em âmbitos nacionais e estaduais, as quais visam medir a qualidade do ensino oferecido aos estudantes brasileiros. Aliado a essas variadas políticas de avaliação, o município idealizou seu próprio instrumento de avaliação, o *Aprova Contagem 2007*, para aferir a qualidade do ensino fundamental na rede e levantar alguns indicadores. O instrumento contou com dois tipos de questionários:

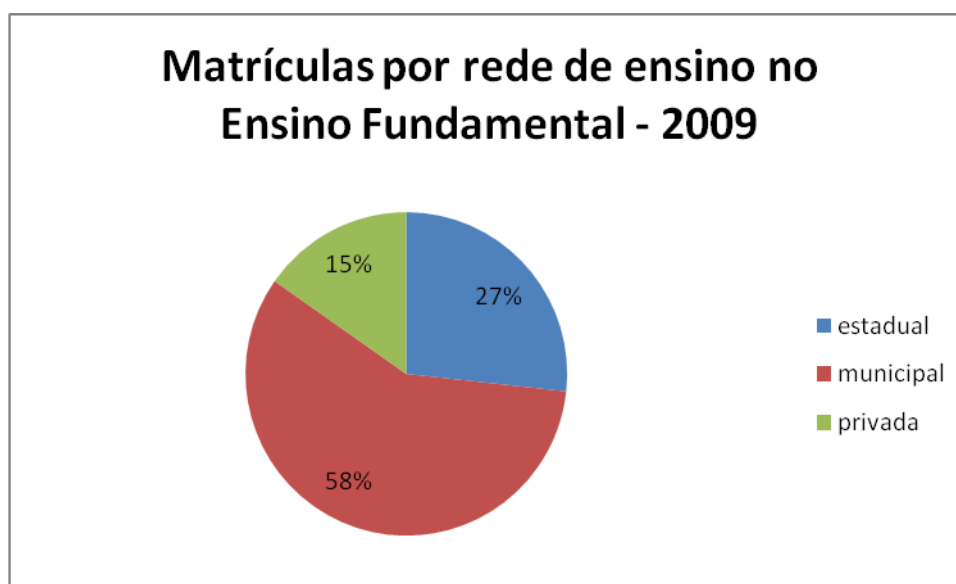
Os questionários contextuais agregaram informações sobre o contexto social, econômico e cultural dos estudantes; a formação, as práticas pedagógicas dos educadores, os estilos de liderança e as formas de gestão; os recursos pedagógicos disponíveis; a infra-

estrutura e os recursos humanos. [...] Os questionários cognitivos avaliaram o desempenho dos estudantes em relação às capacidades de leitura e escrita com foco no uso social dessas capacidades e em relação aos conhecimentos lógico-matemáticos e a resolução de problemas (CONTAGEM, 2007b, p. 21).

Foram aplicados 16.676 questionários cognitivos aos estudantes e o questionário contextual foi respondido por 2.446 professores, 16.676 estudantes, 67 dirigentes, 246 pedagogos e 8025 pais ou responsáveis. Os estudantes que participaram foram os que estavam cursando o 3º ano de cada ciclo, que correspondem à 2ª, 5ª e 8ª séries do sistema de seriação.

Dados do Censo Escolar de 2009 registraram 88.576 matrículas totais no ensino fundamental, das quais 46.512 foram nos anos iniciais e 42.064 nos finais. Essas matrículas estão divididas entre escolas municipais e estaduais e a rede privada. Ainda conforme dados do Censo, a maioria dos estudantes é atendida na rede pública municipal, responsável por 51.403, enquanto as escolas estaduais são responsáveis por 23.677 matrículas e a rede privada por 13.496 (INEP, 2010).

### GRÁFICO 3 – MATRÍCULAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL POR REDE DE ENSINO EM 2009



Fonte: INEP

O atendimento na rede municipal corresponde a 58% do total e está distribuído em 71 escolas no município. As 36 unidades estaduais atendem a 27 % do total de ensino fundamental e ensino médio, diferente da prefeitura que tem uma



fundação independente da rede municipal que atende exclusivamente ao ensino médio. Descreveremos melhor essa situação na sessão seguinte.

A LDBEN, na seção III, art. 32, trata do ensino fundamental, onde, além de mencionar a obrigatoriedade, gratuidade e, duração<sup>43</sup>, ainda concede liberdade dos municípios para se organizarem em ciclos e estabelece os objetivos da etapa, que visa à formação cidadã dos sujeitos. São esses os objetivos:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2006)

Buscando atender a esses objetivos a escola pública municipal de Contagem se organizou em ciclos de formação humana, talvez, inicialmente, por influência da Escola Plural de Belo Horizonte, que pode ser considerada pioneira na renovação pedagógica brasileira, iniciada no Brasil no final da década de 1970.

Desde a década de 1990, as escolas de Contagem vêm propondo inovações em suas propostas pedagógicas como diferentes coletivos; reorganização de tempos e espaços; organização de estudantes em grupos flexíveis, propostas pedagógicas diferenciadas que permitam atender diferentes demandas apresentadas pelos estudantes, construindo, assim, a política de Ciclos de Formação Humana, que se consolida em 1997.

De acordo com histórico do ciclo, divulgado no caderno de propostas da II conferência<sup>44</sup>, os anos de 1997, 2000, 2006 e 2007 são considerados marcos na implantação da organização curricular por Ciclos de Formação Humana em Contagem. A regulamentação da reorganização dos tempos escolares foi realizada por meio do Adendo II ao Regimento das Escolas Municipais de Contagem, de 4 de dezembro de 1997. Em 2000, o Decreto nº 10.454, de 18 de abril, institui os Ciclos

---

<sup>43</sup> A duração do ensino fundamental sofreu duas alterações após a promulgação da LDBEN. A primeira foi por meio da lei 11.114 de 2005 que autorizou a matrícula de crianças com seis anos no Ensino Fundamental e em fevereiro de 2006 a Lei nº 11.274 altera a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, transformando o último ano da Educação Infantil no primeiro ano do ensino fundamental.

<sup>44</sup> CONTAGEM, 2007b.

Dinâmicos de Formação Humana nas escolas municipais. Finalmente, a emenda ao Regimento Escolar realizada em 06 de outubro de 2006 regulamentou a reorganização do ensino fundamental em Ciclos de Formação Humana. O mesmo documento faz a seguinte observação em relação à nova organização:

[...] a organização do cotidiano escolar em Ciclos de Formação Humana contribui para que os(as) educadores(as) realizem um trabalho coerente com as demandas dos(as) estudantes. Para isso, a organização dos tempos e espaços escolares e a definição dos projetos, a seleção de conteúdos e das atividades precisam ser sempre discutidas, avaliadas, planejadas e replanejadas pelo coletivo de educadores(as) (CONTAGEM, 2007b, p.20).

Além dessa legislação, a rede municipal de Contagem também lançou outros documentos, como os Referenciais Curriculares construídos em 2004 com a participação dos professores de cada ciclo, uma coleção com quatro volumes: Referenciais curriculares do 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e Educação Infantil; O caderno de Alfabetização e Letramento, lançado em 2007; o caderno do 2º ciclo, lançado em 2008; a Revista Contagem Literária.

### **3.7 Ensino Médio**

O ensino médio constitui a etapa final da educação básica e, de acordo com a LDBEN<sup>45</sup>, tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. O público alvo dessa etapa compreende os adolescentes de 15 a 18 anos, desde que a cursarem em idade regular. Porém, essa idade pode ser ampliada no caso de retenções, reprovações ou outras adversidades que podem ocorrer no percurso educacional do(a) estudante.

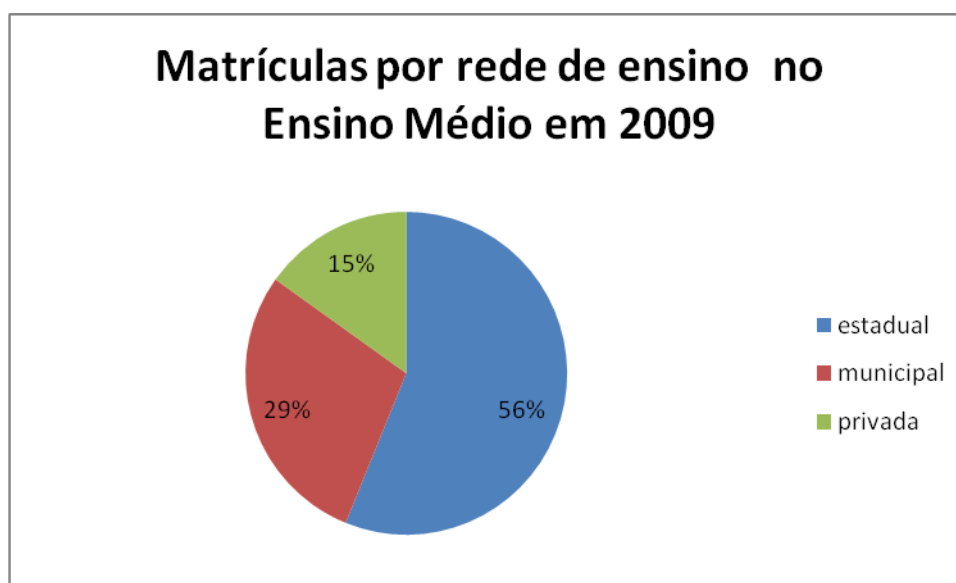
Como a etapa ainda não é obrigatória, muitos jovens abandonam os estudos nessa fase para se inserirem ao mercado de trabalho. De acordo com pesquisa realizada pela UNESCO, coordenada por Abramovay & Castro (2003), existe um grupo acima de 17 anos que está fora da cobertura de políticas públicas destinadas a garantir a permanência de estudantes nas escolas, o que explica, parcialmente, o fato de a taxa de evasão ser maior no ensino médio do que no ensino fundamental.

---

<sup>45</sup> BRASIL, 1996.

O Censo Escolar de 2009 contabilizou um total de 32.211 matrículas no ensino médio, distribuídas entre ensino médio regular, educação de jovens e adultos e ensino técnico profissionalizante. Dessas, 9.269 foram feitas na rede municipal, 18.082 na estadual e 4.860 na rede privada. Portanto, a maioria foi atendida na rede pública estadual (INEP, 2010).

#### GRÁFICO 4 - MATRÍCULAS PARA O ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO EM 2009



Fonte: INEP

Mesmo que a maioria das matrículas dessa etapa tenha sido realizada na rede estadual, o município de Contagem atuou de forma peculiar, investindo 5% de sua receita no ensino médio. Para isso, formulou emenda específica na lei orgânica municipal que necessita de ser votada a cada ano, para investir além dos 25% previstos na Constituição Federal e destinados ao financiamento de suas áreas de competência.

Atualmente, a oferta de ensino médio pela rede municipal é de responsabilidade da FUNEC, que, ao longo dos anos e de acordo com os diferentes governantes à frente do executivo municipal, tem assumido diferentes atribuições em relação à educação dos contagenses.

Criada pela Lei Municipal nº 1101, de 21 de março de 1973, sancionada pelo prefeito Newton Cardoso, a FUNEC trazia como objetivo principal a suplementação da ação da municipalidade no setor do ensino das quatro primeiras séries do Grupo Escolar Municipal *Cordelina Silveira Mattos*. Sua origem é o Colégio Municipal, de

duração efêmera, iniciado em 1968. Apesar de ter estrutura particular, durante dois anos (de 1974 a 1976) a FUNEC funcionou como entidade ligada ao município. A partir de 1977 desenvolveu atividades como entidade particular.

Hoje é uma instituição pública municipal que tem por objetivo “ministrar o Ensino Médio e a Educação Profissional, garantindo a formação básica para o trabalho e a cidadania, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.”<sup>46</sup> A FUNEC mantém em funcionamento 22 unidades de ensino em Contagem, sendo que o ensino médio regular é oferecido em 16 unidades, a educação de jovens e adultos (ensino médio) em sete e o ensino técnico de nível médio em cinco.

### **3.7.1 Educação Profissional**

No Censo Escolar de 2009 2.184 matrículas da educação profissional foram atribuídas à rede particular, enquanto o município ofereceu 941 matrículas nessa modalidade de ensino médio. Não foram registrados atendimentos de educação profissional na rede Estadual do município (INEP, 2010).

Existem na cidade diversas instituições particulares que oferecem a educação profissional, dentre as quais destacamos a existência de uma escola profissional na Cidade Industrial desde a década de 1960, o *Centro de Formação Profissional Euvaldo Lodi*, uma das unidades de ensino do SENAI, da qual sai grande parte da mão-de-obra especializada que abastece as indústrias da região.

A FUNEC oferece cursos técnicos com as seguintes habilitações: Patologia Clínica, Química Industrial, Segurança do Trabalho com Ênfase em Meio Ambiente, Enfermagem, Contabilidade Social, Administração e Informática. Esses cursos estão alocados em cinco unidades educacionais.

O CEFET-MG, em parceria com a Prefeitura de Contagem, oferece, desde abril de 2006, para alunos da FUNEC, um curso de ensino médio integrado à educação profissional, na área de Química. Pelo acordo, o CEFET-MG oferece suportes técnicos e logísticos ao curso de Química.

---

<sup>46</sup> [www.contagem.mg.gov.br/funec](http://www.contagem.mg.gov.br/funec) consultado em 29/06/2010.

Está prevista a implantação de uma unidade do CEFET no município. De acordo com matéria publicada no Diário Oficial de Contagem (DOC)<sup>47</sup>, de 03/03/2008, a prefeitura assinou, no dia 28 de fevereiro daquele ano, um termo de doação do terreno para a União onde será construída a unidade de Contagem do CEFET-MG. Essa ação é integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, mais conhecido como 'PAC da Educação', que, dentre os projetos, prevê a construção de 213 unidades do CEFET em todo o País, sendo uma delas em Contagem.

De acordo com o documento de propostas da II Conferência Municipal de Educação (CONTAGEM, 2007b), a I Conferência apresentou como principal diretriz para as políticas de ensino médio e educação profissional “o desenvolvimento de ações objetivando o fortalecimento da FUNEC especialmente pela intensificação da formação profissional” (p. 48). Observamos, então, que as políticas de expansão da fundação tendem a se concentrar no eixo formação profissional, uma vez que após o FUNDEB ficou mais claro que o ensino médio regular é de competência do Estado e não do município. Tal fato é corroborado em entrevista concedida pela prefeita Marília Campos, em 05/03/2010, quando a mesma comenta sobre os recursos e a reivindicação da população pela manutenção do ensino médio municipal:

[...] agora com o FUNDEB se colocou de forma clara, o município pode até assumir, mas ele não tem recurso. Agora com a questão do FUNDEB, as competências ficaram mais claras, agora, todo mundo a população o que ela já tem ela não quer perder, principalmente quando ela tem algo de qualidade, eu compreendo. [...] (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

Além da prefeita, pudemos perceber esse entendimento no discurso do Diretor Financeiro da SEDUC, que faz a seguinte declaração:

[...] essa responsabilidade é do Estado por isso o município tem que assumir isso com recurso próprio, tanto que a FUNEC está passando por um novo formato onde será priorizada a educação profissional e não o ensino médio que é de responsabilidade do Estado. Então já que o município quer abraçar essa causa. Seria muito mais interessante eles estar atendendo uma demanda que é dele. A FUNEC mudou o eixo o que eu acho interessante. O Estado absorvendo o ensino médio a FUNEC irá ofertar curso

---

<sup>47</sup> CONTAGEM, 2008b.

profissionalizante (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Muitas unidades da FUNEC, por não contarem com prédio próprio, coabitam com escolas da rede municipal. A FUNEC não foi estruturada em rede física independente e, às vezes, surgem situações conflituosas nas unidades por causa dessa coabitação, uma vez que acontece de estarem atuando em um mesmo prédio duas direções, duas unidades com público, professores, alunos de etapa diferentes da educação básica. Com o intuito de reduzir o número de unidades, existe uma proposta de fundir algumas delas, que passariam a funcionar em grandes unidades regionais ao invés de turmas espalhadas em muitas escolas da região, como acontece em alguns casos. Quando comentamos sobre essa situação, os participantes fizeram as seguintes declarações:

Concordo plenamente, pois existe atualmente uma estrutura grande para atender poucas turmas em unidades espalhadas pela cidade. Uma escola com um diretor, um secretário, um pedagogo, para atender três, quatro turmas é só o poder público mesmo é que monta. Torna-se um ensino precário e caro (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Escolas que coabitam com a FUNEC recebem uma verba a mais para cobrir despesas de uma lâmpada que necessita ser trocada, um reator. Pois as escolas que vivenciam essa situação reclamam que a FUNEC não ajuda na manutenção do prédio. Desde 2006 que repassamos esse recurso aí parou a choringueira (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009)

Entre outras políticas e benefícios, as vagas na FUNEC estiveram sob administração dos vereadores e políticos, o que obrigava os jovens e suas famílias a recorrerem a algum padrinho para conseguir a matrícula em alguma unidade. Mas a realidade hoje é diferente conforme relato da atual prefeita Marília Campos (PT):

Hoje o povo aprendeu antigamente você tinha filas na Câmara para conseguir vaga em escola, indicar professor, hoje em dia não. Professor é concurso público ou processo seletivo, então hoje a cidade procura a Câmara por outras razões, não mais para receber um benefício da assistência social, um benefício que era muito usual, por exemplo, o benefício da funerária, para enterrar uma pessoa. Tudo é política pública não tem que ter mais a intervenção e mediação do vereador, antes até para tapar um buraco na rua o vereador tinha que apadrinhar. Hoje as políticas educacionais são políticas públicas, todos são concursados, até vaga na FUNEC

antigamente era negociado. Hoje o aluno entra por processo seletivo, não tem apadrinhamento político, essa cultura de cidade mais democrática, de cidade para todos, a cidade tem crescido com elas e os vereadores também. Se não acompanhar ficam para trás (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

A prefeita Marília Campos comenta da dificuldade em negociar com o governo estadual sobre a oferta do ensino médio no município e comenta a estratégia que propôs, mas não obteve êxito:

Não deveria dificultar, mas existem algumas dificuldades, mas a prefeitura tem feito muitas parcerias, agora se o Estado quisesse fazer convênio com o município ele poderia fazer, manter a nossa FUNEC, ofertando vagas, o Estado ele compra vagas de ensino médio em escolas particulares, porque que ele não compra da FUNEC? Seria uma forma de ajudar o município (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

Quando comentamos com a referida entrevistada sobre a relação de atendimento entre a prefeitura e o governo do Estado, a mesma demonstra domínio sobre o assunto e esclarece o caso de Contagem:

Nós somos uma das poucas cidades onde a presença do Estado é bem menor que a da prefeitura. Ele atua naquilo que é competência dele e aquilo que não é exclusividade que é o atendimento de ensino fundamental, agora aqui em Contagem o atendimento ao ensino fundamental pela prefeitura o Estado não tem nada que reclamar, pelo contrário, quem mantém aqui, a grande maioria é a gente (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

Na maioria dos municípios os primeiros anos do ensino fundamental estão com a prefeitura, os últimos anos estão com o Estado. E agora há uma pressão do Estado de querer entregar mais. Para poder atender exclusivamente ao ensino médio. Essa é a pressão. Contagem sempre atendeu muito ao ensino fundamental. O Estado não atendia ao ensino fundamental, foi passando o ensino fundamental pra gente. Tanto que ele municipalizou, Contagem tem Escola Estadual que foi municipalizada. Contagem atende quase setenta por cento do ensino fundamental, o médio e a Educação Infantil. E quem é que perde com essa história toda? A Educação Infantil. Hoje tem um trabalho que é manter o nível de matrículas da FUNEC. Não aumentar a FUNEC. Hoje ela está com dez mil alunos e não pode passar disso. Caso ela atenda para além desse número são em programas desenvolvidos em parceria com o governo federal. Isso para que o município possa atender de fato a Educação Infantil. E nós não conseguimos financiamento para o ensino médio. Isso é negociação com o Estado. E nós não conseguimos. Contagem

fez o movimento para tentar, através do FUNDEB, receber recursos referentes às matrículas de ensino médio. Porém, não recebemos. Por isso a FUNEC tem que ficar em um tamanho fechadinho (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

[...] os políticos da cidade, como cidade, agora que eles estão começando a fazer esse discurso, mas antes não fazia não, antes era o discurso do ensino médio, da FUNEC, que dava palanque, dava discurso. Mas eu não consegui derrubar em Contagem o histórico de, a exceção do movimento de luta pró-creche, ligado ainda a assistência, não tinha essa visão da Educação Infantil. Mesmo no Conselho Municipal de Educação eu não percebia essa preocupação. Era uma luta muito grande, de vencer, abrir escola, a cidade tinha outras preocupações, tinha outra agenda né? A proposta de criar Faculdade Municipal na cidade, ampliar o ensino médio. Então na verdade, em detrimento da Educação Infantil criavam-se outras perspectivas políticas. Mas eu não consegui conceber, mesmo dos atores no legislativo uma iniciativa de preocupação com a Educação Infantil. Na verdade quem levantou essa bandeira recentemente, muito recentemente foi a prefeita. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

Mas o recurso investido na FUNEC não é do FUNDEB e nem da Educação Infantil, são recursos de quem assume isso é o município o que dá em torno de dez a vinte milhões por ano. O município gasta com a educação cento e setenta milhões, onde a FUNEC representa no máximo uns vinte milhões, o custo total com a FUNEC (BARBOSA, Adão Antônio. Entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

[...] porque Contagem tem essa coisa de eleição, quem dá FUNEC de graça, quem mantém FUNEC, se elege. (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Percebemos nos fragmentos de entrevistas a tensão existente entre o poder público estadual e municipal no oferecimento de vagas em escolas públicas, e além disso é nítida também a tensão existente dentro da prefeitura em relação ao atendimento realizado pela FUNEC (ensino médio) e as implicações políticas que envolvem tais decisões.



#### **4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM CONTAGEM**

Neste capítulo iremos discutir a implementação no município de Contagem do direito à educação da criança de zero até seis anos, nos últimos 14 anos, período de 1996 a 2010. Além de apresentar uma construção histórica que antecedeu ao período pesquisado, que permitiu compreender as origens do atendimento a crianças em instituições coletivas de cuidado e educação em Contagem. Para tal construção histórica elencamos como nosso marco inicial o ano de 1979, ano em que registramos as primeiras organizações das creches e pré-escolas. Neste período identificamos as primeiras articulação dos movimentos sociais no município, descrevemos as origens das primeiras creches comunitárias, bem como as características das primeiras turmas de pré-escolas. Descrevemos todo o esforço das lideranças no sentido de implantar o atendimento, esforços atribuídos principalmente as mulheres, até que a LDBEN, marca o reconhecimento das creches em 1996, como equipamentos educacionais.

A implantação da LDBEN marca nosso período de análise (1996-2010), buscando realizar uma categorização que contribua para a compreensão das ações dividimos o referido período em duas grandes subdivisões: a) De 1996 a 2002, período em que analisamos as ações políticas após a LDBEN, identificando os impactos imediatos dessa legislação no atendimento em creches e pré-escolas do município; e outro b) De 2003 a 2010, pois datam de 2003 as primeiras ações no interior da Secretária de educação, conforme relatos de técnicos, no sentido de realizar a transição das creches, seus conveniamentos da assistência social para a área educacional. Identificamos também, neste período, a partir de 2005, mudanças significativas para a política de educação infantil. Atribuímos tais mudanças a entrada na arena política de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a implantação de linha de financiamento por meio do FUNDEB. Diante desse contexto registramos o desenrolar de um novo cenário para as políticas de educação infantil no município, aumentam-se os investimentos financeiros, pedagógicos, registram-se também os primeiros atendimentos públicos a crianças de zero a três anos no município, além da construção de prédios pensados especificamente para a faixa etária atendida na educação infantil, os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI).

#### **4.1 Creches Comunitárias e Pré-escolas de Contagem (1979-1996): a implementação desses atendimentos**

Esta retrospectiva visa descrever o início da oferta de vagas em creches comunitárias e pré-escolas<sup>48</sup> no município de Contagem, bem como os aspectos que serviram como “pano de fundo” para a constituição das políticas públicas de atendimento a crianças de zero até seis anos. Nós perguntamos: Que políticas públicas de atendimento à criança de zero a seis anos existiram no município no período que antecede a LDBEN de 1996? Quais foram os impactos da proclamação da Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, no atendimento à criança de zero a seis anos em Contagem?

Com o objetivo de organizar um histórico que promova a compreensão do processo político que possibilitou o surgimento dos primeiros atendimentos de educação e cuidado em instituições coletivas do município, elencamos como marco inicial desse período histórico o ano de 1979. Essa escolha foi feita em função de fatores significativos que ocorreram em relação às políticas públicas para a criança de zero a seis anos no contexto internacional no referido ano. Além disso, em 1979 foi proclamado, pelas Nações Unidas, o Ano Internacional da Criança.

O ano de 1979 marcou, em Contagem, o início da oferta de atendimento de educação e cuidado em instituições coletivas para as crianças de zero a seis anos. Esse atendimento era caracterizado pelos seguintes aspectos: a) início da articulação para a implementação das primeiras creches comunitárias no município<sup>49</sup> b) início das atividades do Movimento de Luta Pró-Creches (MLPC), 12/07/1979, conforme registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da entidade; c) ano em que registramos, por meio de relato<sup>50</sup>, o primeiro atendimento a crianças de seis anos (pré-escola) em escolas municipais. Já o ano de 1996, ano inicial do período

---

<sup>48</sup> As instituições foram denominadas inicialmente creche indiferente da idade atendida, pois prevalecia a perspectiva do cuidar, hoje são denominadas CEIs Centro de Educação Infantil. E o primeiro registro de pré-escolas é atribuído a turmas de seis anos que funcionavam em escolas municipais ou estaduais.

<sup>49</sup> Todas localizadas no entorno do distrito industrial, CEI Criança Feliz, CEI Maria de Lourdes Gonçalves (nome de fundação creche Cantinho da Cinderela), CEMEI Jardim Eldorado (nome de fundação creche Peixinho Vermelho, depois CEI São Geraldo), CEI Dona belinha (nome de fundação creche Gente Miúda)

<sup>50</sup> Informação fornecida por meio da entrevista concedida por Diva, professora na época que declarou ter lecionado nas turmas de seis anos da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.

pesquisado, é justificado pela aprovação, em dezembro, da nova LDBEN e sua implementação a partir de 1997.

Em termos gerais, a década de 1980 significou um avanço considerável em relação à Educação Infantil, pois foram produzidos estudos e pesquisas de relevante interesse, inclusive discutindo e buscando a função da creche/pré-escola (VIEIRA, 1986; FILGUEIRAS, 1986). Foi também nesse período que se universalizou a ideia de que a educação da criança de zero a seis anos é importante (independente de sua origem social) e é uma demanda social básica. Com isso, a Constituição proclamada em 1988 define a creche e a pré-escola como direito da família e dever do Estado. No entanto, ao outorgar esse direito, a referida legislação explicita que o atendimento se efetivará em creches e pré-escolas, “sem delimitar suas especificidades” (ROSEMBERG, 1992).

#### **4.1.1 Instituições coletivas de educação e cuidado: para quê? para quem?**

Dentre os motivos que fomentaram as discussões para a criação das creches comunitárias e pré-escolas no município, destacamos dois: o primeiro diz respeito à liberação da mulher para o mercado de trabalho. Inicialmente, a creche cumpriu o papel de “babá coletiva”, cuidando dos filhos para as mães trabalharem. Na época, a mulher era responsabilizada, quase que exclusivamente, pelo cuidado e educação dos filhos. Mas, em se tratando de uma região industrial, a mão de obra feminina era requerida. Como apontam os estudos históricos realizados por Filgueiras (1986) e Costa (1997), o trabalho feminino foi absorvido já na primeira fábrica da região, a Cia Industrial de Estamparia, instalada em 1944 no recém criado distrito industrial de Contagem. O segundo motivo identificado foi a ideia, presente na época, de que havia a necessidade de minimizar as carências culturais da população mais pobre. Essa ideia esteve fundamentada em fatores como a repetência de muitas crianças pobres na escola; a responsabilização das famílias pobres por não conseguirem oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar; a ausência de requisitos básicos que não eram proporcionados às crianças pelo meio social em que viviam. Esses fatores influenciaram as iniciativas do município de atendimento em creches comunitárias e pré-escolas, que nascem na mesma época e, às vezes, cumpriam o

mesmo papel de minimizar as carências culturais das crianças e de liberar a mão de obra feminina para as indústrias.

Alguns autores constataram uma dualidade nos objetivos do atendimento institucional a crianças que marcaram a história da Educação Infantil, evidenciando, por meio de pesquisas, que o termo creche esteve associado a um serviço oferecido à população de baixa renda e a pré-escola era voltada para um atendimento às crianças que estavam prestes a entrar na escola e serem alfabetizadas. A creche era caracterizada por uma atuação em horário integral, e a pré-escola, por um funcionamento semelhante ao da escola, em meio período. A creche estava vinculada a órgãos de caráter médico/assistencial e a pré-escola aos órgãos do sistema educacional. Segundo Fullgraf (2001), esta duplicidade foi implementada durante todo o século XX e permanece até hoje. No entanto, com o advento da LDBEN, período analisado no próximo capítulo, essa divisão fica ultrapassada. Atualmente, o que caracteriza a creche e a pré-escola é a faixa etária atendida (KUHLMANN JR, 1999).

Na entrevista, Maria do Carmo Lara descreve o público das creches no município e os objetivos da instituição, inicialmente voltada quase que exclusivamente para o cuidado e a higienização das crianças das comunidades:

Frigo Diniz, Vaquinha, aquela ali do leito, que é a Vila Rica, e Marimbondo. Então, essa área são das pessoas que vieram do interior do estado, vieram para aqui sem nenhuma estrutura. Então nós começamos a trabalhar com a criança desestruturada, já há trinta anos. A preocupação nossa era de cuidar da criança para que a mãe trabalhasse, para que a mulher trabalhasse. Então a nossa preocupação maior foi essa, de estar sendo cuidadora de criança, de ser babá entre aspas. E a partir daí, depois que nós estruturamos essas cinco primeiras creches, que eram tidas com esse nome, creche, que me preocupava muito, porque creche, finalmente é isso, você junta as crianças, põe lá e vai cuidar, para a mãe trabalhar. Então minha preocupação era tirar esse nome de creche e começar uma Educação Infantil mesmo (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Nesse sentido, um aspecto importante destacado por Biccas (1995) diz respeito às creches criadas no final da década de 1970, que eram realmente marcadas por um cunho bastante assistencialista. Porém, essa autora afirma que, ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990, as creches passaram a

introduzir e incorporar a ideia de que deveriam realizar um trabalho educativo com as crianças. Essa ideia é corroborada por Kulhmann (1999), que esclarece:

[...] do ponto de vista da interpretação histórica, a fragilidade corriqueira e a já tradicional polarização entre assistência e educação têm sido superada. Registram-se inúmeras evidências de que a distinção não ocorre entre a creche e a pré-escola, mas que o recorte institucional situa-se na sua destinação social. As pesquisas que vimos realizando há vários anos mostram que, inequivocamente, a creche e pré-escola se constituíram historicamente como instituições educacionais (KUHLMANN JR., 1999, p. 53).

Assim, o que diferencia creches e pré-escolas não é a forma institucional e sim o público, a função social à qual se destina. Dessa forma, compreendemos que há uma indissociabilidade entre a educação e o cuidado, presentes no processo educativo, que independe da instituição. Por isso, escolhemos mapear, separadamente, as políticas públicas voltadas para as creches e aquelas direcionadas às pré-escolas, uma vez que, historicamente, elas se originaram de ações políticas específicas.

#### **4.1.2 As lideranças e os processos políticos que fomentaram as primeiras creches comunitárias no município de Contagem**

Oliveira (1992) infere que as modificações na conjuntura econômica e social do Brasil fomentaram na sociedade a necessidade de implementação das creches como equipamentos coletivos de educação e cuidado. Assim, a autora analisa que a criação das creches

liga-se às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. Essas modificações inserem-se no conjunto complexo de fatores contraditórios presentes na organização social, com suas características econômicas, políticas e culturais. Em especial, a creche deve ser compreendida dentro de um contexto social que inclui expansão da industrialização do setor de serviços, ao mesmo tempo em que a urbanização se torna cada vez maior (OLIVEIRA, 1992, p. 17)

Contagem foi estrategicamente escolhida para abrigar o primeiro espaço organizado em Minas Gerais para a atividade industrial, que estava crescendo no

Brasil, tornando-se, por esse motivo e de acordo com registros populacionais, um fenômeno da urbanização. Tais fatores ajudam a compreender a necessidade das primeiras iniciativas que levaram à criação de creches comunitárias no município.

A organização do atendimento das crianças em creches, em Contagem, foi uma iniciativa da comunidade que não ficou passiva diante da situação de exclusão social a que estava submetida. Dessa forma, as lideranças políticas de uma região ou bairro se uniram e se articularam politicamente com outros atores sociais (associações de bairros; organizações ligadas às igrejas (como as pastorais); demais entidades confessionais; clube de mães, etc.) para iniciarem um atendimento, ainda que precário, às crianças. Os relatos abaixo confirmam a atuação de importantes atores na arena política, suas lideranças e suas histórias...

Não dá para separar a história das instituições de Educação Infantil das próprias associações e lideranças. Igual eu te falei, o problema acontecia na comunidade e as lideranças se organizavam para dar uma resposta a isso (COELHO, Gláucia Lucas, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Então esse trabalho que a comunidade faz, nós temos lá no Darci Vargas, região do Água Branca a creche Bem Te Vi, a cabeça de lá é a Célia Brum uma pessoa lutadora até não poder mais, começou com aquela creche lá simples, humilde, mas de uma garra [...] (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

Foi o Ano Internacional da Criança. E como o nosso bairro ainda não tinha nenhuma estrutura, nós fundamos primeiro a associação de bairro para estar tomando conta da creche, né? (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 02/12/2009).

Evidenciamos, nesse período, a importância das lideranças como atores sociais na articulação e fundação das creches, cumprindo o papel que deveria ser do Estado. As lideranças se articulavam na tentativa de resolver os problemas que não estavam na agenda dos governos. Dessa forma, conforme VIEIRA (2006) nos alerta, as políticas públicas são historicamente construídas e influenciadas pelas sociedades que as fomentam. Na época, a ideia mais recorrente na arena política de Contagem era a de um Estado voluntário, parceiro e não de provedor, obrigado a garantir vagas para crianças em creches. No fragmento a seguir, a entrevistada revela essa relação das creches com o poder público:

A questão maior foi de estar trabalhando com a comunidade, com as mulheres para depois a gente ir buscar uma estruturação com os poderes públicos municipal, estadual e federal (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Primeiramente, atribuímos a responsabilidade pela iniciativa da organização de creches às pessoas da comunidade, às lideranças, constituídas, em sua maioria, por mulheres dos bairros periféricos.

Visando a compreensão da arena política existente na ocasião da implantação das creches, recorreremos a relatos de alguns atores que participaram dos processos de criação das primeiras creches, bem como aos relatos do MLPC. As experiências relatadas se referem especificamente às instituições *Criança Feliz*, do bairro Industrial; *Creche Cantinho da Cinderela*<sup>51</sup>, do bairro Inconfidentes e a *Creche Peixinho Vermelho*<sup>52</sup>, do bairro Novo Eldorado. A entrevista gentilmente cedida ao autor por Alice Magda Gontijo<sup>53</sup>, realizada com duas lideranças do bairro Industrial D. Eva e D. Ruth por volta do ano de 1991, foi fundamental na compreensão do processo de articulação para a fundação da *Creche Criança Feliz* e do MLPC. D. Eva relata o que suscitou as primeiras iniciativas:

A ideia surgiu do seguinte: num encontro que a gente teve em São Paulo, né, de luta que a gente teve pela carístia, e nós descobrimos lá junto com as companheiras, que teria mais trabalho, né, tinha clube de mães, tinha creche, elas tinham mais trabalho, além da associação de bairro, que elas também participavam, elas tinham mais esse trabalho de mulher, que era quase mulheres só, mesmo, né. Então tinha o *Clube de Mães*, que eram trabalhos manuais, né, troca de experiências, e, daí podia partir pra outros tipos de trabalho, já tinha outro grupo que era creche, que mexia com creches comunitárias, né? E o que vinha a ser? Eu fiquei “enciada” pra saber o que era creche, aí ela falou: “Nós tamo tentando ver se criamos um bocado de creches, por que, do Governo, a gente não precisa esperar mesmo de eles criar, a gente tá vendo uma necessidade tão grande, das mães trabalhar e a gente precisa criar essa creche. Uma creche do nosso jeito, uma creche que ela realmente atinge os objetivos, as necessidades nossas.” Enquanto que as creches criadas pelos órgãos públicos eram muito sofisticadas, né? E nós criamos uma que é coisa do nosso meio, é uma coisa assim, que a gente pode ter gosto, foi nós que criamos. A coisa foi feita do nosso gosto, do nosso jeito, como nós necessitamos dela, né? E a nossa

---

<sup>51</sup> Atualmente CEI Maria de Lourdes Gonçalves.

<sup>52</sup> Atualmente CEMEI Jardim Eldorado.

<sup>53</sup> Entrevista realizada quando Alice prestava assessoria pedagógica nas creches de Belo Horizonte e sua região metropolitana vinculada a AMEPPE - Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Engert.

creche, nós podemos dizer que foi assim, né, Ruth? (D. EVA, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, gentilmente cedida ao autor em 02/06/2009).

A iniciativa da organização do atendimento em creches de Contagem foi baseada nas experiências que já estavam sendo implementadas em São Paulo<sup>54</sup>, organizada por mulheres que também necessitavam de liberação para o trabalho na crescente indústria brasileira. Dessa forma, a presença feminina constitui importante ator social no início do atendimento a crianças em creches, muitas vezes já organizadas pelo movimento de mulheres e clube de mães.

Uma característica do atendimento organizado pela comunidade era a ideia de autogestão. De acordo com Dalben et al (2002), essa ideia, presente no surgimento das creches, “marca uma concepção de autonomia em relação ao Estado.” (p. 73). Nessa concepção, prevalecia a noção de que as creches necessitavam de recursos do Estado para sua manutenção, mas a gerência e a organização pressupunham total autonomia da comunidade. Essa visão refletia a tentativa de romper com um Estado autocrático, autoritário e centralizador, experiência vivenciada na ditadura.

As lideranças buscavam conhecer o bairro, mapeando os problemas que assolavam a comunidade e propondo soluções para eles, evidenciando o aumento da demanda pelos serviços educacionais coletivos e pontuando a ausência de políticas estatais. Após visitas aos domicílios no bairro Industrial de Contagem, com o objetivo de levantar demandas para a saúde, as lideranças concluíram que, para possibilitar que a família trabalhasse fora, as crianças ficavam sozinhas desde muito novas. Para tornar realidade a ideia de construir alternativas para as crianças, filhas de mulheres trabalhadoras ou à procura de trabalho, as mulheres líderes ofereceram o próprio trabalho e as famílias aderiram a essa forma de educação/cuidado, a alternativa mais viável existente no bairro. Concordamos com Silva (2008) quando ela afirma que a iniciativa da creche comunitária não sobreviveria sem o envolvimento das mulheres.

A falta de estrutura urbana a que essas famílias estavam sujeitas serviu de estímulo para a criação das creches. Nesse aspecto, Filgueiras (1986) relata as condições da Cidade Industrial de Contagem, quando da sua implantação. De

---

<sup>54</sup> Para aprofundar nas experiências de creches em São Paulo ver GOHN, 1985; ROSEMBERG, 1989; CAMPOS, 1990 e HADDAD, 1993.



acordo com a autora, faltava saneamento básico e abastecimento regular de água. Dessa forma, a criação da creche também esteve associada às desigualdades sociais existentes nos bairros periféricos.

A abertura e funcionamento da creche foram precedidos de planejamento, com as mulheres realizando estudos sobre os processos de funcionamento. Antes de iniciar as atividades da *Creche Criança Feliz*, por exemplo, realizaram, durante um ano e quatro meses, levantamento de recursos humanos e financeiros. Na verdade, contavam somente com o apoio financeiro de pessoas da comunidade, como comerciantes locais; a mão de obra utilizada era a de voluntários, às vezes sem formação específica. Essas eram as características dos primeiros atendimentos registrados no município:

Mas então a nossa criação de creche foi se levando, de um tamanho que passou de um ano a quatro meses. Só em estudo, preparação, para ver o quê que era melhor, como é que começava ver quem que ajudava nós, num é, fazendo cartão para recolher ajuda da comunidade, vendo quem ia... por exemplo, alimentar essas crianças até que um órgão público nos aceitasse, até que a ideia de creche pegasse, então, como é que nós ia fazer, né? (D. EVA, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, gentilmente cedida ao autor em 02/06/2009).

Eu ia com meu carro lá no sacolão pegar verduras, frutas que eram doadas, ia regularmente com meu carro e não recebia nada. Esse trabalho era lá na Peixinho vermelho, hoje São Geraldo (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009)

Além da manutenção, outro desafio enfrentado pelas mulheres na implantação das creches consistiu em conseguir espaço físico para o seu funcionamento. De acordo com dados do projeto pedagógico da unidade, a *Creche Criança Feliz* funcionou na sede da Associação Comunitária do Bairro Industrial (ACBI) durante dois anos após sua fundação. Nessa época, existia muita dificuldade para encontrar imóvel até para alugar, por caudas das características da atividade que seria realizada no imóvel. D. Eva descreve a procura por espaço para funcionamento da creche:

[...] Batia no bairro todo, procurando uma casa, um barracão para alugar, para gente amontar a creche, ninguém. Que a gente não ia pegar mentira, falando que era pra família. A gente acabava falando pro moço, "oh, o senhor tem uma casa aí pra alugar? Olha, mas não é pra isso, nós queremos pra ser usada dessa forma, tal e tal, "ah,

não. Pra creche eu não vou... pra esse tipo de coisa de menino, estraga tudo, não vou alugar, não. Toda semana a mesma busca. (D. EVA, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, cedida gentilmente ao autor em 02/06/2009).

Assim, a *Creche Criança Feliz* funcionou dois anos sem sede própria, até que as lideranças dessa e de outras creches da região se articularam e conseguiram, por meio de organismos internacionais, mais especificamente da Dinamarca e da Alemanha, a doação de recursos financeiros. As lideranças adquiriram oito lotes e construíram as sedes para as oito creches localizadas nas periferias de Belo Horizonte (Barreiro), Contagem e Ibirité.

Em sua análise sobre a atuação das mulheres e seus movimentos políticos na região industrial de Contagem, Filgueiras (1986) aponta as dificuldades enfrentadas pelas lideranças na articulação da comunidade, pois existe uma rotatividade de crianças nas creches e, conseqüentemente, dos responsáveis por elas. Tal situação pode ser atribuída a fatores como mudança de residência dos familiares ou simplesmente porque as crianças crescem e vão para a escola regular. No entanto, a articulação da comunidade usuária da creche foi incentivada e, às vezes, exigida das creches por entidades parceiras, como o fundo cristão.

Outro depoimento nos mostra uma questão importante; um vereador do município, Arnaldo de Oliveira, lembra as ambigüidades que marcam a relação entre o poder público e as creches comunitárias, como os constantes atrasos por parte da Prefeitura no repasse de recursos, uma das características da política de conveniamento no município. Além disso, em outro fragmento, D. Eva, relata episódio ocorrido no governo Newton Cardoso envolvendo o pagamento das monitoras que prestavam serviços na creche Criança Feliz:

Pela característica do nosso trabalho [se referindo a atuação dos vereadores] junto a lideranças comunitárias, umas mais participativas que outras. Sempre foram uma reivindicação da população junto a Associação Comunitária as creches. E a creche é que atende a essa faixa etária, então as chamadas creches comunitárias mantidas por associações com convênios que eram meio confusos, pois ora estava na promoção social, ora lá na educação. E aí tem aquele pagamento *per capita* e isso não era regular, esses pagamentos, então eles passavam uma dificuldade muito grande, o valor repassado era muito baixo e por isso faziam campanha dentro do bairro, tem mês que a prefeitura não pagava a creche. Então foi um período de muita dificuldade onde crianças. Aqueles que tinham amor a causa pública, a Associação de bairro assumiu essa

responsabilidade de creche, os professores também não eram professores, eram chamados monitores, voluntários (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

Aí, o moço veio começou a conversar com ou outro, querendo denunciar, né, por na justiça. Eles pegaram, os vereador aconselhou eles que levassem até a câmara um abaixo assinado, com assinatura, requerendo do prefeito o dinheiro. Se com isso não fosse...aí, os vereador ia debater, discutir e ver o quê que podia ser feito. Se com isso não resolvesse, que então partisse pra outra coisa. Quando eles viu que o presidente aqui tava trabalhando em cima disso, pra chegar a esse ponto, eles passou e chamou pra fazer o pagamento, sabe? Então é por isso que elas tão lá, agora, recebendo o pagamento. Elas não, eles, né, o casal, a Íris e o João. (D. EVA, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, gentilmente cedida ao autor em 02/06/2009).

O prefeito falava...falou pra nós, assim, “quem trabalha na creche é obrigado a trabalhar de graça”. Nós falamos com ele...a Nadir virou, a Vanildes, do pouco dos pior, “O senhor trabalha aqui de graça?” Aí, o moço mandou o povo retirar ela pra fora, que ela tava muito desaforada. Aí, quando ele foi na porta, Dona Eva chegou na porta e falou, “daqui de dentro, só vai sair nós todos, não ela sozinha. Nós todos depois que nós conversar com ele, que ele nos der uma resposta certa”. **Entrevistadora** – Quem que era esse prefeito, a senhora lembra? **Dona Ruth** – Esse prefeito era o Newton Cardoso. (D. RUTH, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, gentilmente cedida ao autor em 02/06/2009).

O Casal que a entrevistada menciona, Íris e João, atuava na associação comunitária do bairro. João era o presidente da referida associação na época. Visando a estabelecer repasse financeiro, as creches foram, desde a sua origem, vinculadas às associações de bairro (FILGUEIRAS, 1986). Assim, existe uma tensão entre o poder público e as creches, provocada pelos constantes atrasos nos repasses de recursos, conforme percebemos no relato das fundadoras de creche no município.

O pagamento dos recursos humanos, dos trabalhadores de creches pelo poder público, principalmente das prefeituras, é uma reivindicação histórica das entidades comunitárias. Por um período, a prefeitura assumiu essa responsabilidade, mas identificamos, por meio de relato, o atraso de até seis meses de salário das monitoras.

Enfim, a situação do atendimento às crianças, no início do funcionamento das creches, não era formalizado, não tinha fontes fixas de financiamento; as instituições

sobreviviam das doações. Quando procuravam o poder público solicitando recursos, vivenciavam situações muito tensas, principalmente com os prefeitos:

**Dona Eva** - Isso é quando nós fomos falar com o Newton Cardoso, a respeito do pagamento de pessoal, dos monitor, né,

**Dona Ruth** – foi.

**Dona Eva** - Se eles não ia ajudar as creche, como é que ia ficar isso, que Belo Horizonte já estava...a prefeitura de lá estava ajudando, e que a quatro anos nós tava lutando pra isso acontecer, e como é que é que...nós queria saber dele, ter uma condição de trabalho. Aí ele falou, “não tem jeito, não tem jeito, não tem jeito. Mas eu tenho ajudado muito coisa, eu tenho mandado muito iogurte, sardinha, vocês não têm recebido lá, não? Sardinha e iogurte”. Aí a companheira que estava com nós falou, “é, deve ser aqueles peixe podre que foi lá pro alto do...”, como é que chama ali, lá perto do...ai, gente, da creche do...

**Dona Ruth** - E o iogurte, tava faltando dois dias pra vencer, quando eles mandava. Então nós enchia a barriga dos meninos de iogurte? Não pode. (D.EVA; D. RUTH, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, gentilmente cedida ao autor em 02/06/2009).

[...] Ela é tão séria que no ano de dois mil nós conseguimos lá um convênio da Belgo Mineira com a creche e até hoje a Belgo está lá reformando, criando, então você vai lá hoje e uma empresa séria igual a Belgo Mineira faz um convênio e fiscaliza e se está lá a dez anos com o convênio é porque a pessoa é séria. Você vai lá e ela [se referindo a liderança responsável pela creche] tá cortando lenha para cozinhar no outro dia. Até domingo ela está lá. (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

Outro ponto de tensão existente na política de atendimento à criança em creches de Contagem consiste na relação com o poder público, representado aqui pelo prefeito Newton Cardoso. Que ideias estiveram presentes na arena política que não possibilitaram, em curto prazo, a articulação de políticas públicas que efetivamente oferecessem recursos à creche?

As empresas privadas sempre estiveram presentes na arena política, fornecendo apoio financeiro às instituições comunitárias por meio de doações esporádicas ou parcerias mais duradouras, principalmente com aquelas localizadas em seu entorno e que, geralmente, atendem os filhos de operários que prestam serviços para elas.

De acordo com Vieira (1986), a partir de 1977 um aporte financeiro foi estabelecido pelo governo federal, por meio da LBA, que inicia uma relação com as creches, implementando uma política de conveniamento. Seguindo essa tendência, a prefeitura de Belo Horizonte estabeleceu convênios que consistiam no repasse de

recursos para a manutenção das creches comunitárias, filantrópicas ou confessionais. Já em Contagem, esse convênio não estabelecia recursos regulares; a prefeitura doava às creches valores aleatórios, bem como gêneros alimentícios. O depoimento da participante corrobora a inexistência de termos de convênio:

A Doutora Marinete era uma das que trabalhava lá dentro da prefeitura, ela e o esposo dela eram ligados ao Ademir Lucas. Então tudo que sobrava lá eles mandavam... as crianças viviam de sobras e nós também. Enquanto isso a gente caminhava a questão política de estar reestruturando a Educação Infantil (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Nesse fragmento da entrevista fica evidente a relação doméstica existente no convênio com as creches, pois a prefeitura repassava os valores com meses de atraso tornando inevitável a comparação com Belo Horizonte, que avançava na política de convênio. Segundo Dalben et al (2002, p. 73), em 1984, a prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria de Ação Comunitária, assinava novos convênios com 35 creches. O repasse dos recursos era feito *per capita* e buscava responder à reivindicação das instituições de efetuar o pagamento dos profissionais, uma vez que os recursos recebidos de convênios com a LBA e outros convênios federais não permitiam tal despesa. No período de 1985 a 1988, a Secretaria, nesse momento denominada Ação Social, amplia para 63 o número de creches convênidas em Belo Horizonte, tendo como critério o fato de serem todas associadas ao Movimento de Luta Pró-Creches.

Nas creches comunitárias, a faixa etária das crianças atendidas varia de acordo com a necessidade das famílias. Segundo Silva (2002), era comum que algumas instituições atendessem desde crianças em idade de berçário até crianças e adolescentes entre dez e quatorze anos. Ainda de acordo com a autora, era comum algumas crianças em idade escolar frequentarem escolas públicas num período e, no outro, a creche. “Outras permaneciam na creche durante todo o período, ou por não conseguirem vaga na escola, ou por já terem passado por um processo de exclusão da mesma.” (SILVA, 2002, p.70).

Se as lutas populares estão constitutivamente presentes nas divisões do Estado sob as formas mais ou menos diretas da contradição classes dominantes-classes dominadas, elas o estão sob uma forma

mediatizada: isso devido ao impacto das lutas populares nas contradições entre classes e frações dominantes em si mesmas. As contradições entre bloco no poder e classes dominadas intervêm diretamente nas contradições no seio do bloco no poder (POULANTZAS, 1980, p. 165).

As lideranças se organizavam por meio de importantes atores coletivos como as associações formadas por moradores de bairro. Gohn (1985) avalia o sentido dessas organizações coletivas, como as associações para as lideranças e demais pessoas envolvidas na articulação em favor de creches. Acima de tudo, a autora classifica as organizações coletivas como importante fator de mobilização e modalidade de organização das camadas populares na sociedade, além de incluírem na arena política questões envolvendo a ideia de cidadania. Além de reivindicarem os direitos, esses movimentos reforçavam a ideia da livre manifestação das pessoas. As fundações de algumas creches, no município, estiveram vinculadas à associação dos moradores do bairro, que se dedicavam não só às crianças, mas às demais necessidades dos moradores.

Entretanto, essa situação não durou muito, pois a LBA, diante disso, solicitou, como condição para o repasse de algumas verbas específicas para assistência e programas voltados para as crianças, que as creches se desvinculassem das associações de bairro (FILGUEIRAS, 1986).

A implantação de creches ocorreu no bojo dos movimentos sociais mais amplos de bairros populares, como os existentes no entorno do distrito industrial: Associação de Moradores, Centros Comunitários ou Comunidades Eclesiais de Base. As creches não nasceram de um planejamento técnico ou de um projeto político definido; emergiram em uma época difícil, marcada, para as classes trabalhadoras, pelo arrocho salarial, pela concentração de renda e pela repressão política em relação aos que cobravam do Estado seus compromissos para com a sociedade.

#### **4.1.3 Os movimentos sociais, organizações não governamentais e universidade: atores importantes na articulação da política de educação da criança de zero a seis anos de Contagem**

De acordo com Haddad (1993), a década de 1970 caracterizou-se pela eclosão de vários movimentos sociais e, em alguns lugares, a creche representou forte apelo, passando a ser reivindicada como um direito das mulheres trabalhadoras. Essa reivindicação decorreu do aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, possibilitado pelas transformações na sociedade, como a expansão industrial, o crescimento das cidades e as modificações na organização e estrutura da família contemporânea. Assim, a luta dos movimentos sociais pela garantia de direitos sociais se intensificou por todo país a partir do final da década de 1970, bem como a luta pela re-democratização do país (CARDOSO, 1988)

Nessa época, o regime militar implantado desde 1964 ainda estava em vigência, mas isso não impediu que aquele fosse um período de intensa mobilização da sociedade. Envolvendo diversos setores, a discussão trazia questões como: Quais modelos de desenvolvimento se sucederiam? E qual tipo de sociedade se constituiria no Brasil?

Haddad e Oliveira (2001) contribuem para essas reflexões:

As novas organizações tinham como missão principal a reconstrução do tecido social que havia se rompido com a ditadura, a defesa dos direitos humanos e a educação popular. O que se buscava com esses processos educativos era ampliar o nível de compreensão que a população pobre tinha das suas condições de vida, discutindo suas causas, visando uma atuação crítica na sociedade (HADDAD; OLIVEIRA, 2001, p.76)

Dentro desse contexto nacional, Contagem foi palco, no final da década de 1970, de lutas operárias e ficou conhecida pela grande greve dos trabalhadores da indústria do ano de 1979. O município reproduz a realidade dos grandes centros urbanos brasileiros da época, onde o percurso da Educação Infantil também foi marcado por um histórico de lutas dos movimentos populares. Esses movimentos eram em defesa da almejada universalização ou ampliação do atendimento e da garantia da qualidade dos serviços educacionais, dos quais as famílias se tornaram dependentes a partir do fenômeno da urbanização e da necessidade de trabalho, por não terem com quem compartilhar a educação de seus filhos pequenos. Nesse

sentido, “em Contagem aconteceram várias manifestações populares, no final da década de 1970, que se traduziram posteriormente em experiências de atendimento à criança pequena.” (CONTAGEM, 2007, p. 18)

Em Minas Gerais, nessa época, foi organizado um importante movimento social na região industrial dos municípios de Contagem, Ibirité e Belo Horizonte (Barreiro), o Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC), que desempenha a dupla função de ator e de interlocutor na elaboração de políticas na área. Era uma organização não governamental, sem fins lucrativos e que, além de reivindicar do poder público a criação de novas creches<sup>55</sup>, visava também recursos financeiros para as creches em funcionamento (FILGUEIRAS, 1986, 1992; DIAS, 1995; VEIGA, 2001; SILVA, 2008). Segundo Silva (2008, p. 99), o MLPC “articulou-se com vários atores sociais, com vista a intensificar e fortalecer sua luta social.” Essa mesma autora busca

[...] identificar a rede de relações nas quais mulheres moradoras dos bairros de periferia se organizam e, uma vez organizadas, constroem relações que vão fazer parte do seu sistema de ação, bem como, por outro lado, vão-se constituir como atores sociais com outros indivíduos e organizações (SILVA, 2008, p. 93)

Assim, o movimento se constitui como ator coletivo presente nos processos políticos, articulando outras organizações e as creches, mediando essas relações; o MLPC nasce junto com as creches e suas histórias se entrecruzam o tempo todo. Separadas, eram mais difícil a captação de recursos, unidas, as oito primeiras creches comunitárias da região, por meio do MLPC, se direcionavam às diversas ONG espalhadas pelo mundo com a finalidade de arrecadar recursos que viabilizassem o atendimento. Dessa maneira, as ONG vão se constituindo em atores presentes na arena de articulação das políticas de Educação Infantil no município. Validamos para Contagem o estudo realizado por Silva (2008) em Belo Horizonte, onde a autora infere que as organizações não governamentais (ONG) “ [...] desempenharam um papel central na construção das imagens a respeito da criança pequena e do atendimento em creches [...] (SILVA, 2008, p. 93).

---

<sup>55</sup> Mesmo havendo reivindicações neste sentido o movimento se inicia pela mobilização visando a manutenção, por meio de recursos financeiros do Estado, das creches já em funcionamento. (DIAS, 1995; FILGUEIRAS, 1992; VEIGA, 2001; SILVA, 2008).



Dentre os atores sociais que se articularam ao MLPC, merece destaque a atuação da Associação de Apoio à Creche Comunitária Casa da vovó (AACC), ONG reconhecida pelo apoio e consultoria prestada às creches. Esse apoio se caracterizava por formação política<sup>56</sup>, cursos, seminários e assessorias. Silva (2008) ressalta que, mesmo vista como agências externas ao MLPC, os atores AACC e a Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Engler (Ameppe)<sup>57</sup> estiveram presentes, em alguma medida, na constituição do movimento e em inúmeras articulações nas diferentes esferas de governo (municipal, estadual, nacional e internacional), bem como em todo o processo de discussão e pressão para a incorporação de direitos das crianças e adolescentes na legislação.

Destacamos a análise de Veiga (2001) a respeito da participação das organizações não governamentais no MLPC, na qual pontua a intensa participação desses dois atores, especialmente da AACC, na arena política. Atuaram de forma direta, ou seja, por meio de assessorias no processo de tomada de decisões em que o movimento foi se configurando. Em sua análise, Silva (2008) afirma que “adquiriram também uma identidade de formadores e de instituições de referência com as quais algumas creches e o MLPC contavam para o aprimoramento do seu trabalho e para seu fortalecimento.” (p. 101)

Além da AACC casinha da Vovó e AMEPPE, as universidades UFMG e PUC também estiveram presentes na arena política, prestando assessoria pedagógica, fornecendo estagiários(as) e profissionais que utilizaram os espaços das creches para aperfeiçoar a formação recebida na universidade e, ao mesmo tempo, contribuía com o trabalho desenvolvido na instituição.

Em se tratando das ONG, elas são constituídas livremente por cidadãos que, diante da ausência do Estado ou quando ele não atende de modo satisfatório, se organizam para atuar na carência de serviços.

Pertencem a esse universo as organizações de base ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção de desenvolvimento local e liderança de luta populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa ou de defesa e promoção de direitos; as fundações que realizam programas de interesse social ou financiam

---

<sup>56</sup> Segundo Silva (2008) esse termo era utilizado pela ONG/AACC Casa da Vovó para os processos que desenvolvia junto com as lideranças do MLPC e outras das comunidades em que se organizaram creches comunitárias.

<sup>57</sup> Para aprofundar consultar Veiga (2001).

projetos sociais realizados por terceiros; e as antigas entidades assistenciais, de atendimento direto a populações carentes, que praticam a filantropia em sentido estrito (HADDAD; OLIVEIRA, 2001, p.62).

Nesse sentido, as ONG compõem o terceiro setor da sociedade, acabando com o binômio Estado/sociedade civil. De acordo com Haddad e Oliveira (2001), esse binômio foi substituído pelo tripé Estado/Mercado/Sociedade Civil, sendo que a sociedade civil forma, nessa organização, uma “terceira esfera” de ação. Dessa forma, o Estado e o Mercado correspondem, respectivamente, ao primeiro e ao segundo setor. O termo “terceiro setor” é mais recente, utilizado para designar o espaço público não estatal e vem sendo utilizado por diversos autores.

Dessa forma, o debate atual acerca das políticas públicas, da democracia e da cidadania possibilitam a participação de diversos segmentos organizados da sociedade civil nas decisões políticas. A criação de canais institucionalizados de participação e representação com o poder decisório nos coloca frente a novas possibilidades de democratização do Estado, que combinam mecanismos de representação com mecanismos de participação direta (GARCIA, 1996).

Conforme Filgueiras (1992) identifica, a rede de relações da qual as creches fazem parte envolvem suas lideranças, como a igreja católica, grupos de esquerda, feministas. Os recursos para as creches eram oriundos de ONG vinculadas a igrejas, o que constitui, de acordo com a autora, um *campo ético político* sustentado por fortes projetos institucionais, como o reordenamento da Igreja Católica no mundo e o projeto político da esquerda brasileira institucionalizado no Partido dos Trabalhadores. Com uma estrutura mais tímida e contando com uma organização menor que a Igreja católica, registramos no município pesquisado entidades espíritas ligadas ao Kardecismo e entidades ligadas às igrejas evangélicas, como a ONG Pão para o mundo, ligada a igrejas evangélicas da Alemanha.

Nesse sentido, Filgueiras (1992) ainda analisa as organizações populares em Belo Horizonte e destaca o papel desempenhado pelo MLPC nas transformações da legislação brasileira após a promulgação da Constituição de 1988. Em outro estudo, a mesma autora apresenta um panorama do atendimento à criança de zero a seis anos, realizando uma análise do atendimento em creches de sete municípios da região metropolitana de Belo Horizonte no ano da constituição.

Em 1988 existiam na região pré escolas públicas e instituições privadas de caráter filantrópico atendendo às crianças e recebendo subvenções públicas. Porém a maior parte das crianças das camadas populares nessa faixa etária, a cargo de uma instituição, estava nas creches comunitárias. O Movimento de Luta por Creches afirma que naquele ano as 68 creches comunitárias a ele filiadas, em sete municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, recebiam em torno de 6.500 crianças. (FILGUEIRAS, 1994, p. 20)

A constituição de 1988, também denominada cidadã, constitui um importante marco legal na história do país e representou conquistas significativas para a Educação Infantil. Esse avanço legislativo para a educação das crianças de zero a seis anos<sup>58</sup> pode ser traduzido pelo estabelecimento do direito à educação, que deve ser assegurado pela família, pela sociedade e pelo Estado. Dessa forma, a constituição, em seu artigo 227, determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A partir de então, a criança ganha *status* de pessoa de direitos e se instala no país uma nova fase na educação de crianças de zero a seis anos. Partindo desse contexto nacional, Contagem caminha no sentido apontado na legislação, o que aconteceu por meio secretário municipal de educação, João Batista dos Mares Guia<sup>59</sup> que, na época, participou ativamente das discussões que subsidiaram o texto constitucional, bem como da política em Minas Gerais.

Na época em que exercia as funções de vice-prefeito, Mares Guia<sup>60</sup> comenta, em entrevista concedida ao site *conquistando alvos*, as possíveis razões da paralisação das atividades dos movimentos populares de Contagem:

---

<sup>58</sup> Cf. Demo (1994); Campos, Rosemberg, Ferreira (1989); Arroyo (1994), dentre outros.

<sup>59</sup> Sociólogo com Pós-Graduação em Ciência Política. Técnico-pesquisador da Fundação João Pinheiro. Foi vice-prefeito de Contagem no período de 1993 a 1996. Secretário-Adjunto de Educação de 1995/96 e assumiu de 1997/98 a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Atuou como consultor da Secretaria de Educação do Espírito Santo e de Goiás. Consultor do Banco Mundial no Chile, El Salvador, Haiti.

<sup>60</sup> <http://wandersoncvc.vilabol.uol.com.br/regiaoBH.htm> acessado em 02/08/2010

De um lado, pela mudança de geração, de expectativa e de mentalidade nos partidos mais à esquerda. O PT (Partido dos Trabalhadores), por exemplo, deixou de fazer movimento social de base em Contagem. De outro, pela ocorrência de prática de cooptação e ação paternalista dos governos.

As ações do MLPC em Contagem se inseriram dentro desse quadro de estagnação, mas o movimento prosseguiu com suas atividades em Belo Horizonte. Tal situação configurou a divisão institucional do MLPC, levando a ações distintas nos dois municípios. No ano de 1998, esse trabalho é retomado, embora o MLPC de Contagem permanecesse legalmente como subsede do MLPC da capital até 2002. Em doze de dezembro de 2002, a presidência do movimento realizou inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) assumindo a identidade Movimento de Luta Pró-Creches de Contagem (MLPCC).

O objetivo inicial do MLPCC era fortalecer, articular e estimular o surgimento de novas creches, uma vez que o poder público não se organizava para atender à crescente demanda por creches em instituições públicas. A sociedade civil organizada não só reivindicou o atendimento educacional para as crianças, mas também passou a oferecê-lo, implementando as creches comunitárias, organizadas inicialmente por grupos de mulheres dos bairros da região industrial (FILGUEIRAS, 1986; DIAS, 1995; VEIGA, 2001).

O MLPCC representa atualmente 32 instituições comunitárias, sendo todas conveniadas com o poder público e que, para se articularem, promovem assembléias, reuniões programadas para toda segunda terça-feira do mês, as quais acontecem na Casa do Movimento Popular de Contagem, uma vez que a entidade ainda não possui sede própria.

Em entrevista, a presidenta a Sr<sup>a</sup> Maria Dolores Lima de Paiva relatou que o movimento é mantido financeiramente por meio de contribuição mensal no valor de R\$15,00 repassados pelas entidades filiadas. A referida liderança, responsável pelo movimento, declara que o MLPCC mantém parcerias com outros movimentos, bem como representação nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente; de Segurança Alimentar Nutricional e de Educação. Também participa de alguns Fóruns: Permanente de Educação de Contagem; Metropolitano de Educação Infantil e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diante disso, percebemos

uma preocupação do MLPCC em se articular politicamente com diversas instâncias de governo. De acordo com o atual secretário de Educação:

A sociedade civil tem um papel importante, haja visto agora nessa discussão da nova LDBEN a posição dos movimentos de luta por creche foram fundamentais, na verdade o que definiu a questão do FUNDEB, o financiamento para a Educação Infantil, foi importantíssimo o papel da sociedade civil organizada e o movimento de luta pró creche. Então são atores importantes dentro do processo de políticas de Educação Infantil (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

O depoimento revela a atuação singular que a sociedade civil organizada tem assumido nos processos políticos, reconhecendo no movimento de luta pró-creche um importante ator.

#### **4.1.4 Algumas características dos primeiros atendimentos a Pré-escolar organizados pela rede municipal**

A política nacional de pré-escola foi interpretada, inicialmente, como espaços de compensação de carências, principalmente culturais, e o objetivo dela seria auxiliar a criança na escola formal. No entanto, este não foi o sentido proposto pelo Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, que retoma o plano nacional de educação pré-escolar do MEC em 1977, alterando partes do texto que foram criticadas por relacionarem o programa a uma concepção compensatória (BICCAS, 1995)

Segundo essa mesma autora, a grande expansão de pré-escolas, ou classes que atendiam crianças de seis anos ocorrida no final de 1970, início de 1980, por meio de iniciativa do MOBREAL, da LBA (Projeto Casulo) e das Prefeituras Municipais. Estas formaram juntos os grandes propulsores dessa oferta que visava, sobretudo, atingir crianças do meio popular.

Mesmo não encontrando registros suficientes que possibilitassem caracterizar os atendimentos existentes no município em períodos anteriores, o que também extrapola o foco do período que delimitamos para a construção desse histórico, porém consideramos relevante registramos que nos primórdios do atendimento à criança pequena no município registramos em depoimentos que foram realizados

significativos investimentos da Fundação Educar além de iniciativas vinculadas ao MOBRAL.

No ano de 1979, Contagem, em consonância com as políticas e diretrizes nacionais de educação, inaugura seu atendimento educacional na rede municipal direcionado as crianças de seis anos, por meio das turmas de pré-escola. A entrevista concedida por Diva, que lecionou em uma dessas primeiras turmas, contribui de forma significativa para que conseguíssemos construir os registros e compreender a concepção de educação que esteve presente neste momento significativo para a configuração da política de Educação Infantil. Em seu relato, Diva revela as condições dessa implantação vivenciada por ela na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida:

Na verdade, eu entrei em Contagem atuando com Educação Infantil em 1980. Quando iniciei toda a história de Contagem com a Educação Infantil, **sendo em 1979 o primeiro atendimento em escola pública de Educação Infantil** e como que ela aconteceu? [...] Na época foram aproximadamente 30 a 40 pessoas que fizeram o curso preparatório para pegar esses meninos, essas crianças. Depois o que aconteceu... Aí nós íamos para a Escola e ia uma pessoa, técnica da secretaria nos acompanhar. E como funcionou? Com diversas experiências. [trecho com ruídos] Eu trabalhava com 40 ou mais de 40 alunos, sem exagero. Numa salinha de madeira lá em cima, na Escola Nossa Senhora, só essa sala era de madeira pra você ver como era tão improvisado! [...] Era o período preparatório. Então a gente entrava e ficava agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, fazia o preparatório para alfabetização. E era com crianças de seis anos, que iam completar sete. Aí fazíamos todo aquele trabalho do período preparatório e utilizávamos Piaget. (DURTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

O grande número de crianças por turma e a improvisação dos espaços, demonstram a insuficiência e a fragilidade do atendimento oferecido pelo poder público. E a proposta pedagógica consistia em preparar as crianças para serem alfabetizadas aos sete anos de idade. Assim, no início dos anos 1980, por um lado, a criança era concebida como bela, pura em uma perspectiva romântica ideal e, por outro eram consideradas carentes, assim o atendimento anterior a alfabetização, antes da escola, denominado “pré-escolar” visava compensar os atrasos ocasionados pela “carência cultural” no desenvolvimento da criança e prepará-la para a etapa seguinte, antigo primeiro grau. A proposta pedagógica era pautada na

psicologia do desenvolvimento infantil, o foco do trabalho eram as crianças em sua individualidade. Nesse aspecto, eram analisadas e comparadas por uma perspectiva ideal de aprendizagem, construídas a partir de critérios universais.

Ressaltamos que a convergência dos entrevistados em referenciar, neste período, o nome do ex-secretário de educação do município, João Batista dos Mares Guia, que assumindo os trabalhos da secretaria de educação no período imediatamente posterior a promulgação da Constituição de 1988, e tendo participado do processo de discussão que culminou na elaboração dessa legislação, se empenhou na implantação de diversas ações pautadas nos dispositivos legais da nova constituição. Devido à relevância para esta pesquisa, dentre essas ações “*pós-constitucionais*” destacamos, a política de pré-escola que foi citada em diversos trechos de entrevistas:

[...] 1989 ficou marcado devido a atuação do então Secretário de Educação Sr. João Batista dos Mares Guia. Cria um novo olhar para a cidade. Ele provoca uma discussão. Era uma questão muito forte: Como iremos implantar a Constituição? E você tinha um secretario antenado nas coisas. [...] É ele que vai trazer a discussão desse atendimento em 1989. Quando ele assume a Secretaria de Educação ele traz essa discussão e monta a equipe de Educação Infantil, que é a equipe de pré-escolar, nem era Educação Infantil (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

E o Mares Guia tinha toda essa discussão política nossa. Ele conhecia nosso trabalho. Então foi a partir daí que deslanchou a questão de Educação no centro do município (DIAS, Maria do Carmo Lar, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Contagem, assim, eu avalio que na época do Mares Guia foi uma época que a gente teve mais assistência do secretário, sabe, assim, de propostas de trabalho, e depois do Mares Guia eu não senti nenhuma outra secretaria assim (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

De oitenta e oito para cá o João Batista foi o secretario que passou aqui e que teve essa preocupação com a implantação de pré- escola. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

Neste período, registramos avanço significativo nas políticas de Educação Infantil existentes no município, conforme corroboraram entrevistas, nesta época foi estruturada equipe técnica na SEDUC, para discutir o trabalho pedagógico desenvolvido nas pré-escolas do município:

Eu acho que de 1989 até 1993 você vai ter investimento específico para o atendimento à Educação Infantil. Foi quando se constituíram a maioria das Escolas. Então você tinha uma equipe dentro da Secretaria Municipal de Educação. Foi quando o poder público começa a entender que ele tem Educação Infantil. Pré-escolar, são crianças de seis anos. De 1994 a 1996 a ação é muito fragmentada (Lima, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Em termos de estrutura física, além de algumas salas nas escolas de primeiro grau, também foram organizadas pela SEDUC, instituições que atendiam exclusivamente, as crianças de seis anos, esses espaços, geralmente, cedidos pelo governo estadual e que anteriormente abrigavam escolas estaduais de ensino fundamental, são denominados Pré-escolar. “Em 1989 inaugurou-se a primeira pré-escola construída e mantida pelo poder público municipal: o Polo Piagetiano Beija Flor, na região denominada Ressaca” (CONTAGEM, 2007, p. 19).

Registramos também, nesse período, a atuação das ONGs, especificamente na construção do prédio que atualmente serve de sede do CEMEI Vereador João Evangelista que foi construído com recursos doados pela ONG italiana AVSI. A proposta inicial seria atender as crianças e famílias vítimas da tragédia de 1992, ocasião em que, Contagem se tornou conhecida mundialmente por causa do deslizamentos e soterramentos que ocorreram na vila Barraginha, quando o acidente provocou a morte de 36 moradores e a lama cobriu 150 barracos. Além dos recursos para a construção da creche, foram viabilizados também recursos para construção de novas residências para as vítimas. Porém, as residências foram construídas no bairro sede longe do local onde moravam anteriormente e o prédio, que serviria como espaço para a creche, foi construído em terreno disponibilizado no bairro Industrial, região próxima ao local da tragédia.

Nesse sentido, o município foi configurando seu atendimento a pré-escolas, mesmo sem uma linha de financiamento estabelecida e poucos prédios específicos. Constatamos, também, nesse período, as primeiras pistas da existência de formações específicas para a educação das crianças de seis anos, bem como a existência de

“um dos primeiros documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação foi o programa pré-escolar de 1992 [...] tinha como



objetivo orientar o professor quanto à realização de seu trabalho, elencando objetivos, conteúdos e atividades a desenvolver, que tinham um foco curricular, preocupando-se em veicular atividades escolares para o desenvolvimento dos conceitos piagetianos de classificação, conservação, com apoio na discussão do conhecimento físico, social e lógico-matemático. Outro aspecto enfatizado era a questão da alfabetização. Usava como referência o material do Programa de Educação Pré-Escolar (Proepr), desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas. (CONTAGEM, 2007, p. 19)

Percebemos, assim, que o município começa a desenvolver uma proposta política e pedagógica para o atendimento as crianças de seis anos. Porém, a SEDUC implantou esse programa muito voltado para as questões pedagógicas que envolviam a pré-escola e “não havia ainda a preocupação em elaborar uma política pública mais ampla e consistente para o atendimento à crianças de zero a seis anos.” (CONTAGEM, 2007, p. 20).

Outro documento que contribuiu para a organização das instituições das crianças pequenas de Contagem, foi o do Programa de Educação Pré-Escolar da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. De acordo com Contagem (2007), esse documento abordava a Educação Infantil para as crianças de zero a seis anos, mas não propunha nenhuma política explícita para esse atendimento. As orientações da rede estadual estavam em consonância com os direitos da criança a creche e pré-escola, mas na prática se pautava na implantação somente da pré-escola.

Em se tratando do atendimento as crianças, nos moldes do programa pré-escolar foi discutido no município, inclusive com a promoção de cursos e seminários pela SEDUC em parceria com a SEE. De acordo com Contagem (2007) esse movimento perdurou até 1996.

Nas próximas sessões iremos estabelecer um recorte para a análise. Organizamos dois períodos distintos para a Educação Infantil no município, o primeiro diz respeito as ações desenvolvida de 1997 a 2002 e o segundo de 2003 a 2010. Realizamos tal procedimento visando reconhecer e identificar as principais ações, estratégias e concepções desenvolvidas em cada período, bem como categorizar, classificar as políticas de acordo com períodos, programas, ideologias, partidos políticos, buscando não privilegiar governos ou partidos políticos, mas caracterizar as políticas públicas de educação infantil de Contagem e compreender

como elas foram sendo produzidas. Quais contextos influenciaram a formulação das políticas educacionais? E em quais contextos os textos<sup>61</sup> foram produzidos? (cf. Bowe, Ball e Gold,1992; Ball, 1994).

#### **4.2 A Nova LDBEN e a Educação Infantil no Contexto das Políticas Públicas de Contagem (1997 - 2002)**

Optamos por focar primeiramente, nessa sessão, o ano de 1997, já que a LDBEN, começou a ser, realmente implementada nesse ano. Pretendemos analisar em que medida? Como? E quando a proclamação da nova LDBEN começa a influenciar as políticas públicas na área da Educação Infantil em Contagem? E finalizamos nossa discussão em 2002, período em que as equipes técnicas da SEDUC e SMDS começaram a discutir o processo de transição da gestão, conveniamento, das creches comunitárias para a Educação.

A nosso ver os impactos da nova LDBEN refletiram no cenário municipal tardiamente, se comparada com a constituição de 1988, na qual as ações do poder público foram mais dinâmicas, implantando as pré-escolas. Percebemos que a LDBEN, que promove mudanças significativas nos discursos dos militantes e gestores, sem porém, impactar significativamente nas ações, principalmente voltadas ao aumento do número de vagas, bem como no financiamento efetivo para a promoção da Educação Infantil no município.

Um aspecto que destacamos nesse período, é que, mesmo faltando definir fonte de financiamento claro; fator decisivo na implantação de políticas públicas; a LDBEN responsabilizou prioritamente os municípios pela oferta da Educação Infantil, podendo contar com a cooperação dos demais entes federados. No âmbito federal, ainda que existissem parcerias com o MEC, e mesmo a legislação apontando para a cooperação entre os entes federados, não observamos, por parte do governo estadual, grandes investimentos na Educação Infantil (VIEIRA, 2006).

O movimento incentivado pelo governo federal, no sentido de universalizar o ensino fundamental, demandou investimentos dos municípios nessa etapa da educação básica. Quando a LDBEN define o ensino fundamental como direito subjetivo e, portanto, de frequência obrigatória para todo cidadão brasileiro, e cria o

---

<sup>61</sup> Documentos, legislações.

FUNDEF (1997), que passou a vigorar desde 1998, essas estratégias provocaram nos municípios esforços que levaram a implantação de diversas ações no sentido de ampliar o atendimento dessa etapa, nos rumos da universalização. Inferimos que diante desse quadro a Educação Infantil ficou em segundo plano na agenda política.

Em se tratando das especificações da educação básica, a LDBEN estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa, compreendendo as faixas etárias de zero a seis anos, dividida em *0 a 3 anos atendidas em creches e 3 a 6 anos em pré-escolas*. Identificamos uma ambigüidade na legislação, mais especificamente na faixa etária estabelecida como público alvo da Educação Infantil, pois, da forma como foi descrita na lei, as crianças com três anos ficam condicionadas a matrículas tanto em creches quanto em pré-escolas. Situações conflitivas como estas, dificultaram o trabalho dos técnicos e gestores municipais na organização do atendimento.

Para promover em nossa pesquisa uma visão articulada da política, resgatamos os prefeitos e seus partidos, já analisados em outra sessão, do período de 1997 a 2002, visando analisar os princípios que circularam na arena política. Assim sendo, o período que serviu de base para a construção deste item, compreende as administrações de Newton Cardoso (PMDB), eleito em 1997 para exercer o mandato até 2000, sendo interrompido em 1998, quando se afastou da prefeitura para concorrer às eleições ao governo de Minas Gerais, como vice-governador do então candidato Itamar Franco. Com a saída de Newton, assume seu vice, Paulo Augusto Pinto de Mattos (PMDB), que terminou o mandato em 2000. No ano seguinte, Ademir Lucas (PSDB) assume o segundo mandato, que terminou em 2004.

#### **4.2.1 Legalmente a creche é Educação Infantil e atribuição dos municípios: o que mudou?**

Mesmo com toda a crítica à LDBEN<sup>62</sup> e ao processo que resultou em sua proclamação, consideramos positivo, o fato de que, após intenso debate e reivindicação dos movimentos sociais, as creches e pré-escolas passaram a compor

---

<sup>62</sup> CURY, 1997.

a primeira etapa da educação básica. Nessa perspectiva, essas instituições conseguiram o reconhecimento do trabalho que já vinham desenvolvendo. Mesmo que precariamente, educavam integralmente crianças de diversas faixas etárias.

A definição e atribuição legal da Educação Infantil para os municípios fortaleceram as entidades comunitárias, que se sentiram respaldadas legalmente, pois Contagem não atendia a nenhuma criança em idade de freqüentar creches, nem tinha estrutura organizada para esse fim. Assim, as responsáveis pelas creches argumentavam, em negociações sobre recursos/conveniências com técnicos das secretarias, prefeitos e vereadores, que caso o referido município se recusasse a repassar recursos, que então assumam na totalidade a educação das crianças matriculadas na instituição.

Conforme já explicitamos anteriormente, a maior dificuldade das creches consistia nas despesas elevadas de manutenção, mais especificamente, na remuneração do pessoal que prestava serviço na unidade. No caso da cidade de Belo Horizonte, a prefeitura assumiu por um período a folha de pagamento da rede conveniada. Dessa forma, as creches de Contagem, também, pressionaram a sua prefeitura para assumir essas despesas. Neste contexto, a prefeitura de Contagem firmou o compromisso de realizar esses pagamentos. Para ilustrar isso, a entrevista com a secretária de educação no período, confirma que a prefeitura assume essas despesas, além de denunciar a ausência de instituições públicas em quase todas as faixas etárias a cargo da Educação Infantil:

[...] É, só a pré-escolar [se referindo ao atendimento público] e a rede conveniada atendia as outras idades, sendo que na época agente passava recursos para pagamento das monitoras. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

Contraditoriamente aos esforços realizados pela rede conveniada na oferta da Educação Infantil, não evidenciamos por parte do município a existência de uma política sistematizada, com investimentos significativos, principalmente financeiros nas entidades que formavam essa rede.

Quando perguntamos sobre o trabalho realizado pela SEDUC com as instituições da rede conveniada no período anterior a 2003, ano que marca o início da transição dos convênios para a SEDUC, obtivemos o seguinte depoimento:

Faziam formação continuada, tinham todo um processo de acompanhamento, porém era mais formação, não tinha um trabalho direto de acompanhamento (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

Em nossa pesquisa documental e também nas entrevistas não evidenciamos estratégias ações por parte da prefeitura visando à transição da gestão dos convênios das instituições para a secretaria de educação. Assim sendo, a atuação da SEDUC esteve restrita ao acompanhamento pedagógico. Discutimos melhor essa transição na próxima categoria de análise que envolve o período de 2003 a 2010.

A partir do levantamento realizado, não constatamos neste período atuação significativa do MLPCC na arena política, inclusive quando perguntamos a pedagoga Adarlete sobre a atuação do MLPCC para formação, que atuou diretamente com as instituições filiadas ao MLPCC em 1999, esta avalia como muito fraco:

Não tinha. [Muito fraco] Muito fraco, a gente trabalhava... as lideranças das diretorias começaram a perceber que tinha uma formação pedagógica que era necessária (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

O Movimento em Contagem deu uma estagnada. A entrevistada Maria do Carmo associa tal fato à configuração política que se deu em Belo Horizonte:

Não... a questão política... partidária atrapalhou muito, porque eles isolaram toda liderança, eles isolaram... eles ficaram tomando conta da criança, porque ali tinha verba... é isso que você falou, eles isolaram. Então aqueles que tinham uma definição partidária bem clara, eles foram para Beagá, todo mundo foi para Beagá, todo mundo, está Patrus, está o pessoal todo. Eu tinha contato com o Patrus pessoal, mas (xxx) não está... (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Em suma, como a prefeitura de Belo Horizonte era administrada pelo Partido dos Trabalhadores, muitas lideranças que se identificavam com esse projeto de governo saíram do cenário político de Contagem e foram aproveitadas na articulação política da capital mineira.

#### 4.2.2 (In)consistências na política de convênio

Um aspecto importante na formação que resgatamos foi a avaliação final do curso oferecido pelo Programa de Educação Infantil (PROEDI). As instituições ligadas aos movimentos sociais e as profissionais reivindicavam do poder público, nessas avaliações, uma política de conveniamento e a organização do acompanhamento em relação à estrutura administrativa específica para a Educação Infantil, que não existia na época, conforme confirmação da entrevistada:

Não tinha, tanto que na avaliação... eu não sei se na avaliação geral que eu fiz, e deixei lá com o pessoal da secretaria, se ela está aqui, mas nessa avaliação, a gente pontua a necessidade de elaborar uma política pública de atendimento à criança pequena. Foi um ponto fundamental. Se não tiver lá, eu deixei isso com eles, olha aqui, é imprescindível que em 1999 as ações implementadas possam instaurar a Educação Infantil, a primeira etapa do direito da criança de forma a viabilizar o acesso de todas as crianças à creche e à pré-escola, porque havia ainda muita diferenciação, exigindo assim da secretaria da educação uma definição de uma política clara para a Educação Infantil no município. Quer dizer, lá era o contrário, a gente demandava da secretaria, ao invés da secretaria demandar das escolas, ou das formadoras (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

De acordo com depoimentos, apresentamos alguns dados sobre os primeiros ajustes, acordos e pactos estabelecidos entre a prefeitura de Contagem e as creches. Primeiramente, foi no ano de 1999, que uma participante, menciona pela primeira vez a existência de um convênio entre a prefeitura, representada por órgão da assistência social (SMDS) e instituições comunitárias, mesmo que não seja formalizado, com um termo de conveniamento. Quando perguntamos se foi no governo Paulo Mattos (PMDB) a primeira vez que se estabeleceu convênio com a prefeitura, nossa entrevistada demonstra incertezas em relação ao fato:

Com certeza não posso te falar, por que antes no primeiro governo do Ademir já tinha alguma coisa. O pessoal alega nessa época que a educação tinha dinheiro que repassava, mas não tinha um conveniamento nos moldes do que é agora. Lembro que em 1999, no governo dele a Tereza Delamare que era secretária dele, era que coordenava a assistência social. Eles começaram a repassar um dinheiro que era do governo Federal, o PAC, se não me engano eram R\$33,00 por criança que era repassado. Quando foram realizar o conveniamento do município disseram que quem tivesse esse com

o governo federal não poderia ganhar outro, o que é injusto pois se ela tem verba lá de fora, é porque ela lutou para ter. E aí que começou a ter um convênio, mas um convênio que não tinha segurança. No final do governo de Paulo Mattos para Ademir, começaram os atrasos nos repasses, chegando a quatro, seis meses sem receber (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Se não foi esse o primeiro convênio, foi a primeira vez que registramos relato de repasse calculado *per capita*, ou seja, por criança. Mas as instituições permaneceram vinculadas às duas secretarias, recebendo, segundo Maria de Lourdes, recursos da Assistência Social e da Educação,

que também repassava e acompanhava com uma parte do montante. Porque a ação social nunca teve muitos recursos disponíveis né? Criamos na secretaria uma coordenação que realizava esse acompanhamento, sendo a primeira pessoa a ocupar esse cargo foi a Cleneide. Ela ficava responsável pelo acompanhamento a rede conveniada que tinha uma estrutura bastante precária e alguns monitores não tinham nem formação, nem habilitação para trabalhar (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

Então, a secretaria de educação cria em seu organograma um cargo específico para o acompanhamento à rede conveniada municipal, que apresentava, naquele período, sérias deficiências em relação à estrutura física e pouca formação dos profissionais que trabalhavam diretamente com as crianças. As presidentas/diretoras das creches, geralmente lideranças nas comunidades, reivindicavam junto ao poder público recurso para manter e melhorar os serviços prestados às famílias por meio da educação das crianças pequena. Isso pode ser confirmado com o relato de Maria do Carmo Lara:

E ele [se referindo a Ramon, na época Secretário responsável pelas ações da assistência social] tinha... ele e a Carminha, os dois reestruturaram muito bem, porque na época do Paulo Mattos tinha uma... continuava ainda o assistencialismo, muito grande, muito grande, tanto que a nossa escola recebeu uma verba muito grande, foi dois mil e tanto para reestruturar a escola, na época do Paulo Mattos, foi a última vez que ele foi, que ele esteve, foi em noventa e oito... (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Os recursos eram geridos pelas creches e não exigia, em sua maioria, a prestação de contas. A ausência dessa exigência somada a fatores como a falta de pessoal qualificado, ocasionava, às vezes, dificuldades na aplicação dos recursos:

[...] veio uma verba muito grande, e essa verba sumiu na escola, porque eles mandavam a verba, mas não exigiram documentação... era muito assim solto. É, era muito solto. Então o pessoal pensou em devolver, em fechar a escola, a nossa creche, porque Lourdinha já tinha morrido. Veio uma senhora lá do Monte Castelo para estar cuidando da escola e não tinha mais como avançar. Então quando em noventa e oito, está bem claro para mim, eu comecei a... essa (Enice) Fonseca Narras, ela é do Rotary, foi ela que ajudou na construção da nossa escola... está aqui o nome dela. Nós pegamos... o Rotary assumiu a escola nesse tempo que eu fiquei fazendo outras coisas, mais fora, eles vieram, construíram a escola, foram construindo assim aos pedaços, catando material de um lugar, de outro (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Verificamos na fala de Maria do Carmo a fragilidade do trabalho com o voluntariado, que na falta de disponibilidade de quem está à frente da creche e na ausência de uma pessoa que assuma as creches, ficaram na eminência de fechar. As ações, envolvendo as creches, foram articuladas pela comunidade e, por causa do caráter coletivo, requer articulação de diversas pessoas e segmentos. Um exemplo da complexidade envolvida nessa articulação e da dificuldade enfrentada pelas direções das creches ficou evidente no processo de construção do prédio. Essas construções foram sendo levantadas por meio de doações, por etapas, sendo que, muitas creches, até hoje, ainda não encerraram a construção de sua sede.

Em entrevista, Marília Campos (PT) faz a seguinte declaração sobre a relação vivenciada com as instituições conveniadas no período em que foi vereadora no município de 2000 a 2002:

Quando eu fui vereadora, as creches se mobilizavam quase que todo mês para receber os recursos do convênio, era sempre assim, essas entidades eram desrespeitadas na relação com o executivo elas bancavam a Educação Infantil e era quase um favor receber, então assim não era tratada com respeito, como uma política prioritária. Existia toda uma mobilização das Associações, das ONG's que trabalham a questão da criança, das creches, é uma coisa que me chamava atenção porque na época eu era vereadora e achava um absurdo o **teatro que se estabelecia para fazer o pagamento mensal**, era quase um favor que se fazia a pagar a rede conveniada (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).



Esse “teatro para fazer o pagamento mensal” a que a participante faz menção, se trata do evento político que era realizado para repassar os cheques, que configuravam o apoio financeiro da prefeitura às instituições.

#### **4.2.3 Organização da SEDUC em relação às assessorias pedagógicas e formações nas unidades de Educação Infantil**

Quando Ademir Lucas (PSDB) assumiu a prefeitura em 2001, começou a se discutir a descentralização da administração municipal, resultando na criação das regionais administrativas, NAP (Núcleo Administrativo Pedagógico)<sup>63</sup>, entre outros equipamentos. Esses órgãos, a partir de então, foram localizados estrategicamente em cada região geográfica de Contagem. Tal configuração político-administrativa pretendia facilitar a vida da população.

Os NAP desempenhavam funções políticas e também pedagógicas no contexto das políticas municipais de educação. As equipes de técnicos de cada NAP eram organizadas com o mesmo organograma em todas as regiões da cidade. Os cargos que compunham o organograma eram: um coordenador, um diretor de Educação Infantil e ensino fundamental e uma equipe de assessores que variava de acordo com o quantitativo de escolas atendidas pelo núcleo. Uma entrevistada, que atuou na SEDUC nos anos de 1999 a 2001, nos relatou sobre o trabalho que desempenhou como técnica do NAP Ressaca em unidades escolares:

[...] fazíamos o acompanhamento a escola, tipo uma assessoria com as escolas. A gente dava apoio pedagógico, discutia aspectos do projeto político pedagógico. (Entrevista concedida por Diva Viana Alvarenga Duarte ao autor em 26/03/2009).

Já na rede conveniada, a SEDUC instituiu, em 1997, o PROEDI que ofertou em 1998, formação para um público de 200 pessoas que trabalhavam nas creches conveniadas. Entretanto, esse convênio ainda era incipiente, pois muitas vezes o convênio consistia em doações esporádicas de recursos financeiros e alimentação, recolhemos os seguintes depoimentos em relação ao curso:

---

<sup>63</sup> NAP Eldorado; NAP Industrial; NAP Vargem das Flores; NAP Sede e NAP Ressaca.

Na época era só pra rede conveniada, pras creches conveniadas. Que, na verdade, não eram conveniadas, elas recebiam uma alimentação, uma ajuda (ROSARIO. Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Em 1997 é que você vai ter o PROEDI, que era um programa que a Adarlete coordenava. Aí sim, ela passa a fazer formação para as instituições. Em 1997 e 1998, vamos colocar assim (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

De acordo com o documento Contagem (2007), a formação proposta buscava desenvolver um processo de formação continuada em consonância com a recém promulgada LDBEN, isto é, “articulando-se com a Secretaria de Assistência Social” (CONTAGEM, 2007, p. 20). Na referida legislação, no entanto, não observamos nenhuma orientação no sentido de articulação com a assistência, mas sim a definição de que as creches e pré-escolas constituem a primeira etapa da educação básica: Educação Infantil.

Os assuntos propostos eram articulados entre as técnicas da Secretaria de Educação e o trabalho desenvolvido na formação era reconhecido pelas instituições. Observamos que na formação a concepção dos técnicos que fazem parte da estrutura interna da secretaria influenciou nos encaminhamentos das políticas públicas, bem como de todo o processo que as fomentam, conforme relatado por Adarlete:

Rosalba. Eu e a Rosalba... isso aqui foi muito fruto de discussões minhas e da Rosalba, eu falava, “Rosalba, próximo ponto, é esse tema, o que é que a gente faz?”, ela me dava ideia, eu ia registrando, a gente construía uma formação, e a gente colocava em prática muito em função da nossa concepção, daquilo em que a gente acreditava, e as pessoas davam retorno, as educadoras.... Eu encontro sempre com pessoas que falam, “Adarlete, aquela formação que você fez foi pra mim um marco, foi por onde eu comecei”, hoje tem muita gente que formou, e prazos também modificou, mas a gente contribuiu, por a gente alertar, a gente instigava conhecimento pra trabalhar com criança. Mas eu não me senti incluída dentro de uma política, a gente não tinham uma reunião, a gente não tinha... (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Inferimos que a SEDUC não disponibilizava recursos para organização das formações para as instituições, tudo ficava por conta da coordenadora do programa PROEDI, que desabafa:

Não, era tudo muito a gente. É, muita gente lá, por um lado, era bom que a gente tinha a liberdade, mas era tudo às nossas custas, também, não adianta pedir verba, pedir recursos, que não tinha. (ROSARIO. Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009)

O PROEDI foi oferecido por um ano, e com o término dessa ação, a SEDUC implementa outra ação no sentido de aproximar as creches da educação. Nesse sentido, Maria de Lourdes Rocha explica o sentimento que impulsionou a secretaria de educação a propor um programa de acompanhamento as creches, pois a equipe técnica da SEDUC percebia

[...] que ir lá, verificar a situação e voltar não era suficiente, era preciso um tempo maior, por isso colocamos pessoas habilitadas para trabalhar dentro das creches (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

Nessa retomada sobre a execução do programa, ficaram evidenciadas as divergências e dificuldades enfrentadas por técnicos no interior da secretaria de educação, como o relatado, pela pedagoga da rede, responsável pela execução do PROEDI:

[..] Mas nós não éramos a secretaria, porque a gente não tinha o poder da decisão, [não tinha identidade, também] não tínhamos a definição política, era um fazedor, era um fazer de sonhos, até dos nossos sonhos, e por esse lado, eu acho que foi válido, porque a gente fazia, a gente 'acontecía', mas a gente não tinha o respaldo, e aquela política não consolidava, ela ficava muito ali, o jeito do poder público assegura a formação, isso a gente não tinha. Essa formação aqui, depois se você ler com calma, você vai ver que exigia recursos, a gente não tinha. eu usei recursos próprios, recursos de pessoas que foram colaborar... [...] isso pra fazer a formação, mas eu consegui pessoas através de contatos. Levei pessoas para falar disso. Eu não me sentia incluída dentro de uma política. Eu estava construindo uma política. Como eu sou muito autônoma, eu tenho talvez um defeito até, num sistema que não tem uma definição, [...] eu definia, eu encaminhava (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Além disso, evidencia as situações de impotência que às vezes os técnicos que ocupam cargos nas estruturas das secretárias enfrentam. O fato de deterem o conhecimento técnico não era suficiente para garantir a efetivação de políticas

públicas fundamentadas do ponto de vista teórico. Contudo, a palavra final, a decisão, na maioria das vezes, era de responsabilidade dos políticos. Uma dificuldade encontrada por nós na análise do programa consistiu no fato de o que o PROEDI “não tinha um documento único que explicitasse sua linha de atuação.” (CONTAGEM, 2007, p. 21).

Em 1998, o governo federal promulgou o documento orientador denominado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), e o município pesquisado discutiu os referenciais por meio da organização de novas turmas do PROEDI, que incluíram não só a rede conveniada, mas todas as unidades públicas de Educação Infantil do município. Tal ação perdurou até o ano de 2000. (CONTAGEM, 2007)

Em 2002/2003 organizou-se na cidade um curso de formação dos Parâmetros em Ação – desenvolvido pelo MEC – para orientar o uso do RCNEI como referência para o trabalho pedagógico nas instituições. Vários/várias professores/professoras da Rede Municipal participaram de tal atividade.

Ainda no sentido de integrar as creches a área educacional, cumprindo definição legal, a prefeitura propôs nos anos 1999 e 2000 mais uma ação, também, formativa por meio da SEDUC, consistindo em um programa para acompanhar *in loco* o funcionamento das creches. O programa ficou conhecido pelo nome “Adote uma creche”.

Iniciamos nossa análise desse programa problematizando o nome pelo qual ficou conhecido, percebemos representado no nome a situação de indefinição vivenciada pelas creches, pois a palavra “adote” é utilizada para designar a ação de adotar, ato de escolher alguém. Neste caso tomar para si a responsabilidade pela creche, era assim que as creches se viam, pois, não eram integradas a rede municipal de educação e ainda recebiam recursos da assistência social. Rosalba, que no período atuou como técnica da SEDUC, relatou seu sentimento em relação ao programa

Precário, precário. O que era o programa Adote uma creche? Uma escola próximo da creche disponibilizava uma professora para ir lá e ajudar a creche, porque a creche não sabia fazer. Ou seja, colocava a creche comunitária no lugar do que não sabe fazer, do sem esclarecimento, daquele que não tem organização. E esse não é um lugar justo para eles, porque quando o poder público não deu conta, não quis fazer o atendimento, eles estavam pautando esse atendimento. O lugar da ignorância e do não saber é um lugar ruim e

era esse o trabalho e a professora chegava lá como a dona da verdade e que sabia o que era. (LIMA, Rosalba Rita. Entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Percebemos no relato que as diretrizes que pautaram o funcionamento do programa, colocavam as creches em uma situação vulnerável. O incômodo em relação ao programa residia no fato de que a rede pública não realizava nenhum atendimento as crianças de zero a quatro anos. As ações públicas se concentravam nas pré-escolas que atendiam as crianças de seis anos, mesmo assim com deficiências de vagas em algumas unidades. Em escolas/pré-escolas de outras regiões, quando sobravam espaços ociosos, atendiam também as crianças de quatro e cinco anos.

Não encontramos registros documentais sobre o programa, porém os relatos permitiram-nos construir resumidamente o seu funcionamento que consistia na liberação para prestar serviço na creche de uma professora PEBI do quadro de profissionais da Escola Municipal mais próxima da instituição conveniada em regime de dobra da jornada de trabalho. Dessa forma, a(o) profissional trabalhava em um período na Escola Municipal e em outro desempenhava funções de apoio pedagógico e administrativo ao presidente/diretor da creche. Essencialmente, a diferença entre os sujeitos envolvidos no programa estava na “formação”, pois, as professoras que atuavam nas escolas municipais, em sua maioria, possuíam formação em magistério, nível médio, enquanto grande parte das monitoras das creches tinham o ensino fundamental incompleto. Avaliações realizadas por algumas entrevistadas explicitam os entraves vivenciados na execução do programa:

Enice foi a secretaria de educação que lançou o programa adote uma creche. Tinha até um **folhetinho**. Acho que foi no período de 1999 a 2000 que foi lançado este programa. [...] Este “adote uma creche” o que a secretaria fez foi isso, ela pegou uma professora e a colocava na creche para **gerir e ajudar no pedagógico**. Só que eu acho que foi muito conflituoso também. Foi muito difícil a entrada delas lá. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga. Entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

[...] para a rede conveniada você vai ter o programa “Adote uma creche”, que é um programa que aconteceu aqui em Contagem [...] (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

Olha, nós tivemos o “Adote uma creche” no governo Paulo Mattos, mas a creche não aceitou nessa época, porque a condicional que

vinha de lá para cá [da prefeitura para as creches] **além dela cuidar da educação mexia com a administração**, entrando em choque com a diretora da creche. As duas nunca falavam a mesma língua (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Destacamos nos trechos a presença de evidências da fragilidade dos registros nas políticas públicas municipais em relação à produção de textos, que no caso desse programa se restringiu a um “*folhetinho*”. Constatamos que a ausência de documentos como registros, relatos, avaliações dificultaram o detalhamento sobre o funcionamento do programa. Outro aspecto relevante consiste nos relatos de conflitos, envolvendo o responsável pela administração da creche e o representante da secretaria de educação, ambos passaram a responder, conjuntamente, pelas ações pedagógicas e administrativas da creche.

Ainda dentro do período aqui analisado, identificamos outra ação por parte da SEDUC propondo formação para as creches. Nesse sentido, a presidente do MLPCC relata sobre a solicitação de assessoria realizada pela SEDUC em relação à construção das propostas pedagógicas para as creches:

Em 2001 a **Marlise** da secretaria de educação, eu participei de uma reunião do conselho quando em uma das minhas falas no conselho ela me pediu ajuda para que fizesse a proposta pedagógica. Marlise foi secretaria de educação. Foi a primeira secretaria de educação do governo Ademir Lucas. Foi quando a gente tentou fazer uma série de propostas pedagógicas e eu falei com ela eu faço, mas a entidade tem que me dar o direito de mexer nas gavetas delas e conhecer toda a documentação. (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Um fator interessante que merece destaque neste trecho de entrevista consiste no fato de que o nome da secretaria de educação referenciada na entrevista não consta em ato publicado. Conforme legislação vigente, deveria estar nos registros de nomeação da prefeitura. Tal ausência foi identificada de acordo com o levantamento realizado na procuradoria do município. Assim, inferimos que essas contradições, ambiguidades revelam a inexatidão dos registros, bases de dados, evidenciando a existência de possíveis lacunas nas informações levantadas.

Com o encerramento do programa “Adote uma creche” o acompanhamento a rede conveniada ficou um pouco esquecido, conforme relato:

[...] em 2001 ele [programa Adote uma creche] já não existe mais, de 2001 a 2003 agente praticamente desconheceu a rede conveniada. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Concluimos que as ações formativas do período demonstraram que o poder público, representado pela SEDUC, utilizou de estratégias frágeis na oferta de políticas de formação para os trabalhadores da Educação Infantil, principalmente aqueles que trabalhavam na rede conveniada. Nessa perspectiva, conforme evidenciado nas falas de alguns participante, as ações em si, foram formativas, porém, como não é objeto do nosso estudo analisar o conteúdo pedagógico e sim o seu caráter político, apontamos a ausência de financiamentos, de coesão e coerência em maior parte das políticas propostas para a Educação Infantil.

#### **4.2.4 A configuração do atendimento na rede pública**

Conforme explicitado anteriormente, a prefeitura não realizou no período nenhuma atendimento às crianças em idade de freqüentar as creches. Em relação à pré-escola observamos na tabela apresentada abaixo significativa variação nos dados de atendimento referentes aos anos de 1998, 1999 e 2000 que podem ser explicados da seguinte forma: a) o aumento de 463 crianças matriculadas em 1999 pode ser associado a novas construções de polos de Educação Infantil, bem como a abertura de turmas em escolas de ensino fundamental. “Esse período de 1996 a 2002 é que foram construídos mais polos”. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de). Entrevista concedida ao autor em 23/11/2009). b) O decréscimo no atendimento de 2177 matrículas em 2000 pode ser atribuído as ambiguidades que marcaram a implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental do município, pois as crianças de seis anos passaram a ser contadas no Censo Escolar como matrículas do primeiro ano do primeiro ciclo, mesmo não existindo ainda na cidade vagas para todas as crianças de seis anos em escolas da rede pública.

## QUADRO 6 - MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL (1996-2002)

Matrículas na rede municipal		
ano	Creche	Pré-escola
1996		2604
1997	0	2747
1998	0	2759
1999	0	3222
2000	0	1045
2001	0	1132
2002	0	1165

**Fonte:** Diretoria de Funcionamento Escolar/SEDUC

A rede municipal permanece, até 2003, com essa ambigüidade em torno do atendimento as crianças de seis anos, conforme explicitado no relato de Rosalba: “de 2001 até 2003 a Educação Infantil vai estar hibridizada com o ensino fundamental”. (LIMA, Rosalba Rita. Entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

O surgimento de algumas escolas no município, principalmente as que atendem a Educação Infantil seguiram, quase que sempre a mesma trajetória, foram implantadas em espaços que antes eram utilizados para atendimento ao ensino fundamental ou médio. Uma dessas situações ocorreu com o atual CEMEI Professora Juvercí de Freitas Ferreira e o CEMEI Sagrado Coração de Jesus, todas duas instituições foram prédios que pertenceram a Escolas Estaduais. Na seqüência, outro exemplo relatado pelo vereador Arnaldo de Oliveira:

[...] a Itaú construiu essa escola [atual E. M. Cecília Meireles] e entregou para o Estado. O Estado administrou esta escola até noventa e sete. Quando a comunidade já não queria mais colocar os alunos lá, sobraram uns quarenta meninos matriculados lá. O Estado fechou e esses meninos foram transferidos para a Escola Elpídio no bairro Camargos. E no meu aniversário como eu tenho um trabalho grande lá na Vila Itaú, e como o Estado fechou a escola, o presidente da Associação ficou com a chave do prédio. E no meu aniversário de mil e novecentos e noventa e nove, o padre Isma que era um padre do Haiti e ele celebrava a missa lá na Vila, aí nessa data a comunidade pediu que fizesse a missa também em minha homenagem e nesse dia a missa foi realizada dentro do prédio da escola que não funcionava mais, só tinha o prédio. E a missa era em



minha homenagem. Na hora do sermão o padre Isma disse o seguinte, e olha que a escola fechada era do Estado heim, Eu não entendo as autoridades como que pode a escola fechada e as crianças na rua, e aí terminou a missa eu fui lá cumprimentar o padre, tal, no dia seguinte eu fui ao prefeito, o então prefeito da época Paulo Mattos, falei assim ô Paulo ontem tinha uma missa em minha homenagem eu assisti a um sermão que não era para mim, mas eu sou pessoa pública né? E o padre tinha razão, o prédio fechado, vamos colocar um prédio escolar lá? Aí o Paulo falou que o prédio não era da prefeitura, eu falei não, está lá vamos usar não importa de quem que seja. E no ano de dois mil inauguramos a escola lá, em fevereiro com oitenta e sete alunos. Escola infantil era um pré-escolar. (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

Nesse depoimento, o referido entrevistado relata o processo de reabertura do atendimento às crianças na Escola Municipal Cecília Meireles, localizada na Vila Itaú, ressaltamos a falta de planejamento nas ações, a inexistência de estudos de demanda. Em seguida, há um exemplo citado pelo mesmo vereador acerca do início de atendimento na Escola Municipal Estudante Eduarda Pereira,

E tem uma outra história que eu gosto de contar também que é uma invasão de outro prédio que foi de Educação Infantil também que é a Escola Eduarda Pereira de Oliveira, localizada na região do Petrolândia. O bairro Campo Alto começou da seguinte forma, lá em noventa e quatro tiveram algumas canalizações, projeto Prosam, canalização da bacia do Arrudas, então canalizou o córrego ali na Vila Itaú até a Vila São Paulo e foi o Banco Mundial que financiou e teve que retirar as famílias e a prefeitura escolheu aquela região que é mais alta. Só que lá no Campo Alto o governo federal na época do Collor construiu lá um mini CAIC, mas nunca deu nenhuma utilidade para ele, ficou lá aquele trem fechado. Um prédio bonito, pequenininho, e eu acompanhando os meninos das vilas tendo que ir lá para o Petrolândia, tendo que andar três, quatro quilômetros para ir para a escola. Era no governo também do Paulo Mattos prefeito. E eu vendo aqueles meninos andando, andando para ir para aula. Falei ô Paulo tem um prédio abandonado, coloca uma escola aí? Não mas o prédio não é nosso e eu vamos por, depois pagar para ver quem é o dono desse prédio. Começamos lá também com a Educação Infantil e junto com a associação, conduzida pelo Ari, fizemos um levantamento junto com as mães. Pois as mães também demandavam da Educação Infantil no bairro pois precisavam sair para trabalhar. E começou a escola lá e foi com muito, com cento e setenta meninos já. Um prédio pequenininho, arrumadinho. Tivemos dificuldade até para aprovar no Conselho Municipal de Educação, pois faltava a documentação do prédio. De quem que é o prédio? Mas o Conselho entendeu por bem que... a planta estava aprovada. Levamos engenheiro e tudo, com a planta aprovada. Dentro do município né? É do município. Aí também começou a Escola Municipal Eduarda Pereira de Oliveira nessas condições também,

atendendo pré-escolar na demanda da comunidade, junto com a Associação, a comunidade sempre tem essa demanda. (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

O estudo do histórico de atendimento educacional a criança pequena tanto no Brasil como em Contagem demonstra a fragilidade das políticas na área, pois sempre esteve a reboque do ensino fundamental, ou seja, as crianças de seis anos eram atendidas somente depois de observada a prioridade dada, inclusive legalmente, ao ensino de primeiro grau, atual ensino fundamental. Essa etapa também tem histórico de deficiência de vagas no município, até 2008 existiam escolas na região de Nova Contagem que funcionavam em quatro turnos visando ampliar o número de vagas.

[...] a prefeitura inicia esse atendimento próximo a 1980, ampliando pouco e muito devagar e tem uma interrupção, devido a oferta, procura de alunos. Contagem cresceu muito né? Contagem é uma cidade industrial. Então o município demandou vagas demais e o que ocorria é que a Educação Infantil sai para realizar o atendimento ao ensino fundamental. O investimento na Educação Infantil foi muito difícil uma vez que priorizava sempre o ensino fundamental. Porque eles é que tinham direito perante a lei. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida pelo autor em 26/03/2009).

Então a prioridade do governo era o ensino fundamental, e até hoje a gente vê em Contagem que algumas regiões como Nova Contagem e outras ainda necessitam de crescer o atendimento de ensino fundamental. E você não acha na comunidade espaços, locais disponíveis para o atendimento da Educação Infantil. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

O tamanho de Contagem e a ocupação desordenada levaram a configuração diversificada da malha urbana e características demográficas. Para ilustrar a dificuldade do executivo municipal em atender a crescente demanda do bairro de Nova Contagem que registrou, logo no início de sua implantação, uma população de quase 35.000 habitantes, pois existia urgência em ocupar os lotes ganhados do então prefeito e político de base forte em Contagem Sr. Newton Cardoso. Na verdade, o loteamento não era regularizado, por isso, não possuía nenhuma infraestrutura e nem mesmo documentação.

Porém a realidade de atendimento e o contingente populacional no município são específicos de cada região, a exemplo disso, no entorno da Cidade Industrial registramos outra situação. Além de espaços improvisados dentro dos prédios das

escolas que atendiam ao mesmo tempo o primeiro grau. Outra forma de atendimento foi organizado em prédios ociosos que pertenceram a escolas, geralmente estaduais, que encerraram suas atividades. O encerramento dessas escolas de ensino fundamental pode ser atribuído a fatores como: a redução da demanda por vagas, explicada pela migração da demanda para outras escolas próximas de acordo com a preferência da família e pela crescente municipalização do ensino fundamental.

Além da utilização de escolas desativadas, foram realizadas ampliações em escolas onde o espaço do terreno permitia, porém influenciada por uma concepção de criança pequena, menor, por isso os espaços eram exageradamente pequenos. Os prédios eram muito parecidos com as estruturas existentes nos equipamentos planejados para o ensino fundamental, no trecho abaixo evidenciamos esses aspectos:

Contagem começa se organizando com eixos regionalizados para atendimento da Educação Infantil que são os polos. Você cria um prédio muito parecido com o prédio do ensino fundamental para atender uma determinada região e todas as crianças da região serão atendidas naquele polo. Então essa que é característica do polo de Educação Infantil. E há uma mentalidade no início, porquê? Não havia parâmetro de como construir uma creche. Então o prédio era parecido com o do ensino fundamental, mas você pensa assim, tem que ser prédio pequeno porque criança é pequena. Então você põe prédio pequeno, salinhas pequenas, tudo muito bonitinho, mas tudo pequenininho, por quê? Porque é para criança pequena. E todos os espaços eram pra criança pequena o pátio era pequeno, sala pequena, espaço pequeno, porque a criança é pequena. Olha pra você vê bem a lógica! Se você observar quase todos os polos têm essa lógica do pequeno, pequenininho, às vezes eles estão num terreno grande, mas a construção é pequena. Tudo pequeno, sala pequena, porque eu só tinha que por vinte e cinco crianças. Então podia ser sala pequena. Não havia uma Resolução [se referindo a legislação]. Não havia documentos que fomentassem isso. Havia orientações, mas usávamos muito o caderno do MEC, do MOBREAL e da Fundação Educar, que contiam algumas orientações, mas não havia uma orientação de como se constrói, o que seria uma estrutura adequada para uma criança ser bem atendida. Que elementos seriam necessários. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Confirmamos a ausência no período de documentos, legislações municipais que regulamentassem a Educação Infantil de Contagem. No trecho abaixo, Adarlete relata como foram encerrados espaços de atendimento à Educação Infantil, além de

evidenciar as situações precárias que às vezes estavam submetidas as crianças nesta etapa da educação básica:

Aí, eu fiquei sabendo que eles precisaram utilizar o prédio pra uma outra coisa, eu sinto, que eu acho que foi assim forte, porque lá só atendia de manhã, então ficava ocioso a tarde, então, Contagem é Contagem, tem umas avaliações lá que só Deus sabe o porque, então, uma estrutura daquela ficasse ociosa na parte da tarde. E porque é que não tinha funcionamento à tarde? porque lá era uma telha de amianto, insuportável o calor, na parte da tarde. Então, de manhã dava para gente segurar, à tarde não tinha condição. O prédio foi adaptado duas vezes, tinha sala de vídeo, a gente tinha um espaço muito bom, foi uma época que tinha aula da Educação Infantil lá. Nem continuou não. A Educação Infantil foi pra escola, as turmas, Educação Infantil não, cinco e seis, né? Quatro e cinco que hoje é a idade anterior ao ensino fundamental, foi pra escola do Josefina, e eu não sei, hoje acabou. (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Em relação ao atendimento público Rosalba, que foi Diretora de ensino fundamental e Educação Infantil do NAP - Sede evidencia a inexistência do atendimento de zero a três anos e a fragilidade da política de Educação Infantil nas demais faixas etárias, quatro, cinco, bem como a indecisão que representava o atendimento educacional às crianças de seis anos:

[...] Em 2001 é que eu retomo numa outra linha, como diretora de Educação Infantil e ensino fundamental da regional de educação Sede. Então eu trabalhava com as duas etapas, mas a lógica do trabalho era muito com quatro e cinco anos. Zero a três anos a gente não discutia. Nessa época, [consertando a informação anterior] trabalhávamos com cinco e seis anos. Até que já tínhamos atendimento de quatro anos em alguns locais, eu não me lembro exatamente quais eram. Principalmente onde era polo, se ia surgindo espaço a gente ia começando a pensar nesse atendimento de quatro anos. E foi esse mandato de 2001 a 2004 que reafirma algumas questões, como a que seis anos não era ensino fundamental. Reafirmamos teoricamente. Mas nós não conseguimos fazer com que o município discuta e de fato assuma a universalização dos seis anos. Olha que contradição: o município não assume a universalização dos seis anos, mas fala que ele pertence ao primeiro ano do primeiro ciclo. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

A configuração do atendimento a outras idades foi acontecendo paralelamente à expansão dos espaços destinados a criança de zero a seis anos no

município, onde sobravam salas ociosas, onde houve tanto o aumento de crianças atendidas:

[...] como a expansão da idade, começou a entrar as crianças de quatro anos, que antes ficavam só na conveniada. Em 2002 que a Educação começou a acompanhar a rede conveniada, pois se era creche a ação social que acompanhava até então. A pré-escola atendia cinco e seis anos e ficava sob a responsabilidade da Educação. Percebíamos até um conflito, pois a promoção social se concentrava muito no atendimento focado na assistência exclusivamente. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de. Entrevista concedida ao autor em 23/11/2009)

Os polos foram construídos inicialmente visando o atendimento aos bairros de uma região, depois a prefeitura, os gestores públicos constatando que o número ainda era insuficiente perante a demanda, foram ampliando o número de vagas para o atendimento a Educação Infantil construindo mais espaços, salas em escolas de ensino fundamental.

Fez por região e depois viu que isso não estava atendendo e foi construindo mais unidades, principalmente onde tinha terreno, dentro das escolas que tinham terreno. [...] Houve a mudança após a legislação, mudança de concepção ficando claro o que seria a Educação Infantil e o que seria a creche. Aí houve uma grande mudança na política do município de novo. Começou-se a quê, municipalizar algumas creches que na tinham condições de manter o atendimento, como a Instituição denominada São Geraldo, localizada na “Vila do Maribondo”, Jardim Eldorado, Mundo Maior e a Pés no Chão, foram as três municipalizadas. E a partir daí houve um crescimento muito grande, pois foram construídos 22 polos. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009)

[...] Hoje polo Beija Flor, foi a primeira experiência de Contagem, era Secretaria de Educação Terezinha Lélis. Depois é que fomos implantando alguns polos, de acordo com, onde conseguia espaço, onde não era ocupado pelo ensino fundamental. Não tinha demanda de ensino fundamental para todas as turmas, então aproveitávamos aquelas salas ociosas para realizar o atendimento a Educação Infantil. Com isso fomos observando um elevado crescimento no desempenho das crianças que freqüentaram a Educação Infantil, elas tinham mais sucesso no ensino fundamental do que outras que não freqüentaram a Educação Infantil. Porque a repetência até então era muito grande na primeira série que corresponde hoje ao 2º ano do 1º ciclo. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

Em termos de estrutura física a Educação Infantil vai sendo idealizada, primeiramente pelas pré-escolas e agora por polos regionalizados de Educação Infantil, além das turmas em escolas de ensino fundamental.

#### **4.3 Política de Educação Infantil em Contagem (2003-2010): perspectivas da contemporaneidade**

Nesse capítulo analisamos o período de 2003 a 2010 que tem como marco inicial a transição do gerenciamento dos convênios da SMDS para a SEDUC. No período anterior, os convênios ficavam a cargo da SMDS, e a SEDUC desconhecia os termos e regras que regiam os mesmos. Essa transição não ocorreu de imediato. Nesse sentido, em 2003 iniciou-se com os técnicos da Secretaria de Educação de Contagem uma discussão acerca da política de conveniamento, atendendo dispositivos legais da LDBEN.

Essa transição foi lenta e necessitava ser legalizada. Nesse âmbito destacamos a implantação da resolução nº11 de 04/07/2002<sup>64</sup> do Conselho Municipal de Educação (CMEC) que regulamentava a Educação Infantil no município. A partir desse documento, as instituições que ofertam essa etapa da educação básica ou que pretendiam ofertá-la ficam obrigadas a solicitar autorização para funcionamento no CMEC. Este órgão por sua vez podia concedê-la ou não, após analisados os dispositivos das legislações.

O período de análise 2003 a 2010 engloba duas administrações municipais. Os dois últimos anos de governo de Ademir Lucas (PSDB) que constituíram um legado importante para a Educação Infantil. Tal legado é evidenciado por meio da ampliação do atendimento por meio da construção de 22 polos. Alguns prédios, anexos a escolas de ensino fundamental, e o início do gerenciamento dos convênios das creches pela SEDUC.

Em 2005, a nova configuração política foi propulsora de algumas mudanças sociais, políticas e econômicas no município. Com este novo cenário político, a SEDUC reorganiza seu organograma, e nessa nova reorganização a Educação

---

<sup>64</sup> Promulgada nesta data e seus impactos percebidos a partir de 2003. Tal Resolução está em processo de reformulação pelo CMEC e diretoria de Educação Infantil.

Infantil ganha *status* de diretoria, com a formação de equipe específica se intensificam as ações políticas desta Secretária na Educação Infantil.

#### **4.3.1 Políticas de financiamento para a Educação Infantil: alguns aspectos do FUNDEB**

A implantação do FUNDEB por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 53 de 2006 e posterior regulamentação pela lei 11.494, de 20 de junho de 2007 inaugurou novo cenário para a educação nos municípios. A perspectiva dos atores envolvidos no processo da política de Educação Infantil em Contagem é que com a definição, pelo governo federal, dessa fonte de financiamento, o município conseguisse atender toda a demanda dessa etapa da educação básica em instituições de Educação Infantil pública. O art. 2º da PEC altera o art. 60 da CF que trata do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, por meio do texto da disposição IV que resolve que “os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios, exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211<sup>65</sup> da Constituição Federal”. (BRASIL, 2006b). Segundo essa definição, o Fundo estabelece o foco em toda a educação básica, orientando que cada ente federativo direcione os recursos recebidos do governo federal, exclusivamente para a área de sua atuação prioritária, a Educação Infantil, mais uma vez fica a cargo dos municípios.

O documento do MEC denominado *Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil* traz a seguinte redação em sua apresentação explicativa sobre o fundo:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, assegura recursos constitucionalmente vinculados para todas as etapas e modalidades

---

<sup>65</sup> § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na Educação Infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996); § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

da educação básica. Assim, pela primeira vez no país, ficam subvencionados recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento em creches e pré-escolas. (BRASIL, 2009)

Mesmo tendo clara a prioridade, ao final desta pesquisa, evidenciamos que os primeiros anos de implantação do FUNDEB ainda não trouxeram os resultados pretendidos. Tal fato pode ser corroborado pela existência de listas de espera em quase todas as unidades do município conforme levantamento realizado pelo setor de Funcionamento Escolar da SEDUC em 2010.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, a implantação do FUNDEB começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída no seu terceiro ano de existência, ou seja, 2009. Conforme já explicitamos, o novo financiamento abrange toda a educação básica, inclusive as matrículas realizadas na rede conveniada.

Nessa perspectiva, a prefeitura, implantando o Fundo, realiza algumas alterações na política municipal de Educação Infantil. Um dos aspectos observados foi o encerramento dos recursos oriundos da assistência social em 2008, pois, alguns CEI continuaram a receber tal recurso, mesmo oferecendo reconhecidamente atividades educacionais a criança. Foi instaurado nesse momento um ponto de tensão que identificamos nas entrevistas. Em relação a: como o novo fundo vem impactando a política no município? Nesse sentido ressaltamos a seguinte declaração:

[...] o FUNDEB permitiu ampliar um pouco o repasse. Vou te passar essa tabela com os dados atuais, o repasse agora é cento e dezessete reais para o integral que em 2004 era de quarenta e quatro reais, **quase trezentos por cento de reajuste**. Isso por causa do advento do FUNDEB, que permitiu a gente fazer mais investimento na Educação Infantil e é política também do governo atual investir na ampliação da educação infantil, principalmente de zero a três anos que é a fase inicial. Oferecer mais vaga para a população. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009)

O diretor financeiro da SEDUC confirmando que com o fim dos recursos da assistência social houve uma compensação para rede conveniada com aumento nos recursos repassados pela educação e ainda explica a situação dos convênios em 2004 e destaca o reajuste oferecido até o momento. Porém a presidente do MLPCC declara que as perdas com a retirada em definitivo dos recursos recebidos da



assistência social, foram maiores do que o aumento dos recursos oferecido pela Educação:

Não foi. Em setembro de 2008, reunimos Gláucia [coordenadora da assistência social], Lindomar [secretário de educação], Maurício [não identificamos] e eu e o combinado foi que seria recomposto com verba da Educação, o valor que fosse retirado dessas creches que ainda recebiam dinheiro da assistência. O que não aconteceu. Então as creches pararam de receber essa verba desde janeiro de 2009 e não foi compensada com verba da educação conforme combinada em reunião com a presença dos secretários de educação e assistência social. A creche que recebia menos durante o ano era R\$7000,00 e a que recebia mais R\$16000,00 e esse dinheiro está fazendo falta este ano principalmente para ajudar nos custos com a folha de pagamento. Não adiantou nada a gente conversar. Esse dinheiro era mandado pelo Ministério de Desenvolvimento Social. E para retirar o recurso alegaram que essas instituições não tinham o trabalho de assistência social.(PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Dolores ainda relata do sentimento de descontentamento das instituições em relação à forma como o FUNDEB vem sendo implantado, pois, tinham em mente que o recurso desse fundo seria somado ao valor que a prefeitura já repassava em período anterior a sua implantação:

Só que quando o FUNDEB chegou foi um pouco diferente do que a gente pensava. **Pensávamos que a verba era extra do que a gente já recebia.** E ela não é. Ele deixa muito a desejar. [se referindo ao FUNDEB]. E é repassado para a prefeitura de acordo com o número informado pelas entidades no censo, se a entidade não informa esses dados corretamente a prefeitura não recebe os recursos referentes a essas crianças. Nós descobrimos que teve entidade aqui de Contagem que se informou como instituição particular. Por mais que a prefeitura capacitou, caminhou junto elas ainda fizeram bobagem. [...] Agora é a transição, pois desde que foi criado o FUNDEB, que é o dinheiro da Educação e como as creches de Contagem começaram em 2003 a serem transferidas para a Educação. Essa verba foi cortada no ano passado. [...] Foi um benefício que gerou perdas de recursos, pois elas contavam com esse dinheiro no orçamento para arcar com os custos de água, luz, telefone, etc. (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Evidenciamos a decepção da representante das entidades conveniadas, com relação ao FUNDEB. Ela acreditava que o fundo fosse se somar aos recursos já garantidos no período anterior a sua implantação. Outro fator que merece destaque, é a forma como o governo federal calcula os valores. Tal cálculo é realizado de

acordo com o número de matrículas informado pela entidade no Censo Escolar. Nesse aspecto, o Censo Escolar, hoje no Brasil, é realizado por meio digital, no site do educacenso. Tal procedimento é novo para alguns trabalhadores das instituições conveniadas, que mesmo após passarem por formação pela SEDUC, ainda prestaram as informações de forma incorreta ao educacenso. O diretor financeiro da Secretaria de Educação relata sobre esses equívocos e os prejuízos financeiros causados ao município:

[...] como é feito o cálculo do FUNDEB? É feito de acordo com o número proporcional de alunos do município. As próprias entidades, e eu tenho cobrado da Dolores, o governo federal repassa as verbas com base nas informações prestadas no censo escolar. Atendemos hoje quase quatro mil crianças, três mil e setecentas crianças, dessas apenas mil e pouco foram cadastradas no censo. Pois na hora de fazer o censo elas fazem de forma errada e não é falta do setor responsável, o funcionamento escolar cobrar. Eles fazem e não é registrado lá. Às vezes se cadastram como entidade privada, outra como comunitária, outra como filantrópica, cada uma com uma denominação na hora de registrar lá. E aí o MEC não reconhece e não repassa o recurso. Aí acaba ficando penalizada nesse sentido aí. Vou te passar uma tabela de alimentação onde constam os dados de repasse que este ano 2009 foi de trezentos e doze mil reais. E agente recebe por causa do registro no censo escolar apenas setenta e cinco mil reais. Como elas falham na hora de fazer o censo o município fica penalizado e não recebe o recurso a que teria direito. E o município pega o recurso do tesouro municipal para realizar o repasse, dinheiro esse que poderia ser investido em outras demandas da população, em infraestrutura para a cidade, como saneamento básico, por exemplo, tenho que gastar com a educação. Sendo que o governo federal poderia estar repassando, se eles, a própria creche realizasse o censo de forma correta. E eles não fazem isso. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Um exemplo interessante que o participante relata consiste no repasse dos recursos relativos ao Programa de Alimentação Escolar (PAE), calculados conforme o número de matrículas informado pelas unidades no Censo Escolar. Entretanto, havendo divergências de dados, o município pode não receber pela totalidade de recursos a que tem direito. Uma hipótese levantada é que mesmo se as instituições realizassem o censo de forma correta, os valores repassados pelo governo federal não seriam suficientes para financiar a política de convênio, ou seja, tal qual os valores estabelecidos atualmente pela prefeitura. Nesse sentido, conforme corrobora o diretor financeiro da SEDUC em entrevista:

Ainda o município tem que completar. Porque o que o FUNDEB passa é pouco. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Visando se adequar às diretrizes do novo Fundo, o município tem utilizado algumas estratégias como a ampliação do atendimento público de quatro e cinco anos, bem como a abertura de novo chamamento público para conveniamento com instituições privadas sem fins lucrativos. Conforme documento denominado Chamamento Público PMC/SEDUC nº 001/2010.

O Município de Contagem, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público e de conhecimento dos interessados, que mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, nº 001/2010, receberá documentação de instituições educacionais privadas que sejam comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, localizadas no Município de Contagem, e que tenham interesse em firmar com esta Secretaria, convênio para o atendimento à criança de zero a três anos na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, conforme os critérios especificados a seguir. (CONTAGEM, 2010, p. 1)

Além disso, observamos um aumento dos recursos para as instituições já conveniadas principalmente para a *per capita* das crianças de zero a três anos. Nesse aspecto, a prefeitura direciona os CEI conveniados a atenderem, quase que exclusivamente, a faixa etária com recursos repassados pelo governo federal à essas instituições. Paralelamente a isso, o poder público prioriza o atendimento a crianças de quatro e cinco anos<sup>66</sup>. Nas instituições de Contagem existe a deliberação do setor de Funcionamento Escolar no sentido de garantir o atendimento primeiro das crianças de cinco anos. Nesse sentido as diretrizes oficiais apontam para que as crianças inscritas com idade de cinco anos sejam atendidas prioritamente e somente em caso de disponibilidade de salas ociosas nas unidades, é que se realizam o atendimento as crianças de quatro anos<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> Além do texto do FUNDEB, o governo federal, por meio da Proposta Emenda Constitucional nº 59, de 2009, amplia, a partir de 2016, a obrigatoriedade do ensino para as idades de quatro a dezessete anos. Caso não haja prorrogação, os pais ou responsáveis poderão ser responsabilizados civil e criminalmente se crianças e jovens pertencentes a essa faixa etária estiverem fora da escola, como acontece atualmente com os que têm entre 6 e 14 anos. (BRASIL, 2009).

<sup>67</sup> Esclarecemos que tal fato acontece somente onde o número de turmas é pequeno, normalmente escolas de ensino fundamental que atendem a Educação Infantil após analisada a demanda para o ensino fundamental.

A justificativa da SEDUC, que conseguimos identificar por meio das Diretorias de Educação Infantil e Funcionamento Escolar para a opção de atender primeiramente as crianças maiores reside fato das crianças de cinco anos não terem oportunidade depois de frequentar a essa etapa da educação básica. Dessa forma, evidenciamos uma escolha política: a rede pública se dedicando ao atendimento de quatro e cinco anos e a rede conveniada atendendo a zero a três anos. O trecho retirado da entrevista realizada com diretor financeiro evidencia tais fatos:

Em 2007 estávamos atendendo também pré-escolar. Depois começaram a atender somente a Educação Infantil e priorizando o atendimento integral. As mães e pais precisam trabalhar e o município tem dificuldade de realizar esse atendimento, por isso buscamos parceria com essas creches focando valorizar o *per capita* de zero a três inclusive atendimento integral. A tendência nossa é dobrar o valor de *per capita* integral em relação ao parcial, que já é maior, e nossa meta é chegar ao dobro. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 20/12/2009).

Percebemos no próprio documento de Chamamento Público, evidências que nos levam a inferir a tendência do atendimento de zero a três anos ser realizado preferencialmente na rede conveniada. Após analisada toda documentação, as instituições são classificadas atendendo ao interesse público de acordo com a ordem dos seguintes critérios:

- instituições localizadas em áreas de vulnerabilidade social;
  - instituições localizadas em regiões que apresentam demanda por Educação Infantil não atendida pelo poder público;
  - instituições localizadas em regiões que não tem atendimento de 0 a 3 anos pelo poder público;
  - instituições que apresentem um número maior de crianças de 0 a 3 anos atendidas em regime de funcionamento integral.
- 8.2. Em caso de empate quanto aos critérios acima será usado o critério de localização em área de maior vulnerabilidade social para desempate. (CONTAGEM, 2010)

Ainda analisando o documento de Chamamento Público nº001/2010, identificamos duas escolhas realizadas pelo poder público para a política nas instituições conveniadas. Sendo que a primeira consiste no atendimento prioritário às regiões com maior vulnerabilidade social e, a segunda, no atendimento de zero a três anos em tempo integral. Essas diretrizes do município são balizadas em definições do governo federal principalmente na implantação do FUNDEB. Dentre

essas definições ressaltamos o art. 10 da Lei nº 11.494 de 2007 que ao regulamentar o Fundo atribui valores diferenciados para cada etapa/modalidade da educação básica:

Art. 10. A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica: I - creche em tempo integral; II - pré-escola em tempo integral; III - creche em tempo parcial; IV - pré-escola em tempo parcial; V - anos iniciais do ensino fundamental urbano; VI - anos iniciais do ensino fundamental no campo; VII - anos finais do ensino fundamental urbano; VIII - anos finais do ensino fundamental no campo; IX- ensino fundamental em tempo integral; X - ensino médio urbano; XI - ensino médio no campo; XII - ensino médio em tempo integral; XIII - ensino médio integrado à educação profissional; XIV - educação especial; XV - educação indígena e quilombola; XVI - educação de jovens e adultos com avaliação no processo; XVII - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo. § 1º A ponderação entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino adotará como referência o fator 1 (um) para os anos iniciais do ensino fundamental urbano, observado o disposto no § 1º do art. 32 desta Lei. (BRASIL, 2007).

Nesse artigo, o Fundo prevê o financiamento para as matrículas efetivadas na Educação Infantil em creches e pré-escolas em tempo parcial e integral nas redes pública ou privada. No entanto, somente nos quatro primeiros anos de implantação do Fundo. Após esse período, as matrículas financiadas serão organizadas de acordo com a faixa etária: i) pré-escola (4 até 6 anos) crianças matriculadas na rede pública e ii) creches (0 a 3 anos) instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público. Ainda de acordo com a legislação essas instituições sem fins lucrativos poderão ser computadas para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, desde que atendidas obrigatória e cumulativamente as seguintes condições (art. 8º):

I – Oferecer igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos, com atendimento gratuito a todos eles. II – Comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação infantil. III – Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola de educação infantil da mesma natureza, no caso do encerramento de suas atividades. IV – Atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, incluindo a aprovação de seus projetos pedagógicos. V – Ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social. VI – Ter

preenchido o formulário do Censo Escolar – INEP/MEC.(BRASIL, 2007).

De acordo com o § 21 da Lei 11.494/07 é admitido o cômputo das matrículas das pré-escolas (4 e 5 anos) das instituições acima citadas, pelo prazo de 4 anos. Nesse sentido, percebemos que a legislação federal, principalmente quando se trata de recursos balizou as decisões tomadas no âmbito da política municipal. O município incentiva o atendimento em tempo integral nas instituições conveniadas e para as crianças na faixa etária de zero a três anos, porque é a etapa contemplada pelos recursos do FUNDEB. E ainda procura aumentar o atendimento pré-escolar público.

#### **4.3.2 Relação do poder público com as creches, política de convênio e suas ambiguidades**

Entre 2001 a 2004, a Prefeitura em parceria com a FUNEC ofertou um curso de formação para as profissionais que atuavam nas instituições de Educação Infantil e não possuíam o ensino médio na modalidade normal, conforme informações obtidas em entrevista:

Existiu uma política interessante neste último mandato do Sr. Ademir Lucas, que foi um curso oferecido às assistentes de creche. Um curso técnico, nível médio normal que a prefeitura em parceria com a FUNEC ofereceu em cima de um currículo pensado para a profissional da Educação Infantil. Parece-me que na ocasião foram formadas duas turmas. Isto funcionou nos últimos anos e foi direcionado exclusivamente para quem atuasse na Educação Infantil, creche e não tinha a formação exigida por lei. Exclusivo para a rede conveniada com o poder público municipal. Foi um curso oferecido em dois anos. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida por Duarte ao autor em 26/03/2009).

Em documento enviado em 2007 para a SEDUC<sup>68</sup>, o MPLCC solicita dentre as reivindicações que a prefeitura retome a oferta de formação em nível médio para as profissionais das instituições conveniadas com somente formação em nível de ensino fundamental.

A diretoria de Educação Infantil da SEDUC disponibilizou o acesso a um cadastro dos profissionais que atuam na rede conveniada, realizado em 2009. Nele

---

<sup>68</sup> MPLCC, 2007.

foram registrados dados referentes ao pessoal de 16 instituições das 32 conveniadas, o que corresponde a cinquenta por cento da rede conveniada. Segundo a Diretoria as outras instituições ainda não devolveram o cadastro preenchido.

Tabulando os dados do cadastro temos um total de 164 profissionais distribuídos entre as dezesseis instituições, desses 150, ou seja, mais de 90% responderam que cumprem uma jornada de 8 horas de trabalho, em relação as funções desempenhadas temos as seguintes respostas: 43 monitoras; 60 professoras; 21 auxiliares de serviço; 8 cozinheiras; ainda 31 pessoas responderam outras funções que não constavam no cadastro. Em relação à formação, cerca de 41 pessoas responderam que concluíram somente o ensino fundamental; 50 têm ensino médio em formações diferentes da modalidade normal; 33; ensino médio na modalidade normal; 37 cursam ou já se formaram em curso superior; e somente duas pessoas cursaram pós-graduação.

Os dados representam 50% da rede conveniada, por isso possibilitam a construção de um perfil desses profissionais. Grande parte dos profissionais tem carga horária de oito horas, demonstrando que trabalham em tempo integral, geralmente manhã e tarde na mesma instituição. Cerca de 36% das profissionais, todas mulheres, declararam que exercem a função de professora, consideramos um número relativamente pequeno se comparado ao total de profissionais e instituições que compõem o universo analisado. Mais de 50% das pessoas responderam que concluíram ou cursam o ensino médio; outros 25% desse universo estão ainda no ensino fundamental, esses dois percentuais juntos correspondem a 75% dos profissionais trabalhando com as crianças nas instituições pesquisadas.

Percebemos que grande parte dos profissionais não possui curso superior, as instituições não conseguem custear uma folha de pagamento cujos profissionais recebem pela formação em nível superior. Observamos que devido a dívidas com funcionários e obrigações trabalhistas, algumas instituições conveniadas passaram por dificuldades financeiras e ameaçaram até encerrar suas atividades. A Prefeitura diante da situação resolveu assumir o atendimento em alguns casos. Esse fato ocorreu com os atuais Centros Municipais de Educação Infantil: Pés no chão, Mundo Maior e Jardim Eldorado. Nessas três instituições, a prefeitura utilizou o espaço

disponibilizado pelo Centro de Educação Infantil, e estruturou todo atendimento nos moldes da rede pública.

Dentro deste contexto, as demais instituições, com base nas municipalizações já realizadas reivindicaram da prefeitura a municipalização de outras unidades.

Em 2004 eu tinha duas pedagogas itinerantes que eu acompanhava o trabalho delas, elas faziam o trabalho pedagógico [ênfase na palavra pedagógico], mas quando fazíamos reuniões com as instituições eles traziam a ideia de municipalização que era preocupante. A ideia de municipalização como algo que eu entrego para a prefeitura, a prefeitura paga todas as contas eu continuo administrando, como gestor dessa unidade. Mas a instituição é minha, minha. Porque havia uma apropriação muito patrimonialista e personalista. Não era da comunidade, era minha. Eu sou a pessoa que coordeno a instituição, então eu sou o dono dessa instituição. A prefeitura vai entrar com tudo mas eu continuo gestora. E a municipalização não é isso. Foi difícil mostrar para eles que não havia essa perspectiva e é nesse período que a Educação vai constituir os convênios. Como eu não estava na Secretaria de Educação neste período pode ter havido convênios antes. Tem que levantar isso. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

A partir desse relato identificamos algumas ambiguidades e inconsistências nas políticas públicas direcionada à rede conveniada. A entrevistada evidencia que a municipalização não consistia na ação tal qual as lideranças das creches almejavam. Entretanto, elas reivindicavam situação parecida com as três instituições municipalizadas anteriormente. Assim, não percebemos uma clareza nos critérios da política implementada, não encontramos registros que pudessem evidenciar as diretrizes que pautaram tal política.

A situação financeira das entidades foram mandatórias no processo de municipalização, conforme corrobora entrevista de vereador sobre a situação da unidade CEMEI Pés no Chão, que hoje faz parte da rede pública de atendimento.

[...] no bairro Nossa Senhora da Conceição tinha uma creche na mesma situação [se referindo a dificuldades financeiras]. Algumas pessoas foram no Ministério do Trabalho contra o presidente da creche, para você ver a pessoa física dele né? Foi contra a Associação que é a pessoa jurídica também. E não tinham recurso para quitar o débito. Então nos promovemos rifas, e eu levei essa demanda lá para o Lindomar, então a Prefeitura foi e municipalizou onde hoje funciona o CEMEI Pés no Chão. (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).



Os convênios, critérios e políticas vão tomando uma dimensão individualizada. Cada situação é analisada separadamente, essas situações não estão regularizadas por portarias, resoluções ou programas que regulamentem a situação de todas as unidades conveniadas.

Uma reivindicação antiga das creches consistia na transição dos convênios para a Educação. Essas unidades permaneciam vinculadas a assistência social somente no aspecto financeiro, pois o caráter de suas atividades já era reconhecidamente da área educacional:

Nós avançamos um pouco quando eu entrei junto com Dolores, por exemplo, nós tivemos lá em Cachoeira do Campo um seminário, aproveitando a esposa do, a Ruth Cardoso, ela liberou uma verba muito grande através do CEFET e o pessoal ainda tinha... eu era um ponto de ligação. Então nós fizemos três seminários lá em Cachoeira do Campo que é caríssimo, os seminários lá, junto com... tentando reorganizar nosso trabalho aqui. Mas não avançou essa área não, porque a gente não queria mais continuar com esse **peso** de creche, a gente queria avançar na Educação Infantil, desvincular. (DIAS. Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Percebemos na fala da entrevistada que a vinculação com a assistência social, de certa forma, representava um “*peso*” para as creches. Esse sentimento, originado de experiências anteriores, na qual as creches vivenciaram a redução do seu trabalho somente a perspectiva do cuidado/higienização, com um caráter assistencialista. Contudo, sempre estiveram incumbidas do desenvolvimento integral das crianças, compreendendo a indissociabilidade do cuidar e educar. No entanto, as entidades, não poderiam perder os recursos oriundos da assistência social, pois os valores repassados pela educação, não eram suficientes para a manutenção de todas as necessidades das creches. O sentimento de “não pertencimento” já discutido na perspectiva do programa “adote uma creche”, descrito na sessão anterior, permanece pautando as relações das entidades com o poder público. Assim as creches, de acordo com o depoimento de Rosalba, representadas por suas lideranças:

Queriam que a prefeitura fizesse um trabalho com eles, para além da assistência social, engraçado que eles sempre lutavam por isso e eles falavam muito da municipalização. Mas eles não entendiam o que é a municipalização. Eles entendiam como municipalização, o

formato de municipalização, o que foi muito discutido, em 2003 eu tive cada discussão enorme com eles. Porque no final de 2003 nós passamos a trabalhar com eles, em 2004 a secretaria constituiu uma equipe de pedagogas itinerantes que iam nas instituições para fazer o acompanhamento dentro de cada núcleo. Então cada núcleo tinha duas pedagogas que iam fazer o acompanhamento à rede conveniada. **O lugar era o de entender o processo de construção deles, não era o lugar como antes [se referindo ao programa “adote uma creche”][...] (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).**

Conforme o relato, a prefeitura, representada pela SEDUC, modifica sua visão e o modo de intervenção com as creches. Em 2004, organizam nova estrutura para o acompanhamento pedagógico às entidades conveniadas e conforme relatado “o lugar era o de entender o processo de construção deles”. Em relação ao repasse de recursos financeiros, identificamos atrasos nesse período e a presidente do movimento compara o “termo de convênio” com o procedimento político utilizado anteriormente “entrega de cheque”.

Em 2004 estivemos com quatro, seis meses de atraso. O dinheiro não ia sair, já tínhamos feito de tudo. Pedi prazo e nada, depois da nossa conversa o dinheiro foi depositado. Aí não fomos para o auditório para assinar o convênio, o cheque era público, tinha uma divulgação política. A gente já tinha tido uma série de embates com o secretário adjunto de assistência social para entregar o cheque aí depois acabou. (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Em 2005, com a prefeitura sob novo governo, muitos são os rumores circulando na arena política em relação ao futuro das creches. As entidades não receberam os recursos devidos pelo convênio nos últimos três meses de 2004.

Dessa forma, no início do governo Marília Campos (PT), o Movimento de Luta Pró-Creches ficou temeroso pela política de conveniamento, pois somavam três meses do governo anterior sem receber recursos por isso temiam o término do convênio pela nova gestão. O atual Secretário de Educação explica tal configuração política:

Na verdade, foi o seguinte, o movimento nesses anos a gente, a prefeita Marília tivemos uma preocupação de conquistar o Movimento de Luta por creche. Porque inicialmente pensavam que a prefeitura ia construir os CEMEIs e ia abandonar o Movimento de Luta Pró Creche. Nós colocamos que eles são parceiros, sobretudo no

atendimento as crianças de zero a três anos que é onde as comunidades acolhem bem as crianças. Esse acompanhamento é muito importante ali na comunidade. Então a gente conseguiu a confiança do Movimento e esse receio que eles tinham de que a gente de certa forma não ia dar valor ao movimento, tomar o espaço que é deles, ao contrário, além de formação para todos educadores junto a PUC, entregamos o Kit escolar para eles, triplicamos o investimento. Para você ter uma ideia partimos de novecentos e poucos mil em 2004 e hoje chegamos a três milhões e setecentos mil de investimentos na rede conveniada, isso deu um pouco mais de estrutura para elas, um pouco mais de recurso. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

E aí surgia o quê? Uma associação, um movimento qualquer, não dá para separar tanto é que as lideranças, a maioria delas tiveram dificuldades de se adequar a esse novo modelo, a nova legislação, porque os discursos que as lideranças tinham era esse, nós é que fazíamos a política de Educação Infantil do município. Nós é que conhecemos o problema da nossa comunidade. Então eu posso dizer que os principais atores são essas lideranças. E quando o poder público entra no cenário cria um sentimento de invasão. É difícil para eles num primeiro momento compreender a lógica da responsabilidade que é do poder público. (COELHO, Gláucia Lucas, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

O referido atraso no repasse de recursos somado as incertezas com a entrada na arena de um novo cenário político, provocaram entre as presidentes de creches sentimentos de medo e descrença em relação à prefeitura, que se recusava a realizar os repasses sem a devida legalização das entidades junto ao poder público. Essa legalização consistia na emissão de Certidões Negativas de Débitos (CND) que deveria ser requerida junto ao INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Ministério do Trabalho, entre outros; bem como, autorização emitida pelo CMEC, de acordo com advogado da SEDUC. Segundo a legislação vigente, essa situação era considerada impeditiva para realização dos convênios com o setor público.

A prefeitura foi então pressionada pelas creches para atender todas as crianças, o que era impossível no momento, mediante a ausência de estruturas financeiras. As lideranças fadigadas com a experiência de longos anos de descaso público com o atendimento educacional para as crianças de zero a seis anos procuraram o Ministério Público (MP) que atuou como interventor. Neste contexto, entrou em cena esse importante ator na articulação entre creches e poder público municipal. O conflito entre creches e prefeitura foi mediado pelo MP, formalizando

um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), entre as partes interessadas, na ocasião, as entidades conveniadas foram representadas pelo MLPCC.

[...] em 2006 nós tivemos que assinar um TAC, Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público, porque a prefeitura não queria pagar e nós queríamos receber, aí eu já tinha começado a apanhar, eu levei um ano para o Dr. André [Promotor da Criança e Adolescente] poder me atender. E ele me atendeu em 16 de janeiro.[..] (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

O ano de 2005 foi marcado pelas incertezas para as políticas municipais de Educação Infantil, visto que o governo recém assumido entra na arena política e precisa traçar todo desenho que irá pautar suas ações nesse campo. O relato da presidente do MLPCC evidencia tais incertezas:

Fui tentar mostrar para ele [Dr. André, promotor de justiça] porque que a prefeitura não queria conveniar conosco, mas também não tinha condições de assumir as crianças, foi quando ele chamou o procurador do município, o advogado da SEDUC, o Lindomar [secretário de educação], acho que a Alice [diretora de Educação Infantil] foi, não sei se o Adão foi [diretor financeiro] e eu fui pelo Movimento e o Dr. André. Aí no outro mês nós tivemos mais uma conversa, foi aí que fizemos o Termo de Ajuste de Conduta com o ministério público. Para garantir que a prefeitura ia pagar e a gente receber, então foi caminhando. E se a prefeitura não pagasse ela teria uma multa diária[.] (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a prefeitura se comprometeu a pagar o convênio em dia e as instituições a regularizarem sua situação em relação às exigências legais. Essa regularização não estava restrita às CND, incluía também, a autorização de funcionamento concedida pelo Conselho Municipal de Educação.

Em se tratando do acompanhamento e assessoria das instituições em seus processos de regularização, a prefeitura contratou consultoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas, que em 2006 constatou que das 31 creches conveniadas, mais de 28 instituições não estavam em situação regular com a legislação. Sobre essa situação, o Diretor Financeiro no período faz as seguintes declarações:

[...] elas teriam que regularizar sua situação junto aos órgãos públicos federais, e também do município, então foi uma luta, nós fomos ajudando da melhor forma possível e cobrando das entidades que regularizasse sua situação. E hoje nós não temos praticamente nenhuma entidade irregular, até 2009 fizemos o convênio com somente três com TAC. De vinte oito passaram para três. Mas no início do governo eram vinte e oito. Hoje todas vão assinar o convênio para 2010 com sua situação regularizada junto aos órgãos federais e outros. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Em entrevista, Marília Campos comenta sobre a situação encontrada na política de conveniamento quando assumiu o governo em 2005:

Quando eu cheguei aqui uma coisa que a Educação Infantil estava na assistência social, aquilo que era uma atividade educacional, inclusive a primeira ação que nós fizemos é trazer a rede conveniada que é quem cuidava da Educação Infantil para a educação, foi aí que tudo começou a se estabelecer uma política. Eu não sou uma pessoa que sou formada na área de Educação, mas eu gosto muito da Educação, do ponto de vista profissional já passei muito apuros, como mãe, dona de casa por falta de Educação Infantil, então por experiência própria. Marcada pela experiência de mãe e mulher, o meu interesse talvez fosse ser profissional da Educação. E também porque é o **direito da criança**, quanto mais cedo levar para a escola com certeza nós teremos um cidadão com mais oportunidade, melhor, mais facilidade para aprender. Então é um conjunto de fatores, essa é a minha questão especial, interesse pela Educação. Mas o que mais me chamou atenção aqui é que a Educação era a Assistência Social, foi assim que a gente começou. (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

Nessa perspectiva, a representante do executivo compreende que a Educação Infantil estava indevidamente vinculada ao órgão da Assistência Social, pois mesmo com início das discussões sobre a transição tendo iniciada no interior da secretaria em 2003, ainda em 2005 os convênios, quase em sua totalidade eram geridos pela Assistência Social. Além disso, fica evidente no depoimento o reconhecimento pela representante do executivo de que a Educação Infantil constitui um direito das crianças e ao mesmo tempo da mulher.

Foi nesse contexto que se instalou uma nova fase para a política de conveniamento no município, os convênios passaram a ser geridos pela diretoria financeira da SEDUC. A gestão dos recursos na Secretaria de Educação demandou que as creches se adaptassem ao novo cenário de exigências legais, pois a verba

liberada pela Educação exige a prestação de contas, bem como a realização de no mínimo três orçamentos financeiros na hora da aquisição de produtos para a unidade. Ao final de cada ano, as instituições conveniadas ficam obrigadas a apresentar um plano de trabalho com as despesas previstas para o ano seguinte. Dessa forma, diretoria financeira da SEDUC analisa e aprova ou não o plano financeiro.

Outro objeto de análise parte desse processo, diz respeito à verificação do cumprimento de todas as obrigações sociais relativas aos impostos e contribuições pela unidade. Após tais procedimentos e com decisão favorável, a SEDUC assina novo Termo de Convênio com a instituição. Esse instrumento balizará as relações entre poder público e instituição conveniada no ano seguinte. Diretor financeiro da SEDUC, coordenadora de assistência social da SMDS e presidente do MLPCC, comentam a reação de algumas instituições conveniadas:

É, elas não gostam porque na Educação o recurso é maior, porém as exigências como, a prestação de contas também aumentam. A fiscalização é maior, o controle é maior. A gente passa um manual de orientação. [...] De 2005 para cá houve um avanço significativo na Educação Infantil, principalmente na rede conveniada. Tanto na rede pública com a expansão do atendimento a Educação Infantil de zero a cinco anos e seis meses e na rede conveniada houve uma adequação, por quê? A rede conveniada até 2004 trabalhava de uma forma desordenada. As entidades não tinham uma organização dentro da legislação. A prestação de contas para você ter uma ideias eles não utilizavam carimbo, não tinham os devidos controles de prestação. Até os comprovantes eram recibos de pão, documentos que não tinham um valor fiscal. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

A exigência de prestação de contas, eles sentem como se tudo aquilo fosse mera burocracia né? Mas é uma falta de compreensão do ponto de vista até legal dessa relação poder público/privado. (COELHO, Gláucia Lucas, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

[...] elas não querem prestar conta de tudo, o ano passado eu falei que era para prestarem contas e pagarem tudo que tivessem direito para receber a parcela referente ao *per capita* antes do período eleitoral, [devido a legislação rigorosa desse período] eu pago tudo em dia, não deixo nada para o outro mês. A gente tenta mobilizar tudo e elas não acreditaram que isso iria atrasar o repasse dos recursos, eu passo tudo pro contador me ajudar a organizar. (PAIVA, Maria de Lourdes Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

O acompanhamento às instituições conveniadas passa a ser realizado pela Secretaria de Educação, porém ainda permanecem co-existindo duas modalidades de conveniamento, a saber: Algumas instituições conveniadas continuam recebendo recursos oriundos da assistência social, SMDS e da SEDUC. Situação que retardou o desvencilhamento das instituições em relação a SMDS.

No final de 2003 é que por força de lei a rede conveniada vem pra gente e aí começamos a assumir e a Assistência Social começa a fazer a transição, mas 16 instituições permanecem ligadas a Assistência recebendo verba. A Assistência Social tinha todo um programa, coordenação. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Essa situação, no mínimo ambígua, permanece ligada a outras indefinições ou multiplicidade de situações. Após essa transição as creches passaram a ser denominadas Centros de Educação Infantil (CEI), porém alguns ainda desenvolvem outras atividades além da Educação Infantil, trabalham com grupos de mães, com aulas de reforço, possuem ligação com o Conselho Municipal da Criança e Adolescente. Nesse contexto, ainda hoje podem receber recursos geridos pela SMDS. O poder público tem o dever de garantir a integração da rede conveniada à Educação, sendo instituições educacionais, todas necessitam ser incorporadas aos sistemas de ensino.

#### **4.3.3 Recursos financeiros para a rede conveniada: Como é calculada a verba repassada?**

Para o repasse de verbas é calculado o *per capita*, ou seja o número de crianças atendidas pela instituição, e a SEDUC, como órgão gestor do convênio, era responsável pelo monitoramento e acompanhamento desses números entre outros aspectos que envolvem o convênio. Entretanto, esse trabalho de contagem das crianças atendidas só foi realizado em 2005, no qual os técnicos da Secretaria de Educação foram nas unidades conveniadas e verificavam o quantitativo de crianças. Conforme informações de entrevistas:

Foi em 2005, nem em 2004 a gente acompanhava a frequência, era somente em 2005, era saber se a creche estava funcionando. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

De acordo com Adão, os valores repassados são:

inversamente proporcional, menos idade, mais valor. Zero a três anos o valor é maior que quatro e cinco por exemplo. Mais idade, menos recurso, por quê? Pela resolução 11 você precisa para cada oito, nove crianças para cada profissional, ou seja os custos são mais elevados. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

O referido participante se refere ao art.6º da Resolução 11/2002, para justificar um repasse maior de *per capita* para as crianças atendidas na faixa etária de zero a três anos.

**Art. 6º** - A Proposta Pedagógica indicará os parâmetros para organização de grupos de crianças, recomendando-se a proporção de 01(um) educador para cada grupo de: até 06 (seis) crianças de 0 (zero) a 01 (um) ano; até 10 (dez) crianças de 01 (um) a 02 (dois) anos; até 15 (quinze) crianças de 02 (dois) a 03 (três) anos; até 20 (vinte) crianças de 03 (três) a 05 (cinco) anos; até 25 (vinte e cinco) crianças de 05 (cinco) a 06 (seis) anos (CMEC, 2002).

A situação das instituições conveniadas é muito diversificada e as realidades variam de acordo com a comunidade na qual estão inseridas, bem como com a situação financeira da entidade mantenedora. No trecho abaixo, conseguimos um depoimento sobre a situação da rede conveniada e a política de convênio:

Olha, na conveniadas não tem nem equipe certa. As pessoas que atuam têm outros objetivos ligados a igreja e outras coisas. Existe um imaginário que para criança pobre tudo serve. Dona Belinha tem condições bem precárias. Outra também é uma que pertence a um grupo espírita lá no bairro São Mateus. A prefeitura passa recurso, fiscaliza e lá não caminha. O dia que fomos lá e deu uma chuva, as crianças estavam literalmente dentro da água. Muito louco. Acho a política de convênio muito barata. O nome da Instituição é Associação dos amigos do bairro São Mateus. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Historicamente para a Educação Infantil, as crianças de Contagem foram acomodadas em espaços adaptados como casas, galpões. A própria prefeitura



repassou terrenos a terceiros, grupos privados, por meio de mandato, para que fossem implantadas algumas creches, conforme trecho de entrevista:

A prefeitura dava uma ajuda de custo, merenda. Lá eles colocavam educadores de creche que ficavam com as crianças. Começamos no Júlia a trabalhar com as escolas próximas, dando curso para essas instituições. Começamos a entrar mais na creche. Com isso a gente teve que praticamente assumir as crianças. Foi aí que assumimos as crianças lá na Associação de moradores do bairro Industrial. Adaptamos a associação todinha. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Aquela creche da Barraginha. Funcionou num galpão horrível, a empresa faliu e passou o galpão para eles, horrível. *Funcionam provisoriamente numa casinha alugada.* E estão construindo em um lote repassado pela prefeitura. O terreno foi passado através de mandato. *Os terrenos foram doados para diversas associações a troco de voto, por isso essa cidade não tem terreno. Martucelli, a prefeitura passou o terreno por mandato para ele, que construiu a creche com recursos da igreja e hoje ele administra a instituição.* Essa história é muito contada.. O terreno foi doado pela prefeitura, a construção realizada com doação, os funcionários e tudo mais lá, até pouco tempo, era pago pela prefeitura. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

A relação diferenciada da prefeitura com algumas creches sempre foi questionada por outras instituições que se sentiam lesadas pela relação desigual na distribuição dos recursos públicos. De acordo com relatos informais colhidos, essa situação perdurou até 2008 com algumas instituições. Não podemos desconsiderar os benefícios do atendimento realizado por essas e demais instituições instaladas no município para as crianças de Contagem. Não propomos o julgamento das ações do poder público em moral ou imoral, mas a análise das políticas públicas e suas fragilidades marcadas pela falta de critério para a alocação de recursos públicos.

A instituição que a entrevistada se refere, como creche da Barraginha, é denominada atualmente de Centro de Educação Infantil (CEI) Pequeno Príncipe, funcionava em casa improvisada. Em visita ao local, pudemos constatar a realidade descrita pela entrevistada: muitas crianças acomodadas em espaços pequenos de uma casa popular alugada, para ter acesso a uma sala é preciso passar dentro de outra e tem uma que funciona no espaço fora da residência em um “quartinho” improvisado nos fundos da casa. Contudo, ao término dessa pesquisa, a instituição tinha inaugurado nova sede de acordo com informações da Diretoria de Educação Infantil.

Atualmente a relação do poder público com as instituições é pautada por Termo de Conveniamento. A rede conveniada de Educação Infantil de Contagem conta com trinta e duas instituições, não foi realizado nos últimos cinco anos novos conveniamentos com instituições comunitárias. E foi somente em janeiro de 2010 que a prefeitura realizou novo Chamamento Público para conveniamento, mas de acordo com informações da Diretoria de Educação Infantil da SEDUC, poucas instituições se candidataram e nenhuma atendeu aos critérios estabelecidos para assinatura do conveniamento.

De acordo com Filgueiras (1994), autor descreve a situação das creches no contexto atual das políticas públicas no Brasil e percebemos que corrobora a situação vivenciada pelas instituições de Contagem, que negociando com os governos principalmente por meio do MLPCC tem conquistado grandes avanços para a rede conveniada.

Hoje, as creches comunitárias fazem parte da cena social. Inicialmente elas eram soluções temporárias e precárias e acabaram se transformando em parte integrante dos projetos oficiais (sem, contudo, na maior parte dos casos, perder a precariedade). O MLPCC, até há alguns anos uma simples reunião de creches isoladas para a troca de experiências e informações, tornou-se interlocutor do poder público e referência para o atendimento à infância pobre na região. (FILGUEIRAS, 1994, p. 20).

Nesse sentido, a política da Secretaria de Educação nos últimos anos tem proposto políticas de aumento da *per capita* paga as instituições conveniadas e só depois foi divulgado novo Chamamento Público visando conveniar mais instituições. No entanto, percebemos que esses aumentos foram concedidos após diversas negociações entre prefeitura e entidades conveniadas.

A qualidade tem melhorado, ainda não é o *per capita* ideal que nos queremos, mas Contagem vai elevar com certeza três vezes e meio o investimento e não aumentando o número de alunos, agora é que vai aumentar, porque estamos realizando novo Chamamento Público. Porém estamos olhando a estrutura, no chamamento existem os critérios que queremos. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

Iremos discorrer sobre as negociações da Secretaria de Educação com as entidades conveniadas. Partindo dos anos 2003 e 2004 quando os valores mensais repassados as entidades, por criança, constam na tabela:

**TABELA 2 – PER CAPITA VIGENTE EM CONTAGEM EM 2004 E 2005**

<b>VALORES PER CAPITA</b>		
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PARCIAL</b>	<b>INTEGRAL</b>
<b>0,1 A 3,0</b>	33,00	42,00
<b>3,1 A 5,11</b>	31,00	38,00
<b>6,0 A 6,11</b>	16,00	16,00

Fonte: Diretoria Financeira/SEDUC

Em 2006, houve a ampliação do ensino fundamental, etapa da educação básica obrigatória que passa a compreender obrigatoriamente as crianças de seis anos, com essa alteração a LDBEN reorganiza o ensino fundamental em nove anos. A prefeitura então concede o primeiro reajuste da *per capita* repassada as instituições conveniadas que resultou na seguinte configuração:

**TABELA 3 – PER CAPITA VIGENTE EM CONTAGEM EM 2006**

<b>VALORES PER CAPITA</b>		
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PARCIAL</b>	<b>INTEGRAL</b>
<b>0,1 A 2,0</b>	36,00	45,00
<b>2,1 A 3,11</b>	33,00	38,00
<b>4,0 A 5,8</b>	31,00	36,00

Fonte: Diretoria financeira/SEDUC e MLPCC

Nesse ano, de acordo com dados fornecidos pela Diretoria Financeira da SEDUC, foram realizados levantamentos nos municípios de Belo Horizonte e Betim para a comparação dos recursos repassados por essas prefeituras as suas entidades conveniadas.

Paralelamente, no caso de Belo Horizonte, comparamos aos dados levantados pela SEDUC aos que encontramos disponíveis em estudos realizados

por Dalben [et al] (2002) e colaboradores que apontavam em 2001 a existência de 171 creches conveniadas. Nesse sentido os dados levantados e repassados a nós pela diretoria financeira da SEDUC, indicam a existência de 195 entidades conveniadas em 2006, atendendo a 20.886 crianças na faixa etária de zero a seis anos.

Tem um quadro com os dados de Contagem, Belo Horizonte e Betim fazendo um paralelo. Aqui nós fizemos uma previsão de gastos, quanto ficaria o custo de um aluno anual, de uma creche. Quanto precisa uma creche para se manter? O custo mensal de uma creche propomos alguns aumentos de acordo com a realidade do município. Em 2004 foi repassado novecentos e trinta e quatro mil, em 2007 dois milhões e setenta e oito mil, de 2004 para 2007 houve um aumento de mais de cem por cento. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

**TABELA 4 – PER CAPITA VIGENTE EM BELO HORIZONTE EM 2006**

<b>VALORES PER CAPITA</b>		
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PARCIAL</b>	<b>INTEGRAL</b>
<b>0,1 A 2,0</b>	61,60	123,20
<b>2,1 A 3,11</b>	46,20	92,40
<b>4,0 A 5,8</b>	32,20	62,40

Fonte: Diretoria Financeira/SEDUC

Para exemplificar os dados que os técnicos constataram, destacamos que, enquanto Contagem repassava no ano 2006 o valor de R\$45,00 por criança atendida em tempo integral, Belo Horizonte repassava pelo mesmo serviço o valor de R\$123,20. Diante desse quadro o desafio colocado para o poder público consistia no aumento do recurso. Na comparação com o repasse realizado pela prefeitura de Belo Horizonte percebemos que as instituições de Contagem realizam o mesmo atendimento com um recurso muito menor. Em entrevista D. Eva afirma que esperavam que a prefeitura assumisse o pagamento do pessoal que trabalhava na creche:

[..] é, mas até hoje, nós não atingiu o objetivo, não. Que é uma luta que a gente tem, muito grande, é do pagamento de pessoal, que nós

ainda não conseguimos com os órgãos públicos até hoje, nenhum quer assumir, o pagamento de pessoal das funcionárias que trabalha na creche. (D. EVA, em entrevista concedida à Alice Magda Gontijo, gentilmente cedida ao autor em 02/06/2009).

A Secretaria de Educação comenta sobre essa reivindicação:

É a reivindicação maior deles é que a prefeitura assuma o pagamento de pessoal, só que a prefeitura não podia fazer isso uma vez que o pessoal não era concursado. Você iria criar um problema de desemprego com o pessoal que bem ou mal estava ali trabalhando, tinham as questões trabalhistas que a prefeitura teria que assumir. Quando fizemos um cálculo pela última vez dessas dívidas trabalhistas o que o poder público teria que assumir era um valor muito grande. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de. Entrevista concedida ao autor em 23/11/2009)

De acordo com o relato fornecido pelo Diretor Financeiro da SEDUC a comparação com a prefeitura de Betim foi mais difícil de ser realizada, pois esse município utiliza um formato diferenciado para calcular o recurso. Segundo o mesmo, o valor repassado por Betim corresponde a um salário mínimo mais encargos sociais por funcionário contratado pela instituição. As prefeituras de Contagem e Belo Horizonte também já experimentaram formas de repassar os valores dos convênios com base no quadro de funcionários das entidades conveniadas e até assumiram, por um período, o pagamento desses funcionários. Porém, tal experiência não foi bem sucedida e logo foi substituída pelo sistema de *per capita* que vigora atualmente.

Em 13 de novembro de 2007, o MLPC de Contagem enviou a SEDUC um documento com as reivindicações das creches conveniadas. Neste documento foram pleiteados aumentos dos valores repassados pela prefeitura as instituições de Educação Infantil conveniadas. O documento apresentava uma proposta de aumento da *per capita* e explicava que os valores pleiteados foram calculados a partir de um questionário aplicado pelo movimento às instituições filiadas:

**TABELA 5 – DADOS COMPARATIVOS DOS VALORES REPASSADOS PELA PREFEITURA DE CONTAGEM X VALORES REQUERIDOS PELO MLPCC**

Faixa etária	Custo Integral Recebido	Custo Integral Necessário	Diferença
0 a 2	R\$53,00	R\$169,09	R\$116,09
2 a 3	R\$49,00	R\$105,87	R\$56,87
4 a 5	R\$44,00	R\$94,86	R\$50,86

Fonte: MLPCC, 2007

Além do aumento da *per capita*, a comissão reivindicou: o aumento da verba destinada à aquisição de material permanente; autorização da SEDUC para pagar encargos sociais com a verba repassada pelo convênio; restabelecer o pagamento da rescisão contratual, incluído a multa devida ao FGTS; solicitam a celebração de convênio por 18 meses, para que não haja interrupções de recursos nos meses de janeiro e fevereiro; investimento na política de formação e qualificação profissional; habilitação para os professores que atuam na rede conveniada e não possuem formação no curso normal (ensino médio). Dentre essas e outras reivindicações, a comissão solicitou também o aumento dos números de parcelas repassadas ao ano, almejaram um aumento de 12 para 14 parcelas, para tal apresentaram a seguinte justificativa:

Assim, se instituição tem que pagar seus funcionários 12 meses de salário, mais o 13º e férias, ela tem necessidade de 14 parcelas distribuídas nos 12 meses do ano, sendo que a 14ª parcela é para pagamento de 1/3 de férias e os encargos sociais que incidem sobre o 13º salário e as férias. (MLPCC, 2007, p. 2).

Além disso, no documento constam os seguintes dados comparativos entre o atendimento realizado naquele ano pela rede municipal e rede conveniada:

**TABELA 6 – DADOS COMPARATIVOS DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL NAS REDES MUNICIPAL E CONVENIADA EM 2007**

Faixa etária	Conveniada	municipal
0 a 3	1.305	429
4 a 5	2.223	3.408
Total	3.528	3.837

Fonte: MLPCC, 2007

Os dados analisados no documento ressaltam que “o atendimento na rede conveniada de crianças na faixa etária de zero a três anos representa mais de três vezes o número de matrículas da mesma faixa etária na rede municipal”. Assim, o Movimento reivindica e justifica suas reivindicações no significativo atendimento realizado pela rede, precisando garantir qualidade desse atendimento, o que pode ser corroborado no seguinte trecho:

Para se exigir educação de qualidade das instituições infantis conveniadas e para que elas ofereçam educação de qualidade há necessidade de dar lhes plenas condições de funcionamento, inclusive tendo seus funcionários garantidos com a assinatura da Carteira de Trabalho (MLPCC, 2007, p.2).

Os dados e solicitações evidenciam a tensão existente entre poder público e as creches, representadas pelo MLPC. Na retomada do conceito de política pública de Oszlak e O'donell, (1976) citados por Campos, (1990, p.213) a política pública pode ser explicada por “um conjunto de ações e omissões que manifestam uma determinada modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que concita a atenção, interesse e mobilização de outros atores na sociedade civil.” Nesse sentido, os movimentos sociais vêm preencher uma omissão de atendimento as crianças por parte da prefeitura.

Inferimos que o movimento social que representa as creches participa na construção das políticas públicas como importante ator social. Assim, o MLPCC contribui reivindicando melhorias e apontando caminhos para o poder público municipal. Em 2008, a prefeitura concedeu reajuste nos valores repassados às entidades, porém, os valores concedidos ainda estavam distantes do almejado por elas:

**TABELA 7 – REAJUSTE DA PER CAPITA EM CONTAGEM EM 2008**

<b>VALORES PER CAPITA</b>			
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PARCIAL</b>	<b>INTEGRAL</b>	<b>VALOR MLPCC</b>
<b>0,1 A 2,0</b>	55,00	70,00	169,09
<b>2,1 A 3,11</b>	51,00	65,00	105,87
<b>4,0 A 5,8</b>	47,00	58,00	94,86

Fonte: Diretoria Financeira/SEDUC e MLPCC

Conforme explicitado, o valor de reajuste concedido pela prefeitura corresponde a metade do valor reivindicado pelo documento do MLPCC. Segundo Veiga (2001), aceitar uma demanda não significa incorporá-la integralmente à agenda política, mas reconhecê-la como uma preocupação social legítima e procedente, merecedora de esforços por parte do Estado, minimizando o problema apontado ou atendendo a solicitação feita. Em resposta a reivindicação realizada pelo movimento social, percebemos que houve um movimento na SEDUC. Tal dinâmica pode ser identificado também em entrevista concedida pelo Diretor Financeiro da SEDUC, quando relata as propostas apresentadas ao Secretário de Educação e prefeita para deliberarem o aumento dos recursos para as instituições:

[...] Fizemos várias propostas para apresentar ao Lindomar sobre o reajuste as nomeamos de A, B e C. A primeira proposta seria um aumento de cinco por cento parcial e duas vezes o integral [horário de permanência da criança na instituição] em relação ao parcial, ou seja cem por cento a mais para o integral em relação ao parcial. Antes o integral era de setenta e nove reais o que dava um percentual de trinta e poucos a mais. A proposta A não passou, a que passou foi a B, onde o integral recebe setenta por cento a mais em relação ao parcial. A merenda continuou os quarenta e quatro centavos. Essa tabela de propostas A, B e C foi elaborada para o Lindomar discutir esses valores lá no Gabinete [gabinete da prefeita]. [...] (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida por Barbosa em 30/12/2009).

Abaixo, a tabela apresentada para apreciação do secretário de educação e do gabinete da prefeita para homologação do aumento na per capita repassada às instituições conveniadas. Paralela a essa foram apresentadas outras tabelas, com a



finalidade de demonstrar os possíveis cenários. Nestas tabelas constam o número de crianças atendidas pelo município multiplicado pelo valor repassado a cada matrícula, seguida do valor total para avaliação dos decisores em relação ao impacto financeiro do aumento concedido no orçamento municipal. Iremos apresentar somente o cenário aprovado pela burocracia política da Secretaria de Educação, sendo que as outras tabelas denominadas A e C constavam valores maiores e menores respectivamente que a tabela B.

**TABELA 8 – PROPOSTA APROVADA DE AUMENTO DA PER CAPITA**

TABELA - B		
70%		
	Faixa etária e nº de alunos	
INTEGRAL	0 a 2,0 anos	<b>117,00</b>
	341	478.764,00
	2,1 a 3,11	<b>109,00</b>
	834	1.090.872,00
	4,0 a 5,6	<b>73,00</b>
	856	749.856,00
PARCIAL	0 a 2,0 anos	<b>69,00</b>
	10	8.280,00
	2,1 a 3,11 anos	<b>64,00</b>
	347	266.496,00
	4,0 5,6 anos	<b>59,00</b>
	1304	923.232,00
<b>TOTAL</b>	<b>3692</b>	<b>3.517.500,00</b>

TABELA – B		
PERCAPTA		3.517.500,00
Kit. Brinq.		20.000,00
ALIMENTAÇÃO		503.247,80
<b>TOTAL</b>		<b>4.040.747,80</b>

Fonte: Diretoria Financeira/SEDUC

A Diretoria Financeira avalia que nessa proposta conseguiram avanços significativos como o acréscimo de 70% para as crianças que ficam na instituição em tempo integral em relação às crianças matriculadas no regime parcial. Dessa forma, foi concedido o aumento real de 33% em relação ao integral.

**TABELA 9 – REAJUSTE DA PER CAPITA EM CONTAGEM EM 2009**

<b>VALORES PER CAPITA</b>			
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PARCIAL</b>	<b>INTEGRAL</b>	<b>VALOR MLPCC</b>
<b>0,1 A 2,0</b>	69,00	117,00	169,09
<b>2,1 A 3,11</b>	64,00	109,00	105,87
<b>4,0 A 5,8</b>	59,00	73,00	94,86

Fonte: Diretoria Financeira/SEDUC e MLPCC

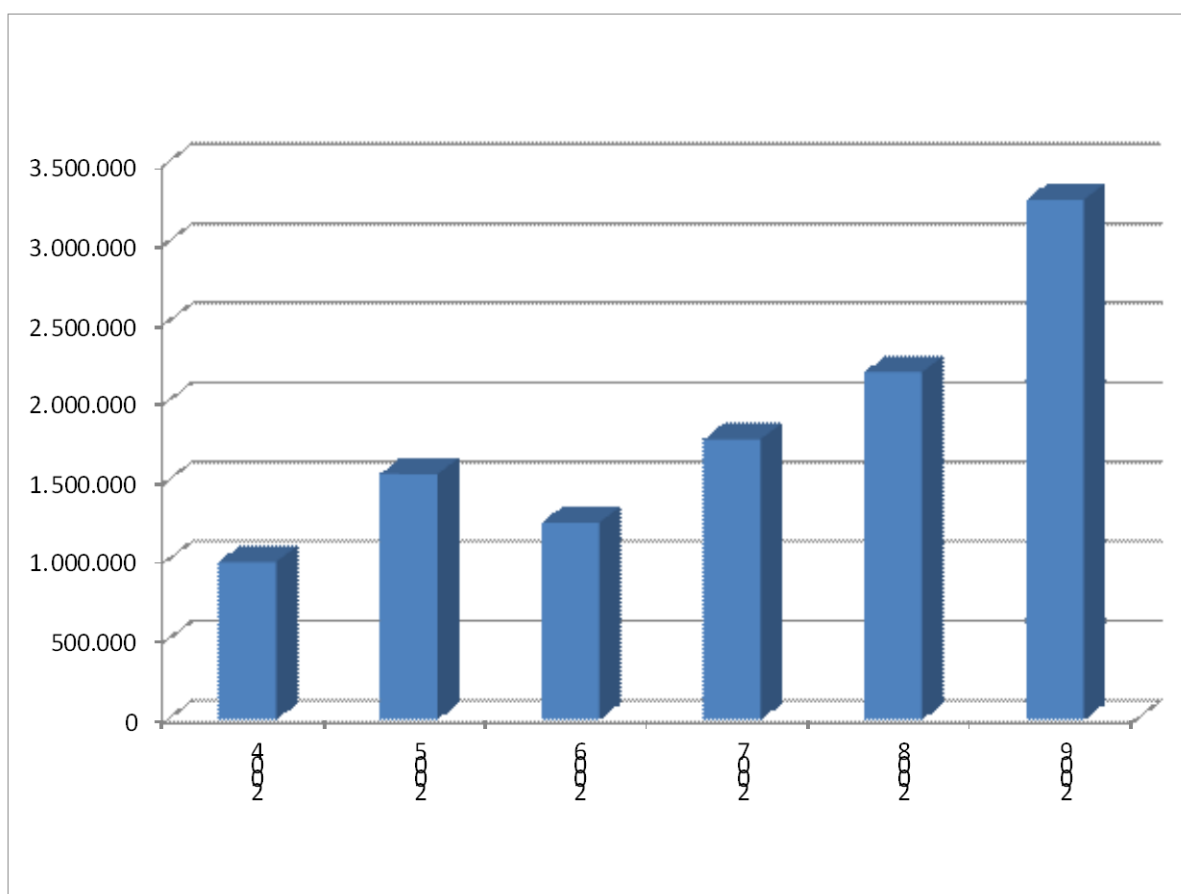
Conforme dados da tabela, mesmo com os aumentos concedidos a prefeitura ainda não atingiu aos valores reivindicados pelas entidades em 2007. O Diretor Financeiro da SEDUC relata os números previstos para repassar as entidades em 2010:

[...] está pronta a tabela de repasse para 2010 que somam um total de quase quatro milhões de recursos que serão repassados para a rede conveniada. Em relação a prestação de contas também vamos ter uma mudança, vamos reduzir de seis prestações anuais para quatro ao ano, porém a creche tem que se organizar para não ficar sem recurso. Por que para receber a segunda parcela ela tem que prestar conta da verba já recebida anteriormente. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Ressaltamos a aglutinação das parcelas repassadas no ano o que implica na redução de organização na prestação de contas, atendendo a outra reivindicação

das entidades, que consiste na redução da burocratização a que ficam sujeitas pela celebração do convênio com a prefeitura. A seguir, apresentamos o gráfico com a evolução dos valores repassados nos últimos seis anos pela prefeitura a rede conveniada:

**GRÁFICO 5 – RECURSOS REPASSADOS PELA PREFEITURA DE CONTAGEM À REDE CONVENIADA (2004-2009)**



**Fonte:** Diretoria Financeira/SEDUC

Os dados apresentados evidenciam aumento crescente dos recursos repassados pela prefeitura de Contagem as entidades a partir de 2005. Em 2003, o valor repassado foi de R\$1.085.634,00 o que correspondia à base de cálculo da *per capita* no valor de R\$30,00 em média para as 1.574 crianças atendidas neste ano. E para 2010 o valor prevista para o repasse foi de quase quatro milhões. Assim, avaliamos que houve avanços significativos na política de financiamento dos convênios.

A Diretora de Educação Infantil do município faz um resumo das intenções políticas da prefeitura com a política de conveniamento desde que Marília assumiu a prefeitura em 2005 e comenta sobre a intrínseca relação existente entre pedagógico e financeiro. Um desafio evidente na política é o assessoramento pedagógico.

Quando a gente assume eram 38 instituições e cada uma em situação mais precária do que a outra. E aí o primeiro foi na tentativa de regularizar. O segundo movimento foi tentar aumentar o *per capita*. Pra você ter uma ideia hoje nós investimos três milhões e meio na rede conveniada. E este valor vai para mais de quatro milhões no ano que vem. Então estamos fazendo um trabalho de recuperação do *per capita* muito sério. E o convênio é um instrumento que tem relações com o administrativo e pedagógico e financeiro. Então hoje o convênio consegue discutir esses diversos elementos, coisa que o convênio antes não fazia. Qual que é o nosso pecado hoje? O acompanhamento a rede conveniada, ainda é muito precarizado. No início de 2005 e 2006 tentou-se fazer este acompanhamento nos núcleos. Mas, o que os núcleos faziam? Só o monitoramento, que era saber a frequência das crianças. E não davam conta de outro trabalho. Em 2007 quando eu assumo a gestão da Educação Infantil, a diretoria, o que eu faço, retiro isso dos núcleos, porquê? Porque a rede conveniada não sabia nem aonde ir, ela estava tão solta, tão perdida o quanto ela estava antes. Aí eu ponho uma centralidade no trabalho com a rede conveniada para depois tentar uma descentralização, que é uma política para futuro. Essa descentralização é ela ser atendida na região onde ela se localiza. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

Quando perguntamos sobre os possíveis entraves da assessoria pedagógica a rede conveniada e relacionamos a falta de técnicos para se dedicarem a tal acompanhamento, percebemos na resposta dada, que além de tudo existia uma estrutura enraizada na Assistência Social de convênio que necessitava ser trabalhada.

Mais do que isso, precisávamos dar um caráter pedagógico ao convênio. Precisa fomentar o processo de crescimento do *per capita*. Precisava reestruturar o projeto pedagógico das instituições que é esse o caminho que nós estamos trilhando. Estamos constituindo esse caminho. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

#### **4.3.4 Terceirização da alimentação na rede conveniada (2006-2008): outro ponto de tensionamento**

Outra tensão identificada na política de conveniamento no município foi quando a prefeitura, em 2006, terceirizou o preparo da merenda na rede conveniada nos mesmos moldes que já vinha acontecendo na rede pública. O Diretor Financeiro relata as diretrizes que envolveram essa política:

Olha, 2005 já tínhamos passado os recurso para as creches, porém depois com o convênio com a Nutriplus em 2006. A empresa forneceu alimentação para elas em 2006, 2007 e 2008, porém em 2005 com o recurso enviado pela prefeitura, o que as creches faziam? Muitas das creches faziam isso, mas não são todas. Priorizava atender as famílias, muitas delas fundo de quintal, muito ligadas ao assistencialismo, verdadeiro depósito de crianças. Trabalhavam muito dentro da proposta da antiga LBA. As creches atendiam as crianças, porém na hora de fazer a comida, todo mundo almoçava, a família toda. Às vezes separavam até o que tinha de melhor e não era fornecido a criança. Realmente, não era uma prática de todas, mas acontecia em algumas. E com a Nutriplus nós priorizamos melhorar a saúde da criança. As necessidades nutricionais da criança. Ter uma alimentação balanceada, nutritiva. Pois muitas crianças estavam subnutridas, não tinham um controle alimentar bem balanceado. E na Nutriplus que tem nutricionista, as refeições são balanceadas. E com a entrada da Nutriplus ela rompeu também com aquele costume de que todo mundo merendava, inclusive funcionários. Recebiam muitas doações. E a Nutriplus entrou com toda logística necessária para preparar a merenda de acordo com a necessidade da criança, por faixa etária. Isso criou um embate muito grande com a creche, porque era alguém da prefeitura, alguém que tinha ganhado o processo de licitação, alguém estranho a entidade. E não permitia que as pessoas da entidade entrassem na cozinha. Então houve um desgaste muito grande, reclamavam que era um retrocesso, tanto reclamavam que a prefeita disse: já que estão reclamando e o custo é muito mais alto. Por quê? O valor que o governo federal repassa de merenda em 2009 foi setenta e cinco mil reais. E os gastos que tivemos com a creche em relação a merenda foi trezentos e doze mil reais. A contrapartida é muito maior do que o valor que o governo federal repassa. Só que eles não entendiam isso, para a prefeitura ficava muito mais caro. Então já que eles estão reclamando demais e nós estamos pagando caro para ter uma qualidade da merenda pensando na nutrição da criança, o que é mais saudável e tudo, já que estão reclamando vamos voltar o que era antes. Aí que acabou, pois não tem sentido fazer um investimento e ainda a insatisfação muito grande. E voltou o que era antes, hoje a gente faz convênio, o município repassa quarenta e quatro centavos para as creches né? E ela compra a merenda, confecciona, voltou o que era antes. Aí novamente já houve reclamação, que antes estava melhor e nós perguntamos,

então porque antes estavam reclamando? Então estamos repassando o recurso e cada entidade que é obrigada a se organizar nesse sentido. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Dolores relata como a situação foi vivenciada nas instituições:

A Nutriplus começou em 2006, entrou nas creches com a alimentação. Só que as creches, tinha um trabalho já feito com os fornecedores. Aí veio a Nutriplus que não aceita o cozinheiro, não aceita a estrutura da gente ela vem com a estrutura dela, empresária. E que foi uma barra para os coordenadores de creche. Aquelas que tinham menos compromisso com a administração, que não queria responsabilidade, mais que depressa passou para a prefeitura. (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

Em outro trecho fica evidente a dificuldade das instituições diante da instabilidade das políticas públicas e a reivindicação por opção de cada instituição.

Solicitamos que tivéssemos o direito de escolha pela Nutriplus. Afinal de contas, agora quando saiu a Nutriplus, todo mundo falou não queremos a Nutriplus. [trecho com ruídos] Dessa forma quem tinha contato com fornecedores com a saída da Nutriplus tinha perdido. Era difícil voltar ao que era, mas estamos caminhando. (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

No período em que a prefeitura terceirizou os serviços de alimentação nas creches, o município não recebia nenhum recurso federal para a Educação Infantil, inclusive para a alimentação das crianças. Tal situação só foi alterada com a regulamentação do FUNDEB em 2007, respeitando suas etapas de implantação.

Com o encerramento do contrato entre Nutriplus e rede conveniada, a prefeitura economizou cerca de setecentos mil reais e para compensar os valores que as entidades realizaram com cozinheira, foi realizado naquele ano um aditivo para as entidades, justificando assim o pagamento das cozinheiras.

Antes de 2008 era realizado através da Nutriplus que tem um convênio de dez milhões de reais e aí só a creche representava quase um milhão e meio. Então ao invés de repassar um milhão e meio para a Nutriplus gastar com as creches, hoje se passa trezentos mil, ainda mais barato e eles reclamavam. É muito melhor para o município repassar menos. Já que não está agradando e gerando muita insatisfação. Vou repassar para você a tabela

completa com os valores de recursos recebidos em 2009. Num valor de dois milhões e seiscentos mil e ainda teve um aditivo. Pois antes quem pagava a cozinheira era a Nutriplus, que mandava a cozinheira para lá e agora elas mesmas tem que contratar a profissional. Devido a isso fizemos um aditivo para repor esse recurso e elas pagarem as cozinheiras. Nós fizemos isso também devido a reclamações. Vou passar para você a tabela com o aditivo. Que foi de nove por cento em cima do *per capita* repassado para as instituições. Não podemos mudar o objeto do convênio, com o valor repassado para a merenda não pode ser utilizado para outras despesas, agora esse valor repassado como aditivo ao convênio elas poderiam até pagar outro funcionário após sobrar recurso após ter pagado a cozinheira. Elas tem que prestar conta de todos os recursos repassados. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Em 2009, O MLPCC vive momentos de tensão pelo valor repassado para alimentação das crianças e a Câmara Municipal foi procurada na tentativa de intermediar com a prefeitura os valores do convênio.

Tem um vereador lá que este ano quando nós tivemos o problema da merenda, o Beto Diniz, mais que depressa veio atrás da gente, marcou uma audiência, eu fui a tribuna uma vez. Pois o repasse para a merenda é de R\$0,44 para merenda, sendo que desses recursos R\$0,22 pagos pelo governo federal e o mesmo valor para o município. Nós tivemos um outro ganho que foi no aumento do *per capita* da educação, porém ainda não foi suficiente para custear as despesas das unidades. Esse aumento foi para esse ano de 16% para as crianças de zero a três anos. E teve também um aumento de quatro e cinco anos, a gente já vinha batalhando para chegar nisso. No governo Ademir Lucas foi instituído um convênio que também atrasava muito, tanto é que quando a Marília assumiu ele estava devendo. Porém para receber esse convênio tínhamos que assinar as carteiras dos funcionários que trabalhavam nas creches e o dinheiro era insuficiente. Eles não assumiam essa responsabilidade. [trecho de difícil transcrição] A gente não tem respaldo nenhum. Quando em 2005 começamos a reivindicar os repasses atrasados, fomos até a Câmara Municipal e teve Vereador que até ficou sem falar comigo. (PAIVA, Maria Dolores Lima de, em entrevista concedida ao autor em 09/12/2009).

#### **4.3.5 Reestruturação da rede pública de Educação Infantil, implantação: do cargo Assistente de Creche, dos Centros Municipais de Educação Infantil e do Comitê Intersetorial Regional**

Durante períodos anteriores praticamente inexistem atendimentos em creches públicas no município. No ano de 2003, foram informadas 93 crianças matriculadas em creches públicas, conforme Censo Escolar. Tais matrículas foram contabilizadas

nas instituições que foram municipalizadas pelo poder público. Uma participante da pesquisa, que atuou como técnica da SEDUC no período de 1999 a 2004 realiza a seguinte ponderação:

As idades de zero a três anos, a prefeitura não tinha a mínima condição de atender. [...] O atendimento em curto prazo foi a municipalização de muitas creches e o “adote uma creche” (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Corroborando com a entrevistada, constatamos que nessa época não existia uma rede de Educação Infantil. Essa ausência política dificultava o atendimento no período, um exemplo disso, residia na inexistência no quadro do magistério da Secretaria de Educação de um profissional específico para trabalhar com a faixa etária de zero a três anos. Os polos de Educação Infantil atendiam exclusivamente à faixa etária de quatro e cinco anos e os seis anos quando estes faziam parte da pré-escola. Nesse período, a implantação da Resolução nº 11 de 2002, marca mais uma vez a ambigüidade vivenciada na rede em relação ao atendimento de seis anos que constituía o primeiro ano do primeiro ciclo, e no entanto, eram atendidos nas poucas vagas existentes da pré escola.

**Art. 1º** - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança de 0 (zero) a 06 (seis) anos e dever do Estado e Municípios, complementando a ação da família e da comunidade. § 1º - O município deverá organizar plano para universalização progressiva da Educação Infantil. § 2º - É facultado às unidades escolares que compõem a rede municipal organizar a oferta da educação infantil para crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, sendo as crianças de seis anos matriculadas no ensino fundamental, assegurando-lhes nove anos de escolaridade obrigatória na Rede Pública Municipal. (CONTAGEM, 2002).

Na referida legislação, em seu artigo primeiro, ficou estabelecida a faixa etária do público atendido na Educação Infantil, às crianças de zero a seis anos. Contudo, logo no parágrafo segundo é facultado às instituições da rede o atendimento das crianças de seis anos no ensino fundamental, configurando o ensino obrigatório de nove anos.



## QUADRO 7 – MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL (2003 - 2010)

Matrículas na Rede municipal		
ano	Creche	Pré-escola
2003	91	1664
2004	49	2356
2005	65	2811
2006	73	3322
2007	302	3948
2008	418	3918
2009	696	4474
2010	654	4581

Fonte: Diretoria de Funcionamento Escolar/SEDUC

Observamos no período um significativo aumento do atendimento a Educação Infantil, sendo que o atendimento em creches públicas aumentou mais de 600% em relação ao ano de 2003 e a pré-escola representou um crescimento de mais de 250% em relação ao mesmo ano. Quais ações do poder público possibilitaram tal crescimento? Quais as concepções estiveram na arena política?

Para possibilitar uma estrutura para a rede municipal de Educação Infantil era necessário viabilizar estrutura física, profissional, verbas específicas, pois sem essas definições legais, o município não atingiria seu objetivo de aumentar o atendimento à criança em Contagem. Com a entrada, em 2005 na arena política, de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), observamos um espaço para mudanças na política, o que Kingdon (2006) denomina janelas de oportunidades<sup>69</sup>. Dessa forma, por causa da proximidade de Belo Horizonte as experiências de Contagem foram sendo construídas, tomando como base experiências bem sucedidas na capital, que tem política sistematizada na Educação Infantil.

---

<sup>69</sup> De acordo com Kingdon(2006) quando acontece a entrada de um novo partido político na Arena política por exemplo vivencia-se um momento propício a mudanças políticas, a entrada de novas políticas na Arena.

#### **4.3.6 Profissionalização da Educação Infantil: implantação do cargo Assistente de Creche**

Em Contagem se iniciaram as discussões sobre um cargo específico para atender a Educação Infantil na primeira Conferência Municipal de Educação, conforme relatos:

Em 2005 realizamos a 1ª Conferência Municipal de Educação e dela foram retirados os fóruns e em um deles discutimos o profissional. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

No entanto, Belo Horizonte tendo implantado o cargo de educador infantil para atuar nas UMEI educando crianças de zero a seis anos, e definido o cargo a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) realizou concurso para o cargo e efetivou diversas pessoas para o cargo de educador infantil, de acordo com Noronha (2009) foram realizadas as primeiras nomeações em junho de 2004. O fato de esse novo cargo ter salário e carreira diferenciados do professor das séries iniciais causou grande insatisfação entre os profissionais de Belo Horizonte e muitos inclusive também atuam na rede de Contagem ou são moradores de Belo Horizonte e trabalham em Contagem e vice-versa.

Dessa forma, as discussões realizadas no município pesquisado foram influenciadas pela tensão vivida em Belo Horizonte na implantação do cargo de educador infantil. Mediante tal conflito o espaço aberto pela primeira conferência realizada em 2005 foi insuficiente para se chegar a um consenso em alguns temas, dentre eles: o cargo específico para a Educação Infantil. Essas temáticas envolveram muita polêmica e, por isso, foram remetidas, pela assembleia, para discussão posterior por meio de fóruns temáticos. Observamos a tensão vivida nessa discussão neste trecho de entrevista concedida por técnica da SEDUC, responsável pelas políticas de Educação Infantil no momento da Conferência:

Na conferência apareceu tudo, menos Educação Infantil. Uma polêmica boa, mas o povo não entendia o que era Educação Infantil. O que aconteceu é que o povo pegou a discussão do Educador Infantil de BH e trouxe para Contagem. Tanto é que lá nas propostas tem uma que é: "Não queremos o Educador Infantil de BH" então eu falei: Mas quem está propondo isso? Aqui é Contagem é outra discussão. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

Quando da realização do Fórum municipal para a discussão do cargo em Contagem, estiveram presentes novamente na arena política, as tensões vividas em Belo Horizonte, pelo cargo educador infantil e outra vez não foi decidido o perfil do cargo. As principais indefinições sobre o cargo a ser criado estavam principalmente em torno de questões do tipo: Qual carga horária? Qual a formação mínima? Qual faixa etária seria definida para a atuação desse profissional? Qual salário? Assim, o município pretendia avançar na implantação da rede municipal de Educação Infantil, mas não podia fazê-lo sem antes responder politicamente essas questões. Numa análise simples dos acontecimentos, podemos inferir que a tensão consistia na definição dessas questões sem comprometer a concepção de Educação Infantil em discussão no município, o que esbarrava no orçamento municipal. Também por esse motivo foi desconsiderado o apontamento da LDBEN em relação ao profissional que seria o mesmo habilitado para as séries iniciais do ensino fundamental.

Assim como Easton(1970) define os sistemas políticos e os diferencia do sistema formado pelos técnicos, o governo municipal funciona com a articulação dos diversos aparelhos e as burocracias que constituem o governo agregam diversas secretarias. Entretanto, existe uma relação entre elas, a decisão percorre um fluxo. A Secretaria Municipal de Administração, na estrutura do executivo de Contagem, é responsável pelo gerenciamento dos recursos disponibilizados para as demais secretarias, por isso muitas decisões que envolvem alterações em folhas de pagamentos, despesas ou investimentos necessariamente passam pela apreciação do Secretário de Administração que se incumbem de orientar o(a) prefeito(a) na melhor decisão em determinada política proposta pelas demais secretarias.

Mediante as (in)definições políticas acerca do cargo específico para a Educação Infantil, de acordo com depoimentos, a prefeitura, a administração municipal realizou levantamentos em outras cidades mineiras, como Ipatinga, Itabirito, Ouro Branco que também eram administradas por governos do PT. E balizados por estas experiências, os decisores, após dois anos de discussões, resolveram pela criação do cargo denominado Assistente de Creche para a faixa etária de zero a três anos e pela continuidade do PEB1 na faixa etária de quatro e cinco anos. Quando questionada sobre a quem caberia a autoria da lei que criou o

cargo de Assistente de Creche, a Diretora de Educação Infantil da época nos responde que veio:

Lá da Administração, por que na verdade não é qualquer um que cria um cargo no serviço público. Tinha uma outra proposta, fizemos cenários disso e daquilo. Na LDBEN está claro no mínimo magistério normal, nível médio. E tinha que ter concurso. Já que o Educador Infantil não vai, ficaram com medo de misturar o outro cargo com o professor. Precisa de alguém que vai trabalhar com as idades de zero a três anos, e esse foi um momento de tensão e o que me surpreendeu é que em momento nenhum o sindicato se manifestou. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

Esse trecho da entrevista explicita a preocupação do poder público em não associar o novo cargo com o já existente na rede municipal para atuação no ensino fundamental, o denominado PEB I<sup>70</sup>. Tentaram dessa forma evitar que acontecesse em Contagem o que Belo Horizonte já vivenciava. Na capital havia a reivindicação da equiparação salarial do Educador Infantil ao salário pago aos professores das séries iniciais, que inclusive alguns permaneceram atuando na Educação Infantil até se aposentarem.

Em Contagem, foi criado o cargo Assistente de Creche implantado pela Lei Complementar nº 24 de 06/12/2006 para o atendimento às crianças de zero a três anos nas instituições de Educação Infantil da rede pública municipal. Dessa forma, em instituições que atendem crianças na faixa etária de zero a seis anos, coexistem dois profissionais na educação das crianças, sendo a Professora<sup>71</sup> municipal responsável pela educação das crianças de quatro e cinco anos e a Assistente de Creche, pelas crianças de 0 (zero) a 3(três) anos. O cargo denominado, Professora de Educação Básica, pode variar quanto à formação: PEB nível I (PEBI) para as profissionais que não tem curso superior e PEB nível II (PEB II) para as professoras habilitadas em curso superior.

A exigência de escolaridade do cargo de Assistente de Creche é de no mínimo ensino médio completo. Diferente do educador infantil de Belo Horizonte que exige ensino médio com formação em magistério, o denominado curso normal. Quanto ao Assistente de Creches implantado na rede municipal de Educação de

<sup>70</sup> Cargo referendado pela LDBEN para atuação em toda a Educação Infantil.

<sup>71</sup> Usaremos sempre o gênero no feminino, pois não identificamos no levantamento realizado na SEDUC no momento da pesquisa nenhum homem atuando na docência nessa etapa da educação básica.

Contagem, não exige nenhuma formação específica. Temos na rede atuando nesse cargo, profissionais com formação técnica em contabilidade, administração, meio ambiente, entre outros. O que contraria o artigo 62 da LDBEN que faz a seguinte definição:

para atuar na educação básica a formação dos docentes deve ser em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil a formação em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2006).

Inferimos que essa situação impacta pedagogicamente a Educação Infantil no município, uma vez que esses profissionais de formação variada educam crianças de zero a três anos. No edital que organizou o primeiro concurso público das Assistentes de Creche no município, destacamos no trecho abaixo uma informação que gerou insatisfação entre as profissionais nomeadas pelo concurso:

Cuidar e orientar crianças de 0 a 3 anos de uma creche, com realização de atividades educativas que levem à socialização, crescimento e aprendizagem para convivência em família e em sociedade, **sob orientação de professor(a)**. (Edital concurso PMC nº 04/2006).

Baseado no termo “sob orientação de professor(a)” algumas Assistentes de Creche demonstraram resistência para assumir a docência nas turmas sem a presença de uma professora PEB. De acordo com informações da Diretoria de Educação Infantil, isso aconteceu porque havia um erro de redação no edital, pois na lei de criação do cargo não consta tal informação.

Alguns trechos de um depoimento retirado de um blog<sup>72</sup> de discussão organizado pelo SindUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, evidenciam algumas insatisfações das Assistentes de Creche com o cargo para o qual prestaram concurso:

Gostaria de fazer uma denúncia contra a situação das Assistentes de Creche no município de Contagem: Temos que cumprir diariamente 7 horas, pois a carga horária semanal é de 36 horas, e os 20 min que não são cumpridos, são acumulados no mês, onde devemos trabalhar no sábado recebendo formação. Para os sábados nós não

---

<sup>72</sup> <http://sindutecontagem.blogspot.com/2008/06/carta-aberta-cmara-municipal-de.html>

recebemos vale-transporte, somente para os dias úteis. O lanche é somente de 20 min. A Prefeitura não fornece o almoço e temos que levar a própria marmita de casa. A nossa função é cuidar e educar, incluindo elaborar o projeto político-pedagógico em encontros semanais com a pedagoga e mensais com a assessora pedagógica. Além disso, elaboramos planos de aula para turmas de 0 a 3 anos, registramos tudo em relatórios, diários (incluindo chamadas), portfólios e diários individuais da criança. Além disso, em algumas creches conveniadas, até pouco tempo, Assistente de Creche também dava aula para turmas de cinco anos. (comentário postado em 13/08/2009 no blog do SIND-UTE).

Outro aspecto desse cargo incide nos rendimentos que são baixos em relação a outros cargos docentes existentes no município. As Assistentes de Creche recebem pouco mais de um salário mínimo por mês e a carga horária de trabalho é superior ao professor que atua com as crianças de quatro e cinco na mesma etapa da educação básica. Inclusive detectamos na Gestão de Trabalhadores da Secretaria de Educação que o cargo é vinculado ao quadro de profissionais administrativos, assim como os profissionais que trabalham nas secretarias das escolas e, não ao quadro do magistério, como os demais docentes.

#### QUADRO 8 – PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CONTAGEM

Cargo	Escolaridade mínima exigida	Carga horária	Salário
Professor Municipal PEB II	Curso de Graduação – Licenciatura plena em Ensino Normal Superior, ou pedagogia com habilitação para o magistério das <b>séries iniciais do ensino fundamental.</b>	22 horas e 30 minutos semanais	R\$1037,00
Assistente de Creche	Ensino médio completo	36 horas semanais	R\$687,39

Fonte: Edital /PSS/PMC Nº 003/2010 (grifos nossos).

Observamos que nos requisitos de formação das professoras (PEB), a exigência de habilitação para as séries iniciais do ensino fundamental. Porém, esse mesmo profissional atuará na Educação Infantil, trabalhando com as crianças de quatro e cinco anos. Somente no final da descrição, citada abaixo, é que observamos a frase “Área de atuação: Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental.”

No edital ainda consta a descrição sumária dos cargos Assistente de Creche e Professora, são elas, para o cargo Assistente de Creche:

cuidar e orientar crianças de 0 a 3 anos de uma creche, com realização de atividades educativas que levem à socialização, crescimento e aprendizagem para convivência em família e em sociedade. (Edital /PSS/PMC Nº 003/2010).

E em relação ao cargo de Professor(a) PEBII, temos a seguinte descrição:

Exercer a docência participando da elaboração do Projeto Pedagógico do estabelecimento de ensino. Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos em Lei e de acordo com Calendário Escolar. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e com a comunidade. Cumprir o Regimento Escolar da SEDUC, bem como a legislação vigente. Orientar os estágios de Educação Profissional, quando necessário. Área de Atuação: Educação Infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental. (Edital /PSS/PMC Nº 003/2010).

Analisando a lei de criação do cargo Assistente de Creche, os editais que regulamentam concursos e processos seletivos de anos anteriores, nos deparamos com ambigüidades que evidenciam o conflito nas atribuições dos profissionais PEB e Assistente de Creche. Se as Assistentes de Creche são responsáveis pelo desenvolvimento integral das crianças, porque em suas atribuições não constam descritos os tempos de planejamentos?

Em legislação municipal, sobre a exigência de formação, temos a seguinte redação nos artigos 25 e 26 da Resolução nº 11/2002 do CMEC:

**Art.25-** os profissionais da Educação Infantil em exercício em creches e pré-escolas com formação inferior ao nível médio, na modalidade normal, será assegurada pelas instituições mantenedoras públicas e privadas, a formação regular mínima.  
**Parágrafo Único** – As instituições de Educação Infantil terão o prazo até 2007 para ter todos os seus professores com pelo menos o curso normal em nível médio. **Art. 26** - Aos outros profissionais da instituição será exigida, no mesmo prazo determinado no parágrafo único do art. 25, a escolaridade de ensino médio, admitindo-se como mínimo o ensino fundamental (CMEC,2002).

Se existe esse tipo de prerrogativa na legislação municipal, perguntamos se o poder público não reconhece que a atividade exercida nas turmas de zero a três anos, campo de atuação da Assistente de Creche, seja docência?

Concluimos que para determinado cargo criou-se muitos pontos de tensionamentos na política em andamento. A decisão pelo cargo da forma como foi realizada não dialoga com as concepções das demais políticas de Educação Infantil em andamento no município.

#### **4.3.7 CEMEI: novo padrão de construção, novas perspectivas para a Educação Infantil**

Para expandir o atendimento eram necessários mais espaços físicos, o que exigira investimento do poder público municipal na construção de prédios. Porém, reside mais uma incógnita: Que prédio construir? Como encontrar arquitetos, engenheiros que dialoguem com a concepção de infância pensada pela equipe técnica da SEDUC?

Em entrevista, técnica da Secretaria de Educação no período relata os processos políticos vivenciados no início da organização da Educação Infantil nos primeiros anos da gestão Marília Campos (PT):

Buscando crescer começamos a atender em diversos espaços, de 2005 a 2006 surgia uma sala, buscamos implantar a Educação Infantil. A política aumentou devagar, começou fraca e depois foi ganhando corpo. No início em espaços improvisados. Com isso não existe uma estabilidade das salas, pois existe um efeito sanfona, vai volta. Tem que construir o espaço próprio. O primeiro ano foi um caos total, muito difícil. Tivemos reunião com o Lindomar para decidir o futuro da rede conveniada. Diz para procurar uma empresa, porém não acredito que a empresa irá ajudar, falei com o Lindomar. Eu e Volanda fomos atrás de planta, pois tínhamos a intenção de construir em um lote lá no Sandra Rocha. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

Na fala da participante são descritas as primeiras iniciativas no sentido de ampliar o atendimento no município. Além de procurarem parceria com empresas privadas a equipe técnica da secretaria realizou visita técnica a Secretaria Municipal de Educação (SMED) da PBH, visando conhecer as políticas públicas, bem como os prédios das UMEI. No entanto, prédios nos moldes das UMEI custariam muito aos



cofres públicos. Foi então que sugeriram uma planta de prédio pensado na cidade de Ouro Branco, e a partir deste modelo, a equipe de técnicos da Educação Infantil da SEDUC, junto com a equipe de obras idealizaram um prédio específico para a Educação Infantil. Dessa forma, o novo prédio buscou atender todos os aspectos de segurança, de arquitetura, bem como pedagógicos.

Pois é, ficou lindo aquele CEMEI lá, todo mundo gosta e foi construído em um terreno que já era da escola de ensino fundamental que funciona ao lado. Aquele prédio foi uma adaptação de um projeto que foi desenvolvido em Ouro Branco. A secretaria de obras não tinha condições no momento de desenhar a planta do prédio. Após essa etapa cumprida tentamos verba no FNDE, mandamos o projeto escrito, mas ficou faltando a planta. Por que não tinha como fazer, então foi que falaram Ouro Branco tem. O Secretario de obras sabia e deu a dica, ele trabalhou na cidade. Cláudia Ocelli ajudou na articulação, carrega projeto para cá, para lá e conseguimos a aprovação. Tinha que mostrar que o atendimento que queríamos era de qualidade e não dava para ficar olhando para Belo Horizonte, pois o patamar de lá é elevadíssimo. A PBH tem orçamento muito mais alto. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

Esse processo culminou na primeira construção, em 2006:

Foi no Icaivera em 2006 mesmo e qual era o problema de construir? Não tinha lote, andamos Nova Contagem toda uma vez a procura de terreno para construção. Não é só construir em local que tem área. Passava no Orçamento Participativo e se não tem área. Eu fui atrás de terreno, o que não era meu papel para mostrar para esse povo que tem que construir. Não adianta ficar olhando em BH, que bonitinho, é aqui que tem que fazer. Em dezembro de 2006 que iniciamos a construção lá do Icaivera. Temos que fazer uma, vai ser referência e tem que cair na boca do povo. Os governantes inclusive não só a população. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

Uma dificuldade evidenciada foi a disponibilidade de terrenos para a construção dos novos prédios. Outro elemento importante e inovador na constituição das políticas públicas no município, consiste no estabelecimento do Orçamento Participativo (OP), estratégia dos governos democráticos na aplicação dos recursos públicos. O OP é uma forma de consultar a população sobre o destino dos recursos públicos, são colocadas em votação obras de interesse público e a comunidade debate e indica para o poder executivo qual obra priorizar na região. No caderno de

intervenções do OP 2010/2011, encontramos a seguinte avaliação desse processo que teve sua primeira rodada na cidade em 2005:

O OP se revelou mais que um método eficiente para planejar os recursos públicos. Com ele, os contagenses estão aprendendo como funciona a administração da cidade, o que é uma licitação, de que forma deve ser pensada uma política habitacional, o que é um plano diretor e como é possível melhorar a vida de todos. Trata-se, nesse sentido, de um poderoso instrumento de transferência, de participação e conhecimento. (CONTAGEM, 2009, p. 3).

Nesse sentido, infere-se que tal organização poderá se constituir na organização de futuros conselhos regionais autônomos cuja tendência seria a de, aos poucos, ganhar força de pressão, capacidade política e técnica para fazer propostas. Fica evidente no trecho de entrevista realizada com o Secretário de Educação que ocupa o cargo desde o início dessa política no município, a intenção do governo de consolidar uma política de Educação Infantil no município:

[...] a gente está fazendo, colocando na ordem do dia a Educação Infantil, a cidade já começa a incorporar esse discurso da Educação Infantil. Agora no Orçamento Participativo, o povo já elegeu várias regiões optaram pela construção de CEMEI. O povo já percebeu que existe essa possibilidade de construção para atendimento à Educação Infantil, isso foi um grande salto que demos no governo passado [primeiro mandato de Marília Campos]. Então no Orçamento Participativo de 2009 já se percebeu que a sociedade se organizou para defender a construção de CEMEI, nós temos a obrigação de construir e esse ano vamos inaugurar mais oito e vamos lançar a construção de mais oito, então com isso a gente vai colocando na defesa da comunidade a Educação Infantil e vamos começando a introjetar esse pensamento na comunidade. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

Esse legado será marcado pelas construções, o secretário comenta da intenção de inaugurar oito unidades em 2010 e a construção de mais oito neste ano. Em outro momento, essa informação é alterada e o secretário divulga que existe previsão para construção na cidade de mais trinta CEMEI até o final do governo em 2012. Rosalba confirma que:

De 2005 até 2008 você irá ter a construção de uma política pública de Educação Infantil com o intuito de deixar um legado, uma contribuição para essa cidade, mais constituído, a linha da formação

mais bem instituída. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Inferimos que o impacto pretendido foi alcançado, pois na avaliação de outros políticos e da população que reivindicou novos prédios por meio da última rodada do Orçamento Participativo, acontecidas em 2009 e votadas as intervenções públicas que seriam realizadas nos período de 2010/2011. Das obras elencadas pelas comunidades, destacamos a construção de mais seis CEMEI distribuídos na cidade da seguinte forma:

#### QUADRO 9 – LOCALIZAÇÃO DOS CEMEI APROVADOS NO OP DE 2009

CEMEI	Bairros atendidos:	Região
1	Jardim Eldorado	Eldorado
2	Santa Helena, Belém, Chácaras e Lúcio de Abreu.	Petrolândia
3	Industrial São Luís	
4	Jardim do Lago	Ressaca
5	Riacho	Riacho
6	Ouro Branco	Sede

Fonte: CONTAGEM (2009)

Em algumas entrevistas feitas, foram realizadas as seguintes avaliações pelos entrevistados acerca das construções dos CEMEI:

[...] você visita um CEMEI da prefeitura você tem orgulho e prazer de falar essa é uma escola infantil do município de Contagem. O poder público agora principalmente após a implantação dos CEMEI na administração da Marília aí, está assumindo com muita qualidade né? (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida ao autor em 03/03/2010).

[...] as escolas públicas infantis em Contagem são melhores que as escolas particulares. Muito mais bem estruturada, o meu filho, que hoje está na escola pública, na época em que ele estava na rede particular é precaríssima a estrutura da escola. Do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da infra-estrutura, as escolas de Educação Infantil que agente tá criando não só em termo de equipamentos, mas do ponto de vista pedagógico são infinitamente superiores do que muita escola particular. E realmente elas estão um show, eu fico emocionada quando eu vou nas escolas públicas, principalmente na Educação Infantil e vejo o que nós estamos

construindo para as novas gerações. Se continuar assim vai ser muito bacana. (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

As construções em andamento no município estão localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social, principalmente nas regiões de Nova Contagem e Ressaca/nacional. Nessas regiões também estão concentradas a maior parte da população e um número menor de instituições:

Elas estão indo muito nas regiões de maior vulnerabilidade social, é um direito da mulher, mas principalmente da criança, às vezes eles pensam assim: você tem que priorizar onde a mulher já trabalha. Principalmente quando falta vaga, porque como ainda não está universalizado, você prioriza principalmente a criança, aí a mulher que trabalha fala assim: eu é que trabalho, mas aí agente vai explicar para ela, que as vezes a mulher que trabalha ela tem mais condições de educar do ponto de vista emocional, do ponto de vista psicológico e as vezes a mulher que não trabalha é a que mais precisa, porque a gente tem que respeitar o direito da criança, não é nem o da mulher. (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao auto em 05/03/2010)

Nessa fala, evidenciamos um discurso diferente sobre a justificativa de se ofertar a Educação Infantil, pois identificamos uma preocupação em estabelecer foco na criança e seu desenvolvimento e não só nas necessidades dos adultos. Ainda neste sentido, no trecho de entrevista há a concepção de que mulher e homem possuem direitos iguais. Dessa forma, o direito à educação é um direito social da criança primeiramente, assim não precisa ser justificado pela liberação da mulher para o trabalho.

Estudos realizados por Gohn (1985) inferem que inicialmente o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro da necessidade de creches se deu pela compreensão de que tais equipamentos contribuiriam para o projeto de dominação capitalista sobre o trabalhador. Nesse momento, a liberação da mão de obra feminina comporia um exército reserva de mão de obra, além do barateamento da força de trabalho.

Um fator presente na arena política da Educação Infantil, que afeta inclusive os decisores consiste na insegurança em confiar à educação da criança pequena a uma instituição coletiva. Observamos que essa insegurança é inversamente proporcional a idade das crianças, ou seja, quanto menor a criança maior a insegurança da família em compartilhar a educação dos filhos.

Eu acho até correto largar um pouco o trabalho sabe? Acho que tem que ter uma dedicação, quando o filho vem nós não podemos continuar a trabalhar como se nada tivesse acontecendo, eu fiz isso mas tenho uma autocrítica, se eu pudesse voltar um pouco atrás eu teria me dedicado um pouco mais né? Agora... Eu acho que a gente teria que ter um período de trabalho menor, pelo menos até dois anos de idade sabe? Não acho que tem que parar de trabalhar, mas eu acho que a gente teria que reduzir até pelo menos os dois anos de idade. (CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

Outra entrevistada confirma a existência dessa visão e acrescenta que a mulher seria a maior responsabilizada pela educação da criança e tem dificuldade às vezes de deixar essa criança na instituição.

Você tem a família que confia na instituição, tem a família que a mãe, principalmente a figura da mulher, sente, ela acha negativo, ela se sente culpada por estar colocando a criança ali, desenvolve um sentimento de culpa, que ela está deixando o filho dela sem atendimento. Então tem um processo que é da mulher. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Identificamos assim, mais um foco de tensionamento que marca as políticas públicas de Educação Infantil no município e inferimos que no Brasil, ainda é recorrente em nossa sociedade a ideia, os valores da maternidade vinculadas a mulher. Quando inaugurados os novos equipamentos de Educação Infantil no município, os bebês demoraram a chegar, nos foi relatado que a maior dificuldade em completar uma turma e iniciar o atendimento consistiu na faixa etária de zero a um ano.

Com a entrada no cenário político municipal dos CEMEI, os diversos setores da Secretaria de Educação são envolvidos em uma nova perspectiva educacional. Essa perspectiva põe o atendimento educacional no debate das políticas públicas entre os técnicos. Por exemplo, a compra de mamadeiras para as unidades, de fraldas, a presença de prédios com espaços como fraldários, lactários. O setor financeiro para adequação a nova realidade implantou verbas específicas, além da verba mensal de manutenção os CEMEI recebem recursos para higienização das crianças de zero a três anos e também verba do brincar que se destina a compra de brinquedos.

Todos os CEMEI recebem cinco mil reais para higienização, para compra de material de limpeza para a criança, higienização. Esse valor é repassado anual, sendo dois mil e quinhentos reais no primeiro semestre e mais dois mil e quinhentos reais no segundo. Com essa verba podem comprar shampoo, sabonete, fraldas descartáveis, cotonetes. Não podem comprar material de limpeza para a escola, é somente materiais utilizados para a limpeza da criança. Essa verba é só para polos e CEMEI que atendem de zero a três anos. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Ainda no que tange ao financeiro e também ao administrativo dos CEMEI, até 2009, todas as unidades eram vinculadas a alguma escola de ensino fundamental e recebiam recursos na conta corrente da caixa escolar da escola. Além disso, nenhuma instituição tinha diretora, mesmo atuando nos moldes das diretoras de escolas de ensino fundamental, no CEMEI essas profissionais ocupavam o cargo de vice-direção. Em 2010, esse cenário avançou bastante, pois a Secretaria de Educação concede a independência financeira para os CEMEI com a constituição de caixa escolar próprio, bem como a nomeações de diretoras, assim como ocorre nas escolas de ensino fundamental, para os CEMEI.

Já prevemos para 2010 verbas para os novos CEMEI, já também prevemos as instituições que terão sua independência de Caixa Escolar em 2010. Escolas que antes eram vinculadas a uma escola de ensino fundamental e agora receberão recursos em conta própria. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

Nesse novo contexto estabelecido para as políticas de Educação Infantil em Contagem foi fundamental a postura do executivo no respaldo às ações praticadas pelos técnicos no interior da Secretaria de Educação. Percebemos que:

A parceira nisso tudo foi a Marília, prefeita. Teve uma reunião de colegiado com o gabinete, agente ia muito lá. Pedi a fala e pareceu que eu não tinha vez. Eu falava se o gabinete não falar que a Educação Infantil é prioridade a coisa não sai. Uma pessoa só não faz a política. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

A seguir apresentamos algumas fotografias dos CEMEI e suas estruturas:

**FIGURA 6 – FAIXA ANUNCIANDO A INAUGURAÇÃO DO PRIMEIRO CEMEI EM 2007**



**Fonte:** Diretoria de Educação Infantil/SEDUC

**FIGURA 7 – VISTA PARCIAL DO PÁTIO INTERNO DO CEMEI ICAIVERA.**



**Fonte:** Diretoria de Educação Infantil/SEDUC



**FIGURA 8 – VISTA PARCIAL DO CEMEI PEROBAS**



**Fonte:** Diretoria de Educação Infantil/SEDUC

**FIGURA 9 – BERÇÁRIO DO CEMEI ICAIVERA**



**Fonte:** Diretoria de Educação Infantil/SEDUC



Observamos nas imagens que essas unidades foram construídas considerando as especificidades do atendimento a criança de zero a seis anos. Os prédios planejados pelo município são adequados ao tamanho dos terrenos, ou seja, o Padrão I consiste em prédio de somente um pavimento que necessita de um espaço maior para ser instalado, como o CEMEI Icaivera demonstrado nas imagens. Já em terrenos menores o município tem outro modelo de construção o padrão II, prédio construído em dois pavimentos, como o CEMEI Bom Jesus em funcionamento no bairro Bom Jesus, na região denominada Ressaca.

### FIGURA 10 – VISÃO PARCIAL DO CEMEI BOM JESUS



**Fonte:** Diretoria de Educação Infantil/SEDUC

Além dessas construções, existem em andamento no município três prédios financiados por meio da parceria com o governo federal. Tais prédios são unidades do Proinfância<sup>73</sup> programa do Governo Federal, também planejados especificamente para a Educação Infantil, porém em dimensões bem maiores que o projeto do município, também exigem um terreno com metragem maior. No entanto, gostaríamos de ressaltar dois contrapontos existentes nessa parceria com o MEC, o

<sup>73</sup> O Proinfância foi criado pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tem por objetivo promover ações supletivas e redistributivas que permitam corrigir, progressivamente, o acesso de crianças a creches e escolas de Educação Infantil públicas, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nessa faixa etária suscetível a situações de vulnerabilidade social.

primeiro reside no valor financeiro da contrapartida exigida do município, que quase seria suficiente para financiar uma unidade do projeto municipal e outra na dificuldade dos técnicos em encontrar terrenos adequados para receberem tamanha construção.

#### **FIGURA 11 - PERSPECTIVA FRONTAL DE UMA UNIDADE DO PROINFÂNCIA**



**Fonte:** Coordenação Geral de Infra-estrutura Educacional do MEC

Em relação às exigências e características dessas unidades encontramos as seguintes especificações:

- ✓ Atendimento a 120 crianças em período integral ou até 240 crianças, se distribuídas em turnos matutino e vespertino.
- ✓ Localizado em área urbana.
- ✓ Terreno mínimo: 40,00 x 70,00m;
- ✓ Terreno com superfície plana ou declividade máxima de 3%;
- ✓ Abastecido por água e energia elétrica;
- ✓ Área de construção: 1.118,48 m<sup>2</sup>.

O MEC está oferecendo em diversos Estados brasileiros consultoria aos municípios que aderiram ao programa proinfância<sup>74</sup>. Essas consultorias são realizadas por meio de, além da visita técnica aos municípios, encontros regionalizados e Contagem tem sediado os encontros de municípios que compõem

---

<sup>74</sup> Em Minas Gerais, as consultoras do MEC responsáveis pelo acompanhamento do ProInfância são Fátima Regina Teixeira de Salles Dias e Vitória Líbia Barreto de Faria.

o polo centro metropolitano<sup>75</sup>, uma das regiões de abrangência do programa em Minas Gerais. Nessa reunião, os técnicos das Secretarias de Educação dos municípios se encontram para discutir uma proposta pedagógica adequada ao novo prédio. Estas diretrizes devem estar em consonância com as concepções do programa.

Assim, as construções, regulamentações observadas nos últimos anos em Contagem culminam na configuração de uma rede pública de Educação Infantil composta por Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI), Anexos e algumas turmas em Escolas Municipais. Somado ao atendimento público, a SEDUC continua com a política de conveniamento com os Centros de Educação Infantil sem fins lucrativos e de caráter comunitários, filantrópicos ou confessionais.

Observamos que a institucionalização da Educação Infantil no município integra o planejamento estratégico de governo a partir do estabelecimento dessa política como prioridade entre as intervenções, realizadas na cidade. Comentário de Marília Campos (PT), sobre os possíveis impactos das construções, investimentos em educação, destacamos em sua fala a função social da escola.

[...] Quando a gente coloca uma escola em um bairro, principalmente agora nessa experiência com a Educação Infantil, você provoca uma mudança na criança e em toda família dela, então aquela mãe que ficava em casa nos afazeres domésticos, ela passa a querer outras coisas, inclusive voltar a estudar, então o fato de ter um equipamento público além da criança ele provoca reações, mudanças de comportamento em toda a família. É o cidadão sendo respeitado, ele começa a acreditar que ele tem o direito de sonhar, de fazer coisas diferentes, então a escola, ela tem uma função muito maior do que com o estudante, com a criança, com o adolescente, ela interfere na relação do cidadão, da família, de uma forma profunda, dizem que chama **a função social da escola**.(CAMPOS, Marília, em entrevista concedida ao autor em 05/03/2010).

Maria de Lourdes, gestora em governos anteriores, avalia que agora é que o município tem investido em política de Educação infantil e atribui tal fato ao financiamento.

E o governo, pra mim, é o dever dele de estar oferecendo e isso agora que a gente está vendo né? Pois antes não era a prioridade

---

<sup>75</sup> Municípios participantes: Contagem, Papagaios, Lagoa Santa, Mateus Leme e Prudente de Moraes. Municípios convidados: Juatuba, Ibirité, Ribeirão das Neves, Pompéu, Paraopeba, Nova Lima, Rio Acima, Igarapé, Pedro Leopoldo, Betim, Santa Luzia, Sarzedo.

dos governos em Contagem. A gente não recebia recurso próprio para a Educação Infantil. A merenda não era comprada com recursos do Governo Federal. Não era considerada pelo Governo Federal. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de. Entrevista concedida ao autor em 23/11/2009)

#### **4.3.8 Quem atender? A difícil decisão da política implantada por meio do Comitê Intersetorial Regional (CIR)**

Mediante a visibilidade da política e reconhecimento das famílias ao direito a Educação Infantil a demanda por vagas nos equipamentos públicos aumentaram, e a Secretaria de Educação implanta em 2008 uma política de focalização denominada Comitê Intersetorial Regional (CIR). De acordo com o Regimento do comitê, a Secretaria de Educação irá distribuir as vagas na Educação Infantil, conforme Resolução divulgada pela Diretoria de Funcionamento Escolar anualmente. No mesmo período de realização do cadastro das crianças em idade para frequentar o ensino fundamental.

Nesse sentido, cada região da cidade forma o seu comitê composto por representantes das Secretarias de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e por um representante das instituições de Educação Infantil. Os assessores pedagógicos da Educação Infantil e do setor de Funcionamento Escolar, bem como o Dirigente Educacional de cada NRE são responsáveis pela articulação do Comitê, sendo a coordenação do mesmo exercida pelo/a assessor(a) do Funcionamento Escolar. (CONTAGEM, 2010).

Com a implantação dessa política, as famílias interessadas em vagas em qualquer instituição de Educação Infantil da rede pública devem fazer sua inscrição em período próprio, em data definida pela Resolução emitida pelo Funcionamento Escolar naquele ano. Podem se inscrever crianças de qualquer faixa etária, o que não garante a vaga, pois a partir dessas inscrições o Comitê se reúne de acordo com cronograma divulgado previamente e analisa os critérios de vulnerabilidade social determinados pela Resolução.

O primeiro critério estabelecido diz respeito ao zoneamento. De acordo com tal critério, a unidade atenderá somente as famílias que residem em raio de um quilômetro de distância do local onde pleiteiam a vaga. Essa definição evidencia a preocupação do poder público em se resguardar quanto ao transporte escolar. Com

o estabelecimento desse critério as crianças atendidas podem se deslocar para a unidade sem a necessidade de transporte público.

As 41 instituições públicas que atendem a Educação Infantil no município são insuficientes para toda a demanda que procura pelos serviços, haja vista a existência das listas de espera por atendimento em quase todas as unidades para diversas faixas etárias atendidas. Além deste fato, ressaltamos regiões que ainda não possuem nenhum atendimento público de crianças de zero a três anos e tal faixa etária fica a cargo exclusivo das instituições conveniadas, que solicitam das famílias contribuições limitadas pelo poder público a R\$30,00 para ajuda de custo, além do recurso que a Prefeitura já repassa. Diante desse quadro e estabelecido e da política de zoneamento, inferimos que muitas famílias ficam excluídas do atendimento público esparso e ainda incipiente.

Vencida essa etapa inicial do zoneamento, as famílias inscritas passam pela análise do Comitê que avaliam de acordo com dados fornecidos no ato da inscrição a situação socioeconômica das famílias a partir de análise conjunta dos seguintes indicadores:

- renda *per capita* da família de até meio salário mínimo;
- quadro de desnutrição da criança;
- moradia em situação de risco;
- número de crianças e números de adultos na família;
- existência de deficiência ou doença grave na família;
- situação de trabalho dos membros da família: desemprego, subemprego; mercado informal.
- condições específicas na estrutura familiar: alcoolismo, dependência química e outras.

Após análise comparada dos dados as famílias são relacionadas em ordem crescente de prioridade de atendimento e atendidas dentro de 80% das vagas da unidade. De acordo com a Resolução nº 03/2010 de 08 de junho de 2010, a escola também deverá formar uma comissão:

Art. 9º - Será constituída uma comissão em cada IEI, para acompanhamento do processo de inscrição e sorteio, que será composta pelo Dirigente da IEI, que a presidirá, por 2 (dois) servidores da instituição, sendo compulsória a participação de um(a)

profissional da secretaria escolar e por 2 (dois) representantes de pais, mães ou responsáveis legais. (CONTAGEM, 2010).

Conforme explicitado no artigo 9º, essa comissão procederá a realização de sorteio de 20% das vagas restantes entre os inscritos não atendidos dentro do critério de vulnerabilidade. Sobre a existência de critérios para as matrículas, Rosalba, atual diretoria de Educação Infantil da SEDUC, faz o seguinte comentário:

A gente hoje estabelece critérios para entrar na Educação Infantil, isso é muito complicado no campo de ação do direito. Mas não é do direito num campo amplo, é do direito subjetivo, o direito da criança, é direito do sujeito, então dentro dessa perspectiva todos deviam ter vaga na Educação Infantil. Cabe ao Estado constituir políticas públicas que possibilitem esse atendimento. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

A exigência de ampliação do atendimento a criança de zero a seis anos, tendo em vista sua constituição como direito da criança e, ainda, a necessidade de que esse atendimento se referencie em parâmetros de qualidade que levem em conta às necessidades de desenvolvimento integral dessa criança. Também impõe, aos poderes públicos, investimentos e modificações nas suas estruturas de funcionamento, porque as vagas existentes são insuficientes de acordo com a necessidade desse atendimento no município.

Às vezes o Conselho Tutelar tem encaminhado solicitação de vagas para a Promotoria da Infância e da Juventude, que tem expedido ordem judicial para a efetivação da matrícula, pressionando o poder público no sentido de ampliar os atendimentos, uma vez que a oferta de vagas pelo município é obrigatória para a Educação Infantil, assim como para o ensino fundamental, porém existe maior conscientização do direito à vaga nesta outra etapa da educação básica. Sendo a procura pelo atendimento opcional para as famílias e não para o poder público.

a comunidade não tem muita consciência do direito, se eles procuram a vaga e não tem eles vão embora. É igual acontece aqui na escola, tinham turmas pela manhã e tarde, porém o ensino fundamental foi ampliando e a Educação Infantil. E o direito não é claro para as famílias que as vezes pagam pelo serviço quando procuram a vaga e não encontram na rede pública.

[e]

Não atende porque a demanda do ensino fundamental. No Babita, por exemplo, o polo está acabando. Onde o polo funciona dentro da escola isso acontece mesmo. [...] (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista ao autor em 23/11/2009).

O Conselho Tutelar também é um ator na articulação das políticas de Educação Infantil no município, atua diretamente na comunidade, encaminham crianças as instituições e na ausência de vagas são eles que comunicam a situação para a promotoria da infância e juventude. Então perguntamos existe uma relação dos Conselhos Tutelares com as políticas de atendimento a infância no município?

Existe, até porque ele mesmo sendo um órgão autônomo ele está vinculado administrativamente a nossa secretaria, que a Secretaria de Desenvolvimento Social. Então agente acompanha de perto a realidade. A gente percebe que o Conselho Tutelar precisa ser fortalecido do ponto de vista do assessoramento, encaminhamento dos casos. Por quê? Porque o Conselho Tutelar a função dele é encaminhar, quem tem que prover é a rede né? Governamental ou não governamental. Mas até para ele encaminhar às vezes falta um pouco de capacitação para isso que é: fazer uma análise por caso, encaminhar corretamente. Por exemplo, uma criança que vai para um abrigo, ela tem que chegar nessa instituição com um relatório, pois pode ser uma criança que faz uso de medicamento, ou tem alguma história de doença na família. (COELHO, Gláucia Lucas, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Olha, os Conselheiros Tutelares, eles não têm estrutura para estar entrando numa vila, numa favela e estar assumindo esse trabalho, e como eu estou brigando por isso, eu fui... nós fizemos um curso... (DIAS, Maria do Carmo Lara, em entrevista concedida ao autor em 03/12/2009).

Nos depoimentos podemos perceber a fragilidade do ator e ao mesmo tempo sua importância na defesa dos direitos das crianças no município.

#### **4.3.9 As configurações da equipe técnica específica da SEDUC e os documentos oficiais da política.**

Observamos que na ausência de equipe específica para a Educação Infantil na estrutura da Secretaria de Educação as discussões concentram-se no ensino fundamental. Diante desse fato a Educação Infantil, como etapa da educação básica, também necessita de uma organização nos mesmos moldes e com um número de profissionais compatíveis com a equipe de ensino fundamental ou ensino

médio, pois a Educação Infantil tem especificidades de currículo, de espaços, faixa etária específica assim como as demais etapas que compõem a educação básica.

Mais uma vez comparando com Belo Horizonte, onde a política de Educação Infantil de acordo com Silva (2002) vem sendo implantada desde 1993. Nesse sentido Pinto (2009) aponta para a existência de equipes especializadas atuando no acompanhamento da Educação Infantil em Belo Horizonte desde 1994, tais equipes “atuaram no fortalecimento da política de Educação Infantil do município, com a função de assessorar, apoiar, supervisionar e avaliar estabelecimentos de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino.” (PINTO, 2009, p. 17).

Observamos em Contagem uma instabilidade muito grande nas equipes de técnicos que compõem a estrutura organizacional da SEDUC. Tal instabilidade se configurava em flutuante número de técnicos e também nos nomes, atribuímos tais fatores principalmente a questões políticas e partidárias. Nos anos de 2003 e 2004 a Secretaria de Educação, convencida da necessidade, aponta pedagogas que realizam visitas técnicas nas instituições conveniadas e na rede pública não há especificidade e os técnicos, inclusive a Diretoria da Regional de Educação NAP, estava dividida entre as atribuições do ensino fundamental e Educação Infantil.

Formação para Educação Infantil agente oferecia, na época em que eu estava no núcleo, mas em termos de acompanhamento não tinha a mesma frequência que o Ensino Fundamental. Quando nós estávamos era uma Diretoria em cada núcleo e essa mesma Diretoria era responsável pelo ensino fundamental e Educação Infantil. Onde se encontra a retenção de alunos? Ensino fundamental. Consequentemente onde se ataca mais... ensino fundamental. E a Educação Infantil mais na formação e acompanhamento esporádico. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Aí ele [se referindo ao governo 2001 a 2004] foi constituindo polos e equipe interna dentro da SEDUC. Esses polos foram se descaracterizando, a ponto deles serem ocupados pelo ensino fundamental e as equipes internas dentro da SEDUC também foram descaracterizadas. Por quê? Porque elas lidavam com o todo e não só com as especificidades da Educação Infantil. Em 2005 que agente volta com a discussão de ter uma equipe que discute especificamente a Educação Infantil e prédios próprios. [...] O Ensino fundamental absorvia 99% do tempo. Era uma luta, como eu venho da Educação Infantil, como professora eu tinha o olhar. Mas era uma luta contínua diária. [...] então nós vivemos uma série de processos de 2001 a 2004 em que o que nós conseguimos fazer foi: criar algumas políticas de formação para os professores; discutir o acesso das crianças, fomentado o acesso de quatro anos e constituiu os



referenciais curriculares. E aí começar a atender a rede conveniada, era coisa demais. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

Em 2004, as instituições de Educação Infantil de Contagem foram envolvidas num processo de discussão que culminou na construção dos Referenciais municipais para a Educação Infantil. Elaborado de forma participativa o documento foi realizado em consonância com os Referenciais Curriculares Nacionais.

Em 2004, quando nós produzimos os Referenciais Curriculares da Educação Infantil a partir de um trabalho com uma comissão, a gente chamou gente que dialogava com a Educação Infantil na cidade, nas instituições, que naquela época falávamos em escolas e nós polos e trouxemos essas pessoas para construir o documento Referencial de 2004. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida em 01/12/2009).

O documento foi enviado, como proposta preliminar, para as escolas somente em mídia CD. A proposta era enviar também impresso para as unidades conforme aconteceu com os Referenciais Curriculares construídos para o 1º e 3º ciclo. Porém, com a mudança de governo e atores políticos os Referenciais do 2º ciclo e Educação Infantil não tiveram sua versão impressa distribuída pela SEDUC. Muitos profissionais imprimiram e encadernaram o material que tem subsidiado suas práticas. Tal documento é referenciado inclusive em documentos da gestão seguinte, conforme consta no documento intitulado Caderno da Educação Infantil: Construindo o Projeto Político- Pedagógico.

Em 2005 a política muda, entra o governo do Partido dos Trabalhadores, tem início na SEDUC a formação de equipe técnica específica para o acompanhamento da política de Educação Infantil, primeiramente duas técnicas.

Na verdade eu não entrei como Diretora, eu fui chamada e o Lindomar me falou que o trabalho era aquele, depois foi criado o cargo Diretora de Educação Infantil. Cheguei junto com outras pessoas de fora: Margô, Verimar. Tinha uma mesa para mim e para Edna, não tinha no organograma da SEDUC esse negócio de Educação Infantil. (GONTIJO, Alice Magda, em entrevista concedida ao autor em 02/06/2009).

Depois esse número foi crescendo devido a reivindicação interna dos técnicos diante dos objetivos colocados para a política de Educação Infantil, em 2006 conseguiram acrescentar a equipe do órgão central um representante de cada

regional, esses técnicos se encontravam semanalmente por meio de GT – Grupo de Trabalho realizando discussões específicas dessa etapa da Educação. Em 2007 a secretaria estruturou a equipe de Educação Infantil nos moldes do ensino fundamental, um gerente de Educação Infantil em cada Núcleo Regional, além de assessoria específica para a Educação Infantil. Assim, dependendo do número de instituições da Regional contavam, além do gerente com mais um assessor, constatamos que nesse momento a equipe da Educação Infantil atinge seu maior contingente de técnicos na estrutura da secretaria.

Em 2010 a SEDUC passa por outra reforma estrutural em seu organograma, eliminando as gerências específicas<sup>76</sup>, sendo a nova equipe de articulação das políticas educacionais das regionais compostas por: um coordenador; um dirigente educacional e assessorias específicas para a Educação Infantil e ensino fundamental, variando o número de assessores/as de acordo com a quantidade de instituições na responsabilidade da regional.

Assim, a equipe específica organizada para acompanhar as políticas de Educação Infantil conta com três técnicos no órgão central: uma Diretora e duas técnicas, sendo que uma se dedica ao acompanhamento a rede conveniada e a outra articula a política de formação continuada da Educação Infantil; nos Núcleos Regionais temos a seguinte configuração: Eldorado: duas assessoras; Industrial/Riacho: dois assessores/as; Ressaca/Nacional: duas assessoras; Sede: duas assessoras, Vargem da Flores: uma assessora e Petrolândia: uma assessora

Com a formação de equipe começaram as discussões sobre a legislação e documentos específicos para a Educação Infantil. Dentre essas legislações e documentos destacamos o processo em andamento de reformulação da resolução nº 11 de 2002 do CMEC e os seguintes documentos: o Caderno da Educação Infantil: construindo o projeto político pedagógico lançado em 2007 e fomentado por processo de discussão coletiva de todos os educadores da rede em 2006.

No intuito de formar todos profissionais, observamos um movimento em relação à formação específica para a Educação Infantil na Secretaria de Educação de Contagem a partir de 2006. Foram organizados diversos cursos, com temas variados, dentre eles destacamos o curso denominado “PPP” que foi ofertado em turmas formadas nos anos de 2006 até 2009. Esse curso discutia os itens que

---

<sup>76</sup> Gerente de Educação Infantil; gerente de ensino fundamental e gerente de inclusão.

compõem o PPP ao longo de um ano, com encontros quinzenais e visava implementar as discussões apresentadas no material construído em 2007. Como trabalho de conclusão as cursistas realizaram projetos de intervenção. Tais projetos consistiam em uma intervenção na prática pedagógica do(a) profissional que freqüentava o curso. Os projetos foram selecionados e publicados em duas edições de um periódico organizado pela SEDUC denominado Revista “Trilhas da infância”.

Nos anos de 2008 e 2009 a SEDUC organizou um Grupo de Trabalho (GT) formado por pedagogas da Educação Infantil. O GT se encontrava sistematicamente uma vez no mês. Em um encontro realizado em 2008, onde estavam sendo discutidas questões referente as especificidades do diário na Educação Infantil, foi colocado pelas participantes dúvidas em relação ao registro do conteúdo ou atividades realizadas com as crianças. Desses questionamentos nasceram apontamentos para a construção de um documento que orientasse a rede municipal de Educação Infantil para a construção do currículo oferecido. Tal documento foi elaborado de forma coletiva durante os anos de 2009 e 2010 e quando ao término dessa pesquisa estava previsto para os dias 24 e 25 de setembro de 2010 a realização do II Seminário de Educação Infantil de Contagem denominado currículo: experiências, saberes e conhecimentos onde será lançado na rede municipal de Educação Infantil a versão preliminar dos cadernos de currículo. O documento, ainda está em processo de revisão de acordo com informações da Diretoria de Educação Infantil e será composto por uma coletânea de cadernos que trazem reflexões sobre os diversos campos de experiência do currículo da Educação Infantil.

Observamos nos últimos anos um alinhamento entre formação e documentos. Dessa maneira a abertura de espaços aos profissionais tem trazido para a Secretaria suas dificuldades e dúvidas e a Secretaria de Educação tem respondido com documentos e legislações.

#### **4.3.10 Governo Marília Campos (2005-2010) e suas implicações na Arena Política**

Compreendemos que a eleição no período de uma prefeita com o perfil de Marília Campos, líder sindical, filiada ao Partido dos Trabalhadores, trouxe consigo

uma enorme esperança em relação ao atendimento dos anseios populares. Na área da Educação não foi diferente, pois muitos professores e militantes sindicais levaram consigo projetos para a área. Os percalços e descontinuidades na gestão da SEDUC arrefeceram de certa forma, esse entusiasmo inicial. Ainda assim, esse período constituiu um cenário interessante para as políticas públicas de Educação Infantil.

Perguntamos a alguns entrevistados sobre os marcos da Educação Infantil no município na visão da participante da Assistência Social, pela relevante e duradoura participação desse órgão na política e na de um vereador que participou da pesquisa:

O marco para mim foi 2005, por todo o movimento que eu acompanhei do ponto de vista da normatização, de regularização, do ponto de vista de profissionalizar mais as instituições, então para mim a Educação Infantil só se deu de fato no município a partir de 2005 e isso é muito claro da gente ver até por que 2004 eu era do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente e percebíamos que muitas instituições ainda se autodenominavam de creches e não como centro de Educação Infantil. (COELHO, Gláucia Lucas, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Acho que agora no governo da Marília está se abrindo mais escola infantil do que antes. Hoje o poder público está abrindo CEMEI, o que está acontecendo? A comunidade faz o pedido e a prefeitura está sendo muito ágil em atender, creio que está vindo até recurso Federal também. E antes não tinha. Então ficava aquele negócio de creche, os recursos eram carimbados. Justamente na base das creches e creche não recebia recurso. Então vinha aquela demanda aqui para a Câmara. Aqui ficava cheio uai? Dolores<sup>77</sup>, José Diniz, vira e mexe, de três em três meses eles estavam aqui ué. Ou estavam aqui ou lá no Conselho, ô gente, olha aqui tem quatro meses que não recebe. Aí a gente ficava mais inteirado. A dificuldade que era maior fazia com que a comunidade se deslocasse lá do seu local para reivindicar o atendimento. (OLIVEIRA, Arnaldo, em entrevista concedida em 03/03/2010).

De acordo com o Diretor Financeiro da SEDUC, a situação das instituições era preocupante, e ele as classifica como “depósitos de crianças” pela influência política nos convênios e a falta de acompanhamento e regulamentação da SEDUC:

As entidades mantenedoras a maioria era totalmente irregular. Não tinha no seu quadro de trabalhadores profissionais qualificados, não

---

<sup>77</sup> Presidenta do Movimento de Luta Pró-Creche.

tinha registros, carteira assinada, eram verdadeiros depósitos de crianças. Precisava atender politicamente aquele vereador, por isso não tinha nenhum compromisso, vínculo com a política pública. A partir de 2005 nós tivemos que romper com essa política do clientelismo no município, foi muito difícil porque as entidades, as creches eram vinculadas a esses políticos. E aí nós cortamos isso pois a responsabilidade é do poder público, a entidade tem que atender a demanda local com qualidade no serviço prestado principalmente a criança. Aí nos começamos a fazer um trabalho de organização na maioria, quando nós assumimos eram trinta e cinco entidades, todas praticamente irregulares, das trinta e cinco praticamente umas vinte e oito eram irregulares, tinham pendência junto ao INSS, e colocamos que para que essas entidades continuassem a receber recursos eles assinaram um termo de compromisso, o TAC, Termo de Ajuste de Conduto firmado com a intermediação do Ministério Público. (BARBOSA, Adão Antônio, em entrevista concedida ao autor em 30/12/2009).

O governo idealiza o Programa “Criança na escola” com novas perspectivas para a Educação Infantil. Esse programa consiste em duas linhas de ação, sendo: a) ampliação do atendimento de zero a três anos e b) construção de CEMEI. De acordo com informação dos participantes, o programa ainda está em processo de elaboração de suas diretrizes, por isso não temos documentos oficiais. Mesmo assim, detectamos que todas as ações de atendimento a criança nesse governo estão vinculadas a esse programa de governo.

E na rede municipal nós dobramos o investimento, construindo mais CEMEI até chegar nessa meta agora que a prefeita colocou da gente construir trinta CEMEI em Contagem para que haja uma maior qualificação dessa política e batizamos esse programa de “criança na escola”. Esse programa “criança na escola” significa que até 2012 essa marca será deixada, já mudamos muito, em termos de atendimento dobramos o número de crianças na rede municipal. De 3.500 para quase 8.000 crianças atendidas na Educação Infantil. E na rede conveniada nós não dobramos o atendimento porque nós preferimos organizá-las primeiro, mas nós triplicamos o investimento e agora nós vamos dobrar o atendimento na rede conveniada sobre tudo de zero a três anos. E a Prefeitura vai se dedicar mais de quatro e cinco anos, é uma prioridade, um discurso muito forte que requer criação de espaços, formação de educador, investimentos na formação dos educadores, investimentos em logística e um reconhecimento da população de que a Educação Infantil é um direito, agora o presidente aprovou a PEC que obriga a família a matricular a criança de quatro e cinco anos na Educação Infantil. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

No documento lançado em 2007 pela SEDUC, destacamos a seguinte fala da prefeita na apresentação do caderno “Traçar políticas e desenvolver programas que coloquem a criança de 0 até 6 anos na ordem do dia e que possibilitem que seus direitos sejam atendidos, numa ação que deve ser intersetorial, tem sido o foco do nosso trabalho.” (CONTAGEM, 2007). Nesse sentido, percebemos nessa fala a intenção do executivo municipal em pautar políticas de Educação Infantil numa ação Intersetorial.

Nesse contexto, foi implantada em 2009 uma Câmara Intersetorial de Políticas Sociais, organizada por meio de um Grupo de trabalho, formado por representações das diversas Secretarias e órgãos do município vinculados às Políticas Sociais. Essa Câmara foi formada com o objetivo de promover a gestão integrada das Políticas Sociais; consolidar programas intersetoriais que assegurem e ampliem direitos sociais; desenvolver mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação das ações e por último assegurar a participação popular no controle das Políticas Sociais. Em observação realizada em um dia de formação para os membros internos da Secretaria de Educação, foi apresentada as diretrizes para as políticas públicas do município, dentre elas destacamos a ação integrada prevista para o campo educacional que consistia em:

**Continuar a construção de uma rede de escolas infantis** e o cumprimento das metas de melhoria da educação medidas pelo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Planejar e assegurar a transição do ensino médio para o ensino profissionalizante, e a implantação do Cefet; (CONTAGEM, 2009b).

De acordo com esse mesmo documento, apresentado por Cláudia Ocelli, coordenadora da Câmara, a meta para a Educação Infantil consiste em duplicar o atendimento público, criando 8.500 novas vagas até 2012; para tal, a Câmara irá articular a ação dos seguintes órgãos do governo: Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Trabalho e Geração de Renda, Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Direitos de Cidadania, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Governo e FUNEC.

**FIGURA 12 – ORGÃOS COMPONENTES DA CÂMARA INTERSETORIAL**



Fonte: CONTAGEM, 2009b

Além das políticas Intersectoriais, percebemos que o governo Marília Campos (PT) adota instrumentos característicos de um governo democrático, como o Orçamento Participativo, conferências, fóruns, dentre outras ações. Os referidos instrumentos provocaram reflexões nos técnicos da Secretaria de Educação e foram referência no apontamento de políticas públicas para o poder executivo. Nesse aspecto, a introdução do documento que orienta a construção dos PPP nas instituições de Educação Infantil, explicita como a primeira Conferência municipal de educação contribuiu para o processo de construção do mesmo:

Este documento, que tem como interlocutor privilegiado os profissionais das IEI, resulta de um amplo processo participativo, iniciado em 2006, quando a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura (Seduc) constituiu um grupo de trabalho formado pelos profissionais da Diretoria de Educação Infantil (DEI) e pelas Gerências dos Núcleos Regionais de Educação (NRE). O grupo, partindo da análise das prioridades definidas para a Educação Infantil (EI) por essa administração e das questões apontadas pela *Primeira Conferência Municipal de Educação*, realizada em 2005, traçou um caminho e definiu uma metodologia de trabalho que pretendia não apenas produzir um documento, mas, no processo, formar os profissionais envolvidos em sua elaboração. (CONTAGEM, 2007, p. 13).

Em GT formativo para as pedagogas da rede municipal de Educação infantil, realizado em 2009, a Diretoria de Educação Infantil apresentou como metas para o segundo mandato do governo (2009-2012) garantir o atendimento à demanda de:

- 100% das crianças de 5 anos até 2011;
- 100% das crianças de 4 anos até 2012;
- 60% das crianças de 3 anos até 2012.

Verificamos que a proximidade da cidade de Belo Horizonte influenciou positivamente as ações políticas em Contagem. Isso se justifique porque quando a capital começa a organizar seu atendimento com a implantação das UMEIS constituindo, dessa forma, uma rede municipal de Educação Infantil e essa rede tem repercutido, colocado a capital em evidência em toda a região metropolitana, bem como no país.

Quando eu era da secretaria [1999 a 2004] nós estivemos aqui em Belo Horizonte em visita a Regional de Educação Infantil e ela fazia também a comparação com BH, o tanto que precisávamos avançar nesta política. A Educação Infantil é uma política muito difícil de articular. Não depende só do Secretário para ser realizada. Muitas vezes quiseram atender. (DUARTE, Diva Viana Alvarenga, em entrevista concedida ao autor em 26/03/2009).

Tem uma amiga minha que tem uma frase que “tudo que Contagem copia de Belo Horizonte, consegue estragar”. De fato, é muito difícil copiar uma coisa e dar conta de manter. [...] Porque Contagem, por exemplo, a gente vê que tem uma demanda grande, eles ainda não conseguiram absorver essa demanda. Houveram tentativas já, dessa política, que é praticamente o carro-chefe dessa [...] em que há lei, a cada ano estão ampliando mais e mais vagas, mas a responsabilidade do Estado precisa ser melhorada. Aqui em Belo Horizonte teve a [...] uma forma de acompanhamento, que a gente consegue absorver bastante a demanda, as crianças são acompanhadas por uma equipe da prefeitura, uma equipe de pessoas que hoje acompanha essas crianças. (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Mesmo com o investimento já realizado na Educação Infantil, o município necessita ampliar muito suas vagas para atender a demanda reprimida. Rosalba explica que as ações do poder público:

[...] não foram suficientes, hoje nós deixamos. Temos mais ou menos cinquenta e oito mil crianças na faixa etária, vou arredondar para sessenta mil crianças na faixa etária de zero até seis anos e somando o poder público, rede municipal e rede estadual e



particular, somando todo o nosso atendimento nós temos de acordo com dados de 2009, estimativa mais ou menos cinqüenta e sete mil crianças na idade de zero a cinco anos. Dessas cinqüenta e sete mil as que têm atendimento de Educação Infantil na rede pública, rede conveniada e particular eu tenho treze mil e cento e setenta e sete crianças. Creio que eu tenho várias instituições que não estão cadastradas, não estão regularizadas, mas não muda tanto. Essa é a realidade e não altera esse dado porque são instituições pequenas, coisas de fundo de quintal a casa, não tem nem um registro. Nosso atendimento é muito pequeno. A nossa cobertura da demanda é muito pequena. Então acho que a gente tem todo um trabalho aí para frente né? Se eu somar, pegar por faixa etária ele não chega em alguns níveis com o de zero a seis nem a dez por cento do público potencial. É muito pouco. Então o poder público não há políticas efetivadas. São três os motivos dessa insuficiência de políticas: Não tinha financiamento, não investiam, não construíram uma política de acesso adequada à criança. Não tinham critérios para o crescimento da rede. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

A falta de financiamento para a Educação Infantil foi mencionada por diversos atores entrevistados como impeditivo da política. Na verdade, os recursos são necessários para financiar a política. Assim, a falta de definição legal de fontes para financiamento da Educação Infantil impediu a estruturação no município de uma rede municipal de Educação Infantil com vagas suficientes para atender a demanda. Algumas declarações sobre a falta de financiamento para a Educação Infantil:

Primeiro eu vejo a questão do recurso, sem dinheiro não se implanta política nenhuma e segundo que a população ainda na vê como um direito. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

Eu acho que o primeiro problema é a questão do financiamento, que não é só de Contagem. Há uma dificuldade ainda de reconhecer que a Educação Infantil precisa de recursos para avaliar, pra atender, pra organizar o espaço, esse tipo de coisa. Então, eu acho que em termos de legislação, a gente já avançou, né, com a questão do financiamento, mas era, na época, uma grande dificuldade, não tinha dinheiro pra Educação Infantil. Segundo, é entender que a Educação Infantil faz parte da educação básica, assim como o ensino fundamental, mas pelo fato de não ser compulsória, a Educação Infantil ficava um pouco mais de lado. (ROSARIO, Adarlete Carla do, em entrevista concedida ao autor em 18/12/2009).

Sim, falta recurso. Financiamento principalmente. O que acontecia antes? É muita a visão que a criança pequena pode tudo. [...] Acho que a questão financeira, a Educação Infantil antes entrava como financiamento nos dez por cento do FUNDEF que poderiam ser investidos em outros programas. A Educação Infantil entrava aí tudo, a gestão, a EJA, com tudo, então não se tinha uma parceira de

financiamento claro, mas também não havia uma vontade clara. (LIMA, Rosalba Rita, em entrevista concedida ao autor em 01/12/2009).

O atual Secretário de Educação comenta da prioridade posta pelo governo na ampliação da oferta das vagas de Educação Infantil no município e como as políticas de financiamento do governo federal influenciaram as políticas municipais e, ainda, cita a parceria com o MEC para a construção de três unidades do Proinfância.

No caso da Educação Infantil o Brasil está vivendo uma nova onda, você percebe que o presidente Lula investe e hoje o Governo Federal investe na Educação Infantil, parafraseando o presidente. Em Contagem estamos construindo três Centros de Educação Infantil, CEMEI financiados pelo Governo Federal. Isso é inovador. De uma certa forma isso traz mais responsabilidade, porque quando o Governo Federal assume uma posição de política pública nacional em certa escala atinge o município e essa política atinge todo mundo. No caso então de Contagem a prefeita Marília no seu primeiro ano de governo ela já definiu que nossa prioridade seria o investimento maciço na Educação Infantil. (SEGUNDO, Lindomar Diamantino, em entrevista concedida ao autor em 26/01/2010).

Além da falta de orçamento, financiamento uma participante da pesquisa aponta a ausência de uma rede própria como organização administrativa separada do ensino fundamental.

É, tinha que ter uma rede própria, orçamento separado. Porque se não você faz desde que sobre. Acho que ainda não tem uma política própria da Educação Infantil. (MATOS, Maria de Lourdes Rocha Brandão de, em entrevista concedida ao autor em 23/11/2009).

## 5 NOTAS CONCLUSIVAS E APONTAMENTOS PARA NOVOS ESTUDOS

A preocupação do presente trabalho centrou-se no esforço de compreender como o município de Contagem-MG se organizou para atender as crianças de zero até seis anos de idade em Instituições de Educação Infantil, após a promulgação pelo governo federal da nova LDBEN em 1996. Esse estudo teve como ponto de partida um fenômeno bastante conhecido na literatura que trata de políticas públicas: a verificação de que raramente uma política é implementada tal como formulada, isto é, pode haver uma grande distância entre o que se formula e o que realmente acontece. Por isso, analisamos os contextos de influência e da produção de textos propostos por Stephen Ball e seus colaboradores (BALL, 1994). E, paralelamente, evidenciamos as concepções, os objetivos e os atores envolvidos nas etapas de formulação e implementação das políticas públicas.

Utilizamos em nosso estudo uma abordagem que caracteriza as ações governamentais. Partimos de uma perspectiva que enfatiza as diferentes etapas políticas, mesmo sabendo que não existe uma linearidade ou regularidade entre elas. Essas etapas vão desde a entrada do tema na Agenda do Governo, passa pela formulação e, por último, a avaliação das políticas públicas. Procuramos identificar, nas fases de entrada do tema na Agenda e formulação das políticas, os elementos que condicionaram as tomadas de decisões. Nesse sentido, explicamos a relação do Estado com a sociedade contagemense nos últimos quatorze anos de políticas de Educação Infantil. Nossa intenção não foi só analisar o fenômeno político a partir dos resultados produzidos, que exigiria a construção de um modelo ótimo de avaliação. Mas, caracterizamos a complexa etapa de implementação, em que aparecem os grandes desafios não previstos na formulação da política, desafios relacionados à sua compatibilidade com as condições efetivas da realidade.

Em Contagem, historicamente as creches estiveram vinculadas à Assistência Social, com ênfase nas necessidades de cuidado, principalmente das crianças das camadas populares, atendidas quase sempre em espaços inadequados e com profissionais leigas. Já a Educação registrou seus primeiros atendimentos em turmas de pré-escola, com ênfase na preparação das crianças para a alfabetização na escola de ensino fundamental. Na década de 1980, a partir da ação dos movimentos sociais pelo direito à Educação Infantil e pela elaboração de políticas

públicas por parte do Estado, tendo como marco legal a CF de 1988 e a LDBEN de 1996, entra em cena uma nova concepção que busca romper com essa segmentação em duas redes de atendimento, integrando as dimensões de cuidar e educar. Isso aconteceu efetivamente com a reorganização da Secretaria de Educação, que incorpora as Creches, a partir de 2003. Esse processo de mudanças é consolidado em 2008, com a implementação do FUNDEB.

No início do atendimento às crianças em espaços coletivos no município, evidenciamos na arena política de Contagem a presença de concepções diversificadas, envolvendo as políticas públicas de Educação Infantil no município. Podemos organizá-las, inicialmente, como políticas que tiveram como pano de fundo as seguintes idéias: “espaços pequenos para crianças pequenas” e “para a pobreza, espaços pobres”. Um período em que as políticas para as crianças foram subjugadas, estiveram em segundo plano. Percebemos as concepções refletidas na organização dos espaços, na fragilidade do quadro legal e institucional. Outra concepção recorrente, consistia na exclusiva responsabilização da mulher pelo cuidado e educação dos filhos. Essa concepção foi identificada tanto em depoimentos de técnicos, como dos políticos e é evidenciada pelo baixo número de vagas em Creches públicas. Dessa forma, também inferimos a presença de uma concepção que responsabiliza unicamente as famílias, as quais tiveram de buscar alternativas individuais praticamente até 2007, quando defrontadas com a necessidade de compartilhar a educação dos filhos pequenos em idade de frequentar a Creche.

Algumas dessas concepções ainda permanecem na Arena política e se constituem em obstáculos para as decisões em favor da criação de instituições educacionais públicas para as crianças de zero a seis anos. Um exemplo dessa dificuldade foi relatada no capítulo 4, quando analisamos o último período de 2003 a 2010, na ocasião da inauguração do primeiro CEMEI, quando foi relatada a dificuldade em iniciar o atendimento aos bebês, pois inicialmente não apareceu demanda para a matrícula. Dessa forma, inferimos que ainda é presente no imaginário social a concepção de que a criança pequena é um ser frágil e indefeso, portanto não deve ser “deixado” pela família em uma instituição coletiva de cuidado e educação. Outras concepções avançaram bastante, pois conseguimos identificar mudanças no cenário municipal, sendo que os atores envolvidos reconhecem a

política de Educação Infantil como direito das crianças e começam a pautar essa “política na ordem do dia”, conforme relatado por um participante. Os novos espaços pensados especificamente para as crianças, os frequentes eventos de formação e o aumento do investimento público na Educação Infantil evidenciam a centralidade do processo na criança. Infere-se que esse processo de organização de uma oferta pública é formador de uma nova mentalidade sobre a educação das crianças pequenas e sobre o papel propositivo e realizador do poder público.

Os objetivos dos decisores no processo político estiveram concentrados em se reeleger ou fazer um sucessor para a continuidade das políticas em andamento. Esses objetivos podem ser corroborados por políticas como o IPTU gratuito para cidadãos de qualquer classe social que possuam um imóvel residencial e também pelo ensino médio gratuito oferecido pela FUNEC. Assim, não havia espaço para a entrada da Educação Infantil na Agenda política do município, pois a demanda de Educação Infantil só ficou evidente e se constituiu como objeto de políticas públicas reivindicada pela população após a inauguração do primeiro CEMEI em 2007. Identificamos uma preocupação evidente no último período analisado que é o de contribuir para a construção de um legado para as políticas de Educação Infantil no município.

Utilizamos uma metodologia de análise triangular contrapondo os dados de oferta do atendimento com as políticas (politics) presentes na Arena política de Contagem e com as políticas públicas (policies) de Educação Infantil implementadas no município. Realizando essa análise, identificamos diversos atores que integraram as redes políticas presentes na Arena política do município. Na perspectiva institucional das redes políticas (policy network), a política pública em si é tratada como resultante de interações de diferentes instituições e grupos de atores que se unem num primeiro momento e são conflituosas num segundo momento. Nesse aspecto, os problemas se tornam problemas quando evidenciados por um grupo de interesse. E esse grupo de interesse quando assume o poder de decisão sobre as políticas públicas colocam os problemas na Agenda política. Um problema identificado nesse processo está relacionado à ausência de fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada, tornando a política uma moeda de barganha entre grupos de interesses.

Nas pesquisas desenvolvidas no município, Filgueiras (1986) e Costa (1997) possibilitaram corroborar a presença na arena de alguns dos atores sociais envolvidos neste processo, como os movimentos sociais, ONG, famílias de trabalhadores da indústria, líderes locais como os presidentes das Associações dos Moradores de Bairros; os decisores eleitos democraticamente como vereadores, prefeitos (influenciados entre outras coisas, pelas ideologias de seus partidos políticos ou seriam os políticos que influenciam seus partidos?).

Ainda contribuíram para o processo da formulação de políticas para a Educação Infantil os representantes do poder judiciário por meio de promotores, juízes da infância e conselheiros tutelares. Esses atores acionaram o poder executivo no sentido de pautar o cumprimento da legislação como o ocorrido no TAC assinado com o Ministério Público que colocou fim às contratações irregulares; buscou regularizar a situação das instituições da rede conveniada, bem como a política de conveniamento do poder público. Outra forma de atuação desse ator se consistiu na emissão de liminar judicial que obrigou o poder público a garantir vagas na instituição de Educação Infantil.

A Câmara de Vereadores do município atuou de forma singular no processo de formulação e implementação das políticas públicas. Para além de suas funções legislativas, esse importante ator coletivo funcionava com um indicador de demandas para o executivo. Na pesquisa esses atores, em determinado período, substituíram estudos de demandas, ou outra forma de consulta popular para atender aos anseios do povo. Nesse sentido, os vereadores em Contagem, indicavam obras, contratos, vagas em escolas. As políticas públicas funcionaram como moeda de troca para alguns políticos. Salientamos que atualmente, após a intervenção do Ministério Público e a entrada na Arena de novo partido político, a Câmara Municipal com seus componentes têm replanejado seus campos e formas de atuação nos processos políticos de Contagem.

É importante ressaltar que na abordagem da arena política os atores envolvidos avaliam os custos e ganhos de uma dada decisão política. Nesse caso, os estudiosos explicam a política pública em termos de seu caráter distributivo, redistributivo, constitutivo ou regulatório que, segundo eles, afetam os processos de decisão e de implementação. Porém, a política implantada no início da vida política do município classificada de partidária, coronelista, populista dificultou o

levantamento de demandas da população. Ao invés disso, fomentou no município políticas eleitoreiras, “obras que davam palanque”, conforme menciona os entrevistados. Tal legado, ainda do período que antecede a ditadura militar, desde o período dos coronéis contribuiu para a manutenção dessa política nada democrática que esteve na arena política do município até aproximadamente o ano de 2004, quando o Ministério Público começou a intervir nas ações políticas do município, por meio do primeiro TAC.

Um dos primeiros atores identificados na articulação da política de Contagem foram os representantes, as vozes dos populares identificadas em nosso texto por lideranças. Esses atores estavam presentes em diversas organizações por meio de ONG ou grupos de esquerda, movimentos reivindicatórios de políticas públicas: Movimento de Mulheres (vinculados a grupos de esquerda ou feministas), Movimento de Luta Pró Creches, Associação de Moradores de Bairro.

Outra contribuição importante para as políticas públicas de atendimento às crianças no município está associada à presença dos atores coletivos, tais como ONG brasileiras e internacionais. Na pesquisa foram evidenciados os seguintes organismos internacionais ligados: a igrejas como a italiana AVSI - Associazione Volontari per il Servizio Internazionale; à dinamiqueza Pão para o Mundo; à ONG brasileiras: Associação de Apoio à Creche Comunitária Casa da vovó (AACC). Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Engler (AMEPPE). Tanto os governos quanto as dirigentes de Creche procuraram a articulação com empresas privadas. Essas parcerias são representadas às vezes por doações esporádicas ou parcerias mais duradouras como a mencionada com a empresa Belgo Mineira S/A. As ONG influenciaram de forma significativa na construção das imagens a respeito da criança pequena e do atendimento em creches. Chamamos atenção, na organização das Creches, que muitas iniciativas de envolver as famílias das crianças matriculadas são atribuídas as ONG.

A estrutura técnica e administrativa específica para as políticas de Educação Infantil no interior da Secretaria de Educação, durante a maior parte do período pesquisado, foi sempre reduzida se comparada ao número de componentes da equipe destinada ao acompanhamento ao ensino fundamental. Nesse sentido, inferimos que a focalização do Governo Federal, por meio do FUNDEF, no ensino fundamental direcionou os esforços municipais quase que exclusivamente nesta

etapa da educação básica. Identificamos que no período em que as equipes de técnicos estiveram mescladas no interior da Secretaria de Educação, o atendimento ao ensino fundamental ocupou todo o tempo dos técnicos e a Educação Infantil esteve restrita a um segundo plano nas discussões das políticas públicas para a cidade. Foi somente em 2002 que o Conselho Municipal de Educação regulamentou a Educação Infantil no município, estabelecendo critérios para a Autorização de Criação e Funcionamento desses estabelecimentos no município.

A análise das estatísticas sobre a oferta de vagas em Creches e Pré-escolas nos evidencia que a garantia na Constituição Federal e legislações específicas para Infância e Educação não foram suficientes para que o poder público municipal de Contagem-MG buscasse realizar o atendimento de forma satisfatória para toda a população que necessita dos serviços de Educação Infantil.

Por meio das informações estatísticas, verificamos que o atendimento público no município não atendia de forma satisfatória a população que demandava a Educação Infantil, principalmente para a faixa etária de zero a três anos. A partir de 2007, com a inauguração do CEMEI Icaivera, percebemos um aumento desses índices. Porém, com a nova conjuntura aberta pelo FUNDEB e pela legislação que obriga a frequência de crianças a partir de quatro anos de idade, o que obriga os municípios a buscarem a universalização do atendimento às crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil até 2016, existe em andamento uma tendência para o aumento do atendimento privado da faixa etária de zero a três anos. Detectamos tal tendência principalmente por meio do Chamamento Público para conveniamento de novas instituições privadas sem fins lucrativo. O poder público tem aumentado o número de vagas também na faixa etária de 4 até seis anos. No entanto, ainda existem deficiências de vagas em quase todas as regiões da cidade, fato comprovado pela existência de procedimentos como o CIR e também de listas de espera organizadas nas unidades. Diante desse quadro, apontamos que as políticas públicas no município estão desafiadas a ampliar o número de vagas para toda a faixa etária atendida na Educação Infantil.

As Creches de Contagem surgiram de iniciativa da própria comunidade, com o objetivo de possibilitar a saída mulher para trabalhar, principalmente, nas indústrias. A concepção presente no início da implantação desses serviços não atribuía às Creches o caráter de instituição educacional. Eram reconhecidas



somente como espaço destinado ao cuidado, evidenciando o caráter assistencialista que a atividade assumiu no começo de sua história no município.

O município tem trajetória demográfica peculiar e seu crescimento populacional decorre fundamentalmente de processo migratório. Por isso, no capítulo três, buscamos explicar esse fenômeno que marcou a história do município e que está relacionada diretamente com a expansão industrial ocorrida na região nas décadas de 60/70 e 80. Nesse sentido, a industrialização e crescente urbanização foram fatores fundamentais para o início da oferta de vagas em Creches.

A partir da década de 1980, fruto de muitas lutas, as Creches começaram a ser reconhecidas como instituição de educação. Nesse sentido, a política de Educação Infantil no Brasil, e em Contagem, teve em sua trajetória histórica um Estado que formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições privadas sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas e confessionais). Evidenciamos no município a continuidade dessa política, porém com a tendência de a rede conveniada concentrar seu atendimento, principalmente, na faixa etária de zero a três anos. O poder público só investe na rede conveniada como forma de não ficar totalmente ausente deste atendimento.

O convênio se constituiu numa modalidade de ação pública municipal, que sobrepujou o investimento direto na oferta pública de Educação Infantil. A opção do poder público pela política de conveniamento parece não está associada à garantia de qualidade, e sim na sua incapacidade momentânea de oferecê-la. Porém, é inegável a importância dos movimentos sociais na construção dessa política de atendimento a criança de zero a seis anos no município e o MLPCC se constituiu em um importante ator coletivo na constituição de políticas públicas já tendo sido abordado em diferentes estudos, dentre eles: Filgueiras (1986), Dias (1995) e Veiga (2001).

A comparação da política de Educação Infantil de Contagem com Belo Horizonte foi recorrente entre os atores entrevistados, a proximidade geográfica entre os dois, as diferenças de arrecadação são fatores presentes na pesquisa. Essas comparações nos levam a inferir que os formuladores de políticas públicas realizam suas escolhas balizados principalmente por experiências bem sucedidas em outros municípios.

Identificamos no período muitas ambiguidades envolvendo o processo político que articulou ações que possibilitaram o atendimento a Educação Infantil. Muitos atores justificaram que a ausência de mais investimentos nessa etapa da educação básica reside no fato de a Educação Infantil não possuir definição clara de financiamento pelo governo federal. Porém, para o ensino médio, outra etapa da mesma educação básica, a política de Contagem tem determinado a reserva de cinco por cento calculado sobre a arrecadação do município para o investimento nesta etapa da educação. A reserva desses 5% (cinco por cento) decorre de definição legal que orienta o seguinte: a LDBEN define que o município pode atender a educação fora da área de sua competência, após atendida toda a demanda atribuída a ele, e ainda que os recursos investidos sejam além dos 25 (vinte e cinco por cento) já destinados à educação. Assim, o financiamento explica parcialmente a ausência das políticas de Educação Infantil, pois o ensino médio no município foi implantado por meio de fundação específica e o mesmo não ocorreu com a Educação Infantil. Atribuímos essa realidade, além da necessidade de reeleição e continuidade das políticas, às concepções que circularam na arena política de que a educação da criança pequena estaria restrita à esfera privada das famílias e, por isso, não receberia atenção necessária das políticas públicas.

Outra ambiguidade consiste no demorado processo de transição da política de conveniamento da Assistência Social para a Educação. Além disso, essa transição não ocorreu de forma tranquila e envolveu tensões entre as duas secretarias. Registramos o início do processo por volta de 2002/2003 até o ano de 2008, quando algumas entidades ainda receberam recursos vinculados à Assistência Social.

Foram muitos os pontos de tensão identificados no período. Observamos que os grupos de interesse no poder tinham resistência em aplicar recursos na Educação Infantil e que só decidiram pela sua aplicação quando tiveram certeza do retorno político que receberiam com tais investimentos. Assim, identificamos diversos conflitos envolvendo prefeitos e as lideranças; tais conflitos ocorreram na solicitação de recursos pelas Creches. Um desses pontos de tensão foi identificado envolvendo as instituições conveniadas e o poder público municipal representado principalmente pela SEDUC e SMDS. Tais tensões foram observadas principalmente no repasse de recursos, que foi marcado no período pesquisado por atrasos, pela

insuficiência, o que foi constantemente denunciado pelas conveniadas, sendo reivindicado o reajuste do *per capita*.

Dentre os aspectos legais, destacamos a tardia implantação do sistema municipal de ensino em 2008, pois na ausência desse, o município ficou impossibilitado de regulamentar a Educação Infantil na cidade. Assim, as instituições públicas e particulares do município estiveram sujeitas à legislação da rede estadual. Tal fato pode ser explicado pelo tipo de política praticada no município. Conforme já explicitamos, a educação, assim como outros serviços públicos, foram por muito tempo instrumentos de troca na mão de políticos da cidade. E com a implantação do Sistema Municipal de Educação o poder executivo compartilha os rumos da educação.

A fragilidade da política pública é evidenciada na relação da Prefeitura com as Creches pela falta de critério para conveniamento, bem como na ausência de textos que sustentem as políticas. A máquina pública se constituiu em moeda de troca para os políticos da cidade o que dificultou o estabelecimento de política pública coesa que de fato reconhecesse os direitos das crianças e famílias a Educação Infantil. Essa relação política atribuía tratamento diferenciado a algumas creches, que eram beneficiadas em detrimento de uma definição política para todos. Assim, os casos específicos tomavam conta da arena política o que não fomentou a implantação de políticas públicas para toda a Educação Infantil do município.

Não observamos no período pesquisado uma articulação dos entes federados para possibilitar a implantação de políticas de Educação Infantil que respondesse aos direitos legais da criança. Conforme identificado em estudos realizados por Vieira (2003), o Governo Estadual municipalizou o atendimento que realizava de pré escola em todo o Estado. Dessa forma, identificamos uma desarticulação entre o Governo Municipal e o Governo Estadual no enfrentamento das questões da Educação Infantil. O Governo Federal entra em cena somente em período recente por meio do FUNDEB e do *Proinfância* que financia, em parceria com a prefeitura, a construção de três novas unidades municipais para o atendimento a Educação Infantil.

Com a entrada na arena política de outro grupo de interesse em 2005, as políticas do município viram abertas o que Kingdon (2006) denominou de janelas de oportunidades. O novo governo propõe mudanças e estabelece a Educação Infantil como prioridade política para a cidade. A partir daí observamos aumento nos índices

de atendimento público, a construção de novos prédios específicos para a Educação Infantil, a criação de um novo cargo público para atuar nos CEMEI, além de publicações oficiais como documentos e legislações. Em uma escala de tempo podemos reconstruir o atendimento público no município com a seguinte configuração: de 1979 a 1996, Pré-escolas; de 1996 a 2003, Pólos e de 2007 a 2010, CEMEI.

Percebemos que as ações do poder público se concentraram nas políticas de formação. Tal fato pode ser explicado talvez pelo valor do recurso aplicado nesta política ser infinitamente menor que em outras demandas como a construção e ampliação de vagas. São ações que também exigem decisões políticas e financeiras mais amplas: diferentes da formação que é concebida e articulada pelos próprios técnicos da SEDUC. Mesmo as políticas de formação não tiveram sequência de um período para outros. Nesse sentido, inferimos que grande parte das políticas educacionais desenvolvidas no município pode ser classificada como transitórias, pois não possuem continuidade de um mandato para outro e, às vezes, nem de um ano para outro. Assim essas políticas implantadas assumem um caráter frágil, por não gozarem de durabilidade, pois, no geral, demonstram ser inconsistentes.

Nesse estudo é evidenciado o caráter histórico das políticas públicas e a gama de atores sociais que envolvem a implementação ou não de determinada ação política. No município pesquisado compreendemos que a ausência de serviços educacionais para as crianças de zero até seis anos consistiu num importante dado. De acordo com os dados do último período analisado inferimos que tais ações políticas compõem um legado para a Educação Infantil de Contagem e daí surgiu assuntos que requerem maior aprofundamento. Alguns temas como: o profissional da Educação Infantil, a formação continuada em serviço, as novas construções (CEMEI), o CIR (critérios para matrícula), a gestão nessa etapa da educação básica dentre outros podem subsidiar futuras investigações.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. (Coord.). **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, 2003.450p.

ARROYO, M. G. O Significado da Infância.. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1, 1994, Brasília. **Anais ...** Brasília: MEC – COEDI, 1994, p. 88 – 92.

BALL, S. J. **Educational Reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BARBOSA, M. A. P. Levantamento dos bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio cultural existente em Contagem e seu significado para a memória e identidade do município. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v.3, n.3, p.87-90, set. 2008.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming Education & Changing Schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - **LDBEN**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Emenda Constitucional (PEC) / nº 53**, de 19 dez. 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm)>. Acesso em 16/08/2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº. 11.494**, de 20 jun. 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10. 880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em <<http://www.mec.gov.br> >. Acesso em 08 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil**. – Brasília: MEC, SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 59**, de 12 de nov. de 2009. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16/08/2010.

CALVO, J. **Levantamento dos bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio cultural existente em Contagem e seu significado para memória e identidade do município**. Projeto de pesquisa - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Campus Contagem), Departamento de Geografia, 2007.

CAMARGOS, E. de O. **Movimentos Migratórios e Pendulares na RMBH: o caso de Betim no final do século XX**. Dissertação (Mestrado) - CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

CAMPBELL, J. L. Ideas, politics, and public policy. **Annual Review Sociology**. 28: 21-38. 2002. Dowloaded from [arjournals.annualreviews.org](http://arjournals.annualreviews.org) by CAPES on 05/04/05.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M.. **A Constituição de 1988 e a Educação de Crianças Pequenas**. São Paulo: FDE, 1989.

CAMPOS, M. M. A questão da creche: história de sua construção na cidade de São Paulo. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 71, p. 212-231, set/dez, 1990.

CAMPOS, A. A.; ANASTASIA. C. M. J. **Contagem: origens**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1991.

CARDOSO, R. C. L. Os movimentos populares no contexto da consolidação democrática. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Org.). **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 368-382

CARNOY, M.. **Estado e Teoria Política**. Trad. equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ DO BAIRRO INDUSTRIAL. **Projeto pedagógico**. Contagem: s/d.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CONTAGEM. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Referenciais para construção da proposta curricular da Educação Infantil**. Contagem: SEDUC. 2004.

\_\_\_\_\_. **Caderno da Educação Infantil: construindo o projeto político-pedagógico**. Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 2007.

\_\_\_\_\_. **Proposta de documento preliminar para discussão**. Agosto/2007a

\_\_\_\_\_. **Caderno de propostas: II Conferência de Educação**. SEDUC. 2007b.

\_\_\_\_\_. **Revista trilhas da infância**. Contagem: SEDUC. Ano 1. Nº 1. 2008a.

\_\_\_\_\_. P. M. de. **Atlas Escolar**: histórico, geográfico e cultural. Contagem: SEDUC. 2009a.

CONTAGEM PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM. Cefet Contagem é uma realidade cada dia mais próxima. **Diário Oficial de Contagem**. Ano 17. Edição 2391. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Intervenções do Orçamento Participativo**: Contagem 2010/2011. Contagem: PMC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Apresentação Câmara Políticas Sociais**. Documento digitalizado em ppt. Contagem, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Revista trilhas da infância**. Contagem: SEDUC. Ano 2, nº 2. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial de Contagem**, ano 18, edição 2492, de 14/12/2009c.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 03/2010**, de 08 de jun. de 2010. Dispõe sobre o acesso e a permanência da criança nas Instituições Públicas Municipais de Educação Infantil. DIFE/SEDUC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.335** de 12 de abril de 2010, que institui o Programa de Educação Integral e Integrada no município de Contagem, que visa fomentar atividades socioeducativas extraclasse. *Diário Oficial do município*. 2010a.

\_\_\_\_\_. **Informativo da Prefeitura de Contagem**. Nº 23, junho, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Chamamento Público nº 001/2010**. Contagem: SEDUC, 2010c.

COSTA, C. O. **O Processo de Construção de Projetos Político-Pedagógico no Espaço Escolar e suas Implicações na Democratização da Gestão**: Um estudo de caso no município de Contagem-MG. Dissertação (Mestrado e Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1997. 376p.

CURY, C. R. J. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: uma reforma educacional?, in: CURY, C. et al. Medo à liberdade e compromisso democrático: LDBEN e Plano Nacional de Educação, São Paulo, Ed. Brasil, 1997

DALBEN, A. I. L. Freitas (coord.). **Educação infantil**: O desafio da oferta pública. Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 2002.

DEMO, P.. A Política de Educação Infantil no Contexto da Política da Infância no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1, 1994, Brasília. **Anais ...** Brasília: MEC-COEDI, 1994, p 22 – 27.

DIAS, R. C. **O Movimento de Luta Pró-Creche de Belo Horizonte**: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade FEDERAL DE Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. 163 f.

DINIZ, C. C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

EASTON, David (Org). **Modalidades de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

FILGUEIRAS, C. A. C. **Práticas Educativas no Movimento Popular**: a experiência das mulheres no bairro industrial. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

\_\_\_\_\_. **L'enju des droits sociaux au Bresil**: organizations populaires e politiques sociales (études de cas a Belo Horizonte dans lês années 1979-1988). Tese (Doutorado em Sociologia) – École des Hautes en Sciences Sociales: Paris, 1992.

\_\_\_\_\_, C. A. C. A Creche Comunitária na Nebulosa da Pobreza. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 88, p. 18-29, fev. 1994.

FONSECA, G. **Contagem Perante a História**. Edição da assessoria de imprensa e relações públicas da prefeitura municipal de Contagem, 1978.

FRAGOSO FILHO, C. **Educação em Contagem**: um retrato de corpo inteiro da escola de primeiro grau numa comunidade urbano-industrial. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1979. 348 f.

FRANCO, C. et.al. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades e seus limites. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p. 989-1014, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> consultado em 19/06/2010.

FULLGRAF, J. B. G. **A Infância de Papel e o Papel da Infância**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. **O UNICEF e a Política de Educação Infantil no Governo Lula**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de pós graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GARCIA, A. L. da S. **Creches Comunitárias e a Municipalização do Atendimento ao Pré-escolar**: perspectivas para a democratização das políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFRJ, Rio de Janeiro 1996.

GOHN, M. da G. M. **A Força da Periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.



GRACINDO, R. V. Sistemas Municipais de Ensino: limites e possibilidades. In: BRZEZINSKI, I. **LDBEN interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2007.

HADDAD, L. **A Creche em Busca de Identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. Políticas Integradas de Educação Infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36 n. 129, p. 519-546 set/dez. 2006

HENRIQUES, G.B. **Contagem: retrospectiva e análise contemporânea da indústria da transformação**. (Dissertação) Mestrado em Economia. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1996.

<http://www.folhadecontagem.com.br/site/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=414> consultada em 05/06/2010

IBGE. **Resultados da População Recenseada e estimada, segundo os municípios 2007** - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidades>>. Acesso em: 27 mai. 2010.

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 16 jun. 2010.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAIVA, E. & FERRAREZI, E.(org.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: uma nova abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR, M. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org.). **Educação infantil pós-LDBEN: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, FE/UNICAMP: São Carlos, SP: Editora da UFSC, 1999.

KUHLMANN JR, M. **Trajetórias das concepções de Educação Infantil**. Disponível em [www.omep.org.br/artigos/palestras/05.pdf](http://www.omep.org.br/artigos/palestras/05.pdf). 2005.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma construção para a análise de políticas educacionais**. Campinas: Revista Educação e Sociedade, V. 27 n. 94 jan./abr. 2006.

MENICUCCI, T. M. G. e BRASIL, F. de P.D. **Construção de agendas e inovações institucionais: comparação entre a reforma urbana e a reforma sanitária**. Trabalho apresentado no 29º Encontro Anual da ANPOCS, GT Políticas Públicas. Caxambu, MG, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed., 1994.

MIRANDA, R. A. de. DOMINGUES, E. **Nova economia urbana e movimento pendular na região metropolitana de Belo Horizonte**. Disponível em: < [www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario.../D08A137.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario.../D08A137.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2010

MLPCC. **Carta de reivindicação direcionada a SEDUC**, Contagem: Movimento de Luta Pró-creches de Contagem, 13/11/2007.

MONTEIRO, J. V. **Como Funciona o Governo** - escolhas públicas na democracia representativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, capítulo 1. P. 18-41, 2007.

MULLER, P.; SUREL Y. **A Análise das Políticas Públicas**. [Traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educart, 2002.

OLIVEIRA, Z. M. R. [et al] **Creches: crianças faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, A; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**. nº. 112, p. 61-83, março/2001.

OLIVEIRA, A. M. e GONÇALVES E. Análise do perfil e da distribuição espacial da oferta de trabalho no município de Contagem. In: CARVALHO NETO, A. [et al] (org.) **Trabalho e Cidade**. Belo Horizonte: PUC – Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2004

PINTO, M. de F. N. **O Trabalho Docente na Educação Infantil Pública em Belo Horizonte**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

POULANTZAS, N. **Classes in Contemporary Capitalism**. London: New Left Books, 1975

RESCIA, A. P. O. et al. **Dez Anos de LDBEN: contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

ROSEMBERG, F. (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1989.

\_\_\_\_\_. A Educação Pré-escolar Brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**. nº. 82, p. 21-30, ago/2002.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Washington, Indes/BID, 1997, mimeo

SOCIEDADE DE AMIGOS DA BIBLIOTECA NACIONAL (SABIN). Abóbora, Chaminé e Companhia. **Revista de história da biblioteca nacional**. Rio de Janeiro, Ano 4, nº 29, dezembro 2008. p. 10.

SANTOS JR. O. A. dos. Cidadania e a questão urbana no Brasil: indicações na perspectiva de um projeto de cidades democráticas. In: GONDINHO. M. H. L. & ABRANCHES. M. **Assistência Social & Cidade**. Belo Horizonte: Instituto de Relações de Trabalho: PUC Minas/PROEX/Observatório de Políticas Urbanas, 2006.

SILVA. I. T. F. R. da. **O Processo de Constituição de Políticas Públicas de Educação Infantil em Belo Horizonte 1983 a 2000**. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SILVA, I. O. e & VIEIRA, L. M. F. **Educação Infantil na Atualidade Brasileira: direitos, finalidades e a questão dos profissionais**. Belo Horizonte, 17p. No prelo. Dezembro-2007.

SILVA, I. O. E. **Educação Infantil no Coração da Cidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES. M. R. M. *Migração intrametropolitana e movimentos pendulares na região metropolitana de Belo Horizonte "o caso município de Contagem 1991 a 2000*. (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2006.

SOUZA. C. B. G de et al. A normatização da educação no Brasil e a nova LDBEN. In: RESCIA. A. P. O et al. **Dez anos de LDBEN: contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil**. Araquara, SP: Junqueira&Marin, 2007.

SZYMANSKI, H. (Org.), ALMEIDA, L. R. & PRANDINI, C. A. R. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002.

VEIGA, M. M. **O Movimento de Luta Pró-Creche e a Política de Educação Infantil em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

VIEIRA. L. M. F. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo**. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1986.

VIEIRA, L. M. F. Educação Infantil em Minas Gerais: o regime de colaboração e o desafio de políticas municipais. In: CARVALHO, A. et al. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. Cap. 4, p. 86-126.

VIEIRA, L. M. F. **Éducation de la petite enfance dans la législation éducationnelle brésilienne du Xxème siècle: approche historique de l'État de Minas Gerais (1908-2000)**. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Faculte dès Sciences Hmaines et Sociales. Université Paris 5 – René Descartes, Paris, 2006.

# Apêndices

## APÊNDICE 1 – SUJEITOS ENTREVISTADOS

N <sup>o</sup>	Data	Sujeito entrevistado	Local de realização da entrevista
1	26/03/2009	Diva Viana Alvarenga Duarte	Residência localizada em Belo Horizonte no bairro Barreiro
2	14/04/2009	Alice Magda Gontijo Coelho	Residência localizada no bairro Novo Eldorado
3	23/11/2009	Maria de Lourdes R. Brandão de Matos	E. M. Dona Babita Camargos
4	01/12/2009	Rosalba Rita Lima	Secretaria de Educação de Contagem
5	03/12/2009	Maria do Carmo Lara Dias	Residência localizada em Contagem no bairro Inconfidentes
6	09/12/2009	Maria Dolores Lima de Paiva	Sede da ONG GETEC (Grupo de Estudo, Trabalho e Educação)
7	10/12/2009	Adarlete Carla do Rosário	Secretaria de Educação de Belo Horizonte - Regional Barreiro
8	18/12/2009	Glaúcia Lucas Coelho	Secretaria de Desenvolvimento Social
9	28/12/2009	Adão Antônio Barbosa	Secretaria de Educação de Contagem
10	26/01/2010	Lindomar Diamantino Segundo	Secretaria de Educação de Contagem
11	03/03/2010	Arnaldo Luiz de Oliveira (PTB)	Câmara Municipal de Contagem
12	05/03/2010	Marília Aparecida Campos (PT)	Prefeitura Municipal de Contagem
13		Eva Joana Brás e Ruth Gonzaga de Jesus (D. Eva e D. Ruth)	Entrevista cedida gentilmente por Alice Magda Gontijo Coelho

### IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

1) Diva Viana Alvarenga Duarte iniciou seu trabalho na rede como professora regente em 1980 onde lecionava para turmas de crianças com seis anos de idade que eram preparadas para serem alfabetizadas, atuou como dirigente de Escola Municipal, em 1998 assumiu a coordenação da pré-escola Professora Juvercí de Freitas Ferreira, em 1999 assumiu cargo de técnica na SEDUC, de 2001 a 2004 foi superintendente do Núcleo Regional de Apoio Pedagógico Ressaca e desde 2005 exerce o cargo de pedagoga na rede municipal em uma Instituição de Educação Infantil.

2) Alice Magda Gontijo Coelho atuou na AMEPPE, realizando assessoria pedagógica em instituições de Educação Infantil da Região Metropolitana de Belo Horizonte, inclusive Contagem, desenvolveu cursos e pesquisas nessas instituições,

desempenhou a função de assessora na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte de 2002 a 2004 e em 2005 assumiu a Educação Infantil de Contagem no recém criado cargo de Diretora de Educação Infantil onde permaneceu até 2007 como diretora e no período de 2007 a 2008 exerceu as funções de técnica nessa mesma diretoria.

3) Maria de Lourdes Rocha Brandão de Matos, conhecida na rede municipal como Lourdinha desenvolve suas atividades como de pedagoga efetiva em uma unidade de Educação Infantil do município, atuou como técnica da Secretaria Municipal de Educação assumindo por dois períodos distintos o cargo maior desta, foi Secretária de Educação até 1996 no governo do prefeito Altamir José Ferreira (PSDB) e depois em 2002 até 2004 no governo Ademir Lucas (PSDB).

4) Rosalba Rita Lima possui dois cargos efetivos na rede, ambos em Instituições de Educação Infantil, atuou em diversos cargos na Secretaria Municipal de Educação, dentre estes o de Diretora de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 2001 a 2004, foi coordenadora de uma Regional de Educação no início do governo Marília Campos (PT) em 2005 e desde 2007 assumiu o cargo de Diretora de Educação Infantil do município.

5) Maria do Carmo Lara Dias, uma das fundadoras das primeiras creches de Contagem “Cantinho da Cinderela” hoje atual CEI Maria de Lourdes Gonçalves, fundada em 1979 que teve seu nome alterado para homenagear a outra fundadora, a Maria de Lourdes que tinha tetraplegia e já é falecida. Maria do Carmo ainda tem uma história nos movimentos, pois foi presa política, militante do Movimento de Mulheres e de Luta por creche, atuando dessa forma em defesa dos direitos das crianças e mulheres.

6) Maria Dolores Lima de Paiva, em 1996 se aposentou da UFMG, onde exerceu cargo administrativo e desde 2001 é presidente do Movimento de Luta por Creches onde exerceu inicialmente atividade como voluntária (1998), graduada em pedagogia com especialização em Metodologia do Ensino Superior, atua também

desde 1998 na ONG GETEC (Grupo de Estudo, Trabalho e Educação) sediada no bairro Água Branca, onde também ocupa a presidência.

7) Adarlete Carla do Rosário, é pedagoga da rede municipal de Contagem, desenvolveu diversos projetos na Educação Infantil e em 1999 trabalhou na Secretaria de Educação ministrando formação para educadoras que trabalhavam em Instituições da rede conveniada com a prefeitura.

8) Glaucia Lucas Coelho, formada em serviço social, funcionária efetiva do quadro da saúde da Prefeitura Municipal de Contagem até 2001 quando assumiu a orientação do Programa Agente Jovem que funcionava na Obra Social Dom Bosco e a partir de 2002 assumiu a coordenação do PETI no município onde permaneceu por dois anos e em 2004 desenvolveu atividades no CMDCA como secretaria executiva. Em 2005 foi nomeada Diretora de Ações Descentralizadas e Assessoria ao Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e desde 2006 até o momento da entrevista é coordenadora da Assistência Social do município de Contagem-MG.

9) Adão Antônio Barbosa, professor efetivo da rede municipal foi diretor de Escola de Ensino Fundamental com Anexo da Educação Infantil e desde 2005 desempenha as funções de Diretor Financeiro na SEDUC. É responsável pelos convênios assinados com os CEIs e todos os repasses de recursos que a SEDUC realiza para as instituições de Educação do Município.

10) Lindomar Diamantino Segundo, professor efetivo da rede municipal foi diretor de Escola de Ensino Fundamental com polo de Educação Infantil, sindicalista e desde 2005 ocupa o cargo de Secretário Municipal de Educação no governo Marília Campos (PT).

11) Arnaldo Luiz de Oliveira (PTB), eleito vereador com 5.411 votos, pelo PTB em 2008. Foi o candidato mais votado da cidade. Está em seu sexto mandato na Câmara Municipal. As atividades do vereador estão ligadas à educação, associações de bairros, entidades filantrópicas, grupos de terceira idade e a pessoas com deficiência. Seus votos estão concentrados, principalmente, nas regiões Eldorado e Industrial, que foram responsáveis por mais da metade de seus votos. (TRE)<sup>78</sup>

12) Marília Aparecida Campos (PT) formada em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2004, foi eleita para governar Contagem no segundo turno, e tornou-se a primeira mulher a governar Contagem. Em 2008 foi reconduzida ao segundo mandato também ganho no segundo turno. Antes de ser prefeita da cidade, ela se elegeu vereadora em 2000 e deputada estadual em 2002. Casada, mãe de três filhos, moradora do bairro Eldorado há 21 anos. Tem um histórico de militância em Movimentos Sociais e organizações sindicais. Em seu governo foram idealizados e implantados os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) rede pensada especificamente para o atendimento a Educação Infantil em toda sua faixa etária com atendimento integral e parcial.

13) Eva Joana Brás e Ruth Gonzaga de Jesus (D. Eva e D. Ruth), fundadoras de uma das primeiras Creches da região Industrial de Em Contagem: Creche Criança Feliz, atuaram também no Movimento de Luta por Creche.

---

<sup>78</sup> Dados obtidos através de entrevista, conjugado com outros encontrados divulgados pelo TRE na apuração das eleições de 2008.



## APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- Como você compreende as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade na responsabilidade pela educação da criança? Se possível defina o papel de cada um(a) dessas instituições:
- Qual o período em que você participou da política de Educação Infantil do município de Contagem?
- Em qual cargo, instituição se efetivou essa participação?
- Você pode descrever como percebeu que o Poder Público municipal de Contagem se estruturou técnica e administrativamente para possibilitar o acesso à educação infantil?
- Quais “modelos” de oferta foram implementados pela ação dos movimentos sociais e do Poder Público municipal?
- Quais atores envolvidos na política de Educação Infantil do município?
- Você avalia que as ações por parte do poder público foram suficientes? Caso contrário eleja três motivos que podem justificar essa insuficiência de políticas para a infância.
- Faça um balanço das políticas públicas de Educação Infantil no município:
- Você divide esses tempos desde 1988 em períodos? Quais características principais de cada um deles?

# Anexos

**Anexo 1**  
**UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL, POR NRE - 2009**

<b>Nº</b>	<b>IEIS</b>	<b>NRE</b>
01	polo Piagetiano Beija-Flor	<b>RESSACA NACIONAL</b>
02	E.M. Padre Joaquim de Souza e Silva	
03	CEMEI Mundo Maior	
04	E.M. Valter Fausto do Amaral	
05	Anexo Maria Silva Lucas	
06	CEMEI Bom Jesus	
07	polo José Maria dos Mares Guia	<b>INDUSTRIAL</b>
08	E.M. Deputado Jorge Ferraz	
09	polo Juverci Maria de Freitas	
10	polo Professora Lígia Magalhães	
11	polo Sagrado Coração de Jesus	
12	polo Ver. João Evangelista Fernandes	
13	E.M. Cecília Meireles	
14	E.M. Jenny de Andrade Faria	
15	polo Dona Alice Ferreira Franca	<b>ELDORADO</b>
16	CEMEI São Geraldo – Jardim Eldorado	
17	E.M. Francisco Borges da Fonseca	
18	polo Mariângela Bonfim Frederico	
19	polo Mira Pereira	
20	E.M. Josefina de Souza Lima	
21	E.M. Dora de Mattos	
22	Anexo Randolfo José da Rocha	
23	E.M. Hilda Nunes dos Santos	<b>VARGEM DAS FLORES</b>
24	E.M. Francisco Salles	
25	E.M. Giovanini Chiodi	
26	polo Nathália Teixeira	
27	CEMEI Icaivera	
28	CEMEI Nova Contagem	
29	Anexo Giovanini Chiodi Ipê Amarelo	
30	polo São Judas Tadeu	

Nº	IEIS	NRE
31	polo José Gonçalo dos Santos	<b>SEDE PETROLÂNDIA</b>
32	polo Monteiro Lobato	
33	polo Eustáquio Júnio Matozinhos	
34	CEMEI Perobas	
35	polo Regino Inocência de Souza	
36	Anexo José Silvino	
37	CEMEI Pés no Chão	
38	Anexo Domingos Belém	
39	E.M. do Tropical – anexo	
40	E.M. Geraldo Basílio Ramos	
41	E.M. Sebastião Camargos	

**Fonte:** Diretoria de Funcionamento Escolar/SEDUC

**Anexo 2**  
**UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE CONVENIADA, POR NRE - 2009**

**REDE CONVENIADA - 2009**

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>NRE</b>
01	CEI Bem-ti-vi	<b>ELDORADO</b>
02	CEI Ernestina Soares	
03	CEI São Domingos Sávio	
04	CEI Madre Tarcisia	
05	CEI Pingos de Amor	
06	CEI Disneylândia	
07	Pré-escolar Dom Bosco	
08	CEI Padre Ibiapina	
09	CEI Maria de Lourdes Gonçalves	
10	CEI João Paulo II	
11	CEI Pequeno Príncipe	
12	CEI Lago Azul	
13	CEI Creche Criança Feliz	
14	CEI Dona Belinha	
15	Obra Educacional Irmã Elvira	<b>RESSACA NACIONAL</b>
16	CEI Vovó Naly	
17	CEI Irmão José Grosso	
18	CEI Paraíso Infantil	
19	CEI Recanto Alegre	
20	CEI Patotinha	
21	CEI Professora Nair Ubaldo Girundi	<b>SEDE PETROLÂNDIA</b>
22	CEI Maria Geralda Martuchelli	
23	Centro de Referência Cristã	
24	CEI Favos de Mel	
25	CEI Criança Esperança	
26	CEI Lírios do Vale	
27	CEI Jardim das Oliveiras	
28	CEI Santa Filomena	
29	Casa de Apoio Cr. Carente de Contagem	
30	CEI Estrelinha do Futuro	
31	CEI Raios de Sol	

**Fonte:** Diretoria de Funcionamento Escolar/SEDUC

### Anexo 3

#### **TERMO DE CONVÊNIO Nº. 023/2009 – EDUCAÇÃO INFANTIL, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CONTAGEM e a CRECHE**

**O MUNICÍPIO DE CONTAGEM** com sede na Praça Presidente Tancredo Neves nº. 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, inscrito no CNPJ sob o nº.18.715.508/0001-31, denominado simplesmente “**MUNICÍPIO**”, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, doravante denominada “**SEDUC**”, neste ato representados pelo Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado em Contagem/MG, na XXXXXXXXXXXXXXXX, nº.XXXX, Bairro XXXXXXXX, inscrito no CPF XXXXXXXXXXXX, portador da CI M-XXXXXX, conforme instrumento de delegação de poderes (Decreto n. 471, de 15 de setembro de 2006), e de outro lado a **XXXXXXXXXX**, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX denominada simplesmente “**ENTIDADE**”, neste ato representada por seu Presidente XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF. XXXXXXXXXXXXXXXX e RG XXXXXXXXXXXXXXXX, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, regido pelas disposições contidas, no que couber, na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, na Lei Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN 9.394/ 96, Decreto n. 788, de 9 de outubro de 2007 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto implementar ação conjunta entre o MUNICÍPIO e as ENTIDADES, para atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos e seis meses de idade em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-lingüísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho que integra este instrumento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fazem parte integrante deste convênio, como se nele transcritos estivessem, os seguintes documentos: Plano de Trabalho aprovado pela SEDUC e Parecer Jurídico Normativo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

O MUNICÍPIO, A SEDUC E AS ENTIDADES se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

##### **I. A ENTIDADE SE OBRIGA A:**

- a) atender a .... crianças de 0 a 5 anos e 6 meses, conforme especificado no Plano de Trabalho;
- b) observar diretrizes e normas emanadas pela SEDUC e demais órgãos competentes do MUNICÍPIO;
- c) não cobrar matrícula e/ou mensalidade, podendo aceitar a contribuição e a doação espontânea;
- d) administrar os recursos financeiros repassados, não podendo utilizá-los para outro fim que não o especificado na Cláusula Primeira deste Convênio;
- e) prestar contas dos recursos recebidos na forma e condições estabelecidas neste Convênio e na legislação vigente;
- f) manter contabilidade e registro das despesas, mantendo atualizada toda a documentação, para efeito de fiscalização sem prévio aviso;
- g) adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio, conforme Plano de Trabalho;
- h) observar, na execução das despesas, os princípios da isonomia, da proposta mais vantajosa e da moralidade, devendo instruir o processo de prestação de contas com os seguintes elementos:

- h.1) razão da escolha do fornecedor ou executor;
- h.2) apresentar pelo menos 3 (três) orçamentos ofertados por fornecedores ou executores distintos, para a escolha do fornecedor do objeto a ser adquirido ou do serviço a ser prestado.
- i) aplicar os recursos financeiros repassados exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a Cláusula Primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim;
- j) apresentar mensalmente a SEDUC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente Convênio bem como a documentação comprobatória;
- k) afixar, no estabelecimento de ensino e em local visível ao público, placa indicando a existência do Convênio, conforme especificações da SEDUC;
- l) autorizar e facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, em especial à Controladoria Geral do Município, a supervisão, acompanhamento, fiscalização e auditoria das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio e do Plano de Trabalho dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica e nutricional;
- m) manter todas as condições e critérios avaliados, quando da emissão do Certificado de Regularidade Cadastral para Convênios e habilitação, vigentes e válidos durante todo o período do Convênio;
- n) comunicar, de imediato, à SEDUC, encerramento ou interrupção temporária das atividades, mudança de endereço, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de crianças atendidas, mudança na composição da diretoria, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;
- o) apresentar, à SEDUC, o Relatório Mensal de Atendimento, até o 5º dia útil de cada mês subsequente, para a realização do monitoramento das atividades;
- p) atender às crianças conforme calendário apresentado, justificando as possíveis alterações através de ofício, com antecipação de 10 dias;
- q) garantir o atendimento ininterrupto durante o ano civil para as crianças do regime de funcionamento integral;
- r) implementar ações junto às famílias, garantindo 75% da frequência de todas as crianças;
- s) garantir a inclusão e o atendimento de crianças com deficiência;
- t) desenvolver ações de formação continuada para seus profissionais;
- u) participar das atividades de formação e das reuniões realizadas pela SEDUC;
- v) atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelos Conselhos Tutelares;
- w) elaborar e implementar o Projeto Político-pedagógico, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as normas do CMEC, (Conselho Municipal de Educação de Contagem) as orientações da SEDUC e a Cláusula Sexta deste Convênio; e
- x) observar a legislação vigente para a contratação dos profissionais;
- y) obter e manter a autorização de funcionamento junto ao CMEC a partir da implementação do Sistema Municipal de Ensino.

## II. O MUNICÍPIO SE OBRIGA A:

- 9 repassar, à ENTIDADE, os recursos financeiros, conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- 10 estabelecer formas e critérios a serem seguidos na prestação de contas;
- 11 analisar e aprovar a prestação de contas da ENTIDADE;
- 12 fiscalizar a utilização dos recursos, observando o Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE;**

- e) fornecer alimentação de acordo com o tipo de atendimento (integral/parcial), o número de crianças atendidas e a faixa etária estabelecida no Plano de Trabalho;
- f) fornecer material escolar e pedagógico individual e coletivo, conforme quadro de atendimento;
- g) promover, por intermédio da SEDUC, atividades de formação continuada dos profissionais que atuam na ENTIDADE;
- h) propor alterações no Plano de Trabalho, quando houver necessidade para melhor adequação aos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento.
- i) reduzir ou aumentar o valor do recurso financeiro a ser repassado à ENTIDADE, de acordo com o Plano de Trabalho constante deste Convênio, tendo em vista a redução ou aumento do número de crianças atendidas, comprovados pelos monitoramentos periódicos realizados pela SEDUC.

### **CLÁUSULA TERCEIRA — DA VIGÊNCIA**

- I.** A vigência deste Termo de Convênio inicia-se na data da sua assinatura e vigorará até 31/12/2012, podendo ser prorrogado de comum acordo, por termo aditivo, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93;
- II.** O pedido de prorrogação, acompanhado de justificativa circunstanciada e aceitação mútua dos partícipes, deve ocorrer dentro do prazo de vigência do Convênio.
- III.** Haverá uma reavaliação anual deste convênio, onde serão apresentados Plano de Trabalho, Calendário de Trabalho e o CRCC (Certificado de Regularidade Cadastral para Convênios) atualizado, até 60 (sessenta) dias antes do término de cada exercício.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO**

O gerenciamento deste convênio caberá à SEDUC, a quem compete:

- I.** coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste instrumento;
- II.** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste convênio, no caso de paralisação das atividades ou de fato relevante que venha ocorrer, caso fortuito, força maior, bem como oportunidade e conveniência do MUNICÍPIO, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;
- III.** monitorar o número de crianças atendidas, para fins de controle dos recursos financeiros a serem repassados à ENTIDADE;

### **CLÁUSULA QUINTA - DO RECURSO, DOS REPASSES E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- I. RECURSO:** Para execução do objeto previsto na Cláusula Primeira deste Convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a repassar à ENTIDADE, a importância de **R\$101.214,00** (Cento e um mil duzentos e quatorze reais), conforme Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, que faz parte integrante deste Convênio;
- II. REPASSES:** os recursos serão liberados em 7 (SETE) parcelas, sendo 6 (SEIS) parcelas de **R\$16.744,00** (Dezesseis mil setecentos e quarenta e quatro reais), mais 1(UMA) parcela de **R\$750,00** (Setecentos e cinquenta reais) a ser creditado à ENTIDADE, na CONTA CORRENTE n°. ....., AGÊNCIA n°. .... do BANCO:  
Brasil
- III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da assinatura do presente instrumento, correrão à conta da seguinte *Dotação Orçamentária: FONTE: 010100*
- IV.** Para os exercícios subseqüentes fica consignada a dotação orçamentária correspondente.



## **CLÁUSULA SEXTA – DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Cabe à ENTIDADE, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as normas do CMEC e as orientações da SEDUC, elaborar, executar e avaliar seu Projeto Político-Pedagógico.

§1º A elaboração do Projeto Político-Pedagógico deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do CMEC e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§2º O Projeto Político-Pedagógico será avaliado pela SEDUC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças à vivência plena da infância e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

I. A ENTIDADE deverá manter os recursos repassados pelo MUNICÍPIO em conta bancária específica, destinada unicamente para este fim, permitindo-se efetuar pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal, ordem bancária ao credor ou transferência eletrônica disponível.

II. Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados no mercado financeiro em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública municipal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores; e,

III. Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados no objeto deste Convênio e estarão sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida da ENTIDADE.

IV. A ENTIDADE deverá restituir ao MUNICÍPIO, eventual saldo de recursos, incluídos os rendimentos auferidos de aplicação financeira, na data de conclusão do objeto ou extinção do convênio, conforme estabelecido na Cláusula Décima Segunda.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

I. Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda, item II, letra "a", poderão ser utilizados para:

- remuneração de pessoal e encargos, conforme Plano de Trabalho;
- aquisição de material de consumo;
- implementação do Projeto Político-Pedagógico;
- manutenção, conservação e pequenos reparos da ENTIDADE;
- pagamentos de serviços de terceiros, conforme cronograma de execução do Plano de Trabalho;
- manutenção de equipamentos; e,
- pagamento de contas de água/luz/telefone.

II. Os recursos deverão ser aplicados nos termos do Plano de Trabalho que integra este instrumento de convênio e em observância aos arts. 70 e 71 da Lei n. 9.394/96, que trata das diretrizes e bases da educação nacional.

## **CLÁUSULA NONA – DA IMPUGNAÇÃO DAS DESPESAS**

I. É vedada a utilização dos recursos repassados e pactuados neste Convênio em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência.

II. Os recursos deste Convênio também não poderão ser utilizados:

- a) na realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- b) na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- c) no pagamento, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por quaisquer serviços, neles incluídos os de consultoria ou assistência técnica;
- d) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e integrantes de Projetos Político-Pedagógicos devidamente elencados ou previstos no Plano de Trabalho e das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;
- e) aquisição de produtos alimentícios, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social;
- f) em outros estabelecidos no art. 71 da Lei nº. 9.394/96;
- g) após a vigência do convênio; e
- h) na aquisição de bens permanentes.

**III.** Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na aplicação dos recursos e execução deste Convênio, obriga-se o MUNICÍPIO a notificar, de imediato, a ENTIDADE, a fim de proceder ao saneamento das mesmas, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos a seguir especificados:

- a) quando não houver comprovação da correta aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo MUNICÍPIO e /ou pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal;
  - b) quando verificar desvio da finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste convênio;
  - c) quando a ENTIDADE descumprir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste convênio;
- e,

**Parágrafo único:** Findo o prazo da notificação de que trata o inciso III, desta Cláusula, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, o ordenador de despesas do MUNICÍPIO, determinará a instauração da Tomada de Contas Especial do responsável e a imediata suspensão de liberação dos recursos e parcelas ainda não repassados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESAS**

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, originais, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da ENTIDADE e devidamente identificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MODIFICAÇÃO, DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**I.** Este convênio pode ser modificado mediante termos aditivos, ou denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento, das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos partícipes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período;

**II.** Constitui motivo para rescisão deste Convênio, a inexecução, total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas, condições ou pela superveniência de norma legal ou evento que torne material ou formalmente inexecutável, e particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com disposto na Cláusula Sétima deste instrumento;
- c) constatação de irregularidade no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
- d) falta de apresentação da Prestação de Contas Final, ou de Prestações de Contas Parciais nos prazos estabelecidos; e,
- e) a rescisão deste convênio, na forma do subitem anterior, enseja a instauração da competente Tomada de Contas Especial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

**I.** Quando da conclusão do objeto pactuado, da rescisão ou da extinção deste instrumento, a ENTIDADE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Conta Especial do responsável, é obrigado a recolher o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e da data do convênio, nas contas abaixo indicadas:

<i>CONTA CORRENTE</i>	<i>BANCO</i>	<i>AGÊNCIA</i>	
RECURSO VINCULADO-FONTEXX- Conta:X	XXX	XXX	XXXXX

**II.** A ENTIDADE deverá restituir ao MUNICÍPIO os valores que foram transferidos por força deste Convênio, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto deste convênio;
- b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final ou, eventualmente, quando exigida, a prestação de contas parcial;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- d) quando não for aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho;
- e) quando as despesas forem comprovadas com documentos inidôneos e tiverem sido impugnados pelo MUNICÍPIO;
- e) quando não comprovar o emprego do valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, na consecução do objeto deste convênio;

**Parágrafo único.** O valor total a ser transferido nos termos desta Cláusula, deverá estar atualizado monetariamente e será acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

A ENTIDADE é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos, inclusive dos decorrentes de eventuais demandas judiciais, relativas a recursos humanos, mediante contratação própria de terceiros, utilizados na execução do objeto deste convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que

incidam sobre o presente instrumento e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

**Parágrafo único.** A inadimplência da ENTIDADE, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nos termos do art. 71 da Lei n. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RELATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**A ENTIDADE deverá apresentar os seguintes relatórios de prestação de contas dos recursos recebidos por força deste Convênio:**

**I. Prestação de Contas Parcial:** efetuar prestação de contas parcial, até 30 (trinta) dias após o crédito referente a cada uma das parcelas de recursos liberados, contendo a justificativa dos preços praticados quando da aquisição de bens e contratação de serviços, nos termos do item 4.1 do Anexo I do Decreto n. 788/2007.

**II. Prestação de Contas Final:** efetuar prestação de contas final até 30 (trinta) dias, improrrogáveis, contados a partir do término da vigência para a execução do convênio;

**§1º** Os relatórios de prestação de contas deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

a) 1 cópia do Termo de Convênio, do Plano de Trabalho e de eventuais termos aditivos, com a indicação das respectivas datas de publicação;

b) relatório de execução físico-financeiro;

c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, quando for o caso, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiros e os saldos;

d) relação de pagamentos efetuados;

e) relatório de cumprimento do objeto deste convênio;

f) extrato da conta bancária específica do período de recebimentos dos recursos até o último pagamento efetuado, contendo toda a movimentação dos recursos, e conciliação bancária;

g) comprovante de recolhimento do saldo do recurso se for o caso, à conta indicada no item I da Cláusula Décima Segunda;

h) comprovantes legais das despesas, devidamente quitados;

**§2º** Cada despesa realizada deverá ser quitada com um cheque nominal ao fornecedor do material ou prestador de serviço, assinado pelo presidente e pelo tesoureiro da ENTIDADE, sendo que a data do cheque deverá ser a mesma do pagamento (“carimbo de recebemos”).

**§3º** Na prestação de contas parcial é possível manter saldo bancário, que, uma vez comprovado, poderá ser gasto, na sua integralidade, no mês seguinte.

**§4º** A liberação dos recursos referentes à parcela subsequente ao mês referente à prestação de contas parcial ficará condicionada à comprovação de que os recursos liberados foram rigorosamente aplicados no objeto do convênio e à aprovação da prestação de contas da parcela recebida pela SEDUC.

**§5º** Constatada irregularidade, atraso ou inadimplência na apresentação da prestação de contas parcial, o ordenador de despesas suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará a ENTIDADE, assinalando-lhe prazo máximo de 60 (sessenta) dias para sanar as irregularidades ou cumprir a obrigação;

**§6º** Decorrido o prazo constante do § 5º desta cláusula sem que a irregularidade tenha sido sanada ou cumprida a obrigação, o ordenador de despesas providenciará a instauração de Tomada de Contas Especial e comunicará imediatamente o ocorrido à Controladoria Geral do MUNICÍPIO, respondendo os representantes legais da ENTIDADE direta e pessoalmente por eventuais danos causados ao erário.

§7º Os relatórios de prestação de contas deverão ser aprovados e assinados pelo Conselho Fiscal da ENTIDADE;

§8º Não poderão integrar os relatórios de prestação de contas, comprovantes com data anterior à liberação de parcelas de recursos e posteriores à data de vigência do convênio, momento em que este se encerra.

§9º Os relatórios de prestação de contas de que trata esta cláusula deverão ser encadernadas com todos os anexos, assinados pelo presidente da ENTIDADE e entregue em uma via original, à SEDUC.

§10 Após a apreciação da Diretoria Financeira/SEDUC, os relatórios de Prestação de Contas deverão ser entregues à Secretaria Municipal da Fazenda, para baixa contábil, juntamente com os documentos comprobatórios referentes à aplicação dos recursos recebidos, conforme proposto no Plano de Aplicação, até 5 (cinco) dias após o recebimento das Prestações de Contas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES**

Toda ação ou omissão praticada pelos representantes legais da ENTIDADE que prejudique o cumprimento do objeto deste convênio será comunicada, de ofício, à Controladoria Geral do Município para que sejam tomadas medidas legais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

A rescisão deste Convênio ocorrerá quando da constatação, dentre outras, das seguintes situações:

- a) utilizar recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) cobrar matrícula e/ou mensalidade;
- c) não apresentar as prestações de contas finais nos prazos estabelecidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Este convênio também poderá ser rescindido por acordo entre os Partícipes, ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações.

#### **CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO**

Este convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo, desde que aprovado previamente pelo MUNICÍPIO e desde que não implique alteração do seu objeto.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O pedido de alteração deverá ser apresentado no prazo mínimo de trinta dias antes do término da vigência do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**I.** Todas as comunicações relativas a este convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondências, telegrama ou fax ou devidamente comprovadas por Aviso de Recebimento (AR) no endereço dos partícipes; e,

**II.** As reuniões entre representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, deverão ser registradas em ata ou relatório circunstanciado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pelo MUNICÍPIO e pela SEDUC, observada a legislação aplicável à espécie.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato deste Convênio ou de seus aditamentos no Diário Oficial de Contagem - DOC, condição indispensável para sua eficácia, será efetuada pelo MUNICÍPIO, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93, do Decreto Municipal n. 788 de 09 de outubro de 2007 e suas posteriores alterações.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Contagem/MG, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os partícipes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Contagem, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

**LINDOMAR DIAMANTINO SEGUNDO**  
Secretário Municipal de Educação, e Cultura.

**XXXXXXXXXXXX**  
Creche XXXXXXXXXXXX

1ª Testemunha: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª Testemunha: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**Anexo 4**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO PMC/SEDUC Nº 001/2010**

**1 - PREÂMBULO**

1.1. O Município de Contagem, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público e de conhecimento dos interessados, que mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, nº 001/2010, receberá documentação de instituições educacionais privadas que sejam comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, localizadas no Município de Contagem, e que tenham interesse em firmar com esta Secretaria, convênio para o atendimento à criança de zero a três anos na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, conforme os critérios especificados a seguir.

1.2. O instrumento convocatório em tela será regido pela Constituição da República, em especial nos artigos 205 a 214, Resolução CNE/CEB nº 01, de 7 de abril de 1.999 Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Complementar nº. 101/00, na Lei 4.320/64, na LDBEN nº. 9.394/96, na Lei nº. 8.069/90, na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Orgânica do Município, no Decreto n.º 788 de 09 de outubro de 2007, na Resolução CNE/CEB nº 01, de 7 de abril de 1.999, na Resolução CMEC 11/2002 de 04/07/2002, e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as condições a seguir estabelecidas neste instrumento.

**2 - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste Edital o Chamamento Público de instituições educacionais privadas que sejam comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, CONVÊNIO para o atendimento à criança de zero a três anos na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, atendidas as condições mínimas de participação estabelecidas neste instrumento.

2.2. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

**Anexo A** – Informação do valor da subvenção, por faixa etária e período de atendimento;

**Anexo B** - Minutas dos Convênios;

**Anexo C** - Modelo de Plano de Trabalho convênio 2009/ 2010, contendo: relação de crianças por turma (a ser preenchido pela instituição); Quadro Demonstrativo do número de crianças atendidas na instituição (a ser preenchido pela instituição); Quadro de profissionais: educador e coordenador pedagógico (a ser preenchido pela instituição);

**Anexo D** – Tabela para atendimento na Educação Infantil - Inscrição Escolar 2009/2010

### **3 - DA EXECUÇÃO DOS ATENDIMENTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC estabelecerá um padrão de conveniamento, para ação conjunta com as instituições educacionais privadas que sejam comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, com vista a um atendimento educacional, estimado em 354 (trezentos e cinquenta e quatro) crianças de zero a três anos.

3.2. O convênio a ser firmado estabelecerá obrigações recíprocas para a execução do atendimento à criança de zero a três anos na Educação Infantil, em consonância com as diretrizes estabelecidas na LDBEN nº. 9.394/96, Lei nº. 8.069/90 e Resolução CNE/CEB nº 01, de 7 de abril de 1.999 e Resolução CMEC nº. 11/2002 , obedecendo-se ao fluxo estabelecido nos Anexos A, B, C e D.

3.2.1 O recurso financeiro a ser repassado pela PMC será calculado com base no número de crianças atendidas por instituição, segundo faixa etária e período de atendimento (parcial / integral) com os valores e critérios constantes do Anexo A. O repasse das parcelas anuais estará vinculado à aprovação do calendário institucional que consta do Plano de Trabalho (Anexo C) e da Prestação de Contas.

3.2.2. Além do recurso financeiro, cabe à SEDUC acompanhar, assessorar e supervisionar as ações pedagógicas das crianças atendidas nas instituições.



3.3. Ao responder ao presente Chamamento Público, pleiteando a habilitação para a celebração de convênio, cada instituição interessada estará aderindo às condições estabelecidas na instrumentalização dos convênios, demonstrando aceitá-las integralmente, conforme detalhado nesse edital e considerando as orientações, princípios e diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC

#### **4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES**

4.1. As instituições interessadas em atender ao Chamamento Público deverão apresentar em envelope lacrado a documentação exigida no subitem 5.1 (sendo um envelope para cada instituição de Educação Infantil), a ser protocolado no período estabelecido no cronograma, no horário de 08 h às 12 h e de 13h às 17 h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada à Rua Portugal nº 20, Bairro Glória, Contagem, Minas Gerais, endereçando-o aos cuidados da Comissão Técnica do Chamamento Público, conforme item 6 deste Edital.

4.2. Envelopes que forem entregues em local e/ ou horário diferente não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e em desacordo com o Edital.

4.3. O envelope deverá conter externamente a seguinte identificação (um envelope para cada instituição):

Secretaria Municipal de Educação/ SEDUC - Chamamento Público PMC/SEDUC nº 001/2010

Documentos de Habilitação

Razão Social:.....

CNPJ:.....

Nome da Instituição de Atendimento (Fantasia):.....

Endereço da Instituição de Atendimento:.....

## **5 - DA DOCUMENTAÇÃO**

5.1. Poderão participar do Chamamento Público as instituições que apresentarem os seguintes documentos no envelope descrito no subitem 4.1:

- a) Certificado de Regularidade Cadastral – CRC, obtido na Secretaria Municipal de Administração com apresentação dos documentos constantes no Decreto 788 de 09 de outubro de 2007
  - b) Balanço Financeiro da instituição do exercício de 2008 que, de acordo com o Artigo 7º, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, demonstre capacidade de autofinanciamento;
  - c) Autorização ou renovação de funcionamento, conforme Resolução CMEC 11/2002. As instituições que forem declaradas habilitadas através do presente Chamamento Público, que estiverem em processo de renovação ou em análise para autorização de funcionamento, somente poderão ser convocadas para firmar convênio depois do deferimento da autorização de funcionamento pelo Conselho Municipal de Educação - CMEC.
  - d) Cópia legível do Livro de Registro de Empregados e da carteira de trabalho, relativo ao(s) educador (es) e coordenador pedagógico contratados, devendo o registro do empregado estar preenchido na íntegra;
  - e) Cópia legível dos diplomas que comprovem a formação para o Magistério em nível médio, modalidade Normal ou graduação em Normal Superior ou em Pedagogia que dê direito a docência na Educação Infantil e/ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de todos os educadores referência de turma;
- 13 Cópia legível do diploma de conclusão do Magistério nível médio, ou diploma do curso Normal Superior ou do curso de Pedagogia do coordenador pedagógico;
- 14 Plano de Trabalho, conforme anexo C, de forma a indicar a quantidade de crianças a serem atendidas, distribuídas por faixa etária e por turmas, em período parcial e/ou integral de atendimento, e quantidade de educadores/coordenador contratados, observando o quadro de atendimento do anexo D.
- 15 Croqui da instituição com detalhamento da metragem das instalações.

5.2. Não será aceito "fax" de nenhum documento de habilitação.

## **6- COMISSÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES AO CONVENIAMENTO**

6.1. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura designará Comissão Técnica para análise da documentação e dos critérios estabelecidos por esse edital para a habilitação das instituições.

6.2 A referida Comissão Técnica será composta por representantes dos seguintes setores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC: Coordenadoria Administrativa Financeira, Diretoria de Educação Infantil, Diretoria Financeira, Diretoria de Funcionamento Escolar, Gerência de Convênios da Educação.

## **7 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

7.1. A documentação apresentada será analisada pela Comissão Técnica, que adotará os seguintes critérios quanto às instituições que:

- a) caracterizem-se como instituições sem fins lucrativos, de caráter comunitário, confessional ou filantrópico, na forma da lei;
- b) tenham autorização de funcionamento ou renovação ou protocolo de requerimento;
- c) comprovem a habilitação de todos os educadores referência de turma.
- d) comprovem a habilitação do coordenador pedagógico;
- e) respeitem a relação professor/criança recomendada pela Resolução CMEC Nº 11/2002.

7.2 No momento da análise da documentação, a Comissão Técnica verificará a validade da mesma, de acordo com a data de protocolo na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Contagem..

7.2.1. Quando do conveniamento, a Instituição deverá estar apta a apresentar a atualização de todos os documentos, que venceram ao longo do procedimento, mantendo-os atualizados junto ao órgão responsável.

## **8. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE INSTITUIÇÕES HABILITADAS**

8.1. Após a análise da documentação que tem caráter eliminatório por não cumprimento de quaisquer dos itens listados como obrigatórios, a Comissão Técnica procederá a uma segunda avaliação das instituições, cujos documentos estiverem adequados, em que serão considerados os critérios listados abaixo, tendo como prioridade a habilitação de instituições que atendam ao interesse público, estabelecido pela política educacional do município:

- instituições localizadas em áreas de vulnerabilidade social;
- instituições localizadas em regiões que apresentam demanda por Educação Infantil não atendida pelo poder público;
- instituições localizadas em regiões que não tem atendimento de 0 a 3 anos pelo poder público;
- instituições que apresentem um número maior de crianças de 0 a 3 anos atendidas em regime de funcionamento integral.

8.2. Em caso de empate quanto aos critérios acima será usado o critério de localização em área de maior vulnerabilidade social para desempate.

8.3. A Comissão Técnica irá proceder, ainda uma avaliação do Plano de Trabalho para observar sua adequação às orientações, princípios e diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC. A não observância desses elementos implicará em eliminação da instituição.

## **9. DO RESULTADO**

9. 1. Após análise sistemática dos documentos apresentados, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC publicará o resultado no Diário Oficial do Município/ DOC e o divulgará nos seguintes locais: PMC, SEDUC e *sítio eletrônico* da Prefeitura.

9. 2. A Instituição que for declarada NÃO HABILITADA poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da publicação de que trata o item 9.1, encaminhando-o a Comissão Técnica, que poderá rever ou manter a decisão.

9.3 A declaração de habilitação da instituição através do presente chamamento público não importará, para a Administração Municipal, em obrigatoriedade de conveniamento com as respectivas instituições, haja vista que estes serão firmados segundo cotas e fluxo de autorização de recursos orçamentários, definidos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

9.4. O resultado das instituições habilitadas para o convênio será organizado numa listagem por Núcleo Regional de Educação: Eldorado, Industrial/Riacho, Ressaca/Nacional, Sede, Petrolândia e Vargem das Flores.

9.5. Em cada regional o poder público irá determinar quantas instituições serão conveniadas de acordo com as diretrizes da política educacional e a análise da demanda.

## **10 - DO CONVÊNIO**

10.1. A celebração do Convênio, objetivando o atendimento à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, ficará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Contagem.

10.2. O convênio será firmado para atendimento total estimado em 354 (trezentos e cinquenta e quatro) crianças, distribuídas nas Regionais, conforme interesse público.

10.3. O convênio será firmado pelo prazo estabelecido pela SEDUC, havendo uma reavaliação periódica, tendo as instituições que apresentar Certificado de Regularidade Cadastral - CRC, Calendários e Planos de Trabalhos atualizados.

10.4. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC convocará para firmar convênio as instituições que forem declaradas habilitadas através do presente Chamamento Público, nos moldes do instrumento de convênio que se insere no Anexo B.

10.5. Havendo possibilidade de ampliação do número de atendimentos para conveniamento, este será distribuído por Regionais, considerando a proporção entre o atendimento existente na Rede Pública Municipal e a Conveniada para a população de 0 a 3 anos, na respectiva Regional.

10.6. As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros dos convênios a serem firmados serão cobertas pelas Dotações Orçamentárias vinculadas para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC e estarão sujeitas à prévia aprovação pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira do Município/ JUCOF.

10.7. O valor estimado para cada convênio não implicará em nenhuma previsão de crédito em seu favor, uma vez que somente fará jus aos valores mensais correspondentes aos atendimentos efetivamente prestados.

10.8 As Instituições declaradas habilitadas através do presente Chamamento Público deverão manter todas as condições de habilitação vigentes até o momento em que forem convocadas para firmarem convênio, bem como durante todo o período de execução do convênio eventualmente firmado.

## **11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Poderá o Município, através da Secretária Municipal de Educação e Cultura - SEDUC, revogar o presente Edital de Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.

11.2. A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização, ressalvadas as hipóteses descritas na Lei nº 8.666/93.

11.3 Será facultada à Comissão Técnica a realização de visita à Instituição, no presente Chamamento Público, podendo promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada Instituição, bem como solicitar a órgãos competentes

a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da comissão.

11.4. Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até o penúltimo dia designado para entrega do envelope contendo a documentação.

11.5. Estarão impedidas de participar deste Chamamento Público as Instituições cujos representantes se enquadrarem no Art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93 ou que tenham qualquer outro impedimento legal para contratar com a Administração Municipal.

11.6. A execução dos instrumentos jurídicos a serem firmados será avaliada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDUC, mediante procedimentos de supervisão indireta, observando-se o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos referidos instrumentos.

11.7. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da Instituição conveniada poderá ensejar a rescisão do instrumento proveniente deste Edital ou a revisão das condições estipuladas.

11.8. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, na forma estabelecida em cláusula específica do referido instrumento (Anexo B).

11.9. Os convênios que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial do Município- DOC.

11.10 Os Pedidos de informações ou esclarecimentos poderão ser feitos pelo telefone 3352-5605/5858 (Diretoria de Educação Infantil/Diretoria de Funcionamento Escolar).

Contagem,..... de..... de 2010.

***Lindomar Diamantino Segundo***  
Secretário Municipal de Educação e Cultura

